

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 27 DE ABRIL DO ANO 2012**

**NO**

**AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»**

**DE**

**BRAGANÇA**

## SIGLAS

<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CDS/PP</b>	Centro Democrático Social/Partido Popular
<b>FDTI</b>	Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação
<b>INATEL</b>	Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
<b>IPB</b>	Instituto Politécnico de Bragança
<b>NERBA</b>	Núcleo Empresarial da Região de Bragança
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>ULS</b>	Unidade Local de Saúde

Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 27 de abril de 2012, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança. ....

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
<b>DIVERSOS:</b> Presenças e faltas	227
Membros que pediram substituição	9
Membros suplentes convocados	9
Quórum	8,91
Expediente	8
MOÇÕES: I – Análises Clínicas	16
II - Encerramento de escolas, apresentada por Maria Pires (JF de Izeda)	59
III – Encerramento de escolas, apresentada por Filipe Caldas (JF de Salsas)	88
Intervalo para almoço	91

<b>ORDEM DE TRABALHOS</b>	<b>Pág.</b>
<b>1- ATAS:</b> Leitura, discussão e votação da ata da Primeira Sessão Extraordinária e da Primeira Sessão Ordinária, do ano de 2012, da Assembleia Municipal de Bragança (Quadriénio 2009/2013), realizadas nos dias 27 de janeiro e 24 de fevereiro, respetivamente ;	10
2 - PÚBLICO - Período de intervenção;	12
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	16
<b>4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:</b>	28
<b>4.1</b> – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	28
<b>4.2</b> – Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança - <b>DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011; E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS;</b>	91
<b>4.3</b> – Tomada de conhecimento e discussão da proposta da Câmara Municipal de Bragança - <b>AUDITORIA EXTERNA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.</b>	119
<b>4.4</b> – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	147
<b>4.4.1</b> - <b>PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE</b>	147

<b>ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2012;</b>	
<b>4.4.2 – PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO DE MUNÍCIPE DO CONCELHO DE BRAGANÇA – FIM DO PERÍODO DE APRECIÇÃO PÚBLICA E RECOLHA DE SUGESTÕES;</b>	154
<b>4.4.3 - TRANSPORTES ESCOLARES NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LETIVO DE 2012/13 - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA;</b>	163
<b>4.4.4 – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE FUTEBOL SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO E À REALIZAÇÃO DE OFICINAS E WORKSHOPS DE PRÁTICA ARTÍSTICA NO CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA;</b>	165
<b>4.4.5 - CEDÊNCIA DE TERRENO, EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, DESTINADO À PRÁTICA DESPORTIVA;</b>	176
<b>4.4.6 - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA</b>	188
<b>4.4.7 – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA;</b>	200
<b>4.4.8 – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA. ....</b>	216

### **INTERVENÇÕES**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Alcídio Castanheira	61,75
Amândio Gomes	114,116
António Almeida	15,25,53,66,84,110,161,174,196,225
António Malhão	15,27,78
Bruno Veloso	56,87
Domingos Seca	64
Elídio Morais	67,86
Filipe Caldas	61,69,81,83,86,88
Isabel Lopes	20
José Lourenço	16
Leonel Fernandes	24,154,187
Luís Fernandes	14
Luís Pires	17,21,112,116

Luís Vale	111,117
Maria Pires	59,60,70
Norberto Costa	69
Pedro Fernandes	187
Presidente da Câmara	38,52,84,98,109,160,162,175,194,197,225, 226
Presidente da Mesa	10,14,15,17,20,21,24,27,28,38,51,52,53,56,59,60,61,64,65,66,67,68,69, 70,71,72,73,78,81,83,84,86,87,88,89,90,91,98,108,109,110,111,112,114 ,115,116,117,118,119,147,154,160,161,162,163,165,174,175,176,187, 188,193,194,195,197,199,200,224,225,226
Rui Correia	14,70,88,109
Vítor Pereira	65

#### **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
António Almeida	83,160,193,224
Bruno Veloso	83,224
Jorge Laranjinha	108
Luís Fernandes	52
Leonel Fernandes	51,216

#### **DECLARAÇÕES DE VOTO**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Alcídio Castanheira	72
António Almeida	73,91,119,175,199
Bruno Velosos	90
Elídio Morais	72
Filipe Caldas	72
Leonel Fernandes	118
Luís Pires	154,199
Pedro Fernandes	73
Vítor Pereira	71

**DEFESA DA HONRA**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Amândio Gomes	116

**PONTO DE ORDEM À MESA**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
António Almeida	115

----- Aos **vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e doze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **segunda Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das dezassete horas e trinta minutos, na qual participaram **noventa e dois membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:.....

**1- ATAS:** Leitura, discussão e votação da ata da Primeira Sessão Extraordinária e da Primeira Sessão Ordinária, do ano de 2012, da Assembleia Municipal de Bragança (Quadriénio 2009/2013), realizadas nos dias 27 de janeiro e 24 de fevereiro, respetivamente . .....

**2- PÚBLICO** – Período de Intervenção; .....

**3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;** .....

**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** .....

**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.** .....

**4.2 – Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011; E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS;** .....

**4.3 – Tomada de conhecimento e discussão da proposta da Câmara Municipal de Bragança - AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS;** .....

**4.4 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

**4.4.1 - PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2012;** .....

**4.4.2 – PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO DE MUNICÍPIO DO CONCELHO DE BRAGANÇA – FIM DO PERÍODO DE APRECIÇÃO PÚBLICA E RECOLHA DE SUGESTÕES;** .....

**4.4.3 - TRANSPORTES ESCOLARES NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LETIVO DE 2012/13 - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA;** .....

**4.4.4 - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE FUTEBOL SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO E À REALIZAÇÃO DE OFICINAS E WORKSHOPS DE PRÁTICA ARTÍSTICA NO CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA;** .....

**4.4.5 - CEDÊNCIA DE TERRENO, EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, DESTINADO À PRÁTICA DESPORTIVA;.....**

**4.4.6 - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA;.....**

**4.4.7 - REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA;.....**

**4.4.8 - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA.....**

**QUORUM** - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e minutos e foram presentes:.....

**EXPEDIENTE:** Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro. ....

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012**

<b>D</b>	<b>Remetente</b>	<b>Assunto</b>
23/02	CMB	Convite ao Sr. PMAM - Deslocação às instalações da Faurecia
24/02	Alcídio Augusto Castanheira	Convite para os representantes dos encarregados de educação dos alunos das Escolas Secundárias e Agrupamentos reunirem com a Comissão de Educação para discussão do assunto “ Política Educativa para o Conselho de Bragança”
27/02	Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Cancelamento de consultas no Distrito de Bragança
27/02	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Acusa receção da Moção–Documento Verde da Reforma da Administração Local
29/02	ANMP	Proposta de Lei n.º 44/XII. Reorganização Administrativa Territorial Autárquica
01/03	Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa receção da Moção - Documento Verde da Reforma da Administração Local
02/03	Águas de Trás-Os-Montes e Alto Douro	Envia parecer mencionado no ofício n.º 1804/11, das Águas de Trás-os-Montes, elaborado pelo Sr. Eng.º Braga dos Santos
09/03	Grupo Parlamentar do PCP	Envia Pergunta ao Governo sobre a “reclamação pela AMB de políticas estruturais e fiscais para as regiões desfavorecidas do in
16/03	Centro Social e Paroquial dos Santos Márt	Convida o Sr. Presidente da AM a estar presente na cerimónia da colocação da primeira pedra da Academia Santos Mártires no Bai Mirandela, junto à escola primária.
21/03	Santa Casa da Misericórdia de Bragança	Convida o Presidente da AM a estar presente nas Solenidades da Semana Santa - 6 de abril do corrente ano pelas 16H45.
22/03	Dr. Alcídio Castanheira	Envio de convites a escolas e restante comunidade educativa para participar na Reunião da Comissão de Educação, para discussão da política educativa do Concelho
28/03	Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda	Acusa receção da Moção – Documento Verde da Reforma da Administração Local
06/04	Junta de Freguesia de Santa Maria	Deliberação tomada pela Junta de Freguesia sobre a criação do

		2.º Ciclo na Freguesia de Santa Maria
09/04	Instituto Politécnico de Bragança	Convida o Ex. Mo Sr. Presidente da AM a estar presente na cerimonia de abertura relacionada com o tema China Antiga
09/04	Assembleia da República - Comissão de Ar Ordenamento do Território e Poder Local	Acusa receção da Moção - “ Documento Verde da Reforma da Administração Local”
10/04	ASD -Autarcas Sociais Democratas	Convida o PMAM para o encontro de autarcas a realizar no dia 12 de abril em Lisboa.
12/04	CMB	Envia Relatórios de Contas-Ano económico 2011, de algumas empresas participadas, e Plano de Atividades e Orçamento para 2 Fundação Rei Afonso Henriques

### RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012

Data	Destinatário	Assunto
21/02	Luis Filipe P. Fernandes	Despesas com pareceres/Estudos
24/02	Várias Entidades Escolares	Convite para participar numa Reunião da Comissão de Educação, discussão da politica educativa do Concelho
27/02	CMB	Envio de certidão geral da sessão de 24 de fevereiro/2012
28/02	CMB	Envio de Senhas de Presença e Boletins Itinerários
02/03	Luis Filipe P. Fernandes	Envio do parecer mencionado no ofício 1804/11 das Águas de Trás Montes , sobre Veiguinhas
20/03	CMB	Despesas – AM
23/03	Várias Entidades Escolares	Convite para participar numa Reunião da Comissão de Educação, discussão da politica educativa do Concelho

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL .....

**MANDATOS-MEMBROS:** .....

**Falecimento** – António Almeida Dionísio (PSD – Convocada para lugar de membro efetivo – Maria

Eugénia Cerqueira Barreira Afonso .....

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** .....

**PS:** Marisa Rodrigues Gomes Alexandre e Sandra Marisa Rodrigues Valdemar .....

**CDU:** Lídio Alberto Correia .....

**CDS/PP:** Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida .....

**Movimento Sempre Presente:** Cristina Maria Rodrigues Afonso e Manuel Agostinho Pires Diz .....

**Presidentes de Junta:** Amílcar Pereira Ventura.....

**MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:**.....

**PS:** Fernando Carlos Silva Paula e Maria Celina da Silva Paula .....

**CDU:** Leonel dos Santos Fernandes.....

**CDS/PP:** António Guedes de Almeida .....

**Movimento Sempre Presente:** Cristina Maria Rodrigues Afonso e Manuel Agostinho Pires Diz .....

**Presidentes de Junta: Substituto legal** – Henrique Manuel Pires.....

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia, Srs. Deputados. Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos.....

----- Então iríamos começar os trabalhos desta primeira sessão ordinária do ano de dois mil e doze, com o ponto 1. ....

**PONTO 1- ATAS: Leitura, discussão e votação da ata da Primeira Sessão Extraordinária e da Primeira Sessão Ordinária, do ano de 2011, da Assembleia Municipal de Bragança (Quadriénio 2009/2013), realizadas nos dias 27 de janeiro e 24 de fevereiro, respetivamente** .....

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, ...muito bom dia a todos, vamos iniciar os nossos trabalhos esperamos poder ter o tempo e a disponibilidade hoje para terminarmos uma agenda que é extensa, e peço, naturalmente, a vossa compreensão e a devida atenção no sentido de podermos realmente terminar os trabalhos hoje, e naturalmente vamos dar, de imediato, início à Sessão procedendo à consideração do primeiro ponto, que é relativo à ata, com discussão e votação da primeira, da ata da primeira sessão extraordinária e da primeira sessão ordinária do ano 2012 da AM de Bragança, realizadas no dia 27 de janeiro e 24 de fevereiro, respetivamente. ....

----- Portanto ainda antes desta leitura da ata, este é o primeiro ponto que vamos fazer, com o qual vamos fazer a discussão e votação, ainda antes de, e esperando o silêncio na sala, passarmos à análise deste ponto eu queria propor aos Srs. Deputados um minuto de silêncio, recordando, hoje, aqui, o nosso saudoso amigo e deputado municipal, António Dionísio de Almeida, e aproveito também a oportunidade de relembrar e para esta nossa amiga Gorete Carneiro que foi deputada municipal pelo Grupo do PS e Secretária da Mesa da AM, que também, infelizmente, faleceu na semana passada. Portanto para estes dois saudosos amigos e companheiros da AM eu solicito a todos vós um cumprimento de um minuto de silêncio, em memória. ....

----- Muito obrigado a todos. ....

----- Regressando aos nossos trabalhos e solicitando aos Srs. deputados que estão a dar entrada na sala, agora, que ocupem os lugares da sala reservando as duas últimas filas para o público.....

----- Quero perguntar-vos se existem considerações, correções ou anomalias detetadas na ata por forma à sua correção, por favor Srs. deputados alguém tem algo a dizer sobre a ata? .....

----- A Mesa não regista nenhuma intenção de correção sobre a ata, pelo que de imediato passaremos à votação. ....

----- Registamos cinco abstenções, obrigado Srs. Deputados. As atas da AM, da Primeira Sessão Extraordinária e da Primeira Sessão Ordinária do ano de 2012 forma aprovadas por maioria. ....

-----  
----- **Presidente da Mesa** – Sim, pus as duas à votação, elas vêm em conjunto, no mesmo ponto, muito bem, com certeza, vamos, peço desculpa, o ponto é único, portanto foi votado em conjunto, mas há aqui uma chamada de atenção de um Deputado que solicita, e por isso peço a vossa compreensão, solicita que elas sejam votadas em separado, entendo, entendo porque independentemente de o ponto ser votado tal como está, ter sido votado tal como está, na forma como é apresentado, a verdade é que realmente imagina que se querem abster porque não estiveram em alguma Sessão das duas, pelo que peço desculpa, está registada esta vossa vontade, mas vamos ter que dividir a vossa expressão de vontade pelas duas atas. ....  
----- Então aproveitando a sugestão, que muito agradeço, vinda do Deputado Paula, eu tenho que solicitar uma nova votação, isto não vai ser perturbador, por aí além, também aproveitamos o momento para fazer uma contagem e que tem mais um elemento neste momento, ....  
----- Peço ao nosso Deputado Silvestre que ocupe o lugar à frente, que não ocupe o lugar das traseiras, é que perturba a Mesa no que diz respeito à verificação das votações depois, confundimos deputados com o público. ....  
----- Bom, dizia eu que vamos então colocar à votação e há mais 3 deputados a entrar, à votação as atas respetivas e de forma individual de cada sessão. ....  
----- Portanto tomando a devida nota, digo: Vamos propor à votação a [ata da primeira Sessão extraordinária realizada no dia vinte sete de janeiro de 2012](#). ....  
----- **NÃO TENDO HAVIDO DISCUSSÃO FOI ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, TRÊS ABSTENÇÕES E SETENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.** ....  
----- Há alguma intenção de expressão de declaração de voto relativamente a esta ata? ....  
----- Não há declarações de voto. ....  
----- Vamos então colocar à votação a ata da primeira sessão ordinária do ano 2012, realizada no dia 24 de fevereiro. ....  
----- **NÃO TENDO HAVIDO DISCUSSÃO FOI ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, OITO ABSTENÇÕES E SESSENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.** ....  
----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados? Não há declarações de voto. Muito obrigado. ....  
----- Terminado este período de votação das atas passamos ao

**PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção.....**

----- A Mesa faz, agora, aqui, uma interpelação ao público presente que tenha intenção de se manifestar nesta Assembleia, para se levantarem, mostrarem à Mesa essa intenção, e, se assim for, dirigindo-se à Mesa dirão conta do nome para de seguida passar à intervenção. ....

----- Portanto eu coloco a questão - público aqui presente que tenha intenção de fazer intervenção nesta Assembleia? .....

----- Não há intenção manifestada pelo público presente para se manifestarem nessa Assembleia.....

----- No entanto eu tenho aqui na minha posse uma **comunicação escrita** que chegou à Mesa da Assembleia e que se incorpora precisamente no período de intervenção do público, e que eu passarei a ler. --- .....

“Exmos. Senhores: Presidente da Assembleia Municipal de Bragança, Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais e Presidentes de Junta. ....

----- Antes de mais gostaríamos de pedir desculpa pelo nosso atrevimento, mas considerando que o assunto em questão é de extrema gravidade, vimos por este meio, apelar à solidariedade de Vossas Excelências. Certamente que já conhecem o caso do Mário Pires, um colega, um amigo, um professor e um companheiro de muitos de nós. É nessa condição que vimos apresentar esta petição esperando a vossa consideração e vossa solidariedade. ....

----- O Mário Pires é um Brigantino, nosso colega, amigo e companheiro que está a atravessar uma fase complicada da sua vida. Mário Pires de 52 anos, professor de Educação Física no Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, há dois anos foi-lhe diagnosticada uma doença rara, Cordoma que, sendo um tumor benigno no tronco cerebral e pelo facto de ser invasivo o condenou a um estado terminal. Durante esse tempo procurou ajuda médica mas, muitas portas se fecharam. Há um ano, uma equipa médica da região do Porto aceitou tratá-lo, porém não conseguiu a ansiada cura. Há umas semanas informou a família que nada mais havia a fazer pelo Mário e que o tumor era inoperável e, dado o seu estado de saúde foi internado na Unidade de Cuidados Continuados de Murça. O seu estado é crítico, mede 1,80m e pesa 50 Kg. Além da perda de peso, fez uma traqueotomia para respirar e a sua voz é pouco audível; alimenta-se com uma sonda gástrica e toma medicação pois sofre de muitas dores de cabeça devido ao crescimento do tumor. Esta é uma doença rara, havendo apenas 59.000 casos a nível mundial, e em Portugal não há qualquer estatística relativa à mesma, por isso desconhecemos se existem ou não. A sua família e amigos não se conformaram com este prognóstico e procuraram ajuda pelo mundo inteiro. O Prof. Dr. Helmut Bertalanffy é a luz ao fundo do túnel e o Mário foi operado e

tratado no Instituto de Neurociências de Hannover. Os custos totais do tratamento são elevados, mas se todos ajudarmos tornar-se-á muito mais fácil. ....

----- O Mário foi submetido a mais uma pequena intervenção cirúrgica na quinta-feira da semana passada. Correu bem e vai permanecer, pelo menos, até ao dia 30 em Hannover. Os gastos foram estimados em cerca de 100 900,00€ e apenas até ao final do mês em curso. Segundo informações recentes, o tratamento já não vai ser na Suíça, mas sim no hospital da cidade alemã de Heidelberg. ....

----- O nosso objetivo é tentar angariar fundos para que o Mário e a família não fiquem tão sobrecarregados financeiramente, dado que o Mário tem duas filhas adolescentes e os gastos têm sido, nestes últimos anos incomportáveis.....

----- Como colegas e amigos temos desenvolvido inúmeras atividades em benefício do Mário, mas as verbas angariadas são apenas uma pequena gota para este "oceano" tão caro.....

----- Nesse sentido, vimos apelar à Vossa solidariedade através de um pequeno gesto - que o valor da senha de presença desta reunião de Assembleia Municipal reverta a favor da campanha de angariação de fundos para ajudar o Mário e tem sido levada a cabo por todos. Sabemos e estamos conscientes que vivemos tempos difíceis, mas o pouco faz o muito, e por todos iremos conseguir angariar o máximo de dinheiro possível para poder aliviar o Mário e a família. ....

----- Subscrevemo-nos com a máxima consideração e certos de que Vossas Excelências responderão afirmativamente à nossa petição. Muitos mais estão envolvidos nesta campanha, sendo que estas assinaturas representam apenas alguns dos colegas e companheiros do Mário. ....

a) Subscrita por trinta e sete pessoas”.....

----- Srs. deputados, está lida esta missiva, temos duas formas de considerar esta Petição, uma é a de expressão de livre vontade, e os Srs. Deputados que entendam fazer a condução da sua senha de presença tendo em vista a campanha de angariação de fundos que ajudará o Mário, fá-lo-ão de livre vontade, dando essa indicação de forma expressa à Mesa. Essa era uma opção.....

----- Outra, e penso, com franqueza, que esta seria a posição correta, mas quero partilhar convosco este meu raciocínio. Outra solução seria votarmos em conjunto, e, de facto, saindo desta votação uma indicação clara para os serviços de apoio da AM, que fariam naturalmente a condução de todas as senhas de presença para aquele objetivo. Eu penso que a primeira, está a Mesa naturalmente aberta a sugestões, foi uma surpresa que surgiu aqui agora, estamos abertos a sugestões, se bem que eu me

inclino mais para a primeira situação, ou seja, a expressão é de livre vontade de cada um de vocês, deve ser feita de forma individual junto da Mesa de Apoio. ....

----- Se quiserem de alguma forma ajudar a Mesa nesta reflexão, tem a palavra os Deputados que entenderem fazer sobre esta matéria alguma ajuda na reflexão. Noto três, eu sugeria que houve-se uma intervenção do vosso lado. Estavas a referir que querias a primeira opção? Luís queres ajudar na reflexão? Faça o favor de vir aqui ao microfone. Não sei se mais alguém quer fazer alguma expressão de vontade ajudando neste processo. ....

----- **Luís Fernandes** – Muito Bom dia a todos e cumprimento aqui, nesta minha intervenção, o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, o Presidente da Mesa e os Srs. Secretários. ....

----- Ora bem, o que queria dizer, penso que todos nós conhecemos o caso do Mário, somos mais amigos ou menos amigos dele, e eu pessoalmente era amigo próximo do Mário, e eu acho que a primeira solução é a melhor solução. Porque? Porque se aperceberam, já houve outros fóruns onde as pessoas puderam nesta cidade contribuir para essa situação, e muita gente contribuiu, ou já contribui pelo menos em duas situações, e de maneira que a primeira situação parece-me que dá a facilidade a quem quiser de poder contribuir, quem não contribui ainda, que não teve oportunidade, a segunda se calhar obrigava que toda a gente que já contribui noutras situações que também aqui tivesse que o fazer. De maneira que eu penso que a primeira solução será a melhor solução. ....

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Deputado Rui Correia também pretende manifestar a sua opinião e dar um contributo para a reflexão. ....

----- **Rui Correia** – Bom dia a todos, bom dia Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente e Sr. Vereador. Eu acho que poderíamos votar primeiro qual seria a solução, portanto, mas eu proponha aqui uma solução intermédia, entre as que o Sr. Presidente apresentou, que é: se votarmos favoravelmente esta proposta que vou apresentar que é, ou se funcionar ao contrário, ou seja: as senhas irão ser canalizadas todas para essa conta a não ser que o membro da Assembleia o manifeste em contrário. ....

----- - .....

----- **Rui Correia** - Esperem só um instante, eu percebo a vossa preocupação, mas não aqui, aos Serviços. ....

----- **Presidente da Mesa** – Registo a expressão de não acordo generalizado da Assembleia, nessa solução, mas julgo que há um braço lá ao fundo, Dr. Guedes de Almeida quer vir a expressar a sua opinião? .....

----- Ok, vamos tentar ser breves, peço-vos, sobre esta matéria. ....

----- **António Almeida** – Bom dia a todos, sobre esta matéria eu acho que estamos aqui a levantar uma questão, não pondo de lado, antes opção ou uma deliberação da Assembleia que não é legítima, porque o donativo é individual, dá-o quem quer, não dá quem quer, não pode ser imposto. E mais, poder-se-á abrir aqui um precedente que de futuro chegarão aqui e abrigará que a Assembleia tenha sempre que se pronunciar, poderá haver aqui situações depois discriminatórias. O que eu acho mais aconselhável para estas situações é haver um número de uma conta bancária ou um NIB e as pessoas ficam com essa referência e vão depositar o que entenderem, e não já está também a definir o valor da senha, não sei se é muito, se é pouco, poderá haver pessoas que queiram dar menos, poderá haver pessoas que queiram dar mais. ....

----- Portanto a minha sugestão era esta. ....

----- **Presidente da Mesa** – Esta sugestão parece-me uma sugestão excelente, acho que nem vou por à votação. ....

----- Eduardo Malhão quer falar? Bom, o Eduardo Malhão pediu a palavra também para se expressar, eu pedia que fosse a última intervenção sobre esta matéria. ....

----- **António Malhão** – Muito bom dia a todos. Eu penso que foi deixado aqui um desafio importante a esta Assembleia, e parece-me que a Assembleia deve dar uma resposta positiva, porque independentemente da vontade de cada um, se nós rejeitarmos liminarmente esta proposta, ou se nos alhearmos de este pedido de solidariedade, também penso que estamos a dar uma má imagem da Assembleia, o que cada um deve fazer individualmente é junto dos Serviços de Apoio desta Assembleia manifestar-se se quer que a senha seja remetida para este fim ou não. Agora a Assembleia pura e simplesmente demitir-se também desta responsabilidade e ficar alheada de este pedido, parece-me que também não é uma boa mensagem para o exterior, também do nosso papel, é isso que eu tinha para dizer. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Bom, Srs. Deputados, acho que estamos a evoluir no pensamento e o que me parece adequado, foi de resto, é prática, vamos ver um pouco no passado, a prática que ocorreu noutras circunstâncias, estou-me a recordar de uma que até aconteceu há bem pouco tempo, com os acontecimentos trágicos que aconteceram na Madeira, que é: Os deputados dirigem-se à Mesa da Assembleia e manifestam a sua vontade para que haja uma transferência do valor da senha para uma conta que nós vamos solicitar nos seja dada a indicação, ....

----- Cada um é livre de espontânea vontade fazer o contributo que entender, a senha de presença, se quiser contribuir mais, tomará a sua opção. Nesse sentido se lhes parecer correto, se não houver nenhuma voz em contrário, eu diria que é manifestada a vontade junto dos subscritores da carta, do

apoio da Assembleia, tendo em vista o envio da senha de presença de cada deputado, que livremente tenha essa intenção, porque como disse o Dr. Guedes e é verdade, a senha é de cada um e cada um toma a decisão que entender sobre ela. Portanto é uma decisão individual, e portanto se assim for e se não houver nada em contrário, e até nem estaria com muito gosto de colocar à votação esta matéria, porque é uma expressão livre de cada, não é pela votação de todos que vamos considerar a intenção de cada um, que depois da leitura desta carta, que é uma carta de sensibilização de apoio por cada um de nós, digo, para terminar: Que cada um de vocês deve, junto da Mesa da Assembleia, comunicar a intenção de que a sua senha de presença de hoje seja encaminhada para uma conta bancária de apoio ao Mário. Não colocamos a votação esta matéria, e cada um de vocês decide em conformidade com a vossa consciência e de acordo com apelo que hoje aqui é feito. Se concordarem ficamos por aqui e a Mesa da Assembleia contactará os subscritores desta carta, no sentido de obter a indicação do número da conta bancária para onde devem ser canalizados os donativos que cada um de vocês entender fazer.

----- Ficamos por aqui se não houver nenhuma voz contrária. Não registo nenhuma voz contrária, então é assim que vamos proceder. ....

----- É assim que cada um de nós deverá proceder, como entender. ....

----- Muito obrigado, Srs. Deputados. ....

----- Vamos avançar na agenda, passando para o

### **PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. ....**

----- A Mesa inicia aqui o processo de inscrições para intervenções neste ponto. ....

----- Eu vou referir rapidamente as inscrições que estão apontadas aqui: João Lourenço; Isabel Lopes; Luís Pires; Sr. Leonel, da CDU; Guedes de Almeida, do CDS/PP; Eduardo Malhão, do PSD. Não há, de momento, mais pedidos de inscrição para o Período de Antes da Ordem do Dia, pelo que solicitamos já que Sr. Deputado João Lourenço, do Movimento Sempre Presente, venha fazer a sua intervenção no período antes da ordem do dia. ....

----- **José Lourenço** – Bom dia a todos, Exmo. Sr. Presidente da Mesa, caros Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, caro Vereador, Caros Colegas, Comunicação Social, Sras. e Srs. ....

----- Eu vou ser breve, porque hoje temos de facto muito para fazer e a nossa intervenção neste momento prende-se com medidas que a Administração Pública tomou na nossa cidade, na nossa região e que em nossa opinião põem em causa e vêm mais uma vez prejudicar as populações de Bragança, por isso passo imediatamente à leitura de uma moção que vamos colocar à Assembleia. ....

### **“MOÇÃO**

Atendendo que: .....

- os direitos de cidadania são iguais, ou pelo menos assim ouvimos e lemos constantemente, quer seja em Cascais ou em Bragança; .....

- a diminuição da oferta nos serviços prestados ao cidadão conduz invariavelmente a uma menor qualidade dos mesmos.....

- se acrescem as características geográficas intrínsecas às regiões desfavorecidas do interior, com a população disseminada e mal servida de rede viária. ....

- as decisões em causa influenciam direta e irremediavelmente uma das vertentes fundamentais de um sistema de saúde atual, para todos, diz-se ainda, mas que ao qual temos direito, que é a disponibilidade à população de meios de diagnóstico céleres; .....

- nos dias que correm, a manutenção de um posto de trabalho que seja numa região como a nossa, em que os mais jovens são vistos diariamente a fazer malas para os destinos mais diversos, e em especial, os de mais elevada formação académica. ....

- e que nesta área em particular, estarmos perante cerca de 150 postos de trabalho que poderão desaparecer.....

- não podemos aceitar ser tratados, como meros números de merceeiro, e muito menos, quando estas medidas não têm aplicabilidade a todo o território nacional, mas apenas a duas regiões, que tenhamos conhecimento. ....

Assim, .....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 27 de abril de 2012, delibera solicitar à ULS de Bragança a não efetivação de qualquer medida que impeça os utentes do Serviço Nacional de Saúde, de poderem optar pelo local, seja público ou convencionado, onde lhes seja mais conveniente realizar as suas análises clínicas. ....

----- Pelo Movimento Por Bragança Sempre Presente”.....

----- **Presidente da Mesa** – Srs. Deputados, vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimentos relativamente a esta moção. Há pedidos de esclarecimento relativamente a esta Moção? Não há pedidos de esclarecimento. ....

----- Intervenções relativas a esta Moção? Registamos já um pedido de intervenção de Luís Pires do PS e de Rui Correia do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Pires, do PS. ....

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia, Público, Comunicação Social. ....

----- Realmente estas coisas são por uma ordem aleatória, é um tema que o Lourenço veio aqui falar e sobre o qual eu também já tinha previsto dizer umas palavras, e nesse sentido vou aproveitar partilhar nesta parte da intervenção relativa a essa moção, aquela reflexão que eu tinha feito. ....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- Há poucos dias observei uma notícia que referia que a ULS Nordeste foi a que melhor desempenho teve nos primeiros dois meses do ano, com resultados positivos de três milhões e quatrocentos mil euros. ....

----- Ontem mesmo fui surpreendido por uma manifestação dos trabalhadores dos Laboratórios de Análises Clínicas e alguns utentes do Sistema Nacional de Saúde, que se insurgiam contra o corte das convenções aos laboratórios de análises por parte da Unidade Local de Saúde. ....

----- Referia um manifestante, segundo consegui ver num jornal, “que esta medida vai destruir emprego especializado e ainda por cima numa cidade onde estamos a formar técnicos de análises clínicas”, uma perspetiva agravante para o que está a acontecer. Uma, há mais. ....

----- É de facto preocupante que cerca de cento e cinquenta postos de trabalho possam deixar de existir. Dito desta forma, o valor cento e cinquenta já é assustador só por si. Mas mais preocupante é que por trás de cada um desses valores se encontra uma pessoa e agregada a essa pessoa se encontra uma família. ....

----- Esta região não se pode dar ao luxo de eliminar uma quantidade tal de postos de trabalho. Esta região, por via do estado, não pode perder um posto de trabalho que seja. Esta região tem vergonha por ver os técnicos, por exemplo, da FDTI (Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação) serem colocados na rua. Esta região não pode ver o IPJ ser volatilizado porquanto Bragança tem um instituto politécnico com cerca de sete mil jovens e mais cerca de dois mil jovens distribuídos pelo ensino básico e secundário, os quais são alvos potenciais de políticas de juventude!! Não percebemos este tipo de atitude. Estas são as medidas estruturais de que falava o Paul Thompson??? Não me parece.

----- Mas esta perspetiva é apenas um dos lados de uma mesma moeda. O cerne da preocupação não tem a tónica centrada daquilo que eu referi. Se até aqui já existia algum constrangimento na satisfação de utentes de análises clínicas, então com o redirecionar de utentes de polos distribuídos para uma linha de satisfação única, a acreditar nos números que nos disponibilizaram, necessariamente teremos que estar perante um dos seguintes cenários: .....

----- Ou os laboratórios de colheita e análise dos hospitais e neste caso o de Bragança, mais concretamente, se encontrava aquém de 40% da capacidade média em utilização (assumindo uma distribuição uniforme) e nesse caso a pressão existirá apenas ao nível de reagentes e outros acessórios,

ou então teremos necessariamente estrangulamentos com a capacidade instalada, o que obrigará à instalação de uma, eu chamei-lhe “linha adicional”, porque não conheço o termo técnico, e à contratação de mais profissionais. Esta segunda necessidade merece apenas o reparo na medida que aumentará os custos dos recursos humanos, uma vez que selecionados de uma forma íntegra não vemos qual o dramatismo que daí se adverte, já a primeira perspetiva encerra contornos mais delicados. A montagem de uma segunda linha será eventualmente da responsabilidade de um produtor de equipamento ou de um laboratório que lhe seja associado, e  *muito sinceramente, meus amigos*, com a idade que já tenho, permitam-me que não acredite que existam almoços grátis. ....

----- No entanto, ainda não é este o cerne  *fundamental* da minha preocupação. A mim sempre me preocuparam as pessoas. Incomoda-me profundamente, que exista sequer a possibilidade de aqueles que, devido á idade, à doença, à situação económica, não possam realizar as suas análises. Tanto quanto indaguei, os serviços que os laboratórios prestavam de se deslocarem às aldeias do concelho,  *aos lares*, a realizar recolhas não vai ser substituído  *com esta alteração que está a ser proposta*. Eu sou um defensor fervoroso do Sistema Nacional de Saúde. Sou um defensor da ideia que no estado se faz bem, que as pessoas trabalho  *também* com qualidade,  *mas aqui isso não está em questão*. Como tal não tenho  *qualquer* pejo em aqui referir que a substituir-se um serviço por outro, o único que não deve ser prejudicado deve ser o utente. Falamos de pessoas débeis e com carências. ....

----- O Sr. Presidente da Câmara lembrou  *na tomada de posse da ULS*, ao titular da pasta da Saúde, que este é um setor que tem “uma série de fragilidades” na nossa região que precisam de ser corrigidas pois contribuem para o despovoamento dos concelhos no distrito. Enumerou os diversos problemas dos serviços de Saúde, nomeadamente a questão do transporte de doentes não urgentes que está a fazer com que muitos idosos faltem às consultas e aos tratamentos, e cito “ Porque não têm cento e vinte e cinco euros para pagar o táxi, que à noite sobe para cento e cinquenta euros, quantia que equivale a 60% do seu rendimento mensal”. ....

----- Portanto estamos aqui perante questões muito graves, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da ULS refere que tem equipamentos instalados nos três hospitais, que tem recursos nos três hospitais, pelo que não havia necessidade de mandar fazer análises fora. Concordo, desde que se assegure que não se demora dois meses para fazer uma análise e que quem tem dificuldade em deslocar-se aos hospitais que lhe sejam garantidas condições para tal. Aliás, curiosamente, nessa mesma entrevista, relativamente a um patamar funcional superior o Presidente do Concelho de Administração refere a necessidade de redundância face à dimensão do território e à dispersão da população”. ....

----- Meus caros acho que há aqui questões muito importantes, nós temos que pensar nas pessoas e deixar os números de lado e como tal concordamos que algo tem que ser feito para que essa medida da ULS, eu não vou dizer que não tem que ser feita, agora tem que assegurar que as populações não são prejudicadas, se isso acontecer não vejo grande mal, se isso não acontecer não posso aceitar essa situação. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PSD, Rui Correia. ....

----- **Rui Correia** – Mais uma vez bom dia a todos. ....

----- Bom, nós, de facto, não podemos concordar com este corte das convenções aos laboratórios, porque são cento e cinquenta postos como foi aqui referido, não sabia que eram tantos, mas de facto nem que fossem dois ou três acho que não podemos concordar com isso, porque, de facto, são os cento e cinquenta postos diretos, mas envolve também famílias, pelo que só podemos estar de acordo com esta proposta como forma de pressão para com o nosso Governo, para que esta situação não venha a ser uma realidade.....

----- E, como nota final, de qualquer maneira dizer que a Delegação do IPJ, só para o amigo Luís, a Delegação do IPJ não vai desaparecer. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Bom, depois destas duas intervenções passamos então à votação da Moção. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E OITENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto.....

----- Avançamos então para chamar o segundo inscrito, Isabel Lopes, do PSD. ....

----- **Isabel Lopes** – **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

“Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Membros da Assembleia, Comunicação Social, Minha Senhoras, Meus Senhores .....

----- As instituições de ensino superior são um meio de desenvolvimento importantes a vários níveis, criando uma dinâmica ao nível populacional, económico, e uma comunicação saudável entre todos os agentes económicos incorporados dentro de uma determinada Região. Deste modo, poderão dar um contributo significativo para a emergência de dinâmicas de desenvolvimento suscetíveis de alterar positivamente as condições de bem-estar das comunidades locais que as acolhem. ....

----- O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) não foge á regra e afirma-se há vários anos como agente fundamental de suporte e desenvolvimento da região do Nordeste Transmontano e de descentralização e democratização do país. O IPB é um bom exemplo de como a existência de um meio de formação qualificado pode ajudar no desenvolvimento de uma Região, tornando o Nordeste transmontano uma região competitiva ao nível da oferta qualificativa e na atração de população jovem, isto para um meio que lida diariamente com a sombra da desertificação.....

----- Segundo Sobrinho Teixeira, Presidente do IPB e Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, o IPB gerou um impacto económico, direto e indireto, de 113 milhões de euros nos concelhos de Bragança e Mirandela, introduziu a criação de 3 380 empregos e por cada euro que gastou neste instituto o Estado teve um retorno de 2,33 euros. Estas são algumas das principais conclusões de um estudo sobre o impacto económico do IPB, que foi ontem apresentado no IV Congresso do Ensino Superior Politécnico.....

----- Para além de ser a maior instituição de ensino do interior do país, pese embora a sua posição desfavorável no contexto geográfico e de desenvolvimento regional. Foi este ano considerado uma das melhores instituições de ensino do país. ....

----- O IPB foi das instituições de ensino superior que mais evoluiu em todo o país ao longo dos últimos cinco anos. A conclusão é de uma avaliação externa, que foi apresentada no passado mês de março. ....

----- O IPB foi das primeiras instituições portuguesas a candidatar-se a uma avaliação da Associação das Universidades Europeias, que representa mais de 700 instituições de ensino de 46 países. Foi feito o diagnóstico e avançadas algumas sugestões que, cinco anos depois, já produziram alguns frutos. ....

----- Como transmontana, brigantina, deputada municipal e docente do IPB venho desta forma expressar nesta assembleia a admiração e reconhecimento do excelente trabalho que as diferentes direções do IPB e das escolas que o compõem têm vindo a desenvolver, bem como do pessoal docente e discente. Um estudo que considera esta instituição do ensino superior como uma das melhores instituições de ensino do país só nos pode encher de orgulho e satisfação. ....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado Sr. Deputada, tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Pires do PS. ---- .....

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, muito bom dia. Já agora aproveitar e fazer aqui uns complementos à intervenção anterior, também é importante que na região se saiba isso. A nível de Bragança, para terem

ideia, já que estamos a falar no Instituto Politécnico de Bragança, se somarmos o número de alunos existentes atualmente, se somarmos o número de docentes existentes e o número de investigadores existentes, e se considerarmos a população de Bragança a nível urbano, aquela que é constituída pelas duas Juntas, Santa Maria/ Sé e acrescentando também Samil, fiquem com a ideia de que o impacto a nível, um dos indicadores que podem utilizar para este tipo de coisas, o demográfico é de 29%, ou seja, representa 29% da população de Bragança se considerarmos estas Juntas que eu falei. Já agora também um outro indicador interessante para saberem que se trabalha bem, é que somando o orçamento do Institutos Politécnicos todos do Interior que representam 40%, ou melhor, por partes, esse orçamento representa 9% do orçamento do ensino superior para 2012, 9%, só, o que significa que se formam pessoas a um preço muito baixo, muito baixo mesmo. Já agora, a nível de sub ensino ou sub setor do ensino superior, um indicador também importante é que o ensino politécnico representa 40% dos alunos do ensino superior nacional, e o orçamento que lhe é atribuído é apenas 30%. .....

----- Portanto são indicações que foram apresentadas ao Sr. Ministro, em Beja, numa reunião e agora voltaram a ser reiteradas, ontem, no Porto. Mas são indicadores importantes que às vezes as pessoas não têm noção para se ver que realmente se trabalha com qualidade e que os custos não são assim tão elevados e que às vezes nos ajuda a sustentar algumas opiniões quando queremos dizer que algo sai, ou não sai de determinado sítio, acho que são indicadores muito importantes. ....

----- Voltando à linha de pensamento aquilo que em informática chamamos reposicionar o kcpoin, eu tinha uma intervenção feita, como disse há pouco, que passava pela parte dos laboratórios, e que depois continuaria num outro sentido, e terminava aquela primeira parte, a resposta, numa revista que tem ali o meu amigo Bruno, tem ali uma revista que é “O Repórter do Marão” em que àquele comentário do Sr. Presidente do Conselho de Administração da ULS, de que é necessário termos aqueles meios e etc., o Sr. Ministro respondeu-lhe da seguinte forma: Há especialidades que precisam de dimensão e trata-se melhor o doente em sítios que tem massa crítica. Bom este termo de “massa crítica” fez-me mudar o tal KCpoint para outra questão, a “massa crítica” anda-nos a perseguir e persegui-nos há pouco tempo na televisão, não é? Não sei se se recordam, refiro-me ao programa “Portugal Hoje” e às críticas que eu tenho lido na empresa Regional sobre esse programa, algumas, diga-se de passagem, escritas de uma forma bastante grosseira, embora no âmbito se posicionem numa perspetiva comum, perspetiva de índole crítica e com a qual concordamos. O reino maravilhoso de terra de gente dura, resistente, indomável, região da cultura e dos estudantes, de hospitalidade e da qualidade, do muito e do bem trabalhar, viu-se reduzida a uma região quase de mendiguice de mãos estendidas sem estratégia e sem orientação e parecia-nos sem lideres, aliás parece que um dos lideres

que devia estar presente nesse programa, no palco, chamemos-lhe assim, foi vetado, não sabemos por quem, à última hora, eu li o site do programa, antes, e dizia: a partir das 21h estaremos em direto do Teatro Municipal de Bragança onde vamos debater os fatores positivos e negativos da Interioridade. Em tempo de autoridade profunda vamos a Bragança à procura da coesão nacional, neste programa contamos com um painel de convidados conhecedores da região: o Sr. Engenheiro Jorge Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Bragança; o Professor Adriano Moreira, Presidente da Academia de Lisboa e referencia principal dos Transmontanos; o Professor Vera Crus, Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa - e estou a citar o site - impulsionador do curso de direito e de um centro de investigação dos direitos e interioridade; Professor Sobrinho Teixeira, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança e Presidente do CCIP (Conselho Coordenadora dos Institutos Politécnicos); e Eduardo Malhão Presidente do NERBA e Empresário, ainda o Dom José Cordeiro, Bispo de Bragança. ....

----- Bom, isto era o que estava no painel, não foi aquilo que se verificou, portanto houve ali um veto não sei de quem, nem como, nem que porque motivos. ....

----- De facto, e no seguimento, o programa contou com um senhor que serviu de farol pavoneando-se e um conjunto de posturas e intervenções dececionantes, tudo rematado com uma pivô parcial e de qualidade muito duvidosa e cuja conduta em “of” deixa muito a desejar no que à educação concerne, esta é minha perspetiva. ....

----- O desenvolvimento do programa teve dois vetores distintos, por um lado a RTP através de quem idealizou o formato foi particularmente infeliz na seleção do painel e na condução do programa, a ignorância e a sobrançeria foram perentes, ninguém foi capaz de explicar à senhora que aqui se diz “fragas” e não “fráguas”, mas pronto. Por outro lado os intervenientes que, de facto, representaram a Região tiveram uma postura que desiludiu, o que não abona em favor da garra, altivez, orgulho, justeza e nobreza dos transmontanos. ....

----- Fica aqui a nossa discordância, o nosso desagrado pela forma como o programa decorreu, é uma nota que gostaríamos de registar e deixar vincada para ver se realmente começamos a mudar o nosso kcpoin para outros parâmetros, porque os que temos seguido até agora não tem tido resultados, e acho que temos que fazer uma abordagem distinta, porque esta imagem é confrangedora, obtive vários feedbacks muito negativos de pessoas que conheço, e felizmente conheço muita gente por este país fora, desde a minha rede de contactos universitários até outros, e sinceramente a opinião que chegou, chamemos-lhe a “mensagem”, quase uma “sondagem” foi muito negativa, passou uma imagem que não é aquilo que nós somos. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Chamo agora o representante da CDU, o Sr. Leonel Fernandes. ....

----- **Leonel Fernandes – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Ex.mos Membros desta Assembleia, Comunicação Social, Ex.mo Público, a todos muito bom dia. ....

----- Eu como tenho menos tempo para as intervenções, tenho que ser mais sucinto. ....

----- “ A propósito do recente debate televisivo em torno da interioridade, transmitido desde a nossa cidade e que contou, entre outros, com a participação do Sr. Presidente da Câmara, permito-me tecer algumas considerações: .....

----- Desde logo, constatar que tivemos razão ao declinar o convite que nos foi endereçado, para estarmos presentes em tal ato. ....

----- Reafirmamos que a nossa presença, ao contrário do que nos foi proposto, só tinha sentido se nos fosse dada oportunidade para nos pronunciarmos sobre as questões em debate, pois não concebemos o nosso papel como meras figuras decorativas. É também reconhecida publicamente, a significativa ausência de representantes sindicais, de agricultores, de jovens, etc., cujo contributo é sempre imprescindível para uma abordagem plural e significativa sobre os temas em apreciação. ....

----- Para a história deste simulacro de debate, e no que respeita ao flagelo do despovoamento da nossa região, registam-se as palavras de um entendido. Ficamos a saber que o repovoamento está a andar, mas devagar, até porque a região é “gourmet”. Assim, serão instaladas cinco famílias. Uma já está, duas vêm a caminho e as restantes duas virão no fim do ano. Perante tanta leviandade, ninguém se indignou. ....

----- Também, a propósito das obras da futura A4, ninguém teve oportunidade de referir que, devido ao desinvestimento governamental, as mesmas se encontram paradas em vários troços, acarretando prejuízos para a região e para todos, utentes e trabalhadores. ....

----- Sem pretender escarpelizar todo o programa mediático em apreço, não queria contudo deixar de referir aqui, por parte do Sr. Presidente, quando questionado sobre as eventuais medidas para minimizar *os efeitos da crise*, se esqueceu de referir que, neste contexto, e por iniciativa da DCU, esta Assembleia Municipal, em 16 de dezembro passado, aprovou uma recomendação, a concretizar em breve prazo, no sentido da elaboração de um documento de âmbito concelhio, com linhas estratégicas para um desenvolvimento sustentável. ....

----- Para além de lamentar este lapso de memória do Sr. Presidente, aproveito para lhe perguntar em que pé está a elaboração de tal documento. Se é que está! Muito obrigado.” .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Eu passava, agora, a chamar o Sr. Deputado do CDS/PP Guedes de Almeida. ....

----- **António Almeida** – Muito bom dia a todos. Começando por cumprimentar o Sr. Presidente da AM, restantes Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, estimados companheiros e amigos, Público presente, Comunicação Social. ....

----- Neste Período de Antes da Ordem do Dia há aqui uma sintonia, de facto, relativamente ao tema, e eu aqui começo por dizer, pelo menos, à força política, que aqui represento, não chegou qualquer convite. Por um lado, apenas aqui lamento se houve falha, se houve intenção, apenas isso. ....

----- Relativamente ao não ter lá estado, acho que foi um privilégio efetivamente para quem lá não esteve, porque a opinião geral do país é que terá sido, e sobretudo os Bragançanos, ou do Distrito de Bragança, ou transmontanos, é que foi o pior programa de Prós e Contras o “Portugal Hoje” da Fátima Campos Ferreira. E para quem foi alternando, eu fui alternando, o Real Madrid estava a jogar, efetivamente virava-me mais para o Real Madrid porque efetivamente começou logo por surpreender, o painel. E aqui há responsabilidade de Bragança e principalmente do Sr. Presidente da Câmara de Bragança, escolhe um painel precisamente que eu chamei aqui na intervenção do 25 de Abril, de “estrangeirados”, não há aqui ninguém que saiba defender e que saiba ver os problemas de Bragança. O Professor Adriano Moreira é Transmontano, sim senhor, é uma figura reconhecida em Portugal e em todo país, com todo o carinho e com toda a estima, sem qualquer ponto que se possa beliscar na pessoa, mas não representa, digamos assim, na sua vivência consequente e permanente, a interioridade, ele abalou há muito anos para Lisboa, ele fez vida até fora de Portugal durante muito tempo, portanto não tem nada com esta realidade, se falta a água em Bragança ele toma banho em Lisboa, ou se falta a água em Alfandega da Fé, ou Vila Flor. Portanto não tem nada a ver para intervir num programa que defendia a interioridade, que queria saber os problemas da interioridade e que iria ser apresentado ao País, portanto há aqui logo também, e peso todo o respeito pelo Professor Adriano Moreira, o máximo respeito, não era uma das figuras indicadas para defender a situação atual e reivindicar aquilo a que os transmontanos ou o Distrito de Bragança têm direito. E falo também do Distrito de Bragança porque estiveram lá presentes, salvo o erro, os 12 Presidentes de Câmara do Distrito. Quantos intervieram? Eu apenas vi a Dr. Berta, de Alfandega da Fé, e a falar de um tema sem qualquer interesse para a situação que nos encontramos.....

----- Naquilo que me diz respeito, há uma figura que até foi condecorada, foi homenageada em Bragança, em janeiro, o Professor Vera Cruz, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Eu pergunto porque? Já perguntei, na altura, porque essa homenagem, o que levou a que fosse

homenageado, nesta intervenção disse tudo menos abordar os problemas de Bragança, pelo contrário, ficou que tem um bom casamento com a Câmara de Bragança, falta saber qual, e aqui põe-se a pergunta, qual é o regime de comunhão de bens desse casamento? Porque em termos de direito eu não conheço, e conheço um pouco, ou o mínimo para dizer que não conheço que exista os chamados direitos de interioridade, não há nenhum ramo de direito que defina e que se debruce sobre o direito da interioridade, eu pergunto o que é isso? E pergunto também qual o interesse desse curso em Bragança e para quem? E quanto custa à Câmara de Bragança este protocolo com a Universidade de Lisboa? .....

----- Não transmitiu nada ao país, pelo contrário, relativamente aos problemas de Bragança e da interioridade, pelo contrário, deixou desgostosos todos aqueles que de Bragança ou do Distrito de Bragança, quando falo de Bragança falo do Distrito de Bragança, que tentaram ver o programa e ficaram desolados com o que viram. ....

----- Depois houve algumas intervenções que foram travadas, eu diria, a tempo, lembro uma, quando começa o Dr. Júlio de Carvalho, toda a gente conhece o Dr. Júlio de Carvalho, trata-se de uma personalidade que efetivamente aborda os problemas frontalmente, às vezes de uma maneira mais erosiva, mais agressiva, mas abordados com sensatez e com consciência, pois se repararam foi logo travado. O Professor Francisco Cepeda praticamente falou. Portanto isto só para dizer que efetivamente os problemas não foram abordados, não foi dada uma panorâmica, e o que se verifica, isto vem reforçar que efetivamente há uma tentativa por parte, eu ia dizer não da Câmara, do Sr. Presidente da Câmara de Bragança de aparecer muito, sobretudo na televisão. Esta recente feira com o Júlio Isidro foi também, quer dizer, aparecem quase sempre as mesmas personagens a debater temas, a mostrar Bragança, mas onde não é revelado ao país quais são os verdadeiros problemas, aqueles que levam a desertificação, quer dizer, não há uma seriedade, não há um poder reivindicativo. ....

----- Hoje falou-se aqui já de saúde, o problema das USLs, é um problema grave de saúde do Distrito de Bragança, quase desde de sempre, mas tem-se vindo, sobretudo nos últimos dez, quinze anos a degradar no dia a dia, a assistência às pessoas. ....

----- Falou-se aqui, no dia 25 de Abril, a Constituição prevê um direito à saúde, não há ninguém que não deixe de ser tratado se chegar ao hospital e disser que não tem dinheiro, as pessoas tem que ter consciência disto e devem reivindicar, mas não há reivindicação nenhuma, quer dizer, os serviços vão sendo desativados atendendo à população, as pessoas são números, efetivamente, .....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado peço desculpa terminou o seu tempo. ....

----- **António Almeida** – Bom, já falei no que tinha a falar, é que efetivamente questionei e coloquei aqui questões que efetivamente nós estamos a ser como que quase educados por pessoas que nada

tem a ver com este Distrito e com este Concelho, portanto há aqui gente que sabe discutir, sabe abordar os problemas, sabe ajudar a resolve-los se para isso houver vontade de motivar os consensos necessários para que se ultrapasse esta situação difícil, o que não tem acontecido e o exemplo foi perfeitamente o programa do “Prós e Contras” que se realizou aqui no Teatro de Bragança. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Eduardo Malhão, do PSD, tem a palavra. ....

----- **António Malhão** – Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Executivo, Srs. Vereadores, Srs. membros desta AM, Srs. Presidentes de Junta, Srs. da Comunicação Social, caro Público. ....

----- Gostaria de começar por dizer que, de facto, nós não podemos vender o sol no inverno e temos assistido, durante algum tempo, a que alguns pseudo-líderes locais nos queiram passar essa mensagem, e obviamente que não posso ficar indiferente ao que tem sido falado sobre o programa “Portugal Hoje” – “retratos de interioridade”. ....

----- Eu até posso concordar que de facto houve detalhes que podiam ter sido conduzidos noutra perspetiva e que há pormenores que podiam ter sido mais bem afinados e mais bem alinhados. Agora enfim, a grande crítica que se faz, o que o Luís Pires veio aqui dizer foi exatamente isso, que as pessoas que estavam no painel não são pessoas afirmativas, não são pessoas que gostam de promover a região, não são pessoas trabalhadoras, não são pessoas leais, enfim, são pessoas de terceira categoria, foi o que o Sr. Luís Pires e o Sr. Deputado Guedes de Almeida aqui vieram dizer. Talvez sem substituição do painel que esteve lá, e eu posso dizer que em termos pessoais, se tivesse que optar, eu não estaria lá, apenas estive lá porque isso resultou de uma obrigação institucional e de um dever como cidadão, como dirigente associativo, mas tinha que haver obviamente uma escolha e um alinhamento sobre isso, e o que se procurou fazer, e bem, foi diversificar a representatividade da sociedade e dos setores da região, mas, pelo menos, registo como positivo, este grande interesse que o debate suscitou e percebe-se que afinal as pessoas não estão amorfas, não estão passivas, preocupam-se com o debate e com a reflexão dos problemas da região. ....

----- Depois também não conheço nenhum estudo de opinião que corrobore exatamente esta ideia que aqui ficou dita, aliás eu recebi imensas chamadas de todo o País e do estrangeiro e recebi muitos testemunhos de pessoas residentes na região, a dar exatamente o feedback positivo do programa, não percebo como é que de um lado só há testemunhos negativos, e do outro lado só há testemunhos

positivos. Eu comecei por reconhecer que, de facto, havia coisas que podiam ter corrido melhor, mas não podem de forma alguma imputar essa responsabilidade a quem participou no programa. ....

----- O que eu gostaria aqui de salientar e de realçar é o forte empenho do Sr. Presidente da Câmara e do Município no sentido de que o programa tivesse sido realizado diretamente de Bragança e que tivesse permitido dar esta visibilidade e esta nutridade à cidade e à região. ....

----- Debater estas questões em televisão não é fácil, eu falei apenas sete minutos, não sei se falei muito se falei pouco, falei de acordo com a oportunidade que me foi dada, posso-vos dizer que tinha formatado mentalmente o discurso em duas partes, foi-me dada apenas oportunidade de falar na primeira parte, obviamente que tenho que manifestar que não saí totalmente satisfeito por esse motivo, também ali houve algumas assimetrias, foi-nos pedido, pela produção, para indicarmos um conjunto de empresários sectoriais, para poderem falar, recordo que também não falaram, ninguém fala nos empresários, só falam noutras pessoas que estiveram lá e que não tiveram oportunidade de falar, e é impossível que toda a gente tivesse falado, as pessoas tem que, de uma vez por todas, deixar de pensar em capelinhas, ficou aqui bem presente uma vez mais que as pessoas pensam muito em capelinhas, que não podemos andar aqui com este discurso do “bota abaixo” e de costas voltadas uns para os outros, que o interesse da região deve ser discutido como uma perspectiva e com uma visão abrangente, deve ser discutido com uma visão de conjunto, é muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa, e nós não podemos de facto ligar apenas aos pormenores e aos detalhes, eu compreendo que eles também são importantes, mas importante mesmo foi a imagem positiva e o esforço que todas as pessoas que colaboraram e que se empenharam para que o programa acontecesse diretamente de Bragança, e que Bragança fosse falada em todo o Mundo. ....

----- É isso que eu aqui realço, e é isso que é positivo, deixemo-nos dessas pequenas disputas político/partidárias, que não passam de sectárias e que não constroem em nada para o futuro da região.

----- Tenho dito. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Estão terminadas as inscrições, para o Período de Antes da Ordem do Dia, de modo que passamos de imediato ao

**PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** .....

**PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.** .....

**- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -**

*Conforme alínea e) do n.º.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes*

*tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 24 de fevereiro de 2012, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.*

## **1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

### **1.1 - Divisão Financeira**

#### **1.1.1 - Secção de Contabilidade**

Com reporte ao período acumulado a 31 de março de 2012, a execução bruta do Orçamento da receita é de 16,8% (no montante de 7 milhões de euros), para um Orçamento da despesa paga de 15,6% (no valor de 6,9 milhões de euros).

De um modo global, as Grandes Opções do Plano atingiram - até 31 de março de 2012 - uma execução financeira de 10% (1,8 milhões de euros) provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 1,7 milhões de euros e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal no valor de 0,15 milhões de euros. As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, com um valor de despesa paga de 1,3 milhões de euros. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 10,5% e o Plano das atividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 6,7%.

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 31 de março uma diminuição de 832 196€, ou seja, de -6,14 pontos percentuais, comparativamente a 1 de janeiro de 2012.

De 01 de fevereiro a 31 de março de 2012 foram deliberados em reunião de Câmara Municipal apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 47 500,00€ e para compensação das obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes o valor de 68.505,10€; - Subsídios e Participações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 200 257,90€.

#### **1.1.2 - Setor de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento**

No período de 01 de fevereiro a 31 de março de 2012 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 230 789€ representando um saldo negativo de 225 203€ (-9,8%), comparativamente com o período homólogo do ano transato.

Durante o período de 2 de fevereiro a 31 de março de 2012, foram abertos 21 procedimentos por ajuste direto e 1 procedimento por concurso público referentes a aquisição de bens e serviços. Tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos, o valor total adjudicado perfaz 153 864,36€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Foram emitidas e enviadas a satisfazer pelos fornecedores 431 notas de encomenda no valor total de 374 735,09€, correspondendo a uma despesa de capital de 59 879,71€, enquanto a despesa corrente ascendeu a 314 855,38€.

Em termos patrimoniais realizaram-se 7 escrituras de compra e venda correspondentes à aquisição de oito parcelas de terreno para a construção da circular interior de Bragança, no valor total de 29.769,60€.

## **1.2 - Divisão Administrativa**

### **- Setor de Expediente Geral e Arquivo**

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 3.250 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 4 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia. Deu-se continuidade à nova fase do processo da desmaterialização e gestão documental, tendo sido iniciado o registo e envio pela aplicação do atendimento da correspondência para toda a organização.

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do distrito de Bragança” do Prof. Hirondino da Paixão Fernandes.

**1.2.1 - Secção de Recursos Humanos e Remunerações** – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 5 procedimentos concursais (tempo indeterminado, tempo determinado/termo resolutivo certo e incerto) e 7 processos de aposentações. No dia 03 de abril terminaram os quatro estágios que estavam a decorrer no âmbito do PEPAL IV, estando a decorrer cinco estágios não remunerados/ Curriculares/Qualificação Emprego/Vida Emprego.

- **Gabinete Jurídico** prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contraordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

### **- Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação**

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, foi dada continuidade às tarefas inerentes à implementação do Projeto de Modernização Administrativa, sendo de destacar: - No circuito de **gestão documental** foram abrangidos todos os serviços, sendo o expediente entrado registado e encaminhado digitalmente. Está em decurso a implementação do circuito de informações internas. - **Gismat**: Foi dada continuidade ao projeto de revitalização das aplicações SIG, com ênfase no apoio prestado na implementação da aplicação IRM (Infraestruturas de redes municipais). Foram tratados nomeadamente os seguintes aspetos: Colocação da Funcionalidade de pesquisa de

consumidores; Listagem de Zonas e Números de instalações ordenadas alfabeticamente alterando os Scripts DML da Medidata; Dúvidas e personalizações dos dados (IRM); Instalação de Mapguide OpenSource; Instalação de PostGres/Postgis; Início de tratamento de informação espacial para colocar em Base de dados Postgis; Organização da Base de dados. - Aplicação de **Gestão de Pessoal**: A aplicação foi preparada para possibilitar o envio dos recibos de vencimentos através de email. - **Serviços online**: Estão a ser desenvolvidos trabalhos que permitirão disponibilizar serviços ao cidadão a curto prazo, nomeadamente a consulta de processos em decurso na autarquia nas áreas de urbanismo e águas.

O principal website do Município de Bragança registou, de 16 de fevereiro a 13 de abril do presente, um total de 38 319 visitas(média de 661 visitantes por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 6.592 vezes (81/dia).

Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 737 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 1 666 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 1 929 visitas e da Biblioteca Municipal 385. Relativamente ao Facebook 5.000 “amigos” e 1.296 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

## **2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL**

### **2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO**

#### **Serviço de Animação e Equipamentos Culturais**

**Centro de Arte Contemporânea** – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 14 de abril, a exposição de escultura, fotografia e desenho “Os Caminhos da água e do corpo sobre a terra”, de Alberto Carneiro, que vai estar patente até 24 de junho de 2012.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais continua a exposição, inaugurada no dia 14 de janeiro, “A Caminho do Medo” reunindo os trabalhos mais recentes, cerca de 30 pinturas, desenhos e colagens, produzidos pela artista em 2011.

Nos meses de fevereiro e março foram realizadas 29 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 1.969 pessoas.

**Museu Ibérico da Máscara e do Traje** - Nos meses em análise visitaram o museu 892 pessoas.

**Teatro Municipal de Bragança** – Durante os meses de fevereiro e março realizaram-se 17 espetáculos com 24 sessões e uma oficina de voz realizada pelo Teatro da Garagem, com a assistência de 3858 espetadores.

**Bibliotecas Municipais** - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 909 monografias e efetuada

a correção de 817 registos. No período em questão, registou-se a presença de 4.421 em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 315 crianças. A biblioteca municipal participou na Semana da Leitura do Agrupamento de Escolas Paulo Quintela. Um técnico deslocou-se à sede do agrupamento, nos dias 8 e 9 de março, onde realizou a hora do conto para 286 crianças – desde o pré-escolar até ao 4 ano.

Nos dias 14, 15 e 16 de março tivemos a presença da escritora Regina Gouveia que visitou todas as Escolas e Agrupamentos da cidade

A biblioteca municipal assinalou mais um “Dia Internacional do Livro Infantil” com uma exposição biobibliográfica de Hans Christian Andersen e a projeção de um filme tendo participado 25 crianças nesta atividade.

**Biblioteca Adriano Moreira** - Nos meses em análise registou-se a presença de 395 pessoas neste espaço.

**Centro Cultural Adriano Moreira** – No dia 3 de março foi inaugurada a exposição de pintura “Vertidos”, do artista espanhol José Arias, que integra obras executadas nos últimos dez anos, algumas delas inspiradas em paisagens transmontanas às quais o pintor deu o nome de “Carragosa”, “Terroso” e “Negrilhos”.

**Setor de Turismo:** No posto de Turismo foram atendidos 1419 turistas. Entre 29 de fevereiro a 04 de março decorreu a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), onde o Município de Bragança esteve representado, conjuntamente com os restantes municípios da Terra-Fria pela Associação de Municípios da Terra Fria. Foi dado início à implementação do sistema Welcome Guides – guia interativo que possibilita o acesso, através de telemóvel, a informação variada relacionada com os equipamentos culturais, monumentos, museus, restaurantes, alojamento, caixas multibanco, etc., existente na área do concelho de Bragança.

## **2.2 –DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE**

### **Serviço de Educação**

No âmbito do programa de “Controlo de Salubridade” das Cantinas do Pré-escolar e 1º CEB, foram visitadas duas unidades recetoras das refeições escolares dos alunos do 1º CEB, EB1-Campo Redondo e EB1-Samil, tendo-se procedido à verificação das condições de funcionamento.

Está em curso a realização, nas instituições escolares do ensino público, de um inquérito à satisfação do serviço prestado pelo município, no sentido de obter informação que nos permita oferecer um melhor serviço para satisfação das necessidades sentidas.

Foi feita a aquisição de diverso material didático para a componente social dos Jardins de Infância da rede pública, de 2 máquinas de lavar louça industriais, uma para o Centro Escolar da Sé e outra para o Centro Escolar de Santa Maria, e de marcadores para os quadros brancos dos dois centros escolares.

No mês de março participaram nas sessões formativas, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP, na Escola Fixa de Trânsito, 10 escolas num total de 200 alunos do 1º ciclo (público e privado) do concelho de Bragança.

#### **Serviço de Desporto e Juventude**

Nos dias 3 e 4 de março, numa organização conjunta do Município de Bragança e da Associação Regional de Natação do Nordeste, realizou-se, na Piscina Municipal, o Torneio Regional de Natação, onde participaram cerca de 80 atletas, do escalão de Infantis, de equipas representativas das cidades de Bragança, Chaves, Mirandela e Vila Real.

O projeto “Desporto Sénior no Meio Rural”, que vinha decorrendo nas freguesias de Grijó de Parada, com uma média de 30 participantes, e na freguesia de São Julião de Palácios com uma média de 35 participantes, foi estendido às freguesias de Rebordãos onde tem participado uma média de 30 pessoas e de Paçó de Rio Frio com cerca de 35 participantes.

Durante os meses de fevereiro e março, integradas no projeto “Bragança Saudável, Bragança Solidária” realizaram-se 4 caminhadas rurais, com percursos entre 12 e 14 Kms de distância, nas freguesias de França, Macedo do Mato, Sortes e Quintela de Lampaças, com um total de 247 participantes.

Ainda integrado neste programa decorreu no dia 25 de março um passeio de BTT que contou com a participação de 150 adeptos desta modalidade. Organizado pelo Município de Bragança, que contou com o apoio da Associação Regional de Cicloturismo de Bragança e das Juntas de Freguesia de Nogueira e Alfaião, teve por objetivo a promoção do exercício físico e do convívio entre os participantes e integrou dois percursos distintos de 25 e 45 quilómetros.

Foi prestado apoio na organização do Torneio de Natação do Desporto Escolar, que decorreu na piscina municipal e contou com participações das Escolas Secundárias de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Mogadouro, num total aproximado de 80 alunos.

#### **Serviço de Ação Social**

No período que medeia entre a última sessão da Assembleia Municipal e o início do mês de abril de 2012 realizaram-se 54 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas. Ainda neste período, foram realizadas 37 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência, pertença do MB.

Encontram-se em fase de conclusão os trabalhos técnicos de implementação dos projetos imateriais “Carta Social do Concelho de Bragança”, “Guia de Boas Práticas de Intervenção social do Concelho de Bragança” e “Plataforma Informática de Monitorização de Apoios Sociais”, enquadrados na candidatura ao QREN do Programa de Ação “Nova Mãe – Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d’Água, que serão apresentados no âmbito da II Feira de Emprego, Educação e Solidariedade do Concelho de Bragança, que decorrerá nos dias 09 e 10 de maio do presente.

Foi realizada uma reunião de trabalho, no âmbito do Programa Censos Sénior promovido pela GNR, no sentido de avaliar e tomar conhecimento do levantamento efetuado sobre os idosos que vivem em situação de isolamento.

Foram assinados, no dia 29 de fevereiro, os contratos de arrendamento de habitação social, propriedade da Câmara Municipal de Bragança, para realojamento de 5 famílias residentes em Bragança e que viviam em risco de exclusão social.

### **3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 3 concursos, com um valor base de 121.160,00€+IVA, destacando-se: - Fornecimento, montagem e ligação de infraestruturas de balneários pré-fabricados no Parque Desportivo de Santa Apolónia (54.000,00€); - Trabalhos diversos no edifício da Junta de Freguesia de Outeiro (11.160,00€); - fornecimento, montagem de rede de resguardo, no Parque Desportivo de Santa Apolónia (56.000,00€).

Neste período foram adjudicadas as seguintes obras, com um valor global de 479.580,22€+IVA: - Construção da Circular Interior - Troço de Ligação à Avenida Abade de Baçal (332.491,24€); - Sinalização Urbana (19.576,98€); - Estudo de Correção Acústica dos Espaços de Lecionação do conservatório de Música (48.815,40€); - Trabalhos complementares de arranjos exteriores do elemento escultórico (78.696,60€).

Outras obras a decorrer: - Iniciadas as obras de Reversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis”; - Parque Verde da Coxa; - Circular Interior (ligação à Avenida Abade de Baçal); - Construção da Circular Interior – Troço da Mãe d’Água; - Requalificação de edifício para instalação de Sedes de Associações de Santa Maria; - Ciclovia e Praça da Mãe d’Água; - Melhoria da Eficiência Energética do Bairro Social da Mãe d’Água; - Pavimentações no Bairro do Campo Redondo; - Recuperação de 2 edifícios no centro histórico para residências universitárias (Domus Universitária); - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa, Lagomar e Terroso; Escola de dança e ampliação da Casa da Seda.

**3.2 - Divisão de Urbanismo** – Face aos indicadores monitorizados realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 65% destas ações reportaram-se ao espaço rural, referentes a reabilitação de imóveis, tendência já verificada no ano de 2010. No âmbito da consolidação do espaço urbano acresce um fator positivo, 95% das operações urbanísticas são dentro dos perímetros urbanos, contrariando uma disseminação da construção difusa, conforme era constatado no anterior instrumento de gestão de planeamento - PDM. O valor da receita apurado foi de 44.590,58€, cabendo 397 guias emitidas, acompanhando igual tendência de decréscimo em 31,07%, face às 576 guias emitidas em 2010 e uma perda de receita de 26,05%. No conjunto das operações urbanísticas, ou seja, o somatório das ações relacionadas “licenciamento e comunicações prévias”, regista-se um abrandamento de 15,10%.

#### **4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS**

##### **4.1- Divisão de Águas e Saneamento**

A decorrer/executados os seguintes trabalhos: - Av. Abade Baçal: Substituição de um troço de conduta; - Rua Abade Cicouro: Substituição de um troço de conduta de água. O tubo existente era em galvanizado, estava danificado e a água saía na Rua dos Olmos; - Paradinha Nova e Paradinha Velha: Execução de dois furos para a resolução do abastecimento de água; - São Pedro de Serracenos: Alteração do abastecimento de água ao Loteamento do Navalho.

No Setor do Saneamento executados os seguintes trabalhos: - Execução da rede de saneamento para o Centro Social e Paroquial de Santiago.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (70); limpeza de fossas (20); mudanças de nome de clientes (224); execução de novas ligações (27); substituição de contadores (369); reparação de fugas (62).

**4.2. Divisão Ambiente** – No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

**Trabalhos de Manutenção Urbana:** Durante o período foram repostos 39 sinais de trânsito e foram colocados 35 novos sinais. Contribuindo para a manutenção e melhoria da imagem urbana, foram repintadas 140 bolas delimitadoras e 30 floreiras do Centro Urbano. Foram ainda executadas 71 caldeiras de árvores na Avenida Abade de Baçal (desde o cruzamento para Donai até ao Continente). Foram recolocados 8 pilaretes e 2 bolas devido a acidentes rodoviários e ações de vandalismo.

**Trabalhos de Manutenção Urbana:** Foram recolocados os 8 painéis de identificação da biodiversidade da Estação de Carrazedo, os quais já apresentavam um estado de conservação inadequado.

**Gestão Cemiterial:** Durante o período em referência foram desenvolvidas as seguintes atividades:- Inumações (58); - Concessão de terrenos (1); - Transmissões/averbamentos (9); - Licenças de construção (4).

**Resíduos Sólidos Urbanos:** Foram produzidas 120 toneladas de resíduos seletivos, tendo-se verificado um decréscimo de 20% relativamente ao ano de 2011. No que concerne aos resíduos indiferenciados verificou-se também um decréscimo de 13% nos dois primeiros meses de 2012. Recolhidos e tratados em janeiro e fevereiro de 2012, urbano, 1656, 82 toneladas, e rural 573,280 toneladas.

**Parques Infantis:** Iniciaram-se os processos de manutenção dos parques infantis, melhorando as condições de segurança da sua utilização.

**Paisagismo:** Emissão de parecer sobre projeto de paisagismo – Parque Verde da Coxa; - Acompanhamento/fiscalização dos serviços de manutenção de espaços verdes a cargo da Silvicorgo; - Acompanhamento/fiscalização da execução da obra da Ciclovía da Mãe d'Água; - Conclusão do concurso para manutenção de espaços verdes sazonais.

**Controlo de animais errantes:** No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 75 animais. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública.

**Espaços verdes:** Execução dos espaços verdes da ASCUDT; - Requalificação dos espaços verdes junto ao Cemitério do Toural; - Manutenção de todos os espaços verdes, morda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; - Abate de árvores (Plátanos) no Bairro do Pinhal; - Abate de árvores no Bairro do Campelo; - Plantação de 28 árvores de alinhamento na zona urbana; - Plantação de 1734 arbustos nos canteiros requalificados; - Manutenção e ensaio de todos os sistemas de rega automático; - Limpeza e abate de árvores secas da Quinta da Trajinha; - Poda de Oliveiras na Quinta da Trajinha e zona do Polis; - Limpeza da Quinta da Trajinha.

#### 4.3- Divisão de Mobilidade e Energia

Nos STUB foram transportados 76.983 passageiros. Efetuados 26 serviços ocasionais, dos quais 5 foram transportes de crianças solicitados por escolas do ensino básico ou pré-escolar.

Relativamente ao Aeródromo, verificou-se o movimentos de 571 movimentos de aeronaves e 1221 embarques ou desembarques de passageiros, o que corresponde, em relação ao mesmo período de 2011, a uma diminuição de 31 % nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 10,8 % no número de embarque e desembarque de passageiros.

Realizados trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

**Outras atividades/assuntos relevantes:**

No dia 27 de fevereiro, representantes dos Grupos Parlamentares da Assembleia Municipal e o Executivo da Câmara Municipal de Bragança visitaram a Faurécia – Bragança.

No dia 29 de fevereiro, na aldeia de Pombares, realizou-se a Assembleia Geral da PENOG, SA (Parque Eólico da Serra de Nogueira), com a presença das Juntas de Freguesia e Assembleias de Compartes que integram este projeto.

No dia 01 de março decorreu, no Auditório Paulo Quintela, o III Fórum Regional da Água, organizado pela Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARHNorte) e a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto, em colaboração com a Câmara Municipal de Bragança, no qual foi apresentado o "Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Norte" - dimensão "participar" que apresenta como essencial a construção da Barragem de Veiguinhas como solução para o problema de armazenamento e abastecimento de água a Bragança, prevendo este Plano um investimento na ordem dos nove milhões de euros para esta infraestrutura.

**Assuntos tratados em Reunião de Câmara Municipal:**

Aprovada a proposta de criação da Escola de Dança, na antiga EB1 do Loreto integrando o seu funcionamento no Conservatório de Música de Bragança, de modo a otimizar recursos existentes, e passando, assim, a designar-se por Conservatório de Música e de Dança de Bragança.

Assinado o Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, no sentido de concretizar a tradicional Feira das Cantarinhas, bem como a XXVI edição da Feira de Artesanato, como forma de valorizar a atividade socioeconómica do concelho e da região. O MB procedeu à contratação de stands (70) com custo de cerca de 15.000,00€.

Autorizada a celebração do referido contrato de promessa de compra e venda de um prédio rústico, com a área total de 9 903 m<sup>2</sup>, para ampliação da Zona Industrial das Cantarias, pelo valor de 75.856,98€. Tomado conhecimento da declaração de impacte ambiental favorável à construção da Barragem de Veiguinhas.

Tomado conhecimento de que nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 o valor dos investimentos associados a obras públicas realizadas pela Câmara Municipal, através de empreitadas, foi de respetivamente 5.324.071,95€, 4.805.330,99€, 8.456.397,77€ e 6.555.403,77€, o que totaliza um investimento global de 25.141.204,48€.

Assim, no período em análise, as obras executadas ficaram 1,31% abaixo do inicialmente previsto nos contratos de adjudicação, ou seja, 332.746,35€ e 1,92% (148.994,06€) acima quando considerados os contratos adicionais realizados para algumas das obras e revisões de preços, o que demonstra a boa gestão e o rigor no acompanhamento das empreitadas realizadas no período em análise.

Aprovado o Protocolo de Colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bragança (subsídio anual de 95 995,85€).

Município de Bragança, 13 de abril de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal,

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança, tem a palavra. ....

----- **Presidente da Câmara** – Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, os Srs. Secretários da Mesa, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Membros da Assembleia, Público presente, Comunicação Social. ....

----- A informação escrita sobre o estado e vida do Município, distribuída aos Srs. Membros da Assembleia, é exaustiva na descrição das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, desde de 24 de fevereiro, informação que vou complementar com algumas imagens elucidativas das obras em curso e principais atividades culturais, desportivas e ambientais. ....

----- Ao nível de obras e projetos, durante esse período de tempo procedeu-se à adjudicação das obras listadas no quadro projetado, obras no valor de 589.580.00€. ....



## Síntese (Obras e Projetos)

Obras em concurso	110.000
Fornecimento, montagem e ligação de infra-estruturas de balneários pré-fabricados no Parque Desportivo de Santa Apolónia	54.000
Fornecimento e montagem de rede de regadio, no Parque Desportivo de Santa Apolónia	56.000
Obras adjudicadas	479.580
Construção da Circular Interior - Troço de Ligação à Avenida Abade de Basel	337.481
Sinalização Urbana	14.577
Estudo de Correção Acústica dos Espaços de Leccionação do Conservatório de Música	46.815
Trabalhos complementares de arranjos expositivos do elemento escultórico da Clóvia do Fervença	76.697
TOTAL (Concurso+Adjudicadas)	589.580

Valores em euros (sem IVA)

----- Fizemos uma avaliação relativa aos investimentos realizados nos de 2008 a 2012, envolvendo todo o investimento concretizado pelo Município, através de obras de empreitada, nesse período foram concretizados 25.141.204.48€ e quisemos avaliar no seu conjunto como é que se tinha comportado a previsão orçamental, ou seja, comparar o valor dos contratos com a conta final das obras e constatámos que houve um acréscimo de 1.92%, valor que inclui os trabalhos a mais e as revisões de preços, o que dá um sinal evidente, num período já alargado e num valor significativo de obra, do grande rigor com que os serviços acompanham a elaboração dos projetos e a execução de obras até à sua finalização. ....

----- Quando ouvimos falar de derrapagens muito significativas em obras públicas queremos destacar que não é tudo igual, apesar da tendência de generalização e de tornar evidentes os exemplos menos bons. Há também o oposto e o município de Bragança está do lado da boa execução, da responsabilidade, do rigor no planeamento, na execução dos projetos e no acompanhamento da sua execução, da boa aplicação, dos recursos públicos.. ..



## 0. Obras e Projetos 2008-2011

No período compreendido entre **2008 a 2011** o valor dos investimentos associados a obras públicas realizadas pela Câmara Municipal, através de **empreitadas**, foi de **25.141.204,48€**.

Nesse período conta-se que **o valor final do conjunto das adjudicações supera em 1,92% o valor contratual inicial**, sendo que neste acréscimo de custos estão contabilizados os trabalhos a mais e a menos, assim como as revisões de preços, o que demonstra a **boa gestão e o rigor no acompanhamento das empreitadas realizadas no período em análise**.

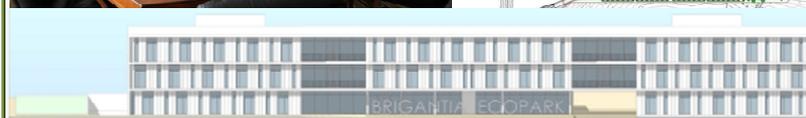
1

----- Dar a nota de que a 15 de março foi assinado o contrato relativo à construção da primeira fase do Parque de Ciência e Tecnologia, com uma data prevista de início para maio, aguardamos o visto do Tribunal de Contas e por isso pensamos que em maio serão iniciados os trabalhos. ....



## Obra a iniciar

**Parque de Tecnologia Trás-os-Montes e Alto Douro: BRIGANTIA ECOPARK**  
15 mar.: assinado o contrato relativo à construção da 1.ª fase  
Custo da obra: 6,3 M€; Data prevista início: maio 2012; Prazo de execução: 18 meses



4

----- Também uma informação relativa ao Parque Verde da Coxa, as obras foram iniciadas e tem a data de conclusão prevista para junho de 2012, trata-se de um projeto de qualidade e que prolonga o Parque já existente, beneficiando muito esta parte da cidade, espaço de que os residentes irão orgulhar-se certamente. ....

 **Obra em curso**

**PARQUE VERDE DA COXA (Custo da obra: 146.371 m€)**  
**Data prevista conclusão: Junho 2012**



5

----- Construção da circular interior - adjudicou-se o troço da circular interior entre a Avenida Abade de Baçal e a rotunda da Avenida Luciano Cordeiro /Avenida Bragança Paulista, que está em execução, com uma data de conclusão prevista para julho de 2012, o valor da execução é 332.491€. ....

 **Obra em curso**

**CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR INTERIOR - Troço de ligação à Av.ª Abade de Baçal (Custo da obra: 332.491 m€) Conclusão prevista: Julho 2012**



6

----- Apresenta-se uma imagem da evolução das obras do Forte de São João de Deus, cuja previsão de conclusão está para maio de 2013, estando as obras estão a decorrer a um ritmo, sendo a obra mais importante que o Município tem em execução, uma das mais importantes dos últimos anos e que dignifica a instituição e o concelho, requalificando uma parte nobre da cidade.. ..

 **Obra em curso**

**REQ. DO FORTE S. JOÃO DE DEUS – PROJETO ECOPOLIS E ECODOMUS**  
Custo Obra:10,21 M€ Data prevista conclusão: Maio 2013



7

----- Esta é uma imagem do edifício que acolherá as oficinas, os armazéns, os transportes urbanos, as obras de administração direta, os serviços sociais e o parque de equipamento.

-----

 **Obra em curso**

**REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS**  
 Custo Obra: 10,21 M€      Data prevista conclusão: Maio 2013



----- Uma imagem de um troço de circular interior em execução, na zona da Mãe de Água, e que vai ligar a zona do Bairro do Sol á Avenida Luciano Cordeiro e Avenida Bragança do Pará, esta obra tem dois meses para ser concluída. ....

 **Obra em curso**

**CIRCULAR INTERIOR DA MÃE D'ÁGUA**  
 Custo Obra: 778.092,85€      Data prevista conclusão: Junho 2012



----- Imagem da construção das residências universitárias, com um prazo de conclusão para junho de 2012, estão com um bom ritmo.....



## Obra em curso

**REQ. EDIFÍCIOS NA ZONA HISTÓRICA** (Projecto Domus Universitária)

**Custo Obra:** 830.468,03€;

**Data prevista conclusão:** Junho 2012



10

-----A recuperação da Escola do Loreto para Escola de Dança também com data prevista de conclusão para final de maio. ....



## Obra em curso

**ESCOLA DE DANÇA**

**Custo Obra:** 257.303,34€

**Data prevista conclusão:** Maio 2012



1

----- A ampliação da Casa da Seda, também com data prevista para final de maio, em fase de execução. ....

 **Obra em curso**

**AMPLIAÇÃO DA CASA DA SEDA**  
**Custo Obra:** 180.000€ **Data prevista conclusão:** Maio 2012



12

----- As obras de saneamento em Frieira, Vila Boa, Lagomar, Terroso, Gondesende e Parâmio estão em execução, dentro dos prazos. ....

 **Obra em curso**

**EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM FRIEIRA, VILA BOA E LAGOMAR**  
**Custo Obra:** 670.090,66€; **Data prevista conclusão:** Fev. 2013



**EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM TERROSO, GONDESENDE E PARÂMIO**  
**Custo Obra:** 468.790,99€; **Data prevista conclusão:** Fev. 2013

13

-----A Praça da Mãe de Água, que foi inaugurada em 25 de Abril, uma praça que qualifica uma área urbana que estava bastante degradada e que agora foi transformada num local agradável para uso dos cidadãos que estão certamente satisfeitos por terem também um espaço agradável de estar e de lazer para todas as idades. ....

-----A Ciclo Via da Mãe de Água foi também inaugurada nesse dia, tratando-se de um trabalho de requalificação do antigo corredor ferroviário, trabalho executado com elevada qualidade, manifestando as pessoas satisfação com a recuperação feita.. ....



-----No mesmo dia foi também inaugurada a requalificação dos fogos sociais da Mãe de Água, cento e vinte e quatro apartamentos, beneficiando toda a envolvente dos edifícios, tanto sob o ponto de vista da conservação e da eficiência energética, dos sistemas de comunicações e de segurança dos espaços comuns dos edifícios, salientando que na mesma operação foram repavimentadas as vias envolventes, sendo claro que beneficiaram muito os moradores, de um modo geral famílias de baixos recursos, beneficiou também a imagem da cidade. ....



## Obra concluída

**MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO BAIRRO SOCIAL DA MÃE D'ÁGUA**  
**Custo Obras: 611.733,59€; 8 Blocos; 124 apartamentos; 316 pessoas**  
Obras de requalificação e beneficiação inauguradas em 25 abril 2012

19

Uma pequena amostra de alguns eventos realizados no dia da arvore.....



## Eventos/Acontecimentos



----- Imagens representativas de atividades na área do ambiente. ....



## Eventos/Acontecimentos

### Bragança Saudável, Bragança Solidária



**24 mar.:** Passeio de BTT Bragança-Alfaião-Nogueira-Bragança  
150 participantes

17

----- O mesmo na área do desporto. ....



## Eventos/Acontecimentos

### Bragança Saudável, Bragança Solidária

**Caminhadas rurais** em França,  
Macedo do Mato, Sortes, Quintela de  
Lampaças e Rebordainhos

298 participantes

**19 abr.:** VIII Maratona de  
Hidroginástica

70 participantes



-----Na área da cultura, a regularidade e qualidade de programação são bem evidentes, apresentando-se uma breve apresentação das mais significativas. Alguns Srs. Deputados acompanham esses eventos, a generalidade não o faz. ....



## Eventos/Acontecimentos



**03 Mar:** CCAM - Inauguração da exposição de pintura “Vertidos”, do artista espanhol José Árias

**14 Abr:** CAC - Inauguração da exposição “Os Caminhos da Água e do Corpo sobre a Terra”, de Alberto Carneiro

19

----- Também a apresentação do livro “Memórias de Bragança” que foi a iniciativa mais recente feita neste Auditório Municipal. A principal fonte de informação sobre a história de Bragança no período de 1721/1724, e uma fonte de informação à qual recorrem a generalidade dos investigadores, que foi agora colocada à disposição de todos, em formato acessível e em Português atual e devidamente organizado em termos temáticos. ....

----- Sobre o Estado e Vida do Município era esta informação complementar para os Srs. Deputados, deixar também um breve comentário relativo à evolução do Instituto Politécnico de Bragança, uma evolução positiva que temos acompanhado, quer nas avaliações externas, quer nos vários desafios que se têm enfrentado. ....

----- Ontem participei no 4º Encontro Nacional de Institutos Politécnicos, aceitando o desafio de fazer uma reflexão sobre o impacto dos Institutos Politécnicos nas Regiões, particularmente incidindo sobre o interior, mas também fazer uma abordagem aos desafios que se colocam em

tempo de crise, perante o País que perante as orientações da Comissão Europeia para as reformas do Ensino Superior. ....

----- Quería destacar que o programa “Portugal Hoje” não foi um programa “Prós e Contras”, teve um formato diferente, foi um programa nacional, não foi um programa local, foi um programa disputado por alguns municípios a nível nacional considerando a projeção que esse programa dava aos seus municípios. Toda a produção foi da responsabilidade da RTP, não houve interferências a nível local, houve um esforço como salientou o Sr. Deputado Eduardo Malhão e Presidente do NERBA, no sentido de que nesse programa pudessem intervir de forma variada e diversificada, o maior número de atores locais, nas várias áreas, na área política, na área económica, na área social, na área do ensino. Eu próprio fiz algumas diligências no sentido de assegurar a presença do Presidente do instituto Politécnico de Bragança, e lhe telefonei só depois de ter a certeza que a realização do programa aceitava a sua inclusão, a situação ocorreu de forma diferente, lamentamos isso. Portanto quero que fique presente nesta Assembleia que ninguém a nível local se encarregou de vetar esse nome, pelo contrário, houve um empenho forte, designadamente na minha parte, nesse sentido, o Presidente do IPB sabe isso muito bem, como houve um empenho de que aos autarcas do distrito fosse dada a visibilidade, não fossem colocados no meio da plateia, porque naturalmente os seus eleitores gostariam que tivessem um papel de destaque e que pudessem intervir sobre os problemas, se possível. ....

----- As circunstâncias do programa são o que são, num programa desse nível de âmbito nacional não consegue enquadrar todas as pretensões locais, sendo certo que projetou uma boa imagem, digo mesmo, uma excelente imagem de Bragança, sendo inquestionável que a realizadora Dr.ª Fátima Lopes, na introdução do programa foi assertiva na identificação dos problemas, o fez com correção pelo povo do Nordeste Transmontano e que no final pediu desculpa por não ter dado a palavra a todos e agradeceu o acolhimento. ....

Relativamente á apreciação a nível local, verificaram-se sinais contraditórios, uns positivos, por parte dos que reconheceram o alcance do programa e os benefícios de a região de Bragança em direto poder ser projetada no país e junto das comunidades emigrantes, para alguns foi negativo, destes alguns com perspectivas que gostariam de ver melhor tratadas alguns temas,

sendo certo que em televisão nada está á partida pré-definido, outros referiram-se negativamente porque nunca valorizam o trabalho de terceiros e quando chamados a pronunciar-se, sempre o fazem no mesmo tom, não valorizam a comunidade e tem de um modo geral que dizer presente pela negativa. Houve quem escrevesse e se referisse com comentários bastante impróprios que desqualificam as pessoas que os fizeram. Também há críticas positivas, a um programa cuja realização foi condicionada, mas concluo que em termos globais e pelas muitas reações que chegaram de forma favoráveis, que para Bragança o resultado foi positivo, tal como referiu o Presidente do NERBA. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Está aberto o período para pedidos de esclarecimento. ....

----- Sr. Leonel Fernandes, da CDU, e Luís Filipe, do PS, dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Representante da CDU, Leonel Fernandes. ....

----- **Leonel Fernandes** – Mais uma vez bom dia a todos. ....

----- A nível do Estado e Vida do Município surgiram aqui algumas dúvidas nomeadamente no que respeita à Barragem de Veiguinhas. ....

----- O Sr. Presidente diz no relatório do Estado e Vida do Município:”Foi apresentado um plano de gestão das regiões hidrográficas do Norte e que apresenta no essencial a construção da Barragem de Veiguinhas como solução para os problemas de armazenamento de abastecimento de água a Bragança.”.

----- Por outro lado, uma transcrição, que presumo que seja do impacto ambiental, na reunião de Câmara de 26 de março, diz que o reforço de abastecimento de água a Bragança é destinado ao suprimento extremamente grave de carências do abastecimento ao Concelho de Bragança. ....

----- Bem, aqui pergunta-se é o seguinte: A Barragem de Veiguinhas é para resolver o problema da água só a Bragança, ou ao Concelho de Bragança? Se também é ao Concelho de Bragança, o que é que está previsto em termos de plano para que a água se faça chegar às aldeias, ou às várias freguesias do nosso Concelho? .....

----- Uma outra pergunta que também tinha aqui para colocar ao Sr. Presidente, é a seguinte: A CDU recebeu uma carta de um morador do Bairro Artur Mirandela em que denuncia a construção de um edifício ou equipamento de grandes dimensões, junto à escola primária. ....

----- Ora, sabemos que o espaço aí livre está classificado como zona verde e equipada. A pergunta que põe é: A construção desse equipamento cumpre o plano de urbanização? .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Chamo, agora, o Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes, do PS, para as questões que entenda formular como pedido de esclarecimento. ....

----- **Luís Fernandes** – Uma vez mais bom dia a todos. O pedido de esclarecimento que eu trazia aqui é uma questão que não foi abordada no discurso do Sr. Presidente, mas que me preocupa como residente e natural de uma freguesia deste Concelho, que é a questão da Reforma Administrativa. ....

----- Portanto sabemos que essa proposta foi aprovada na Assembleia da República e aguardamos a publicação em Diário da República. Portanto sabemos que todas as freguesias, pelo menos, não me vou meter na questão das urbanas, as do meio rural com menos de cento e cinquenta habitantes vão ter que desaparecer. E o que eu queria perguntar aqui, muito diretamente e muito francamente, ao Sr. Presidente é: Como também sabemos que a Câmara vai ter que trazer aqui uma proposta à Assembleia sobre essa estruturação no prazo de noventa dias após a publicação, portanto penso que o Sr. Presidente estará já a pensar nessa situação, e o que eu queria perguntar frontalmente e que o Sr. Presidente me dissesse é: O Sr. Presidente vai auscultar as populações das freguesias em causa, ou seja, vai permitir que elas possam decidir livremente qual opção que pretendem? Ou não? Portanto se vai fazer isso, tal como o Governo fez com régua e esquadro a nível nacional, se vai fazer o mesmo aqui no concelho, ou se vai permitir que as populações que vão ter que tomar essa decisão possam livremente decidir aquilo que pretendem. Porque várias opções surgem, portanto e isso era aquilo que nós gostávamos de saber, que era para em termos de populações sabermos o que é que poderemos fazer num futuro muito próximo. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Presidente tem a palavra para as respostas que foram solicitadas. ....

----- **Presidente da Câmara** – A Barragem de Veiguihas destina-se a abastecer o Concelho, conforme está nos planos. A CDU manifestou-se contra a construção de Veiguihas durante a fase da discussão pública, presumo, assim, que conheça de forma detalhada os projetos de investimento, fê-lo formalmente em termos de oposição. ....

----- O edifício que está a ser construído no Bairro Artur Mirandela é um equipamento social e respeita o respetivo alvará de loteamento. ....

----- A Reforma Administrativa, agregação de freguesias, a lei não foi publicada, mas, como é sabido, a AM vai ter que fazer uma votação, ou seja, a Câmara Municipal há de pronunciar-se sobre o problema, há de avaliá-lo, há de colaborar com a AM, mas não vale a pena fazer esse tipo de observação relativamente a uma reforma que vai envolver os dois órgãos autárquicos, vai envolver a Câmara e a

Assembleia, significa que os dois órgãos têm de fazer o melhor possível de acordo com aquilo que forem as orientações legais e é isso que tentaremos fazer. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Temos, agora, aberto o período de inscrições para intervenções no Período da Ordem do Dia. ....

----- Guedes de Almeida e Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Izeda. ....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Almeida. ....

----- **António Almeida** – Mais uma vez, bom dia. Primeiro de tudo um esclarecimento ao meu amigo Eduardo Malhão. Eu quando estive aqui na intervenção falei nos nomes, não falei em si, fui claro, e nesse aspeto eu acho que devia haver mais “Eduardos Malhões” nesses painéis, e a representar como fosse o rosto do Distrito, devia estar no palco. ....

----- Relativamente o Estado e Vida do Município, os números que nos são aqui apresentados no relatório do Sr. Presidente da Câmara efetivamente que eu não sei se são retirados dos dossiers, se são números que efetivamente estão à vista, mas à pouca vista, quer dizer, o ritmo de obras nota-se pelo Concelho, que efetivamente diminuiu, o desemprego da construção civil aumentou, os nossos trabalhadores da construção civil têm que ir, a maior parte, para Espanha, as obras que aqui estão em curso, e isto é da responsabilidade da Câmara, não obriga no contrato, e poderia obrigar, não era demais, que pelo menos uma percentagem, eu diria meio por meio, fosse a percentagem que fosse entendida, devia ser de mão de obra residente aqui. Não é! Efetivamente neste caso a maior obra que está em execução junto à Câmara Municipal de Bragança, que será, digamos assim, mais uma obra faraónica para fechar dentro de dez anos, vinte anos no máximo, porque seguindo todas esta dinâmica, já aqui foram levantados vários problemas, o problema da agricultura, o problema da saúde, o problema do comércio, o problema do envelhecimento, que vão levar a que efetivamente isto tenha que fechar portas e acabem por ficar neste distrito, ou talvez primeiro neste Distrito, aquilo que antigamente em África chamavam os chamados “Cabos de Policia” a representar os Srs. do “Terreiro do Paço” que irão mandar neste País. ....

----- As reformas estão a acontecer, agora fala-se na reforma administrativa ao nível do poder local, ao nível autárquico, há muitas freguesias que vão desaparecer, isto é sinónimo de que não há gente, não há pessoas, e portanto todos estes números que aqui nos foram ditos..., há obras que são extremamente positivas, obras de saneamento, infra estruturas no meio rural onde há pessoas, são bem acolhidas, *dever-se-iam* fazer mais, pequenas obras, e mais pequenas obras certamente empregariam mais gente, dariam mais bem estar às pessoas, em vez de obras que concentram quase todos os recursos económicos, e aqueles que terão que ser contraídos para as acabar porque a obra de dez

milhões não são suportados totalmente pela Câmara Municipal de Bragança, por este Concelho, são suportados por uma percentagem cinco milhões, um milhão de contos, pela Autarquia, onde é que os vai buscar? Tem-nos ou não tem? Porque dizer assim: “A Câmara não está endividada” - Mas também não há obras a não ser estas, as obras hoje são perfeitamente verificadas, e *pontualizadas*, não há uma dinâmica de obras pequenas em favor da comunidade. Mas, escondido nestes números, e é isto que obriga a que haja, digamos assim, e não foi debatido, neste programa “Portugal Hoje” foi dito quase que de mão estendida, aliás a Fátima Campos Ferreira diz isto. Serviu apenas, mas então a região não faz nada para cativar as pessoas.....

----- Houve um exemplo de Alfandega, que já trouxe uma família, pretende trazer mais duas ou três até ao final do ano, ou até ao final deste século. Mas é a política da mão estendida, políticas locais que já foram aqui referidas.....

----- Eu sinto-me, de certa forma, com legitimidade para aqui dizer - que faz a Câmara em termos de diminuir a taxa do IMI? Que é o valor do imposto que reverte para as Câmaras Municipais e que está a onerar pessoas que não podem pagar já quase às Finanças, que vêm os vencimentos penhorados porque não conseguem pagar o IMI, que é dos mais altos do País. Este seria um contributo da Câmara para efetivamente atrair pessoas para este Concelho, não o faz. E mais, com critérios também de diversificação ao nível da localização geográfica, ainda não houve a preocupação da Câmara de juntamente com os Serviços de Finanças de fazer uma avaliação mais uniforme sobre os impostos sobre IMI a pagar. Isto também obriga que efetivamente haja o abandono, digamos assim, da região, porque é visível a desertificação, e uma pessoa cada vez que olha à nossa volta e olha à noite e sai pela cidade, que aos fins de semana passeia por esta cidade de Bragança e por este Concelho, hoje acaba por se sentir melhor nas aldeias, porque Bragança praticamente é um deserto. ....

----- Portanto tudo isto é, de facto, uma imagem que estes números que ali estão refletem trabalho, refletem interesse, mas não refletem, quanto a mim, e com o devido respeito, aquele sentido de dinâmica, e responsabilizar, ser irreverente, exigir, denunciar que efetivamente existem medidas discriminatórias, com as quais hoje não podemos calar e o Concelho não se pode calar e a população não se pode calar, porque nós aqui somos muito poucos, aqui até temos uma imagem que quando saímos destas portas e percorremos o concelho, dizemos assim: isto não é verdade o que se diz lá dentro, todos estamos de acordo aqui, que acontece alguma coisa, mas as pessoas não se apercebem, e o que é preciso é que efetivamente as pessoas reconheçam. E já houve, Sr. Presidente, uma fase do seu mandato onde as pessoas reconheciam obra, reconheciam trabalho, reconheciam que efetivamente havia outra dinâmica, outro interesse, outro sentido de reação da sua parte perante o poder instituído,

hoje não, hoje sente um comodismo que efetivamente leva a que todos estes números sejam apenas mera aritmética, dados estatísticos para dizer que se continua a fazer e a não fazer.....

----- E temos aqui, por exemplo, o problema das Veiguihas, foi resolvido agora, já poderia ter estado resolvido há muitos anos, não foi! Isto trata-se de um projeto que já vem do tempo do Eng. José Luís Pinheiro, que parou, deixou-se parar, não houve reivindicações, andou-se a negociar, entregou-se entretanto não se sabe em condições, que certamente irão ser pedidos esclarecimentos sobre isso, em sede própria, através de informações inicialmente vindas da Câmara Municipal de Bragança. ....

----- Qual foi, digamos assim, a colaboração, a cooperação do Concelho de Bragança perante as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro? Ninguém sabe! Ninguém sabe o que é que a Câmara atribuiu, ninguém sabe quais são as suas responsabilidades, se tem a haver ou a receber, e qual o interesse, que este é o mais importante, para os munícipes do Concelho? .....

----- Eu lembra-me que na altura do projeto, e eu era Vereador, ainda novo, ainda era aqui a Câmara, o Dr. Amândio acho que também era, quando foi feito o estudo à Hidrotécnica Portuguesa, em que se dizia que o todo sistema depois de funcionar, Bragança teria garantido o abastecimento de água para cem anos a todo o Concelho, hoje não se sabe mais nada, já houve alterações a todo aquele projeto, que estava todo englobado no seu conjunto, foi repartido não se sabe porque, efetivamente o que é que se pretende com o projeto depois da construção das Veiguihas e quando vai ser iniciada a construção das Veiguihas? .....

----- Há situações que são do concelho e que são do Concelho também para defesa da sua imagem, não são aqui trazidas e que quem utiliza, neste Concelho, logo à saída de Bragança, se confronta com esta situação, e eu perguntava e questiono, porque nunca foi aqui referido, questiono, neste momento, não a título de crítica não negativa, mas positiva, negativa só pelo aspeto se efetivamente não foi feito nada, é que não é de justiça que estando em obras a A4, em que haja troços onde não se paga, e já concluídos, como há em Mirandela, como há perto de Murça, e que aqui, quem entra por Quintanilha, ou entra pela entrada quem vem de Macedo de Cavaleiros, tenha logo de começar a pagar seis ou sete quilómetros para a seguir, ter que parar devido às obras, isto não faz sentido, devia haver uma reação, neste caso concreto, por parte da Câmara Municipal de Bragança, porque eu chamo-lhe “um roubo”, porque uma pessoa não acelera nada, uma pessoa paga e para a seguir desacelerar, é precisamente o contrário. E há aqui uma distinção entre troços que já estão construídos, e até de maior extensão, e este aqui. -- .....

----- Também aqui, críticas - o Museu Abade de Baçal foi uma referência Nacional, pela sua qualificação, por todo o seu recheio, houve até peças que na altura foram deslocadas, no tempo da Dr.ª

Alcina Correia, e que pertencia ao Ministério da Cultura, hoje Instituto Português de Museus, para Macau, antes de ser entregue aos Chineses, salvo o erro, houve bens que ficaram depois por Lisboa no tempo da Simonetta Luz Afonso. ....

----- Neste momento foi despromovido, foi desqualificado, sem qualquer reação por parte local, neste caso concreto o órgão institucional competente, o Município de Bragança, eu até diria mais, o Distrito de Bragança, e na altura até existia o Governo Civil de Bragança. ....

----- É um espólio que foi desqualificado, hoje há críticas que serve mal quem quer visitar o museu, não há pessoal habilitado para mostrar e dar a conhecer o sentido das peças e daquilo que está a ser visto, e isto também é mais um elemento de desqualificação que em vez de trazer pessoas, afasta pessoas, porque há muitas que dizem que não voltarão a visitar o Museu Abade de Baçal. ....

----- Perante tudo isto o que se pede aqui é que efetivamente o Sr. Presidente não nos traga só números sobre o Estado e Vida do Município, tem que saber, as pessoas questionam-se, e vai ser debatido um orçamento, eu julgo que até há aqui uma duplicação de matérias que poderiam ser congregadas numa só. ....

----- Portanto se queremos dar um passo em frente não pode haver as chamadas capelinhas, eu não defendo aqui políticas de capelinhas, defendo políticas, como já houve, da existência de um órgão municipal de aconselhamento ao poder local, que reúne efetivamente toda a área, todo o leque de sensibilidades, de poderes, de conhecimentos, para que efetivamente haja uma força única depois a impulsionar, não pode ser feito tudo nos segredos dos bastidores, nos segredos dos meandros políticos de acordo com as conveniências porque neste momento a imagem concreta do Concelho de Bragança é de que caminha aceleradamente para a desertificação, porque as pessoas, e é para as pessoas que se faz política, que são mal servidas na saúde, estão a ser mal servidas na educação, no aspeto dos dispêndios que foram feitos e que agora certamente alguns irão abrir ou continuar a abrir, porque é preciso dar uma imagem de que foram necessários, não são! E portanto há aqui uma política que recomenda mais cuidados para bem das pessoas que vivem neste concelho. ....

----- E era tudo. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Bruno Veloso. ....

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Membros da AM, Srs. Presidentes de Junta, e Público em geral. ....

----- Uma primeira nota ao Sr. Presidente de Câmara, uma nota do dia a dia dos cidadãos Brigantinos, que me fizeram chegar alguns deles, um pequeno reparo que se reporta ao túnel da Avenida Sá Carneiro, portanto à parte que está suprimida, portanto o túnel mais estreito que tem lá, já algum tempo, alguns buracos no pavimento, que importava dar alguma atenção. ....

----- Depois também, Sr. Presidente de Câmara, estranho hoje, numa altura em que a população Brigantina nomeadamente os pais e os alunos das escolas deste Concelho se interrogam sobre as polémicas e sobre a questão do Agrupamento e dos centros escolares, que o Sr. Presidente na questão do Estado e Vida do Município não se tenha referido a eles e não tenha dado nota a esta AM do andar da situação, daquilo que a Câmara prevê, daquilo que tem sido a relação com a Direção Regional de Educação e portanto continuamos um bocadinho às cegas e gostaria que o Sr. Presidente de Câmara também nos explicasse essa situação e em que ponto é que estamos. ....

----- Depois, naturalmente também referir-me àquilo que foi o programa “Portugal Hoje”, e fazer também aqui duas notas: Uma nota, motivada pela intervenção do Sr. Deputado Malhão, que aliás permita-me que lhe diga que acho que enquanto Presidente do NERBA não só estou completamente em desacordo consigo quando diz que gostaria de não estar, como acho que devia estar, agora acho que é perdeu uma grande oportunidade para fazer um bocadinho melhor, e eu sei que é capaz, e isto é uma crítica positiva, e que não quero deixar. ....

----- E também, naturalmente que não nego que as pessoas como o Presidente de Câmara de Bragança e como outras pessoas deveriam estar lá. Agora, aqui ninguém faz jogos de capelinhas, eu acho que nós muitas vezes desunimo-nos desnecessariamente, porque embarcamos em pensamentos que não são os pensamentos vividos nesta região, e quando nós queremos falar desta região e das suas dificuldades ninguém melhor do que nós que vivemos nela, que nós que estamos nela, nós que damos o corpo por esta região, para falar das nossas dificuldades para mostrar quais são os nossos problemas e para apresentar as nossas soluções, e o que acontece é que muitas vezes somos embebidos por outros pensamentos *heralditos* de pessoas com grande craveira intelectual, mas que olham para as coisas de um aspeto demasiadamente teórico e sem terem a vivência que nós temos e a quem nos diz respeito, de facto, essa mesma problemática, e nós não podemos andar de mão estendida, e isto não é uma questão de capelinhas de quem está a representar a/b ou c, porque, naturalmente, e falou-se muito me massa crítica, há massa crítica suficiente em Bragança para pensar a região. ....

----- Agora, aquele programa, o molde como foi feito não só não pensou a região como não deu respostas a ela, porque chegamos ao fim do programa e fazemo-nos uma questão - Quais são as conclusões que nós tiramos desta discussão? E a conclusão é absolutamente inócua, cada um falou

daquilo que quis, cada um falou daquilo que lhe apeteceu, os temas foram orientados de uma forma completamente irrisórios, deram-se alguns exemplos e cito o exemplo que foi dado do Instituto Politécnico que fez, e muito bem, uma organização que trouxe quatrocentas pessoas a esta cidade e ficamos todos ludibriados e todos muito contentes. Eu fico contente que essas situações se realizem, agora o que eu acho é que para isso ser um exemplo de evolução no aspeto local tem que ser iniciativas sustentáveis e tem que ter seguimento, e tem que ser periódicas, e têm que ser frequentes, porque fazer uma iniciativa que trás a Bragança quatrocentas pessoas uma vez, vale o que vale, e sejamos sérios nessa matéria. ....

----- E depois, como é óbvio, é natural, falou-se muito em turismo, em agroturismo e também é de estranhar uma coisa, é que eu não vi um único representante da entidade Regional de Turismo ter uma palavra ativa naquele programa. ....

----- Portanto quer dizer é óbvio que aquilo que é dado é a imagem que as pessoas de Lisboa gostam, quer dizer, quando nós não integramos as matérias que discutimos e as discutimos ao sabor daquilo que os outros querem que a gente as discuta ao levarmos para lá os Caretos, para depois os Srs. de Lisboa acharem que é muito bonito, porque aqui em Trás-os-Montes andam uns senhores mascarados e a chocalhar, e não integramos isto numa ótica de turismo e não há ninguém especialista nessa matéria que, de facto, faça o enquadramento etnográfico com a questão económico/social, que pode ter proveito para Bragança, naturalmente que não faz sentido nenhum.....

----- E eu recebi, foi um convite da Câmara Municipal, em nome do Sr. Presidente, para estar presente. Bem, quer dizer, quando a Câmara Municipal tem direito a enviar convites e acho muito bem, também deve ter a obrigação de ter, de alguma forma, alguma pressão na escolha das personagens, das personagens, permitam-me a expressão, das personalidades que intervêm no programa. Eu acho que nós estamos a fazer um endeusamento, muitas vezes, de pessoas de fora, quando nós cá dentro temos mais do que massa crítica suficiente, podemos ter pensamentos divergentes, podemos ter tudo, mas há uma coisa que nós temos, é que em todos e em cada um de nós, e até porque isto é pertença de todos os Trasmontanos, queremos o melhor para a nossa região, e aquilo que eu assisti naquele programa é que podemos ter as melhores das boas intenções, mas, de facto, aquilo que existiu dentro das intervenções foi a menor das competências para falar, de algumas pessoas que não o Eduardo Malhão, que não o Presidente de Câmara, que pese embora possam ter perdido a oportunidade, demos protagonismo de mais a quem de facto são uns teóricos e nós não precisamos de teóricos porque a teoria sabemos-la nós, nós queremos é prática, queremos é meios, e queremos que nos deem aquilo que nós temos direito, e é nisso que a gente reivindica, e é aquilo que a gente luta, e queremos dar uma

imagem de Bragança, aquela imagem que nós queremos dar das nossas potencialidades, não aquilo que os outros acham que nós devemos dar. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, a Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Izeda. ....

----- **Maria Pires** – Bom dia, Sr. Presidente da A.M, Sra. Secretária, Srs. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Presidentes de Junta, Srs. Deputados, Público em geral. ....

----- Portanto eu vou ler aqui uma moção, que foi aprovada em Assembleia de Freguesia de Izeda, e que se realizou ontem. ....

----- **Maria Galhardo** – **Apresentou, por escrito, a seguinte**

### “MOÇÃO

----- No que se relaciona à educação e como é do conhecimento público, a freguesia de Izeda, foi desde sempre vítima de opressão por parte das forças políticas, desvalorizando a sua excelente localização geográfica com a crescente desertificação, as forças políticas pretendem agrupar e concentrar cada vez mais as escolas e conseqüentemente as crianças, porque apenas estão preocupados com o número de alunos do seu concelho/agrupamento. Esta preocupação, do número de alunos, não se apoia no pilar fundamental da educação, que são as crianças, apoia-se fundamentalmente no vincar de fronteiras. Há crianças que moram a quatro ou cinco quilómetros de Izeda e têm de se deslocar para outra escola a uma distância entre os 15 a 20 quilómetros, sendo o cúmulo de tudo isto a passagem do transporte por Izeda. E com o aproximar de mais um ano letivo está em curso a concentração do parque escolar, que visa o encerramento de mais escolas, estando incluída a EB1 de Salsas. Neste seguimento a proposta existente consiste no envio destes alunos para a EB1 de Santa Comba de Rossas. Obviamente Izeda e a sua população não vê com bons olhos esta medida, dado que existem alunos do 2º e 3º ciclo que se deslocam diariamente para Izeda. A deslocação dos alunos da EB1 de Salsas, para Izeda, será antes de mais uma medida economista, uma vez que há que rentabilizar os recursos existentes e uma vez que o 1º ciclo da escola de Salsas se desloca para Santa Comba de Rossas, jamais o 2º e 3º ciclo se deslocarão para Izeda, mas sim para o Agrupamento em que a referida escola foi inserida. ....

----- Na escola de Izeda, estão criadas as melhores condições, quer a nível de salas de aulas para aplicação do plano tecnológico, biblioteca, salas de informática, ginásio, refeitório e acompanhamento dos alunos do 1º ciclo durante o período de almoço. A concretizar-se esta proposta irá certamente acelerar o processo de encerramento da Escola de Izeda, nomeadamente do 2º e 3º ciclo, o que irá acentuar ainda mais a desertificação dos meios rurais, que se encontram já sem chama, sem energia,

desprovidos de tudo. Pois são serviços como as escolas, que ajudam a dinamizar, atribuir dignidade e qualidade de vida aos cidadãos que tendem a persistir nas zonas rurais. É preciso abandonar a lógica aos números tão presente nas decisões políticas, em favor de uma maior justificação social e alertar para o facto de as crianças não serem apenas números que se manipulam conforme der mais jeito e interesses que não os deles.....

A Presidente de Junta de Freguesia de Izeda, .....

a) Maria Rosa Galhardo Pires.....

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Izeda,.....

a) Óscar Manuel Carneiro Esménio” .....

----- Disse. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada. ....

----- Srs. Deputados, solicito a vossa atenção e silencio, para a discussão desta Moção. Pedidos de esclarecimentos à Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Izeda? .....

----- Um pedido de esclarecimento. ....

----- Eu pretendia saber em concreto qual é o objetivo da Moção. ....

----- Há outra questão que possa ser levantada para solicitarmos ao proponente da Moção, Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Izeda que forneça os esclarecimentos necessários? Não há. ....

----- Sra. Presidente de Junta, de forma clara e inequívoca qual é o objetivo da moção? .....

----- **Maria Pires** – A proposta é simples, é solicitar e apelar ao bom senso de enviar os alunos da EB1 de Salsas para Izeda e não para Santa Comba de Rossas, uma vez que há alunos que são deslocados diariamente, já, de Salsas para Izeda. Quer dizer, é fazer o transporte conjunto de todos os alunos efetivamente se esta se proceder ao encerramento, que eu julgo que sim porque tem menos de vinte alunos, a proposta é simplesmente essa. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada. ....

----- Julgo que ficou prestado o esclarecimento solicitado. ....

----- Intervenções sobre esta Moção? .....

----- Professor Castanheira, Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Salsas e Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha Nova. ....

----- Sr. Deputado Castanheira tem a palavra. ....

----- **Alcídio Castanheira** – Sr. Presidente da AM, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Caros Colegas da Assembleia, Órgãos de Comunicação Social, Srs. Presidentes de Junta, a todos muito bom dia. ....

----- Eu fui uma das pessoas que do ano de mil novecentos e setenta e sete até oitenta e três trabalhei na escola de Izeda, e o drama da escola de Izeda começou exatamente nesse momento, é que se bem se lembra a Sra. Presidente da Junta, que ainda era uma jovem e provavelmente aluna dessa escola, na altura, nesse tempo a escola de Izeda agregava todas aquelas freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros: Talhas, Talhinhas, Grelhós, Lagoa, Morais, Bagueixe, Vinhas, Castro Roupal, etc., e portanto foi nessa altura que, digamos assim, a facada foi dada a essa escola, foi pela década de oitenta e três quando houve a guerra das capelinhas dos municípios e que cada município fez recolher à sua sede os alunos do seu Concelho. E isto foi dramático, foi dramático porque famílias que viviam a dois quilómetros da escola de Izeda, por exemplo Bagueixe, Sanceris, e etc., os alunos foram transportados para Macedo, e portanto não houve nessa altura quem realmente tivesse tomado mão nessa questão e a partir de aí a escola de Izeda, como sabe, tem vindo cada vez mais a perder a sua massa estudantil. ....

----- Agora, recentemente, nós fomos confrontados, há dois dias, pela a Comunicação Social com grandes remodelações, com o reajustamento da rede escolar, não sei se é verdade se é mentira, portanto é a Comunicação Social e com certeza algo tem de verdade, e portanto dizer-lhe que esta questão não é atual, porque realmente quando perdeu autonomia, quando perdeu consistência, a escola de Izeda, foi exatamente na década de oitenta, quando os Presidentes de Câmara não souberam dialogar e depois ao longo destes vinte anos continuaram a não saber dialogar acerca daquilo que é melhor para as famílias e ir de encontro aquilo que é bom para os alunos e é o desejo das famílias. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Salsas, Filipe Caldas. ....

----- **Filipe Caldas** – Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Colegas Presidentes de Junta, Membros desta Assembleia, Imprensa e Público. ....

----- Bem, foi levantada aqui uma situação que me desagrada, e muito, desagrada porque é mais um serviço público que nos tiram da Freguesia, ou querem-nos retirar, e nós já reagimos, já fizemos chegar à Câmara a nossa moção de repúdio perante essa proposta, porque eu, pelo menos, penso que os nossos alunos devem ir para melhor e não para pior, e segundo aquilo que me apercebi é que havia uma proposta clara de que os alunos daquela corda de Salsas seriam integrados em Rossas, os de Rossas

iriam para um outro novo agrupamento, já não seria o agrupamento em que estavam inseridos mas iam para outro grupo, e Rebordãos também, aquilo que me apercebi, não sei se é verdade, se é mentira, e por isso nós no dia vinte e um, em reunião de Assembleia de Freguesia, aprovámos uma Moção, que diz isto, é só para dizer que nós já fizemos chegar esta Moção ao Município e também vai chegar à DRENE. ...

“Por proposta do Ministério da Educação todas as escolas com menos de vinte e um alunos, menos a de Quintanilha proposta pela Câmara Municipal, tem muito menos ainda que Salsas tem 14 alunos, deve encerrar num futuro próximo estando incluída a escola EB1 de Salsas, a Assembleia de Freguesia de Salsas após conhecimento da intenção do Ministério da Educação decidiu unanimemente mostrar a sua indignação, descontentamento com o eventual encerramento da escola EB1 de Salsas redigindo e aprovando a seguinte Moção. ....

----- Nos últimos tempos muito se tem falado de Interioridade, mas infelizmente não é por boas razões, pois ao invés de este governo adotar políticas que levem à implementação de medidas que estimulem o crescimento da economia, há melhoria dos serviços de saúde e de educação, assistimos a adoção de políticas que assentam sobretudo em retirar serviços, como o encerramento de escolas sem ter em conta a qualidade das mesmas, e a nível de infra estruturas e de recursos humanos.....

----- Esta Assembleia não concorda que as crianças da Freguesia de Salsas passem a frequentar no ano letivo a escola EB1 de Santa Comba de Rossas, não porque tenhamos nada contra a Freguesia, que fique bem vincado, nem contra a população, mas porque a escola não tem o mínimo de requisitos exigidos pelo Ministério da Educação, não dando garantias de poder oferecer um ensino com um grau elevado de qualidade, pois faltam vários equipamentos de apoio escolar essenciais ao funcionamento de uma escola com um número de alunos consideráveis, como, por exemplo, infra estruturas de refeitório, acho que atualmente puseram lá num contentor, e se quiserem, no caso, por exemplo, de ginástica, ou outras infra estruturas, portanto extracurriculares, tem que ser ao ar livre, à chuva, ao vento, ao calor e ao frio porque não tem esses equipamentos. Depois faltam vários equipamentos de apoio escolar essenciais ao funcionamento de uma escola com o refeitório e polidesportivo para aulas complementares, sendo estas por vezes lecionadas na rua, ao contrário da escola EB1 de Salsas que detém todas as infra estruturas e equipamentos materiais e pedagógicos necessários para oferecer aos alunos e respetivos professores, condições condignas, ótimas, de ensino e aprendizagem, condições essas resultantes de elevados investimentos feitos nesta escola nos últimos anos. Temos que ter em conta que em Salsas investiu-se bastante em melhorar as infra estruturas escolares. ....

----- De destacar também, e não menos importante, é o facto de as crianças terem de se levantar ainda mais cedo para irem para a escola pois há alguma distância a percorrer entre casa – escola, onde

as vias de comunicação são sinuosas e degradadas, contribuindo para eventuais acidentes provocando nas crianças um maior cansaço físico e psicológico e conseqüentemente uma maior desmotivação de aprendizagem por parte das crianças, diminuindo, deste modo, a qualidade do ensino das nossas crianças.....

----- Assim, demonstramos o nosso repúdio pelas políticas avulso de pessoas com responsabilidades governamentais que infelizmente não conhecem a realidade do País e com isso mudam drasticamente a vida das pessoas para “ pior ”.....

----- Como é sabido o nosso meio rural vive um drama que se acentua cada vez mais, que é a desertificação resultado das políticas de sucessivos governo, pois o pouco que temos vão-nos tirando aos poucos, como os meios de transportes - encerramento da linha do Tua -, os serviços de saúde não existem, as escolas fecham, os correios não funcionam, a agricultura foi dotada ao abandono, a ponto de insinuarmos, que mais de mal pode vir a esta Freguesia?.....

----- Assim, torna-se mais difícil viver no meio rural do interior de Portugal aumentado o fosso entre o interior e o litoral. ....

----- Todas estas razões contribuem para diminuir as condições de vida e respetivamente a qualidade de vida de toda a população do Interior do Nordeste de Portugal, onde os poucos jovens que ainda restam nestes lugares apostam cada vez mais na emigração, pois é legítimo que assistimos constantemente a políticas de asfixiamento, as pessoas, mais concretamente os jovens, procuram “lá fora” aquilo que o seu país não lhes proporcionou ou lhe retirou, contribuindo para um país mais desertificado, mais envelhecido e mais pobre! É a contribuição que lhe estão a fazer no dia a dia. ....

----- Perante os factos expostos, esta Assembleia de Freguesia, em reunião deliberou por unanimidade, estar plenamente contra o encerramento da escola EB1 da Freguesia de Salsas, prejudicando principalmente as nossas crianças, os pais e a economia local, fazendo desta Freguesia uma Freguesia mais pobre no seu todo.....

----- A Assembleia de Freguesia sublinha que se pondere sobre o encerramento desta escola e que se trabalhe pela manutenção da mesma, pois de todas as escolas da zona envolvente é a que detém melhores condições a nível de infra estruturas e recursos materiais e pedagógicos para a prática de um ensino com qualidade, não entendendo que critérios são usados para fecharem a escola EB1 de Salsas e transferirem os alunos para a escola EB1 de Santa Comba de Rossas? Por isso mesmo, somos contra o encerramento, mas, em suma, esta é uma freguesia que quer resistir contra as adversidades da crise mas as políticas erradas dos últimos anos levam que os residentes, um dia, também abandonem a nossa terra. - .....

----- Queremos vivamente deixar aqui o nosso protesto, contra estas medidas de esvaziamento de serviços no interior, que tem e vai penalizar drasticamente o meio rural. ....

----- Portanto nós somos contra o encerramento da escola EB1 de Salsas, mas também não queremos que os nossos alunos vão para uma escola que não tem o mínimo de condições, pelo menos para a prática de algumas disciplinas, é inadmissível que no século XXI a refeição dos alunos esteja a ser servida num contentor. É inadmissível que os alunos que querem a prática de desporto ou de ginástica, que seja administrada essa ginástica ao ar livre. ....

----- Portanto nós somos contra o encerramento porque são catorze mais seis, são vinte crianças que andam na escola de Salsas e se tem boas condições, acho que se se mantém uma escola que tem menos alunos do que Salsas, não sei porque? Não tem melhores condições? Porque é que não se mantém também a de Salsas? Eu pergunto por que é que mantém a escola de Quintanilha aberta, não estou contra a de Quintanilha, não estou contra, tem melhores condições? Tem mais alunos? Não tem! Então porque é que não vamos manter a de Salsas? .....

----- Era só isso. ....

----- Eu depois vou apresentar a moção. ....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado pela sua intervenção, Sr. Presidente de Junta.....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Guedes de Almeida.....

----- Há mais intervenções sobre a Moção que está em discussão? .....

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paradinha Nova, Vítor Prada Pereira, Dr. Guedes de Almeida, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas e Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda. ....

----- Tem a palavra o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha Nova. ....

----- **Domingos Seca** – Bom dia a todos, Sr. Presidente da AM, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, caros Colegas, Público, em primeiro lugar bom dia a todos. ....

----- Eu venho aqui por um motivo, Izeda parece que teve sempre um contra aquela escola, aquela escola tem condições, tem mais condições aquela escola do que muitas que andam aí, e eu estou ali, e como os alunos da minha freguesia têm que ir para Izeda ou devem ir para Izeda, é um escândalo, até agora tem sido um escândalo, os alunos da minha terra vêm quatro para Coelhooso, neste momento, vêm um ou dois para Parada e outros dois ou três para Izeda. Pergunto, porque é que aqueles alunos não são concentrados todos em Izeda. Izeda, se tem as condições que tem, deve ser aproveitada, eu estou fora das guerras do Filipe e de Rossas, isso a mim não me diz nada, o que eu defendo é aquela escola, eu sou dali e os pais daqueles alunos há muitos dias que vão a Izeda, quer ao comércio, quer à

feira, quer ao resto e estão em contacto com os professores que estão em Izeda e estão em contacto com aquela escola, sabem o que lá se passa perante os seus alunos, tendo um em cada canto não o sabem. ....

----- A escola de Izeda deve permanecer e com as condições que tem, ou melhora-las se for possível, tem todas as condições para aquela região ter uma escola digna. ....

----- Tenho dito. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira. ....

----- **Vítor Pereira** – Muito bom dia a todos, cumprimentar o Ex.mo Executivo, Ex.ma Mesa, Caros Deputados, Comunicação Social. ....

----- Nós aqui há cerca de três anos, salvo erro, quatro anos nesta AM eu fiz aqui uma intervenção, isto a propósito da Carta Educativa, e que disse que aquele documento, resumidamente disse isto, já não me lembro de memória aquilo disse, que não servia, nem muito menos me daria garantias para o futuro muito próximo, e a resposta está aqui hoje, a resposta vem hoje. Efetivamente o que nós notamos aqui é que há uma falta de planeamento, há uma falta de reflexão sobre determinados assuntos que são fundamentais para o nosso Concelho e que efetivamente não foram feitos, e continuam a não serem feitos. ....

----- Porque eu pergunto-vos - onde está a Carta Educativa, a tal revisão da Carta Educativa, onde é que ela está? ....

----- Ainda agora, recentemente, nós ouvimos falar que se vão criar, diz-se que se vão criar três centros escolares. Isso foi pensado? Isso foi refletido? Ou andamos aqui a sabores de determinados protagonistas? Há coisas que são demasiado sérias para verterem vontades, e aqui uso a expressão do Eduardo Malhão que há bocado usou, de determinadas capelas, ou determinadas gostos, ou determinadas politiquices, para não lhe chamar outra coisa. E portanto meus senhores eu acho que estamos aqui a ser *assitados* para problemas que alguém criou e que agora nos querem passar a batata quente, e portanto eu peço que sejamos sérios na abordagem dos assuntos e que, uma vez por todas, que alguém assuma as suas responsabilidades e que venha pôr água na fervura, nestes assuntos, que todos os anos por esta altura costumam acontecer, para que efetivamente se pense, de uma vez por todas, até com uma discussão mais alargada e não por um ou dois entendidos que, de facto, o são, para efetivamente resolver este problema no nosso Concelho, porque senão vai acontecer sempre tudo isto, todos os anos acontece isto, e hoje é porque Quintanilha é não sei do quê, e agora os outros que deviam ir para Salsas, não devem para Rossas, mas queriam ir para Izeda, e agora é a Sra. Presidente de Izeda

que vem defender os seus interesses legitimamente, e agora vem aqui a seguir o meu camarada de Rossas a dizer a mesma coisa, legitimamente defende os seus interesses, o de Salsas a mesma coisa, e andamos nisto, isto parece a pescadinha de rabo na boca. E portanto, meus senhores, isto não é sério, isto não é sério. ....

----- Tenho dito. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida. ....

-----**António Almeida** – Mais uma vez este assunto da Carta Escolar e que está a levar a esta situação, obriga a refletirmos, obriga a refletir-se porquê, hoje ouvimos aqui quase a apertar-se um circulo em redor de alguém, de alguém que é responsável por esta situação atual, e cada vez há de mais responsável, e a pergunta que se questiona é esta: Há dois dias comêramos aqui o 24 e o 25 de Abril, será que o antigo regime tinha dinheiro para pôr uma escola em cada aldeia, em cada freguesia? E escolas bem feitas? Será que não lhe saia caro, naquela altura, quando diz que se prejudicava tanto colocar um professor em cada aldeia, junto das pessoas? Ou são perspetivas diferentes de ver a sociedade e de ver o ato em ação politica? A educação faz-se para as pessoas, faz-se para os alunos, na minha perspetiva, eu defendo é que deslocalizar pessoas do meio onde nasceram e depois nunca mais voltarão, desde tenra idade, que é uma má política de educação, de educação e também de política social, digamos assim, da harmonização do território. Porque, na minha perspetiva, uma turma podemos discutir números, mas não discutimos, mas desde que haja pessoas para justificar uma sala aberta que justifica ter lá um professor. Eu sou contra o desenraizamento das pessoas. Hoje são os números, sai mais barato, sai mais caro, mas as pessoas saem mais caras no futuro e nós sabemos, vemos em Bragança, e Bragança não é dos grandes exemplo do país, se formos para o litoral é pior, o que isso vai ter em termos de danos para o país, em termos de cultura de maus vícios, da criminalidade, depois do desemprego, porque criam outros hábitos, não trabalham no próprio meio, da desertificação do meio rural, eu julgo que é neste momento, ouvimos hoje aqui, o Filipe embora naturalmente a defender os interesses da sua Freguesia, é ter o discurso que eu já tive, tenho tido aqui mais permanentemente, que terão outros intervenientes nesta Assembleia, precisamente contra esta forma de só apenas dois ou três, como disse o Vítor Prada Pereira, de querer saber tudo, resolver tudo e não perguntam àquelas pessoas a quem se destinam essas medidas de ação governativa, que é às pessoas, às populações. ....

----- E foram aqui dados exemplos que também leva a questionar, Paradinha veio dizer que há 4 alunos que vão de táxi para Izeda, outros vêm para Rossas, outros vêm para Bragança, em termos de

custos se isto não ficaria mais caro do que tê-los todos lá e ter lá, por exemplo, um professor, é uma questão a questionar. ....

----- Não seria, em termos sociais, de maior proveito para a comunidade local as pessoas permanecerem ali, serem educadas ali, irem ajudar os seus pais, começarem a cultivar a hortinha? E são questões nunca foram questionadas, nem se querem questionar, aparecem números, neste momento, digamos assim, a definição dos agrupamentos está feita, eu faço parte da Comissão de Acompanhamento | somos confrontados com o facto quase consumado, isto é, todas as reuniões que houve foram desnecessárias, porque, pelos vistos, alguém da DREN chega aqui a Bragança, reúnem primeiro com o Sr. Presidente da Câmara e depois é que vai reunir com os professores, isto é assim que está feito. A própria Assembleia gastou dinheiro, vai ter que pagar senhas, para quê? Quando já estava tudo definido! .....

----- Diga-se, de uma vez por todas - quem sabemos somos nós, isto vai ser assim - e então temos que definir o regime político de outra maneira e não aquele regime chamado democrático e temos que dizer assim - as pessoas não valem nada, o que valem são os números, o que valem são as economias - e teremos que dizer, como dizia alguém, que um jornalista estrangeiro que veio neste 25 de Abril a Portugal, o que viu foi pessoas do grande capital com o cravo na lapela e não o povo, que esse teve que atirar com os cravos. ....

----- Portanto há que repensar a ação governativa e houve aqui intervenções legítimas, com toda a legitimidade, mas que deviam ser mais permanentes e não só neste setor quando nos tiram as coisas, por parte da Sra. Presidente da Junta de Izeda, a quem eu dou a razão, por parte do Filipe Caldas, a quem eu dou a razão, por parte do Sr. Presidente de Junta, a quem eu dou a razão, isto é tirar bens que são fundamentais para o desenvolvimento das comunidades locais, é um erro grave, mas que tem alguém que é responsável, e deve ser em torno dessas medidas que o comportamento de quem aqui representa, quem nos elegeram, deve ser permanente e denunciar de forma positiva e corretiva, e evitarmos que dentro de um ano ou dois dizemos assim: não há escolas, já nem há em Bragança, porque não há alunos e as aldeias têm que fechar porque não têm ninguém. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas. ....

----- **Elídio Morais** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Presidentes de Junta, Deputados desta Assembleia, Comunicação Social e Público em geral. ....

----- Levou-me aqui a fazer esta intervenção porque de facto nunca imaginei que por desculpa ou por motivos institucionais tivesse que se acusar alguém por essa razão, e é muito simples. A Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, para que toda a gente saiba, e o ensino escolar tem, neste momento, trinta e dois alunos na sua escola, tem nove no infantário, e custa-me que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salsas viesse desculpa-se, de os miúdos terem que ir para Rossas, porque Rossas não tem condições. Isso não é verdade, foram realizadas obras no edificio da escola de Santa Comba de Rossas há cinco anos, pela Câmara Municipal, que equipou e dotou aquilo das condições mínimas.....

----- Com respeito ao não Refeitório, que não tem condições, também não é verdade, as pessoas devem desconhecer, com certeza, porque foram colocados dois contentores junto da escola precisamente para oferecer as condições mínimas de serventia aos alunos. Foi colocado há dois anos, funciona como deve ser, as pessoas se não conhecem, devem visitar para depois falarem em concreto e com verdade. ....

----- Quanto à solução da ginástica, é evidente que Rossas tem, a Junta de Freguesia de Rossas tem condições para haver ginástica, tem um ringue descoberto, junto da escola, em dias de sol, pode ser frio mas também não é assim tanto frio, nesta altura do ano também já não, é e não será no futuro porque o clima assim nos proporciona a que no futuro tenhamos outras condições. ....

----- A ginástica, tendo que a fazer, a junta de Freguesia tem um salão, provavelmente muitas Juntas de Freguesia e muitas Freguesias não terão essas condições. Portanto isso não é verdade. ....

----- No apoio - nós damos todo o apoio às escolas, quer no infantário, quer na escola do primeiro ciclo, nós damos todo o apoio e a Câmara sabe perfeitamente isso, que nós prestamos o máximo apoio..

----- Agora, lamento, é evidente, a mim também me custa, e se me dissessem assim: O ensino na minha Freguesia vai deixar de funcionar. É evidente que eu que lamentava e que lutava por tudo e mais alguma coisa, não ia apontar erros que não são de apontar à freguesia vizinha, eu lamento muito que isso tivesse acontecido. ....

----- Com respeito à Presidente da Junta de Izeda, é evidente que tem melhores condições que qualquer outra escola, acho justo que ela reivindique, está no seu direito, mas nós também temos o direito de defender aquilo que é nosso e não concordo que venham aqui falar mal da nossa freguesia, quando nós temos condições mais que suficientes para termos uma escola em Santa Comba de Rossas dada a sua localidade geográfica e também populacional. ....

----- Tenho dito, muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- .....

----- **Presidente da Mesa** - Tem a palavra, Sr. Presidente de Junta. ....

----- **Filipe Caldas** - Eu não fui muito desonrado, mas tenho que esclarecer aqui o assunto que é pertinente, portanto estão em causa crianças, está em causa o ensino, está em causa a dignidade desse ensino, e perdoe-me por eu dizer aquilo que é verdade, é um contentor, é ou não é? É um contentor com dez negativos, doze negativos, que condições é que tem ali uma criança? .....

----- Também tem um polidesportivo, pois claro que tem, mas fica para aí a seiscentos metros da escola. Pronto eu conheço bem Rossas, andámos no mesmo carro durante cinco ou seis anos, de Rossas para Bragança, conheço-te muito bem, tu conheces-me muito bem e sabes perfeitamente que eu não vinha aqui apontar situações que não são certas. Eu só digo que os alunos de Salsas têm boas condições, atualmente, temos todo o direito de reivindicar o não encerramento da nossa escola, porque tem boas condições, há crianças suficientes, e não fui eu, foi a Assembleia, em reunião, que decidiu, e eu também estou de acordo com eles, que queremos o melhor para as nossas crianças, e o melhor é melhor condições e se calhar até melhor do que as que têm agora, mas agora tem boas condições e não vamos de ânimo leve, quer dizer, não reivindicar essas boas condições para elas. É só isso, não tenho nada contra Rossas, não tenho nada contra o Presidente da Junta, não tenho nada contra a população, gosto muito de vocês, mas, por amor de Deus, estão em causa as crianças. ....

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Parada. ...

----- **Norberto Costa** – Ora, bom dia, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Representantes, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, digníssimo Público.....

----- Eu penso que estamos aqui a lalar das escolas, as que estão abertas, nós não vamos estar aqui uns contra os outros, devemos estar unidos, e não falar uns mal dos outros, nós temos que defender, porque então se fecham as escolas que estão abertas, então é que a nossa região fica sem nada, ficamos pobrezinhos, não temos um professor, não temos um padre, antigamente o símbolo da aldeia era o padre e era a professora. Não vamos estar aqui, o de Izeda a falar contra aquele, o de Rossas contra aquele, temos que estar todos unidos e é todos unidos que podemos defender a nossa região, senão então Bragança não tem nada, as maiores aldeias do Concelho ficam desertas. ....

----- Não tenham pena das crianças que estão em Salsas ou se estão em Rossas, se elas são bem tratadas, que eu sei-o, estão piores alguns que vem para aqui, que eu vejo a pouca miséria que vai aí, crianças da minha aldeia que eu vejo como estão, as que estão ali saem da escola vão diretamente no carro para as suas casas, agora as que vem para aqui não tem ninguém, as pessoas são deixadas ao abandono, saem da sua casa tem que sair uma hora antes, os pais têm que os levantar, têm que ir com

eles, e assim, na própria aldeia que estão, em cinco minutos chegam à escola, é isso que temos que defender, não estamos agora aqui uns contra os outros, vamos defender a nossa região, as aldeias maiores do Concelho acabam com tudo, se já acabaram com as pequenas. Que sejam vinte e um, que sejam dez, deviam ter direito a um professor na própria aldeia. Isto é muito triste para nós, estamos aqui a ouvir coisas e depois uns contra os outros, a discutirmos aqui, isto é feio, vamos a defender, todos unidos, todos juntos é que poderemos ir para diante, não é agora discutirmos uns contra os outros e depois um deixa de falar com o outro, é todos unidos. ....

----- Era isso, obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, pela sua intervenção.....

----- Tem, agora, a palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda. ....

----- **Maria Pires** – Pronto, só tenho três minutos aqui. Um esclarecimento para o Sr. Norberto nós não andamos aqui uns contra os outros, estamos a defender os nossos direitos, as nossas crianças e a nossa população, para isso fomos eleitos e mandatados: .....

----- Um esclarecimento adicional que me parece pertinente também, é assim, a escola de Izeda e a escola de Salsas pertencem ambas ao mesmo agrupamento, ao Agrupamento Abade de Baçal e eu tenho que reconhecer também que existe aqui, e eu como Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, sinto um bocado isso na pele, que toda a gente se importa é com os agrupamentos na cidade, constituir agrupamentos na cidade, e que os alunos não faltem na cidade, só que com as escolas da aldeia ninguém se importa, e facto disso é que nós em Izeda sentimos na pele que há uma constante usurpação de alunos que efetivamente poderiam ser canalizados para Izeda e não o são, são canalizados para Bragança e para Macedo de Cavaleiros. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Presidente de Junta de Freguesia.....

----- O Sr. Deputados do PSD, Rui Correia, tem a palavra. ....

----- **Rui Correia** – Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez bom dia a todos. ....

----- Bom, o que se está aqui a discutir é um possível encerramento da escola EP1 de Salsas, e isto motivada pelo facto de não ter vinte e um alunos, e o que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda veio aqui propor é que em caso de encerramento os da EB1 de Salsas sejam transportados para Izeda, uma vez que é essa a área de influência da escola de Izeda, e também uma vez que para lá são deslocados os alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico, tendo por base, com certeza, as melhores condições para a prática das atividades letivas, coisa que foi desmentida aqui pelo Sr. Presidente de Santa Comba. No entanto a área de influência de Izeda também engloba Salsas e tendo em conta também uma

otimização dos transportes da rede escolar, digamos assim, eu acho que em caso de encerramento de Salsas, de facto, os alunos devem passar a frequentar Izeda. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Estão terminadas as intervenções, passamos então à votação da moção. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA ABSOLUTA, COM DOIS VOTOS CONTRA, VINTE E TRÊS ABSTENÇÕES E QUARENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.** ....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Registamos as seguintes declarações de voto: Vítor Prada Pereira; Alcídio Castanheira; Presidente da Junta de Rossas; Presidente da Junta de Salsas; Guedes de Almeida e Pedro Fernandes ....

----- Ora, então tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira. ....

----- **Vítor Pereira** – Eu na altura que vim aqui fazer a minha intervenção faltou-me dizer uma coisa, e pedir e solicitar à Sra. Presidente da Junta para retirar isto, porque efetivamente eu sabia, eu sabia que o resultado desta votação dava isto, e dava uma divisão e as pessoas que abstiveram não votaram contra por uma questão de bom senso, por pensarem, ....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, tem que se cingir à sua declaração de voto. ....

----- **Vítor Pereira** – Estou a fazer a minha declaração de voto, tenho que fazer enquadramentos na minha declaração de voto senão, não consigo fazer é evidente, se chegar aqui, dizer que me abstive porque me abstive, isto não é nada, por amor de Deus. ....

----- **Presidente da Mesa** – Não, desculpe, Sr. Deputado, vamos ver se nos entendemos, ó! Sr. Deputado, tome atenção ao que eu lhe estou a dizer, eu digo-lhe: descinja-se à sua declaração de voto, não faça esses considerandos que no meu entender não são declaração de voto. ....

----- **Vítor Pereira** – Mas eu disse que me esqueci na altura de pedir e solicitar à Sra. Presidente de Junta de Izeda para retirar esta proposta, ou esta moção, ou como lhe queiram chamar. ....

----- Exatamente porque eu sabia que ia dar este resultado desta votação e já estou a comentar a minha declaração de voto, que foi a votação que efetivamente aconteceu aqui, não foi Sr. Presidente? ...

----- Não foi esta votação que aconteceu? E portanto eu sabia perfeitamente que iria acontecer isto, porque criou-se aqui uma divisão como muito bem disse na sua simplicidade, o Sr. Presidente da Junta de Parada, que pôs o dedo na ferida e que efetivamente divide aqui as freguesias, porque questões que deviam ser, que estariam acima disto e que devia, como eu disse na minha intervenção, e que

efetivamente obrigava a um planeamento rigoroso, pensado, refletido, sobre estas coisas que são muito sérias, e por isso mesmo é que o PS se absteve, e portanto eu temo que esta votação seja mais um contributo para entrarmos neste clima que alguém quis que se chegasse. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado Alcidio Castanheira. ....

----- **Alcidio Castanheira** – Mais uma vez, bom dia a todos. O meu voto também foi de abstenção porque penso que esta temática deve ser incorporada na proposta de revisão da Carta Educativa, e deve ser trabalhada dialogada com as comunidades educativas e só num momento posterior vir a esta Assembleia. Acho que quem tem mais responsabilidade neste assunto é o Executivo Municipal, ainda não ouvimos a opinião dele, e nem sabemos se efetivamente existe essa proposta de encerramento da escola de Salsas, ou não. Eu, pelo menos, pertenço a uma comissão, temos vindo a trabalhar esta temática há um ano, e nunca fomos confrontados com essa informação. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem, agora, a palavra para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rossas. ....

----- **Elídio Morais** – Ora, muito bom dia a todos, mais uma vez. ....

----- A minha declaração de voto vai no seguinte sentido: É evidente que todo o Presidente de Junta que se preze em ser Presidente de Junta, deve defender a sua terra, e foi nesse sentido que eu votei contra à proposta apresentada. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto, o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Salsas. ....

----- **Filipe Caldas** – A minha abstenção vai contra a moção que apresentei, ou que vou apresentar, contra o encerramento da escola de Salsas, não criámos aqui dualidade de critérios, mas que haja, pelo menos, um critério para todas as escolas do meio rural, e se há escolas com menos alunos, que estão propostas, não encerrarem, acho que também é justo nós pensarmos e por isso mesmo é que vou apresentar esta moção. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Guedes Almeida tem a palavra, agora, para a sua declaração de voto. ....

----- **António Almeida** – Votei a favor da moção apresentada pela Junta de Freguesia de Izeda com respeito pelos princípios que aqui na intervenção declarei, de que onde houver um número mínimo, e suficiente crianças para haver uma escola aberta, que deve estar, como a seguir votarei contra o encerramento da de Salsas, se a Moção for discutida e não for retirada, e precisamente contra aquilo que aqui denunciou o Sr. Presidente da Junta de Izeda desta politica de fazer grandes concentrações de fazer agrupamentos, saber quais são os agrupamentos, precisamente também dentro dos princípios que sempre defendi e defendo de que a gestão da escolas deveria ser exclusivamente das responsabilidades dos professores, dos alunos, e dos pais sem qualquer intervenção na eleição dos órgãos dirigentes por de quaisquer forças politicas mesmo ao nível local e é por isso que eu votei a favor da permanência da escola em Izeda. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. deputado Pedro Fernandes, do PSD. ....

----- **Pedro Fernandes** – Bom dia a todos. Eu abster-me nesta votação porque entendo que propostas como aquela que foi apresentada, agora, pela Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, como uma proposta da Moção que será apresentada posteriormente do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, não devem ser discutidas aqui sem um estudo claro da Comissão Municipal de Educação, que temos nesta Assembleia, e portanto só depois de estudadas estas situações das escolas que deverão fechar, das escolas que deverão ficar abertas, para onde deverão deslocar-se os alunos das localidades que não têm escola, só depois disso é que esta Assembleia deverá então aprovar ou ter outro sentido de voto, só depois dessa realidade ser consumada. Portanto este foi o meu sentido de voto. -- .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes, do PS. ....

----- **Luís Fernandes** – Ora bem, uma vez mais, bom dia a todos. A minha declaração de voto vai no seguinte teor. Compreendendo perfeitamente as razões que levaram o Grupo Parlamentar do PS a abster-se, e concordo plenamente que esta questão devia ser devidamente fundamentada na Carta Educativa e só depois aqui fazermos uma avaliação das situações, eu não poderia virar as costas em concreto a esta moção que foi aqui apresentada em relação à escola de Izeda, e votei a favor da Moção, e numa perspetiva de que me parece que há uma tentativa nítida de esvaziar completamente aquela escola para daqui a um dia ou dois dizer que não se justifica e acabar com ela, e de maneira como é natural, e residente naquela região, não podia virar as costas a esta moção em concreto, e votei a favor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Estão terminadas as declarações de voto, vamos passar para às inscrições que estão feitas na sequência da nossa solicitação, para intervenções no Período da Ordem do Dia, dando a palavra, agora, ao Sr. Deputado Alcidio Castanheira. ....

----- **Alcidio Castanheira** – Mais uma vez bom dia a todos. Eu venho aqui na posição de Coordenador da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais, que temos vindo a elaborar um trabalho há cerca de um ano e vimos apresentar, digamos assim, um relatório da nossa atividade, embora o desenvolvimento do nosso trabalho tenha tido alguns percalços por falta de informações, nós estamos agora, hoje, aqui, a ser confrontados com propostas de agregações de escolas e da extinção de escolas que nós desconhecíamos e que nós prevíamos que iria acontecer numa fase posterior, que iríamos ser ouvidos, a comissão, iriam ser ouvidas as comunidades educativas e portanto estamos todos a ser surpreendidos, pelo menos eu estou a ser surpreendido por algumas questões, que, provavelmente, a Câmara detinha essas informações e que nunca nos foram colocadas. ....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

#### **“Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais**

#### **Assembleia Municipal de Bragança**

### **Relatório de atividades desenvolvidas e recomendações à Câmara Municipal**

----- A Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais desta Assembleia Municipal, tendo tomado posse em inícios de janeiro de 2011, cedo se apercebeu que no âmbito das suas competências deveria dar prioridade absoluta nos seus trabalhos à área da educação e dos assuntos sociais. À educação por este ser um ano em que o governo manifestou a sua intenção de proceder a reformas profundas seja a reforma curricular seja o reordenamento da rede escolar seja ainda a reestruturação dos serviços desconcentrados do ministério ou a revisão da Carta Educativa para o concelho. Aos assuntos sociais por ser intrínseca à educação e pelo momento de crise económica que a Europa, o país e, conseqüentemente as famílias atravessam. ....

----- Para termos um retrato mais fiel do estado destas duas áreas, não podíamos deixar de ouvir os seus intervenientes diretos: direções das escolas públicas e privadas pais e encarregados de educação, professores e outros, através de reuniões para as quais estes foram convidados ou através de contactos pessoais. ....

----- Gostaria de destacar o envolvimento efetivo de todos os elementos da Comissão neste trabalho, a sua dedicação e os seus contributos ideológicos no âmbito da educação, o que facilitou o trabalho coletivo da comissão e permitiu, nortearmo-nos sempre pelos princípios de colocar em primeiro plano o bem-estar dos alunos e das suas famílias nas decisões que achamos que devem ser tomadas. ....

----- Igualmente desejamos deixar aqui o nosso agradecimento a toda a comunidade educativa que de forma livre e espontânea trouxeram o seus contributos e a sua visão do estado atual da educação no nosso concelho revelando sempre uma defesa intransigente dos direitos dos seus alunos em particular e das suas comunidades escolares em geral. ....

----- Também da parte da Câmara Municipal e do Sr. Presidente obtivemos sempre e em tempo oportuno todas as informações que íamos solicitando, pelo fato, o nosso agradecimento. *Embora, como digo, faltassem aquelas informações que nós não tínhamos e que nem sabíamos que aconteciam*.....

----- Num breve diagnóstico do estado da educação no concelho, gostaríamos de evidenciar aqui as potencialidades e as fragilidades que em nosso entender devem ser tidas em conta rumo a uma melhoria da educação que todos desejamos: .....

----- Registamos com agrado a consolidação da autonomia das nossas comunidades educativas, a forma como se organizam, elaboram os seus projetos e como os defendem, formando uma rede escolar forte, trabalhadora e atenta constituída por pessoas interessadas e motivadas na defesa da escola pública e do ensino público. ....

----- A rede de edifícios escolares no concelho, tendo em conta as construções escolares de raiz e as obras de requalificação levada a efeito em escolas Secundárias, é manifestamente suficiente tanto no que diz respeito à qualidade como à quantidade. ....

----- Já no que diz respeito à sua localização esta é altamente questionável pela comunidade tanto no que diz respeito às construções do passado mais longínquo que concentrou na mesma via quatro escolas, como no passado mais recente no que diz respeito à construção do Centros Escolares questionando nomeadamente o Centro Escolar de Santa Maria no que concerne à sua dimensão tendo em conta a população residente. O fato de este equipamento ter sido sobredimensionado provoca constrangimentos na deslocação de alunos de outras áreas da cidade e a recusa generalizada dos encarregados de educação residentes na Freguesia da Sé em aí matricularem os seus filhos, o que faz com que atualmente o Centro Escolar se encontre com taxas de ocupação inferiores à sua capacidade. ...

----- Por outro lado, o Centro Escolar da Sé encontra-se sobrelotado e prevê-se até no próximo ano letivo não vir a abrir qualquer turma de 1º. Ano. ....

----- Vemos ainda como negativo, o movimento de centralização de competências na área da educação no Ministério da Educação. A lei orgânica do ministério extinguiu as Equipas de Apoio às Escolas e também até ao final do ano as Direções Regionais. As escolas sentem-se algo perdidas sem os seus interlocutores tradicionais e suspeita-se que o movimento a que se estava a assistir de municipalização da educação se venha a inverter com todos os problemas que esta situação acarreta. ....

----- Por outro lado, a reforma curricular no Ensino Básico que desvaloriza as áreas de expressões, da formação cívica e das tecnologias bem como o alargamento do número de alunos por turma que afeta a empregabilidade do corpo docente e a qualidade de ensino, ou a saída dos representantes dos encarregados de educação dos conselhos pedagógicos lugar onde se tomam as decisões mais importantes da comunidade educativa, revelam-se todos eles elementos constrangedores de uma educação de qualidade. ....

----- Todas estas medidas e incertezas, contribuíram para a instalação de um clima de ansiedade, perturbação e instabilidade nas escolas e nos agentes educativos que em nada abonam em prol de um bom ambiente educativo. ....

----- Constatando-se a recorrente diminuição de alunos no nosso concelho, situação esta que continua a agravar-se pelas causas de todos conhecidas, o que levou num passado recente ao encerramento de escolas do 1.º Ciclo, e tendo-se mantido a rede de agrupamentos escolares e escolas secundárias quase inalterada nos últimos anos, é reconhecida de forma generalizada por todos, a necessidade de se proceder a um reajustamento da rede escolar do concelho. ....

----- Ouvimos a este respeito as direções das escolas que perante a eminência de reordenamento da rede escolar se encontram numa situação expetante e de evidente preocupação face aquilo que poderá ser o futuro de cada uma. ....

----- De uma forma geral percebeu-se um conflito latente entre as direções de algumas escolas, nomeadamente da Escola Miguel Torga e o Agrupamento de Escolas Augusto Moreno cujos interesses em termos de reajustamento da rede coincidem procurando cada uma legitimamente manter ou reforçar as suas escolas, sem perda dos direitos. Percebe-se que há um mau estar instalado também em relação aos decisores políticos que nem sempre tem atuado na base do respeito para com essas comunidades. ....

----- Perante o que ficou dito, esta comissão releva da maior importância o processo de revisão da Carta Educativa. ....

----- No que se refere à integração de um elemento desta comissão, esta pretensão foi-nos negada alegando que seríamos chamados a dar o nosso contributo previamente à elaboração da proposta de

revisão da Carta Educativa tal como a restante comunidade educativa. Porém, soubemos pela comunicação social, que recentemente a DREN aceitou uma proposta de reordenamento da Rede Escolar apresentada pela Câmara Municipal e pelo grupo de trabalho de revisão da carta educativa. Tivemos informações que alguns representantes das escolas teriam sido chamados a dar o seu contributo para a proposta de revisão da Carta Educativa, enquanto que outros não foram *ouvidos* o que revela a fragilidade desta proposta. Soubemos até também pela comunicação social que esta proposta do Grupo de trabalho da revisão da carta Educativa tem já carácter transitório, uma vez que o seu coordenador aceita que por vias da continuada diminuição de alunos a proposta ora apresentada deverá sofrer alterações, nomeadamente pelo encerramento de mais uma escola nos próximos tempos. *E cito o que foi dito na Comunicação Social.* .....

----- O Grupo de trabalho de revisão da Carta Educativa rodeou-se de isolamento e secretismo neste processo quando, na nossa opinião a sua proposta deveria refletir o resultado dos contributos de toda a comunidade educativa, a começar pelos pais e encarregados de educação. ....

----- Achamos que o processo de revisão da carta educativa e a reorganização da rede escolar devem articular-se sendo que o segundo deve emergir do primeiro e ambos serem precedidos de uma discussão alargada que envolva as escolas, as comunidades educativas e os municípios. Neste sentido, recomendamos ao Sr. Presidente da Câmara, a sua melhor atenção para o assunto pois trata-se de uma decisão que vai influenciar o futuro das comunidades educativas devendo por isso, colocar-se de lado os interesses políticos e eleger como prioritário os interesses dos alunos e das respetivas famílias. ....

----- A crise que se instalou no país e nas famílias algumas em situação de desemprego dos dois elementos do agregado familiar provoca dificuldades que também ao nível escolar podem ser inibidoras do sucesso e até provocarem o abandono escolar precoce dos nossos alunos pondo em causa todo o esforço que ao longo dos últimos anos tem vindo a realizar-se neste âmbito. ....

----- Apesar do nosso concelho dispor de uma excelente rede social que se tem revelado eficaz e ainda com capacidade para apoiar as famílias com dificuldades, torna-se necessário também que ao nível escolar a Câmara se mantenha atenta no que diz respeito ao apoio social aos alunos. ....

----- Neste sentido e ouvida a comunidade educativa, recomendamos ao Sr. Presidente da Câmara: ...

----- Vigilância apertada ao fornecimento de refeições aos alunos tanto no que diz respeito à qualidade como à quantidade, concretamente no caso de fornecimento por parte de empresas. ....

----- Disponibilidade continuada para dar resposta imediata a alunos de famílias que dia a dia vão entrando numa situação de vulnerabilidade económica.....

----- No que concerne ao desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC),

testemunharam-nos existir pouca qualidade no seu funcionamento, sobretudo ao nível do Inglês e da Informática pelo que a Câmara Municipal *deve* ser mais cautelosa na escolha das empresas, no concurso e promover um trabalho mais próximo destas com os conselhos de docentes das escolas. ....

----- As dificuldades económicas fazem-se sentir cada vez mais e as despesas com a educação são cada vez maiores. Os manuais escolares constituem uma parte muito significativa da despesa que as famílias suportam com a educação.....

----- O sistema de adoção dos manuais escolares estabilizou a sua validade por um período de seis anos na mesma escola. Dado que a maior parte dos nossos alunos não tem, no âmbito da sua família, a quem ceder o livro utilizado ficando na maior parte dos casos sem qualquer utilidade, deverá a Câmara Municipal promover uma bolsa de empréstimo de livros seja através de *uma* campanha de recolha de livros usados no final de cada ano letivo junto das escolas ou adquiridos por ela diretamente para os poder depois emprestar aos alunos.....

----- Este é o contributo que esta Comissão entendeu prestar para promoção da melhoria da educação que todos preconizamos para o nosso concelho. ....

----- Obviamente com todas as limitações com que fomos confrontados” .....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Eduardo Malhão, do PSD. ....

----- **António Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Executivo, Srs. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Presidentes de Junta, Srs. Presidentes de Junta, Srs. da Comunicação Social, estimado Público. ....

----- No momento em que a vida coletiva atravessa uma situação particularmente complexa, difícil e diria incerta, gostaria também de deixar aqui nota positiva e dizer que continua a acontecer primaveras e que o sol continua a brilhar, e nesse aspeto deixaria aqui algumas breves notas sobre o estado e vida do Município, que é exatamente nesse ponto que nos estamos a situar. ....

----- Uma delas, para sublinhar este processo importante que está em curso, de incremento da economia local ao nível de um conjunto muito vasto de obras, que são obras estruturantes, são obras com muita qualidade e obras pensadas no contexto de eco cidade, e por vezes fala-se muito que estas obras não tem um peso e um contributo importante para a economia local, eu, permitam-me que discorde de contexto porque obviamente que é bom que as empreitadas sejam executadas por empresas locais, mas, como sabem, isto é um processo aberto no âmbito do código da contratação pública e obedece a regras muito rigorosas, que não é possível tornear. Contudo diria que nessas obras

há sempre a possibilidade de surgir um conjunto muito importante de empresas locais, como subempreiteiros, e isso acontece, aconteceu nas obras do Parque Escolar onde estiveram envolvidas muitas empresas, como subempreiteiros, e que puderam ocupar uma parte significativa da sua capacidade de produção, e obviamente que irá acontecer também nestas obras que se estão agora a iniciar. ....

----- Depois também em termos da fileira do comércio, da restauração, dos transportes, de facto estas obras animam a economia local e são muito importantes, e elas só são possíveis porque de facto o nosso Município tem um desempenho e tem uma performance em termos de eficiência económica e financeira ao melhor que existe no país, aliás um estudo recente da ordem dos técnicos oficiais de contas demonstrava exatamente que o nosso Município é o terceiro município ao nível da Região Norte, mais eficiente em termos económicos e financeiros. Isto é ainda mais de citar e de louvar porque contrasta com a realidade e com a conjuntura nacional, e internacional. E é possível neste cenário adverso de facto dinamizar a economia e promover o emprego, diria mesmo que é decisivo que existam estes estímulos exatamente ao crescimento da economia local e ao incremento do emprego, ainda que seja pela via indireta, mas o Município em plena fase de recessão da nossa economia ter um conjunto vasto de obras que se situam em termos de investimento em cerca de trinta milhões de euros, esta Assembleia não pode ficar indiferente e não pode deixar de sublinhar este contributo importante para as dinâmicas da economia local. ....

----- Depois também uma segunda nota para uma obra importante que foi inaugurada no dia da liberdade, no dia 25 de Abril, que tem exatamente a ver com o projeto de regeneração urbana da Mãe de Água. A Mãe de Água foi, durante muitos anos, diria mesmo, um ponto negro do nosso urbanismo e assistimos com muito agrado e todos nós tivemos oportunidade de estar presentes, um trabalho muito bem feito ao nível da regeneração urbana, e acima de tudo da humanização do bairro, integrando as associações, integrando as coletividades, promovendo o trabalho de voluntariado que é feito ao longo do ano, e isso foi demonstrado na boa participação da comunidade do Bairro da Mãe de Água e de facto eu assisti a esse evento como uma marca muito forte também neste trabalho de coesão territorial e de unidade entre os diversos espaços da nossa cidade. Hoje já não só qualificamos o centro da cidade, a zona cívica, as freguesias rurais, mas também os nossos bairros periféricos, é importante que haja de facto esta marca de coesão, esta marca de futuro. ....

----- Uma outra nota também, quando aqui se disse, na apresentação do Estado e Vida do Município, que as freguesias não tinham obras, que estão paradas, eu tenho visitado algumas Freguesias e tenho constatado com muito agrado que as freguesias continuam a fazer como a formiga, a fazer um trabalho

muito importante, a gastar bem cada euro que aplicam nas suas freguesias e a conseguir multiplicar cada euro por muitos euros. Ainda há dias tive oportunidade de visitar uma anexa da Freguesia de Salsas e de poder, com o Sr. Presidente da Junta, verificar uma obra importante de requalificação, com pouco dinheiro, com mão de obra local, com muito esforço, e que é uma obra importante, não gastando muito dinheiro mas que no contexto local funciona muito bem e que por isso o meu apreço para os Srs. Presidentes de Junta. ....

----- Também, permita-me, que ainda não tive oportunidade de visitar o Presidente da minha Freguesia, acabou agora de fazer um embelezamento muito importante também na entrada da Freguesia, ao nível de passeios e de requalificação, um trabalho também bem feito e com pouco dinheiro. ....

----- Conheço muitos outros projetos nas nossas freguesias, são projetos importantes, e era importante também que a AM promovesse uma visita às nossas freguesias, que os Srs. Deputados se deslocassem às freguesias, que partilhassem este trabalho de proximidade e de muita importância para o meio rural, que os nossos Presidentes de Junta estão a fazer, e bem. ....

----- Uma última nota para publicamente deixar aqui também uma palavra de agradecimento para com a Câmara Municipal de Bragança pelo importante apoio que deu a um evento que é um evento de âmbito regional, um evento de coesão territorial e de coesão económica, refiro-me obviamente à Expo Trás-os-Montes, que consegui agregar um conjunto importante de apoios de toda a região, mas sem o importante apoio da Câmara Municipal não seria possível dar a qualidade que o evento teve, e isto demonstra que quando se trabalha em rede, em cooperação, em proximidade, com uma visão de conjunto e com uma visão de futuro, que é possível fazer bons eventos e gastar pouco dinheiro, esse evento é um evento que não teve uma grande orçamento, o orçamento de esse evento situou-se na ordem dos quarenta mil euros, quando nós iniciámos este projeto dizia-nos que precisávamos no mínimo duzentos mil euros, nós, penso que conseguimos fazer bem com cinco vezes menos e com uma forte componente também de investimento privado, cerca de 80% do evento foi feito através de patrocínios da esfera privada. ....

----- Mas, gostaria, para terminar, uma vez mais sublinhar o importante contributo da Câmara Municipal de Bragança, de outras Câmaras do Distrito, que estiveram envolvidas, do IPB, que também teve uma participação muito forte, das associações de desenvolvimento locais e também dizer que só se fala, às vezes, nas coisas que nos dá jeito, mas também no âmbito da Expo Trás-os-Montes, na sua abertura, aconteceu um debate perspetivo que tinha exatamente como lema e como tema - pensar Trás-os-Montes - e gostaria de ter visto aqui alguns deputados que hoje aqui fustigaram aquele debate

da RTP, mas que não estiveram presentes nesse debate, no qual estiveram presentes, no painel principal, muitos autarcas, o IPB, o Diretor Regional da Agricultura, discutiu-se turismo, discutiram-se ideias de um debate prospetivo e um debate virado para o futuro e os Srs. Deputados também devem estar presentes nessas iniciativas. Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salsas. ....

----- **Filipe Caldas** – Pronto, é no seguimento do encerramento das escolas que eu vou apresentar uma moção que o Presidente da Assembleia vai ler, para pôr à votação. ....

----- **Presidente da Mesa** – Eu passo então a ler a Moção entregue pela Junta de Freguesia de Salsas.

#### **“Moção**

----- Por proposta do Ministério da Educação, todas as escolas com menos de 21 alunos devem encerrar, num futuro próximo, estando incluída a escola EB1 de Salsas. ....

----- A Assembleia de Freguesia de Salsas após conhecimento da intenção do Ministério da Educação decidiu unanimemente mostrar a sua indignação/descontentamento com o eventual encerramento da escola EB1 de Salsas, redigindo e aprovando a seguinte moção: ....

----- Nos últimos tempos muito se tem falado de Interioridade, mas infelizmente não é por boas razões, pois ao invés de este governo adotar políticas que levem há implementação de medidas que estimulem o crescimento da economia, há melhoria dos serviços de saúde e de educação, assistimos á adoção de políticas que assentam sobretudo em retirar serviços, como o encerramento de escolas sem ter em conta a qualidade das mesmas a nível de infraestruturas e de recursos humanos. ....

----- Esta Assembleia não concorda que as crianças da Freguesia de Salsas passem a frequentar no próximo ano letivo a escola EB1 de Santa Comba de Rossas, não porque tenhamos nada contra a Freguesia ou sua população, mas porque a escola não tem o mínimo de requisitos exigidos pelo Ministério da Educação, não dando garantias de poder oferecer um ensino com um grau elevado de qualidade, pois faltam vários equipamentos de apoio escolar essenciais ao funcionamento de uma escola com um número de alunos considerável, como o refeitório e polidesportivo para aulas complementares, sendo estas por vezes lecionadas na rua, ao contrário da escola EB1 de Salsas que detém todas as infraestruturas e equipamentos materiais e pedagógicos necessários para oferecer aos alunos e respetivos professores condições condignas/ótimas de ensino e aprendizagem, condições essas resultantes de elevados investimentos feitos nesta escola nos últimos anos. ....

----- De destacar também e não menos importante é o facto de as crianças terem de se levantar ainda mais cedo para irem para a escola pois aumenta a distância a percorrer entre casa – escola, onde

as vias de comunicação são sinuosas e degradadas, contribuindo para eventuais acidentes provocando nas crianças um maior cansaço físico e psicológico e conseqüentemente uma maior desmotivação de aprendizagem por parte das crianças, diminuído, deste modo, a qualidade do ensino das nossas crianças.

----- Assim, demonstramos convictamente o nosso repúdio pelas políticas avulso de pessoas com responsabilidades governamentais que infelizmente não conhecem a realidade do País e com isso mudam drasticamente a vida das pessoas para “ pior ”.

----- Como é sabido o nosso meio rural vive um drama que se acentua cada vez mais, que é a desertificação resultado das políticas de sucessivos governo, pois o pouco que temos vão-nos tirando aos poucos, como os meios de transporte - encerramento da linha do Tua, os serviços de saúde não existem, as escolas fecham, os correios não funcionam, a agricultura foi dotada ao abandono, a ponto de insinuarmos, que mais de mal pode vir a esta Freguesia?

----- Assim, torna-se mais difícil viver no meio rural do interior de Portugal aumentado o fosso entre o litoral e o interior.

----- Todas estas razões contribuem para diminuir as condições de vida e respetivamente a qualidade de vida de toda a população do Interior do Nordeste de Portugal, onde os poucos jovens que ainda restam nestes lugares apostam cada vez mais na emigração, pois é legítimo que ao assistirmos constantemente a políticas de asfixiamento, as pessoas mais concretamente os jovens procurem “lá fora” aquilo que o seu país não lhes proporcionou ou lhes retirou, contribuindo para um país mais desertificado, mais envelhecido e mais pobre!

----- Perante os factos expostos, esta Assembleia de Freguesia, em reunião deliberou por unanimidade, estar plenamente contra o encerramento da escola EB1 da Freguesia de Salsas, prejudicando principalmente as nossas crianças, os pais e a economia local, fazendo desta Freguesia uma Freguesia mais pobre no seu todo.

-----A Assembleia de Freguesia sublima que se pondere sobre o encerramento desta escola e que se trabalhe pela manutenção da mesma, pois de todas as escolas da zona envolvente é a que detém melhores condições a nível de infraestruturas e recursos materiais e pedagógicos para a prática de um ensino com qualidade, não entendendo que critérios são usados para fecharem a escola EB1 de Salsas e transferirem os alunos para a escola EB1 de Santa Comba de Rossas?

----- Em suma esta é uma freguesia que quer resistir contra as adversidades da crise mas as políticas erradas dos últimos anos levam a que os resistentes, um dia também abandonem a nossa terra.

Queremos vivamente deixar aqui o nosso protesto, contra estes e outras medidas de esvaziamento de serviços no interior, que tem e vai penalizar drasticamente o meio rural.

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia de Salsas,.....

----- a) Pedro Miguel Ramos Zoio. ....

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, .....

----- a)Filipe Osório Caldas. ....

----- **Presidente da Mesa** - Está esta Moção em cima da Mesa para pedidos de esclarecimento, em primeiro lugar. ....

----- Bruno Veloso, do PS, e Guedes de Almeida. ....

----- **Bruno Veloso** – Sr. Presidente da Mesa mais do que um pedido de esclarecimento aos proponentes da Moção, parecia-me de todo justificável, solicitar ao Sr. Presidente de Câmara que no âmbito regimental, desse oportunidade à Sr. Vereadora com o pelouro da educação, para proferir umas declarações sobre esta matéria mesmo antes de entrarmos na discussão desta Moção, porque esta Moção está a particularizar demasiado, e sobre esta matéria não temos, de facto, nenhuma voz da Câmara, que eu solicitei na minha primeira intervenção, e da qual me parecia até que fosse conveniente, que fosse a própria Vereadora do pelouro a dar-nos essas respostas, se assim o Sr. Presidente da Câmara o entender e de facto depositar essa confiança nela.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Muito bem, esse é um pedido de esclarecimento ainda, vou solicitar ao Sr. Deputado Guedes de Almeida que faça o seu pedido de esclarecimento. ....

----- **António Almeida** – O meu pedido de esclarecimento vai para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, de certa forma vai entroncar também com o do Bruno Veloso, isto é: refere aí na sua Moção, várias vezes, esta política de desagrado, de abandono, de desertificação, tiraram-nos o comboio, estradas sinuosas. Os poderes políticos a quais se refere, aos de Lisboa, ou também aos de Bragança? .....

----- Era este o esclarecimento que eu queria.....

----- **Presidente da Mesa** – Terminados os pedidos de esclarecimento, vou pedir ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salsas que responda a esta questão. ....

----- **Filipe Caldas** - O Sr. Membro desta Assembleia, Dr. Guedes de Almeida, fez-me uma pergunta um bocado impertinente, mas a verdade é que nestes anos todos, há trinta e oito anos de democracia, não haja dúvidas que o meio rural tem sido muito mal tratado. Há políticos locais que nos tem tratado melhor, outros pior, não haja dúvidas que também há responsabilidades das políticas locais, mas o grande problema tem sido as políticas nacionais, acho que as políticas nacionais tem sido umas políticas de abandono total, a ponto de que atualmente sermos quase uns resistentes os que cá estamos no meio

rural. Quem é que pode viver no meio rural se não há fábricas, se não há emprego, se não há escolas, se não há qualquer serviço? É quase impossível! Mas nós ainda somos resistentes, ainda cá estamos. Claro que as políticas não são as melhores, porque se houvesse boas políticas... nós temos alguns recursos e com esses recursos vivíamos melhor do que no litoral. Mas é preciso vermos, os votos estão no litoral, os votos estão em Lisboa, estão no Porto, estão em Setúbal, estão em Braga, estão em todo litoral, e ninguém se lembra de nós, e nós somos boas pessoas, acreditamos nas pessoas, fazemos muitas vezes políticas a favor dessas pessoas, quantas vezes essas pessoas se lembraram de nós e estão ao nosso lado? Nunca o fizeram. ....

----- Portanto acho que há culpa dos políticos locais mas muito mais dos políticos de Lisboa. ....

----- Era só, mais não posso, porque não sou uma pessoa muito formada nas políticas traçadas a nível nacional, mas naquilo que pouco sei, sei que tenho sido mal tratado pelas más políticas governamentais.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Eu dirijo aqui ao Sr. Presidente de Câmara, na sequência da questão levantada pelo deputado Bruno Veloso, se a Câmara tem interesse em se pronunciar sobre esta matéria desta Moção que está em cima desta Mesa, neste momento.....

----- **Presidente da Câmara** – A DREN reuniu recentemente com a Câmara Municipal, reuniu no mesmo dia com os diretores das escolas, e apresentou uma proposta de reordenamento da Rede Escolar, proposta que será discutida no dia dois de maio, em reunião do Conselho Municipal de Educação, com a presença dos membros da Comissão de Educação da AM, com os diretores das escolas e com os membros que elaboram uma proposta da revisão da Carta Educativa. É matéria que está em discussão, no sentido de, em conjunto, encontrar uma solução que não seja precipitada, ainda que algumas declarações públicas o tenham sido. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Depois destes pedidos de esclarecimentos, intervenções sobre esta matéria? Registo o pedido de intervenção de: Guedes de Almeida, Presidente de Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas; do Bruno Veloso, do PS e Rui Correia, do PSD. ....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Guedes de Almeida. ....

----- **António Almeida** – Hoje esta AM tem sido marcada, e eu vou definir como um apertar de cerco àquilo que durante trinta e oito anos vem sendo feito ao nível precisamente daquilo a que chamaram a força do poder local. A força do poder local foi positiva quando resultou em função, digamos assim, da doutrina política que cada Presidente orientou perante o seu Concelho. E eu quero aqui referir que em termos de política autárquica do Concelho de Bragança, tem sido esquecido aquela figura que para mim

foi talvez o grande “revolucionário” no bom sentido da democracia e da liberdade, que foi o Eng. José Luís Pinheiro. Todos os assuntos do Concelho eram discutidos, tentava a consonância, o acordo de todas as forças políticas representadas, é que quando se começa a “rasgar” precisamente aquilo que hoje está consolidado ou mais consolidado, mas a parte mais difícil foi arrancar, e sem dinheiros, sem planos diretores, sem legislação que regulamentasse, o desenvolvimento deste Concelho, que se viu crescer, e a partir de determinado momento viu-se começar a ruir, a desfazer-se. ....

----- O Filipe falou aqui muito bem, quando eu lhe pergunto, é que a responsabilidade do Terreiro do Paço é muito grande, mas há grande responsabilidade do poder local, precisamente por causa de que, deu aqui uma expressão - nós apoiamos alguns políticos e depois não nos apoiam - e digo mais - este concelho ou este distrito ou o interior, apoiou sempre políticos que não nos apoiaram - e nós temos hoje exemplos gritantes que apoiamos más pessoas, falo em abstrato, falo em geral, apoiamos más pessoas, mesmo do nosso Distrito, nós temos exemplos, hoje se voltássemos a trás não apoiávamos, não tínhamos apoiado, não nos deram nada e até não são vistos como bons exemplos, perante, digamos assim, a gestão da democracia e da liberdade e dos valores daqueles que são governados. ....

----- E hoje estamos aqui a ver que efetivamente começa a haver com receio é que efetivamente a política da Câmara com as obras ditas e eu refiro-me, neste momento, e no caso concreto, porque ..., anteriormente começa a não ter digamos aquela ação que é desejada pelas populações. ....

----- Hoje falou-se aqui no encerramento, e esta moção que estamos a tratar, do encerramento da escola de Salsas, para mim é um erro, vinte e um alunos justificavam plenamente manter-se aberta, ter lá um professor e ter todas as condições. ....

----- Mas falou também nos comboios, falou nas estradas sinuosas, falou numa série de problemas que, de facto, chegamos à conclusão que isto não está bem. ....

----- E foi aqui questionado para se pronunciar o pelouro da cultura. O pelouro da cultura não falou! não fala! Nada está decidido, já devia estar tudo decidido, pelos vistos a DREN reuniu sim, mas reuniu antes de reunir com as escolas. Portanto há também um poder local que é corresponsável com estas decisões do poder central. A que título? “Trocas” de mais obra, menos obra, mais participações, menos participações. E isto é que é vincado, que efetivamente o Filipe tem razão, não deve fechar, a Moção é de aprovar, mas em defesa de valores, é que as pessoas que são governadas pelo poder seja ele ao nível de freguesia, e é o que está mais próximo, por isso é que eu defendo também que as freguesias devem lutar pelos interesses das suas populações, mas o poder a seguir, hierarquizado, deve também consultar essas bases e nunca se pronunciar definitivamente perante quem vem de Lisboa, quem quer tutelar determinada área, sem defender, e com fundamentação, os interesses das

populações, sobretudo das pessoas e sobretudo das crianças, dos pais das crianças, fala-se aqui em desemprego, que não pode serem *deslocalizados* para depois entrarem numa outra escola que levará a que os custos sejam pagos por futuras gerações que nada tem a ver com a má governação atual. ....

----- Era isto que eu queira dizer. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rossas, tem a palavra. ....

----- **Elídio Morais** – Mais uma vez bom dia a todos. É o seguinte: eu venho aqui só para fazer um pedido ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salsas relativamente à moção que apresentou. Se pudesse alterar parte do *conteúdos* daquela Moção, e esse *conteúdo* que eu vou referir é o seguinte: é não falar, na Moção, numa freguesia em que ele diz que não tem condições. A freguesia de Rossas tem condições, a Sra. Vereadora da Cultura sabe, o Sr. Presidente da Câmara sabe, todo o Executivo da Câmara sabe que Rossas tem condições, tem condições. E eu não sou contra a moção, antes pelo contrário, acho que sim senhor todos nós devemos defender os nossos interesses, agora defende-los de uma forma que não é a mais correta, é defender que deve manter-se a escola mas culpando a Freguesia do lado, porque vão para lá os alunos e não tem condições, isso acho que o Sr. Filipe, o Sr. Presidente da Junta de Salsas não conhece bem a Freguesia de Santa Comba de Rossas. ....

----- E só queria fazer aqui mais um *apartesinho* que é o seguinte: Quando falei no ringue desportivo, o ringue desportivo fica nas costas da escola, penso que o Executivo da Câmara conhece perfeitamente e a sala de ginástica é precisamente o salão da Junta de Freguesia, que em dias de chuva é utilizado para esses fins. ....

----- Portanto era só isso que eu queria pedir ao Sr. Presidente da Junta de Salsas, para retirar da sua Moção a culpabilidade ou o querer culpar a Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, nesse assunto. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Não considero isto um pedido de esclarecimento, não está prejudicada pela discussão. ....

----- .....  
-----

----- **Presidente da Mesa** - Bom, pode ser, pode ser interessante. ....

----- **Filipe Caldas** – Acho que pode haver aqui...não temos a intenção de atacar ninguém, não estamos contra ninguém, nós só estamos contra o encerramento da escola de Salsas, que Rossas continue, nós não estamos contra as outras escolas que se mantenham abertas, nós estamos contra a política de encerramento da escola de Salsas, simplesmente isso, e depois fundamentamos que devia

estar aberta, se calhar esta parte que está aqui no fundo “ Santa Comba de Rossas” vamos retirar essa parte aí porque no fundo a nossa intenção é só “não contra o encerramento da escola de Salsas”, não estamos contra ninguém, portanto eu acho que proponho aqui à Mesa que retire a parte onde está mencionado Rossas. Está bem? Pronto, e acho que, mais uma vez, eu quero esclarecer que nós, Salsas, ficamos mais pobres com o encerramento da escola e todos nós ficamos, quando temos um serviço e é retirado esse serviço. ....

----- É só um apelo que eu faço aqui que votem o não encerramento da escola de Salsas e portanto faço, mais uma vez, um alerta, que aqui não estamos contra ninguém, mas estamos com a continuação da escola de Salsas para o ano letivo que se avizinha. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Bom, então fica o compromisso do Sr. Presidente de Junta de Salsas ter que redigir a Moção de acordo com aquilo que acabou de dizer, de forma a, e na sequencia do pedido do Presidente da Santa Comba de Rossas, retirar a questão - não reunir a escola de EB1 de Santa Comba de Rossas as condições para tal. ....

----- Bom, damos a palavra, então, para a seguinte intervenção, que é o Sr. Deputado do PS, Bruno Veloso. ....

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde. Eu acho que, de facto, a Moção tem uma centralidade e um interesse próprio e natural do Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, mas quer perante a resposta que o Sr. Presidente da Câmara nos deu aqui, quer perante aquilo que o Sr. Presidente de Câmara terá afirmado em reunião de Câmara, que este processo da Carta Educativa e da Reorganização Escolar estava ainda numa fase embrionária, sendo que o Sr. Presidente de Câmara deu garantia que haverá uma reunião onde estarão presentes os intervenientes e estará também presente a própria Comissão de Educação da AM, parece-me, de todo, extemporâneo estarmos a entrar nesta lógica de *guerrinhas* sem sentido e sem conhecermos a Carta Educativa, eu acho que devemos olhar para isto com a maior das seriedades e aquilo que eu pedia ao proponente era que nesse âmbito e em prol do “respeito” por aquilo que todos pautamos, que é pela melhor educação das nossas crianças do nosso Concelho, é que nesta fase teria obviamente oportunidade para se pronunciar junto da Comissão e a Comissão também junto da DREN e naturalmente que depois da Carta Educativa teríamos outras propostas, naturalmente, a acrescentar, mas que me parece extemporâneo, e aquilo que eu apelava era ao bom senso para esta Moção fosse retirada. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Presidente de Junta, pode comentar? .....

-----**Filipe Caldas** – Não vamos retirar essa Moção, porque há intenção de encerrar a escola de Salsas, como algumas escolas do Concelho de Bragança, do meio rural. E como há intenção e como vale mais prevenir do que remediar, esta Moção vai ao encontro das nossas pretensões, é manter a escola aberta, portanto vamos com a Moção para a frente. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PSD, Rui Correia. ....

----- **Rui Correia** – Obrigado, Sr. Presidente. Bem, então e tendo em conta o que aqui já foi dito e também uma vez que o proponente não retirou esta proposta, colocou-se-nos esta questão: E então agora votamos pelo encerramento da escola porque o Governo Central assim o deseja? E sabemos que assim o deseja mais pressionado até por políticas baseadas neste entendimento com a TROIKA, por políticas muito mais economicistas, digamos assim! Pois não me parece, não me parece, acho que devemos votar favoravelmente a manter a escola, até porque há concelhos do distrito onde vão ser mantidas escolas com menos de vinte alunos, com menos até de quinze alunos. ....

----- Eu recordo que esta politica foi iniciada pelo PS onde fechou primeiro as escolas com menos de dez alunos, depois com as escolas de vinte alunos, neste momento a fasquia são vinte e um alunos, mas, de facto, acho que nós aqui, que somos tantas vezes pela manutenção, quer dos miúdos, e que não são números mas que são miúdos que moram ali perto e estamos sempre a lutar para manter estas situações, então acho que também devemos votar favoravelmente esta proposta e dizer que esta Assembleia é de opinião que a escola, não só esta, nós estamos a falar desta porque é a proposta que está aqui, as escolas se devem manter abertas. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----Tenho portanto aqui o documento corrigido que vai ser, depois, passado a limpo, por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, confirmo que retirou todas, e a solicitação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, as referencias, no texto, a Santa Comba de Rossas. ....

----- **Texto da Moção para aprovação:**.....

### “MOÇÃO

----- *Por proposta do Ministério da Educação, todas as escolas com menos de 21 alunos devem encerrar, num futuro próximo, estando incluída a escola EB1 de Salsas.....*

----- A Assembleia de Freguesia de Salsas após conhecimento da intenção do Ministério da Educação decidiu unanimemente mostrar a sua indignação/descontentamento com o eventual encerramento da escola EB1 de Salsas, redigindo e aprovando a seguinte moção:.....

----- Nos últimos tempos muito se tem falado de Interioridade, mas infelizmente não é por boas razões, pois ao invés de este governo adotar políticas que levem à implementação de medidas que estimulem o crescimento da economia, à melhoria dos serviços de saúde e de educação, assistimos a adoção de políticas que assentam sobretudo em retirar serviços, como o encerramento de escolas sem ter em conta a qualidade das mesmas a nível de infraestruturas e de recursos humanos. ....

----- De destacar também e não menos importante é o facto de as crianças terem de se levantar ainda mais cedo para irem para a escola pois aumenta a distância a percorrer entre casa – escola, onde as vias de comunicação são sinuosas e degradadas, contribuindo para eventuais acidentes provocando nas crianças um maior cansaço físico e psicológico e conseqüentemente uma maior desmotivação de aprendizagem por parte das crianças, diminuindo, deste modo, a qualidade do ensino das nossas crianças.....

----- Assim, demonstramos convictamente o nosso repúdio pelas políticas avulso de pessoas com responsabilidades governamentais que infelizmente não conhecem a realidade do País e com isso mudam drasticamente a vida das pessoas para “ pior ” .....

----- Como é sabido o nosso meio rural vive um drama que se acentua cada vez mais, que é a desertificação resultado das políticas de sucessivos governos, pois o pouco que temos vão-nos tirando aos poucos, como os meios de transporte - encerramento da linha do Tua, os serviços de saúde não existem, as escolas fecham, os correios não funcionam, a agricultura foi dotada ao abandono, a ponto de insinuarmos, que mais de mal pode vir a esta Freguesia?.....

----- Assim, torna-se mais difícil viver no meio rural do interior de Portugal aumentado o fosso entre o litoral e o interior. ....

----- Todas estas razões contribuem para diminuir as condições de vida e respetivamente a qualidade de vida de toda a população do Interior do Nordeste de Portugal, onde os poucos jovens que ainda restam nestes lugares apostam cada vez mais na emigração, pois é legítimo que ao assistirmos constantemente a políticas de asfixiamento, as pessoas mais concretamente os jovens procurem “lá fora” aquilo que o seu país não lhes proporcionou ou lhes retirou, contribuindo para um país mais desertificado, mais envelhecido e mais pobre! .....

----- Perante os factos expostos, esta Assembleia de Freguesia, em reunião deliberou por unanimidade, estar plenamente contra o encerramento da escola EB1 da Freguesia de Salsas,

prejudicando principalmente as nossas crianças, os pais e a economia local, fazendo desta Freguesia uma Freguesia mais pobre no seu todo.....

----- A Assembleia de Freguesia sublima que se pondere sobre o encerramento desta escola e que se trabalhe pela manutenção da mesma, pois de todas as escolas da zona envolvente é a que detém melhores condições a nível de infraestruturas e recursos materiais e pedagógicos para a prática de um ensino com qualidade. ....

----- Em suma esta é uma freguesia que quer resistir contra as adversidades da crise mas as políticas erradas dos últimos anos levam a que os residentes, um dia também abandonem a nossa terra.....

----- Queremos vivamente deixar aqui o nosso protesto, contra estes e outras medidas de esvaziamento de serviços no interior, que tem e vai penalizar drasticamente o meio rural.....

Salsas, 21 de abril de 2012 .....

O Presidente de Assembleia de Freguesia de Salsas,.....

a) Pedro Miguel Ramos Zoio .....

O Presidente da Junta de Freguesia de Salsas, .....

a) Filipe Osório Caldas” .....

----- **Presidente da Mesa** - Vamos passar à votação, Srs. Deputados. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, CATORZE ABSTENÇÕES E CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.** .....

----- Declarações de voto? .....

----- Uma declaração de voto de Guedes de Almeida e Bruno Veloso. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Veloso. ....

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Na sequência da minha intervenção anterior, naturalmente o PS só poderia abster, naturalmente que o PS defende a educação e a educação de qualidade, mas defendemos que estas coisas devem ser tratadas com toda a seriedade, ouvidas as comunidades educativas e a Carta Educativa é fundamental para qualquer apreciação séria nesta matéria, portanto é nesse sentido que nos abtemos em consequência daquilo que foi as nossas intervenções. ....

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.. ....

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, Guedes de Almeida, do CDS/PP. ....

----- **António Almeida** – Filipe! Teve aqui a maioria, mas isto é uma aspirina para curar um cancro, portanto o cancro não tem cura, o que está decidido está decidido, ouvimos aqui que fecham com vinte e um, com vinte já não dá, portanto isto não é para entender, portanto isto já está discutido, ouvir agora a Comissão sobre a Carta Educativa já é tarde, vai ser uma Carta Educativa que vai ser instituída, portanto só estamos a adiar ou enganar o futuro porque isto é tudo para fechar, eu aqui estou como o Medina Carreira, isto é mais dez anos e acabou tudo, portanto. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Srs. Deputados, damos por terminados os trabalhos da parte da manhã, o período da tarde terá início às duas e meia da tarde. ....

----- Obrigado. ....

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das quinze horas...

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, vamos ter que tomar os lugares, porque temos já quórum, vamos iniciar os trabalhos.....

----- Bom, então, Srs. Deputados vamos iniciar os trabalhos passando ao

**PONTO 4.2 – Discussão e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal de Bragança DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011; E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS; .....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“I – CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de abril do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs. Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2011 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo Sr. Presidente, foram presentes, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2011, previamente distribuído pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborados no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a resolução n.º 04/2001 - 2.ª Secção, Instruções n.º 01/2001, do Tribunal de Contas.

Os referidos documentos são constituídos pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

Os documentos em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Ativos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2011 apresenta um ativo líquido no valor de 199.513.782,61€, registando os fundos próprios e o passivo igual montante.

A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 27.883.181,71€ e proveitos no montante de 30.339.675,60€, originando um resultado líquido do exercício positivo de 2.456.493,89€. --

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2011, os seguintes valores:

Um total de recebimentos no valor de 35.141.697,68€, que compreendem 1.512.406,26€ do saldo da gerência anterior, 31.993.909,62€ de receita orçamental (receitas correntes no montante de 23.712.726,91€, receitas de capital no montante de 7.823.034,93€ e o valor de 458.147,78€ relativo a outras receitas) e 1.635.381,80€ de operações de tesouraria.

Foram efetuados pagamentos no valor total de 33.470.603,17€, correspondendo 31.883.471,27€ a despesas orçamentais (despesas correntes no montante de 20.956.150,98€ e 10.927.320,29€ de despesas de capital), e 1.587.131,90€ relativos a operações de tesouraria. -----

Estes valores evidenciam um saldo de 1.671.094,51€ a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o seu valor de 183.997,17€ referente à execução orçamental e 1.487.097,34€ referente a operações de tesouraria.

Assim, propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício no valor de 2.456.493,89€, seja aplicado da seguinte forma: constituição de reservas legais no valor de 122.824.69€ e o restante no valor de 2.333.669,20€ para reforço do Património.

De seguida, o Sr. Presidente, procedeu à apresentação do documento, informando de forma sucinta:

### **APRESENTAÇÃO**

Os documentos de prestação de contas da autarquia relativas ao ano de 2011 e que serão remetidos ao Tribunal de Contas para aprovação foram elaborados conforme o regime de contabilidade autárquica, fornecem a informação de concretização do programa e atividades previstas, a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas. Esses documentos fazem-se acompanhar pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução de receita bruta arrecadada pela Autarquia (31.993.909,62€) e uma receita líquida de 31.921.555,17€, constatamos ter obtido uma execução de 83,54% relativamente às dotações corrigidas, ligeiramente superior à do ano anterior, e uma execução do orçamento da despesa de 83,44%. Saliente-se que, de um modo geral, a regra tem sido a de o município de Bragança, comparativamente à média dos municípios do País, assegurar bons níveis de execução, sempre acima dos 80%.

Na receita corrente superou-se o objetivo previsto, enquanto que na receita de capital se verificou uma arrecadação inferior à prevista em resultado da diminuição das transferências de capital (dificuldades de recebimentos e de aprovações ao nível da execução do QREN e da não concretização da venda de bens de investimento, face à situação pouco favorável do mercado imobiliário).

A taxa média de execução orçamental dos municípios do País no ano de 2010 foi 55,50%, podendo o valor médio de 2011 ser muito próximo, o que significa que no município de Bragança, com uma execução de 27,04 pontos acima da média nacional, trabalhamos com fiabilidade elevada em termos de orçamento previsional da receita, uma elevada taxa de execução e de comprometimento da despesa, o que só é possível face ao bom planeamento e controlo das atividades.

Os saldos, corrente, orçamental e efetivo são positivos. A receita corrente bruta superou as despesas correntes em 2.756.575,93€, destinada a investimento; as receitas totais foram superiores às despesas totais o que permite transitar com um saldo positivo de 183.997,17€; o saldo efetivo, excluídos

das receitas totais e das despesas totais os ativos e os passivos financeiros, é positivo com o valor de 1.703.981,07€. O Princípio de Equilíbrio Orçamental, assegurado em sede de elaboração do orçamento que previa os recursos necessários para assegurar todas as despesas e que as receitas correntes seriam pelo menos iguais às despesas correntes, foi cumprido.

Em termos de receita global, a estrutura da receita compõe-se da seguinte forma: transferências de fundos da Administração Central 44,52%; Apoios Comunitários e outros 11,94%; empréstimos 0,00% e Receitas Próprias 43,54%. Constatase, como indicador positivo, o facto de as receitas próprias evoluírem de forma sustentada, aspeto essencial da gestão, visto a tendência das receitas provenientes de fundos comunitários serem de diminuição, por serem mais orientadas para a economia e as transferências da administração central tenderem a diminuir por escassez de recursos.

A estrutura do orçamento da despesa, desagrega-se da seguinte forma:

A despesa corrente que representa 65,73% (dentro desta a despesa de pessoal representa 21,40% - a média nacional dos municípios foi de 31,10% no ano de 2010 - e a aquisição de bens e serviços 38,80%; 0,90% para juros e outros encargos, 3,26% para transferências correntes e 1,36% para outras despesas correntes); A despesa de capital que representa 34,27% (sendo 23,62% para aquisição de bens e serviços; 5,88% para transferências de capital; 1,35% de ativos financeiros e 3,42% de passivos financeiros).

A despesa corrente foi inferior à prevista e inferior à executada no ano de 2010, no valor de 339.619,42€, sendo a redução obtida essencialmente na aquisição de bens e serviços e nas transferências correntes, uma ligeira economia em pessoal e ligeiro agravamento nos juros e outros encargos. A despesa de capital, que tende a ser menor em cada ano, diminuiu 19,33% e foi de 10.927.320,29€. Esta representou 34,27% da despesa total, sendo suportada em 65,41% pelo financiamento municipal.

O endividamento municipal regista uma diminuição, no cômputo geral da dívida, de 10,71% (*i.e.* 1.625.870,00€), tendo diminuído a dívida de curto prazo em 405.109,00€ e a dívida de médio longo prazo em 1.220.762,00€. Deduzido o valor associado a credores de cauções, cujos montantes estão disponíveis para restituição, a dívida real de curto, médio e longo prazos é de 12.151.728,99€. Conseguiu-se, novamente, uma descida da dívida global do município, que representa 38,07% da receita líquida global e que a 31 de dezembro de 1997 representava 105% da receita global. Numa altura em que a dívida média dos municípios se tem vindo a agravar, no município de Bragança, apesar de não se ter parado o investimento, tem-se assegurado redução continuada da dívida global, um indicador

inquestionavelmente positivo de gestão, em situação contrária ao que se tem passado no país com a dívida pública, cerca de 110% do PIB, várias vezes o orçamento do Estado.

Os limites de endividamento do município, calculados de acordo com o artigo 53.º da Lei n.º 55-A/2010- Lei do Orçamento de Estado para 2011 - e comunicados pela DGAL para vigorarem no ano de 2011 evidenciam uma margem, favorável ao município (excluindo o setor empresarial local), de 1.906.911,59€ (45,44%) para o endividamento líquido e 4.433.428,54€ (19,45%) para o endividamento de médio e longo prazos.

Quanto à situação patrimonial do município, comparativamente ao ano de 2010, e avaliado o balanço que se organiza de modo a que o ativo seja igual ao passivo mais os fundos próprios, refere-se: ao nível do ativo (valor do imobilizado; das existências; das dívidas de terceiros; das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos), o seu valor é de 199.513.782,61€, tendo ocorrido um acréscimo de 0,14% (269.689,33€); quanto ao passivo, com o valor de 77.033.396,54,00€, registou uma diminuição de 3,01% (-2.387.254,08€). Refere-se que diminuíram as seguintes rubricas: provisões para riscos e encargos 5,85% (-575.644,69€); empréstimos obtidos 12,58% (- 1.220.761,82) e dívidas a terceiros-curto prazo com um decréscimo de 7,40% que representa -405.108,57€; os fundos próprios no valor de 122.480.386,09€, registaram um acréscimo de 2,6 milhões de euros.

No período de 2002 a 2011, o ativo evoluiu de 64,16 para 199,51 milhões de euros, os Fundos Próprios de 49,60 para 122,40 milhões de euros (sendo que o Património apresenta uma evolução de 37,6 para 91,9 milhões de euros).

Relativamente ao Passivo, apresenta 14,46 milhões de euros em 2002 e 77,03 milhões de euros em 2011. Não obstante este considerável aumento, as dívidas a terceiros de médio e longo prazos, que em 2002 apresentam o valor de 9,93 milhões de euros, em 2011 atingem o valor de 8,48 milhões de euros (-1,45 milhões de euros). As dívidas de curto prazo evoluem de 4,30 para 5,07 milhões de euros.

Assim, sendo, pode concluir-se, numa perspetiva evolutiva, que o aumento do passivo é proveniente de outras componentes, nomeadamente as provisões para riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos (em 2011, 69% do Passivo é composto por subsídios ao investimento).

Quanto à análise económica, regista-se que os proveitos operacionais sofreram um decréscimo de 6,13%, o correspondente a 1,68 milhões de euros, em resultado da diminuição *da venda e prestações de serviços* (venda de água, eletricidade, transportes públicos...) e da diminuição de 1,07 milhões de euros, *de transferências e subsídios obtidos*; os *custos operacionais* diminuíram cerca de 5,41% o equivalente a -1,36 milhões de euros; o *resultado extraordinário* é negativo, sendo positivos os *resultados financeiros* no valor de 1.452.224,17€, os *resultados operacionais* com um decréscimo de -

315.024,41€ e o *resultado líquido* com um aumento de 62,76% contribuíram para que a proposta de aplicação de *resultado líquido do exercício de 2011* registre o valor de 2.456.493,89€, dos quais 122.824,69€ *para reservas legais* e 2.333.669,20€ *para reforço do património*.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, a gestão foi de rigor e contenção. A despesa com pessoal traduziu-se num decréscimo de 139.776,09€, exatamente 2,01% relativamente ao ano de 2010. O decréscimo registado deveu-se à redução das remunerações totais ilíquidas impostas pela LEO para 2011 e também à diminuição do número de trabalhadores municipais, relativamente ao ano anterior. O número global de trabalhadores no final do ano é de 371, o mais baixo dos últimos 17 anos (em 1996 havia 383 trabalhadores) e, se a este número subtrairmos o executivo municipal e as 2 prestações de serviços, ainda registadas em 2011, esse número baixa para 365 trabalhadores.

Ao nível do absentismo regista-se um decréscimo na taxa, passando de 9,1% em 2010 para 7,53% em 2011, ou seja, uma redução de 1509 dias de trabalho. De um total de 7031 faltas, 5523 são por doença, dos quais 14 trabalhadores têm 3368 dias de falta por doença prolongada, o que representa cerca de 47,90% do total das faltas dos trabalhadores do município. O maior fator de agravamento da taxa de absentismo resulta da morosidade na marcação de juntas médicas (ADSE e CGA) que, após solicitadas, demoram cerca de 4 a 5 meses, situação que se agravou em 2011 e que degrada imenso o sistema da administração. Note-se que a taxa de absentismo dos restantes trabalhadores é de 3,8%, um valor aceitável.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de responsabilidade, apesar dos sacrifícios que lhes estão a ser impostos em termos de cortes salariais para cumprimentos dos acordos de ajustamento na despesa pública exigidos pela TROIKA, cumprindo com os objetivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da atividade do município, garantindo regularidade e legalidade na ação, conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas pelo que, em nome da Câmara Municipal, quero deixar a todos o necessário agradecimento, em particular às chefias que têm compreendido as orientações do Executivo Municipal e as têm transmitido corretamente aos vários setores.

Também uma nota de reconhecimento aos prestadores de serviços e fornecedores de bens, às empresas e às Instituições com as quais o município mais se relaciona, assim como aos outros níveis de administração política como seja a Administração Central e em particular às Juntas de Freguesia que conosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira, económica e social e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever

cumprido, encerrar a atividade do ano de 2011 com resultados positivos nas contas, na redução da dívida global, com importantes investimentos em execução e com regularidade administrativa e financeira, cumprindo com os normativos legais. Em síntese, com uma imagem global positiva que perante os cidadãos e o país, dignifica a Instituição e o poder local democrático.

Em síntese, a Prestação de Contas evidencia uma boa taxa de execução, resultado da adequada previsão e bom planeamento das atividades. Os saldos, corrente, orçamental e efetivo são positivos, o resultado líquido do exercício é positivo e subiu relativamente ao exercício anterior.

A despesa corrente foi inferior à prevista e inferior à do ano anterior. O endividamento municipal continua a descer e tem o valor mais baixo dos últimos 15 anos, o que contrasta com a situação em geral do país. A situação patrimonial do município continua a evoluir positivamente. Os recursos humanos diminuíram e registou-se uma ligeira melhoria na taxa de absentismo. Os prestadores de serviços e fornecedores mantiveram com o município uma relação estável e positiva.

De realçar o bom relacionamento institucional com todas as Juntas de Freguesias.

Pelo exposto, considerando que os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício estão corretamente elaborados e fundamentados, que a legalidade foi cumprida ao longo do exercício e que o resultado global é positivo, proponho a sua aprovação, bem como a sua submissão, para apreciação e aprovação, da Assembleia Municipal.

**Após a apresentação, o Sr. Presidente, colocou o assunto à votação, tendo o Sr. Vice Presidente, Rui Caseiro, apresentado a seguinte Declaração de Voto:**

“Os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2011 demonstram, claramente, a boa gestão e a preocupação com o equilíbrio das contas municipais, como aliás tem sido prática nos últimos 14 anos, pelo executivo liderado pelo atual Presidente, Eng.º Jorge Nunes.

Registou-se em 2011 um aumento dos fundos próprios e um decréscimo do passivo total.

Da análise da execução orçamental quero realçar dois factos: ao nível da execução de receitas cobradas em relação à receita prevista, um grau de execução de 83,73%, valor este superior ao registado no ano de 2010 (83,2%), que constituiu neste ano o 20.º melhor desempenho a nível dos 308 municípios do país. Também ao nível das despesas de pessoal o peso desta rubrica no total de despesas, apresenta valores em % muito inferiores (21,4%) à média nacional verificada em 2010 (31,1%).

Não obstante a crise em que se vive, associada à diminuição das transferências do Estado, o conjunto de obras executadas e iniciadas no ano 2011 são prova de uma gestão rigorosa e equilibrada e demonstram uma permanente vontade de criar melhores condições de vida para os brigantinos,

apostando na requalificação urbana e também na qualidade de serviços prestados aos cidadãos, seja a nível dos serviços administrativos, municipais, sociais, da cultura e da área económica.

Voto favoravelmente os documentos de prestações de contas bem como a proposta de aplicação do resultado líquido de exercício.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com quatro votos a favor dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias, duas abstenções dos Srs. Vereadores, Jorge Gomes e Leonel Afonso e um voto contra do Sr. Vereador, Humberto Rocha, aprovar o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de exercício de 2011.

Mais foi deliberado, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente e Vereadores, Rui Caseiro, Fátima Fernandes e Hernâni Dias e três abstenções dos Srs. Vereadores, Jorge Gomes, Leonel Afonso e Humberto Rocha, aprovar a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e do previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos do ponto 2.7.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações, submetem-se, para apreciação e votação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2011, respetivamente.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de abril de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

## II – ANEXOS: Anexo I - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS e Anexo II - ERRATA

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra. ....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente, boa tarde a todos.....

----- Antes de passar a uma breve projeção, vou fazer uma ligeira introdução referindo:.....

----- A Prestação de Contas evidencia uma boa taxa de execução, resultado de uma adequada previsão das receitas e das despesas, assim como de um adequado planeamento das atividades. ....

----- Os proveitos operacionais sofreram um decréscimo 6,13%, resultado da diminuição da receita de venda de bens e serviços e também na redução de transferências por parte da Administração Central.

----- Os custos operacionais diminuíram; o resultado líquido de exercício foi positivo, no valor de 2.456.493,89€; o endividamento Municipal registou uma diminuição global de 10,71%; a situação patrimonial do Município evoluiu positivamente. A despesa corrente foi inferior à prevista e diminuiu relativamente ao ano anterior; a regularidade e legalidade no funcionamento foram asseguradas tanto na decisão de gestão como na execução, sendo assim, de forma evidente, positivos os resultados globais.

-----

----- De seguida apresento uma síntese: a taxa de execução em termos de dotação inicial foi de 84,95%, com as dotações corrigidas foi de 83,54% ligeiramente superior à do ano passado, e devo, por isso, salientar que no âmbito anuário financeiro dos municípios a nossa posição na próxima edição deverá surgir ainda melhor relativamente à posição do ano de 2010, sendo que já foi bastante destacada pela positiva. ....

ORÇAMENTO DE RECEITA								
Descrição	Dotação Total Inicial (DTC)	Dotações Corrigidas (DC)	Recursos Coligados Iniciais (RCI)	Recursos Coligados Líquidos (RCL)	Desvio % (RCL-DC)	Execução Total Inicial	Execução Total Corrigida	
<b>Recursos Correntes</b>								
Impostos Diretos	4.482.200,00	4.482.200,00	4.482.338,32	4.428.014,03	-0,93%	89,41%	89,41%	
Impostos Indiretos	321.700,00	321.700,00	80.270,06	80.270,06	-75,03%	24,95%	24,95%	
Taxas, Multas e Outras Parafiscalidades	1.023.000,00	1.023.000,00	988.277,16	986.328,62	-0,19%	96,48%	96,48%	
Receitas de Propriedade	1.713.400,00	1.713.400,00	2.183.124,20	2.183.124,20	28,20%	127,66%	127,66%	
Transferências Correntes	10.207.100,00	10.207.100,00	10.472.620,00	10.472.620,00	2,60%	102,60%	102,60%	
Vendas de Bens e Serviços Correntes	8.267.200,00	8.267.200,00	8.462.000,00	8.468.114,66	3,63%	102,33%	102,33%	
Outras Receitas Correntes	38.000,00	38.000,00	83.000,81	83.000,81	117,63%	218,63%	218,63%	
<b>Sub-Total</b>	<b>25.825.500,00</b>	<b>25.825.500,00</b>	<b>25.712.728,81</b>	<b>25.648.372,48</b>	<b>-0,25%</b>	<b>102,82%</b>	<b>102,82%</b>	
<b>Recursos de Capital</b>								
Vendas de Bens de Investimento	1.333.100,00	1.333.100,00	208.263,77	208.263,77	-84,60%	15,60%	15,60%	
Transferências de Capital	12.366.600,00	13.603.200,00	7.501.713,32	7.501.713,32	-41,19%	55,13%	55,13%	
Movs. Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
Passivos Financeiros	675.100,00	100,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%	
Outras Receitas de Capital	130.800,00	1.388.000,00	25.077,94	25.077,94	-81,76%	18,05%	18,05%	
<b>Sub-Total</b>	<b>14.505.600,00</b>	<b>15.078.200,00</b>	<b>7.823.894,83</b>	<b>7.823.894,83</b>	<b>-45,12%</b>	<b>52,00%</b>	<b>52,00%</b>	
<b>Exercício Recorrido</b>								
Reposições e Abatimentos Pagamentos	37.100,00	37.100,00	488.147,78	488.147,78	1124,69%	1234,69%	1234,69%	
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	73.900,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%	
<b>Sub-Total</b>	<b>37.100,00</b>	<b>111.000,00</b>	<b>488.147,78</b>	<b>488.147,78</b>	<b>134,24%</b>	<b>439,82%</b>	<b>439,82%</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>39.825.500,00</b>	<b>39.825.500,00</b>	<b>33.536.626,81</b>	<b>33.472.267,31</b>	<b>-0,19%</b>	<b>84,32%</b>	<b>84,32%</b>	



## Controlo Orçamental da Despesa

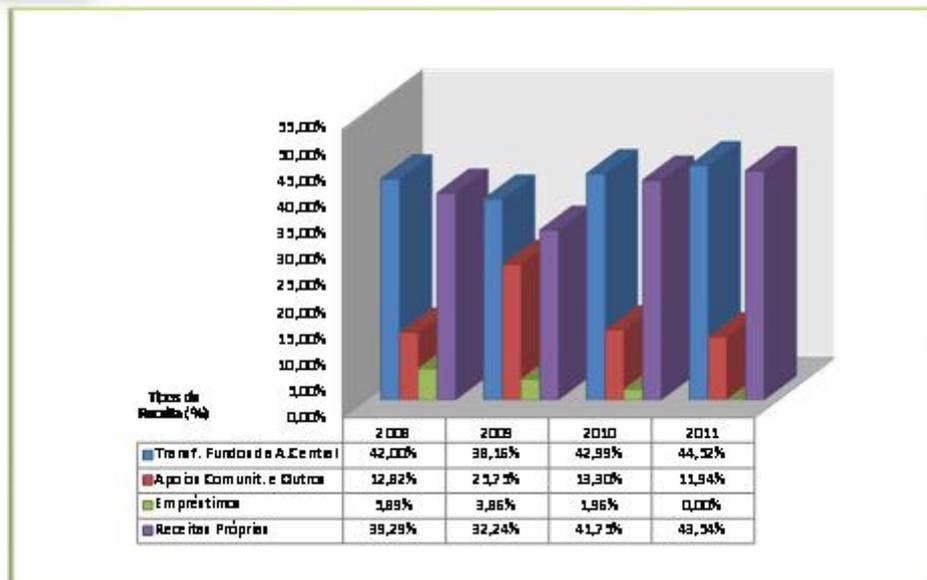
**ORÇAMENTO DE DESPESA**

Descrição	Dotações Totais (DT)	Dotações Carregadas (DC)	Despesas Pagas (DP)	Diferença % (DP-DC)	Transmissão	
					Dotações Totais	Dotações Carregadas
<b>Despesas Correntes</b>						
Despesas com o Pessoal	6.032.300,00	6.069.110,00	6.872.383,90	+1,90%	88,41%	88,41%
Aquisição de Bens e Serviços	14.338.800,00	14.271.340,00	12.972.287,78	-1,37%	86,30%	86,60%
Jornais e Outros Encargos	296.200,00	302.000,00	288.920,26	-1,26%	112,65%	88,81%
Transferências Correntes	1.010.200,00	1.008.650,00	1.038.723,51	+1,80%	88,88%	84,88%
Outras Despesas Correntes	390.200,00	488.200,00	434.254,84	-10,66%	110,60%	84,77%
<b>Sub-totais</b>	<b>22.067.900,00</b>	<b>22.169.300,00</b>	<b>28.996.570,29</b>	<b>+8,57%</b>	<b>81,48%</b>	<b>81,18%</b>
<b>Despesas de Capital</b>						
Aquisição de Bens de Capital	1.0648.200,00	11.639.000,00	7.932.063,93	-28,79%	30,39%	64,63%
Transferências de Capital	2.908.200,00	2.096.000,00	1.879.272,86	-22,96%	39,34%	81,11%
Ativos Financeiros	330.000,00	480.000,00	430.000,00	-10,00%	130,30%	100,00%
Reservas Financeiras	1.100.000,00	1.000.000,00	1.080.083,00	+9,09%	80,00%	80,00%
<b>Sub-totais</b>	<b>5.403.400,00</b>	<b>15.215.000,00</b>	<b>10.321.420,79</b>	<b>+25,87%</b>	<b>74,48%</b>	<b>71,77%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27.471.300,00</b>	<b>37.384.300,00</b>	<b>39.317.991,08</b>	<b>+10,57%</b>	<b>84,87%</b>	<b>81,95%</b>

A estrutura das receitas não difere muito ao longo dos anos, representando a transferência de fundos da Administração Central – 44,52%; fundos comunitários - 11,94%. O ano de 2009 foi bastante superior, por ter coincido com o encerramento do Quadro Comunitário de Apoio, tendo a Câmara Municipal acedido a fundos que outros promotores perderam. Empréstimos - não houve recursos a empréstimos e as receitas próprias representaram 43,54% .



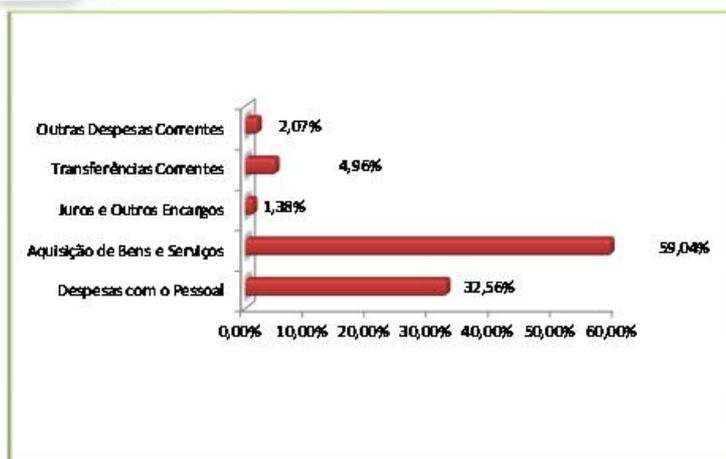
### Evolução das estrutura das Receitas – 2008/2011 por tipo de financiamento (%)



----- A estrutura da despesa corrente está dentro do previsto, representando a aquisição de bens e serviços e a despesa com pessoal, o essencial da despesa. ....



### Estrutura da execução despesas correntes (%)



----- Ao analisarmos a despesa de capital constatamos: a aquisição de bens de capital e as transferências de capital, essencialmente feitas para as Juntas de Freguesia, representam o grosso da

despesa; já os ativos e passivos financeiros têm pouco peso. A amortização de empréstimos foi realizada de acordo com o plano previsto, não tendo a Câmara Municipal falhado ou diferido uma única prestação nos últimos 14 anos. ....



----- A estrutura da despesa está indicada, representando a aquisição de bens e serviços, a despesa com o pessoal e a aquisição de bens de capital cerca de 4/5 da despesa.

-----



----- Salienta-se a repartição da despesa no que diz respeito ao Plano Plurianual de Investimentos: funções gerais com 4,87%; as funções sociais com 84,98%; as funções económicas com 10,15%. ....



----- A evolução da dívida do Município - o valor da dívida atualizada representa 30,59% sobre o valor total do orçamento, sendo evidente uma diminuição significativa e constante. No tempo presente, de grandes constrangimentos financeiros gerais no país, de identificação de desequilíbrio conjuntural ou estrutural na maioria dos municípios, constata-se que Bragança, tendo mantido investimento permanente, assegura em simultâneo redução global da dívida, o que nos coloca, se conjugada a situação financeira com o investimento, nas melhores posições a nível nacional. ....



## Evolução da Dívida (1997-2011)



----- Em termos dos limites de endividamento, baixaram relativamente ao ano anterior, quer em termos médio longo prazo, quer em termos de endividamento líquido. ....



## Endividamento Municipal

Endividamento Líquido		Endividamento de médio e longo prazos (EMLP)		
EL 30-09-2010	Limite EL 2011	MLP 30-09-2011	Resolução n.º 2 Int.º 53.º OE/2011	Limite EMLP 2011
4.196.119,00	4.196.119,00	7.368.515,00	2.734.075,20	10.102.567,00

	Designação	Montante (€)	Observações
(1)	TOTAL ENDIVIDAM. EM MO. BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	Saldos credor - conta 231.1 - Emprestimos de curto prazo
(2)	CAPITAL EM DÉVITA DE MÉDIO E LONGO PRAZO MUNICIPAL	6.174.019,44	Saldos credor - conta 231.2 - Emprestimos de médio e longo prazo
(3)	TOTAL ENDIVIDAM. EM MO. LÍQUIDO MUNICIPAL	4.920.036,30	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e ativos financeiros. Para o efeito foram apurados os saldos em conta de débitos em contas 234-0, 234-2
(4)	CAPITAL EM DÉVITA DE EMPRESTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	2.230.020,08	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos dos artigos 1.º e 1.º do n.º 2.º da al.º 1.º de L.º 175/2006
(5)	CAPITAL EM DÉVITA DE MÉDIO E LONGO PRAZO A CONSIDERAR	3.029.036,46	Capital em dívida de médio e longo prazo, segundo os montantes legais apurados (5) = (2) + (4)
(6)	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	2.230.020,46	Endividamento líquido, segundo os montantes legais apurados (6) = (3) + (4)

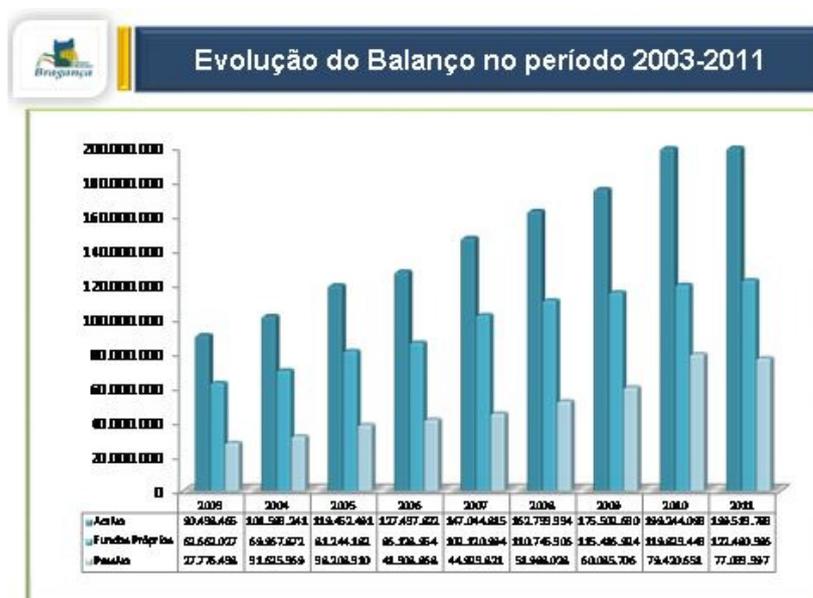
**Endividamento líquido: 45,44% do limite**

**Endividamento MLP: 19,45% do limite**

----- A média de pagamentos: em 2011 pagamos em média a 52 dias, enquanto no ano de 2010 a média foi de 42. Em 2011 houve algumas dificuldades de transferências de fundos comunitários para o Município, de verbas já pagas, temos, neste momento, cerca de três milhões de euros de investimento feito pago e não liquidado, em termos de fundos comunitários, e portanto estou certo que apesar do grande investimento que estamos a fazer que a nossa média de pagamentos no ano de 2012, deverá situar-se ligeiramente abaixo dos de 2011, se a gestão do QREN vier a ser melhorada. ....



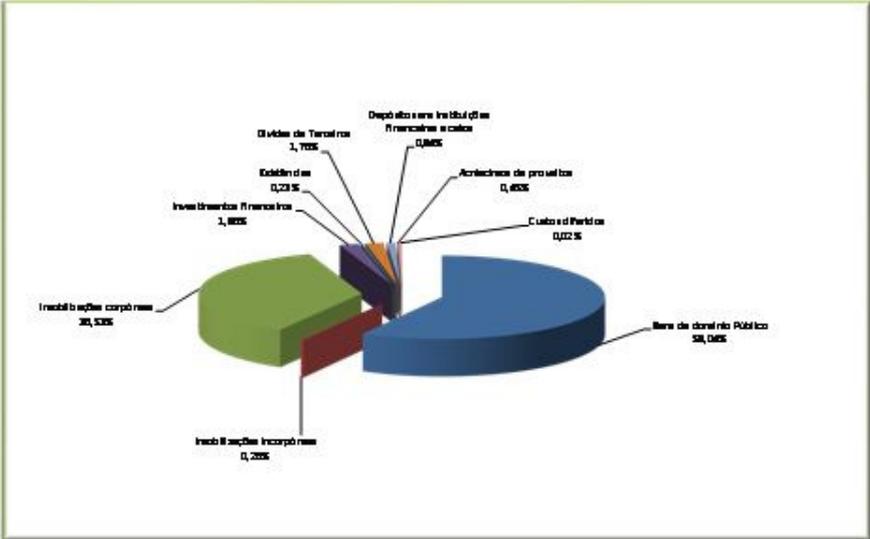
----- A evolução balanço ativo do Município continua em evolução positiva. ....



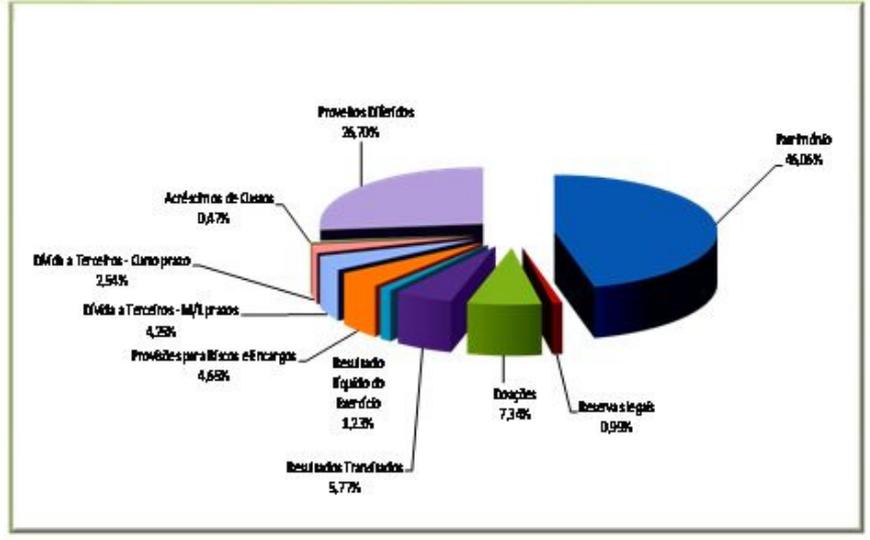
----- Também a indicação da estrutura do ativo e do passivo dão conta da solidez financeira e do ciclo forte de investimento que temos realizado, situação que contrasta com a situação geral do país e de muitos municípios. ....



## Estrutura do Activo, 2011



## Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo, 2011



----- E também a evolução da estrutura de pessoal, sendo certo que durante 2012 e 2013 vamos ter que baixar ainda o número de trabalhadores ao serviço da Câmara, conforme aquelas que são as orientações gerais para os municípios do País, constantes do Orçamento de Estado para 2012. ....



----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela forma concisa como apresentou o tema. - .....

----- Pedidos de esclarecimento? Há um pedido de esclarecimento do Deputado Laranjinha, do Movimento Sempre Presente. ....

----- Quero informar os Srs. Deputados que em cima da Mesa da entrada estavam duas peças para os Srs. Deputados levantarem, um que é a errata relativamente a este tema constante na página 21, que diz respeito portanto ao gráfico da estrutura de fundos próprios e passivos 2010. E, já agora, também está lá para vocês levantarem, o mapa de localização de uma parcela de terreno cujo tema entrará em debate, incorporado que está na agenda de hoje. ....

----- Tem a apalavra o Sr. Deputado Laranjinha, do Movimento Sempre Presente, para colocar a questão ao Sr. Presidente da Câmara. ....

-----**Jorge Laranjinha** – Obrigado, Sr. Presidente da Mesa, começo por cumprimentá-lo, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente Câmara, Caras Deputadas, Caros Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Sras. Presidentes de Junta, Público em Geral, Comunicação Social. ....

----- Se eu bem percebi o Sr. Presidente da Câmara referiu que iriam fazer redução de pessoal, a minha pergunta é a que níveis é que essa redução de pessoal vai feita, se é nos quadros, se é no pessoal

auxiliar, isto porque? No caso particular no Centro Escolar de Santa Maria falta pessoal auxiliar. E portanto se vão cortar mais no pessoal auxiliar as coisas vão piorar ainda mais. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Não havendo mais questões, o Sr. Presidente pretende responder a esta questão? .....

----- **Presidente da Câmara** – A redução prevista é a que está definida pelo Governo, o município de Bragança obriga-se a reduzir 2%, sendo que outros podem ter que reduzir percentagem superior, conforme critérios constantes do Orçamento de Estado para 2012. Vamos tentar resolver esse problema considerando as aposentações dos trabalhadores.....

----- Centros Escolares e outros Serviços - vão ter que se ir ajustando, progressivamente, a uma realidade que envolve menos pessoas para o mesmo serviço, o rácio que temos no Centro Escolar de Santa Maria supera aquele que é o rácio do Ministério de Educação, ou seja não há falta de pessoal. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vamos iniciar, agora, o período de inscrições para intervenções sobre esta matéria, sendo que a primeira intervenção vai estar destinada ao Coordenador da Comissão de Economia, Orçamento e Plano. No seguimento, intervenções sobre esta matéria? Solicito que façam a demonstração de vontade neste momento. Guedes de Almeida, Luís do Vale, Luís Pires. Tem a palavra o Coordenador da Comissão de Economia, Orçamento e Plano, para apresentação do relatório da Comissão. ....

----- **Rui Correia** - Boa tarde a todos, obrigado Sr. Presidente. ....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A Comissão de Economia, Orçamento e Plano, da Assembleia Municipal de Bragança, reunida no passado dia 23 para analisar os documentos de prestação de contas do município relativas ao ano de 2011, decidiu por unanimidade dos presentes, e tendo por base não só a documentação apresentada mas também a reunião de câmara na qual foram aprovados e discutidos os referidos documentos, apresentar a esta assembleia o seguinte relatório: .....

- O executivo seguiu algumas das anteriores indicações da Comissão, e apresentou uma nota introdutória clara focando os pontos essenciais; .....

- As contas do município estão equilibradas; .....

- Em relação ao documento de revisão de contas o revisor continua a apresentar a mesma reserva já apresentada em relação às contas de 2010, e cito: .....

“Encontra-se em fase de implementação pelo município, o sistema de contabilidade de custos consagrado no ponto 2.8.3 do Pocal. Por esta razão, não nos foi possível emitir opinião sobre o mesmo.”.

----- *Era bom que no futuro fosse corrigido então este ponto.....*

----- Nota final: A Comissão agradece ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores ( das diferentes forças políticas) pelo aceitar, por unanimidade, do pedido da presença dos elementos desta Comissão na reunião de Câmara, uma vez que a mesma não era aberta ao publico. ....

O Presidente da Comissão,.....

a) Rui Correia “ .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Iniciamos então o período de intervenções, chamando o Sr. Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida. ....

----- **António Almeida** – Estamos aqui a analisar um documento de Prestação de Contas relativo ao ano de 2011, ouvimos aqui o Sr. Presidente da Câmara fazer comparações que são incomparáveis, comparar Bragança com o Porto ou com Lisboa é o mesmo que comparar uma gota de água com o oceano, em termos de estudo, em termos de estruturas, em termos de população, em termos de reivindicações, poder reivindicativo, para dizer que as contas estão equilibradas, isto é um facto, mas não tem a ver com a apelação que a população faz, reivindicativa, na satisfação dos seus interesses imediatos e mediatos.....

----- Nós temos exemplos desde o 25 de Abril, houve até um Presidente da Câmara, e há aqui pessoas que se lembram, o de Moncorvo, punha o dinheiro a prazo, quer dizer, não fazia obras. Isso é tudo um conceito, este relatório de contas demonstra-nos que Bragança efetivamente está parada, tem duas ou três obras referenciadas, não tem mais nada, portanto é lógico que efetivamente consiga equilibrar as contas, e as obras já foram todas aqui *pontualizadas*. Portanto este relatório de contas pode demonstrar, e demonstra sim, um gestão equilibrada, responsável, digamos assim, mas não representa que efetivamente tenha a ver com a dinâmica que seria exigida ao Município, também poderá haver aqui um sentido contrário, as pessoas não exigem mais, nós vemos aqui concelhos vizinhos que vendem, por exemplo, o lote do metro quadrado da área industrial a 1€ o metro e ninguém os quer, portanto isto revela efetivamente a dinâmica, isto é, o baixo índice reivindicativo das populações, o envelhecimento das populações, a desertificação do Concelho, que para lá caminhamos. Mas há um fator que é importante, um fator que tem a ver com a diminuição de custos, com o cortar de postos de trabalho, isto é, para mim, contra produtora relativamente ao interesse das pessoas, acabar com postos de trabalho na Câmara e vir aqui dizer que é preciso acabar ainda com mais postos de trabalho, isto é acelerar a desertificação da população, obrigar as pessoas a ir embora, que aqui não tem futuro, não há expectativas para admissões, há a preocupação de por a andar aqueles que queiram ir ou

aqueles que sejam mais idosos, e isto está aqui revelado e está revelado esta intenção, este fator negativo de apontar para o desemprego tem que ser criticado, é criticado e não revela interesse, mais uma vez, no bem estar das pessoas, das suas famílias, na educação dos filhos, de uma séria de interesses para os quais a governação existe. ....

----- E há aqui um ponto que foi criticado e o Sr. Presidente não o referiu, que veio recentemente nos jornais, Bragança é das câmaras que enquanto corta aos trabalhadores, digamos assim, de hierarquia mais baixa, tem mais dirigentes, parece que há essa preocupação de criar lugares de dirigentes e acabar efetivamente com aquelas camadas mais frágeis da população, que precisam de um mero emprego e não de empregos bem remunerados, e com outro estatuto, como bem conhecemos socialmente, que é para isso que muitas vezes existe em determinadas estratégias. ....

----- Relativamente ao resto das contas pois efetivamente os números dão certo, o sistema operativo obriga a que as contas efetivamente estejam corretas, é de louvar, efetivamente, o equilíbrio das contas, mas não representa que, efetivamente, se diga que é uma gestão política correta no sentido de que há que adjuvar o interesse das populações efetivamente com o gasto do dinheiro, eu não me importaria, se fosse Presidente da Câmara, gastar dinheiro se fosse no interesse das populações, isto leva a uma conclusão, é que efetivamente não há pessoas para gastar dinheiro, não se gasta dinheiro, sobra dinheiro e as contas estão certas. ....

----- É esta a conclusão. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem, agora, a palavra, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Luís do Vale. ....

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, cumprimentar o Sr. Presidente, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Membros desta Assembleia, Presidentes de Junta, meus Srs., minhas Sras. ....

----- O Relatório de Contas que agora discutimos e iremos votar, diz respeito ao ano de 2011 e ao Orçamento e Plano, propostos a seu tempo por este Executivo. Nesse tempo, como bem se recordarão, o BE por discordância política e por exercício refletido de oposição e alternativa, considerava que outra forma de estar e de fazer era possível, mesmo reconhecendo e admitindo não só a qualidade do relatório e a seriedade do exercício, como alguns aspetos positivos da gestão Autárquica, consideramos que outros há que negativa e teimosamente persistem, tais como o peso dos impostos municipais, endividamento a longo prazo, a escolha de obras de pouco ou nenhum interesse, ou, pelo menos, de interesse duvidoso para a Cidade e Concelho, ou a substituição de serviços camarários por outros privados. ....

----- Assim sendo, responsável e conscientemente não poderíamos votar favoravelmente este Relatório de Prestação de Contas, iremos abstermo-nos. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Luís Pires. ....

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. Um ponto prévio, eu, de manhã, aquando da intervenção do Deputado Malhão, estava lá fora a atender a Comunicação Social e portanto não pude ouvir “in loco” o rótulo de “*pseudo líder*” creio que foi esse, pelo que me transmitiram, e apenas informar que eu ando na política e na vida por opção, convicção, disponibilidade, responsabilidade e jamais terei apenso ao meu nome qualquer tipo de prefixo, sufixo ou acrónimo. Aqueles que me conhecem sabem que dedico o meu tempo às atividades em que colaboro, com convicção, por vezes com prejuízo da minha vida pessoal. E relativamente àquilo que falou de eu não ter estado presente naquele colóquio que houve no NERVA, realmente tem razão, a essa hora eu estava com afazeres profissionais. Estive presente no outro do dia 20 às 14h, colaborei nas atividades que a TRANSTEC auxiliou, colaborou também o NERBA, na Expo Trás-os-Montes, e por exemplo, inclusivamente ontem, o Sr. Presidente da Câmara esteve no Porto com vários colegas meus dirigentes das várias escolas, porque eu não estive porque me tocou a mim e a outro colega meu ficarmos com a responsabilidade de representar as escolas em Bragança, enquanto os outros se deslocam ao Porto, de uma vez que não podem sair todos, e é nessas situações que eu não vou, nas situações em que eu me comprometo a ir e que tenho possibilidade de ir e que gosto de participar, estarei sempre presentíssimo com uma postura crítica positiva. Apenas um ponto prévio. ....

----- Relativamente ao documento aqui em discussão, apenas referir que este, de facto, é um documento arrumadinho, não há dúvida, direitinho, certinho, típico daquele bom aluno, bem comportado, mas que ao longo da vida jamais se fará destacar, existem outros que, aparentemente menos certinhos, transcendem, projetam brilhantismo, que excedem a sua existência específica, eu creio que não compensa ser bom aluno, ser bem comportado, jamais se atingirá uma postura de destaque.....

----- Vejamos de uma forma mais leve. O Executivo apresenta contas direitinhas, mas tal não infere que tenha usado as verbas de forma adequada, por exemplo: Um jovem poderá receber da sua mãe uma verba avultada, a qual gasta em guloseimas que em nada contribuíram para o seu desenvolvimento, para além de um conjunto de cáries desagradáveis, mesmo que após a compra dessas guloseimas apresente um relatório certinho, com recibos de pagamento todo estruturado. Mais, o que a mãe

gastará no futuro por conta das demoníacas cáries não é? Portanto as contas estão direitinhas, o rapaz está com os dentes todos furados. ....

----- Provavelmente esse senhor irá endividar-se para conseguir pagar os tratamentos face às exorbitâncias deste tipo de serviços, se soubesse o destino que lhe coube teria, se calhar, direcionado o seu investimento, a sua verba, para umas All Stars para o jovem, talvez o rapaz vinga-se no mundo da bola e se tornasse um Cristiano Ronaldo ou coisa do género, seria mais apetecível, mas não, entretanto os recibos continuam a acumular-se, os extratos do banco também chegam certinhos, as contas chegam certinhas, estão direitinhas, mas a vida não está melhor. Com estes gastos teria que adiar eventualmente ou esquecer de uma vez por todas a substituição da caixilharia da casa por uma nova com rotura térmica, que lhe dava mais jeito, mas não o pode fazer porque o dinheiro foi gasto em investimentos não prioritários. ....

----- É espectável que a realização do investimento promove crescimento económico e que tenha como consequência o impacto no número de empresas e o respetivo aumento na capacidade empregadora, manifestando-se na melhoria de condições da vida das populações e gerando consequentemente desenvolvimento. ....

----- Ao que assistimos os últimos 15 anos não se caracterizam pelo crescimento económico, criação de emprego, e desenvolvimento sustentável, mas antes pelo aparecimento das ditas cáries. Um observador atento infere que a atual política de investimento focalizada na construção de grandes obras, que de longe se afiguram como essenciais ao crescimento económico estratégico da nossa região, neste caso as guloseimas, e que acarretam despesas de manutenção e conservação de dimensão muito difícil de sustentar, como seja dentista, medicamentos, chumbos e coroas nos dentes e outras coisas boas e que não leva a resultados que se assumam ou funcionem como *alavancadores* ou catalizantes para o desenvolvimento, desenvolvimento esse que, por sua vez, geria emprego e crescimento de forma sustentada. ....

----- Em suma este relatório suporta a despesa que reporta o esforço por parte dos munícipes, não dirige aos investimentos mais significativos para a satisfação das necessidades, bem como, e muito grave neste momento, para promoção do desenvolvimento económico/social, ou seja, o que nós estamos aqui a ver é um conjunto de contas que de uma forma mais ou menos transparente, clara, concisa, correta, também com um pragmatismo essencial a este tipo de documentos, mais não faz do que dizer que as contas estão certinhas, mas o investimento que foi feito, e na altura nós votamos contra o Plano que foi proposto, não serve os interesses desta população, nós estamos estafados de referir esta situação, mas o tempo é aquele que trás a verdade ao de cima e um dia dar-nos-á a razão. ...

----- Muito obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Temos, agora, a intervenção do Sr. Deputado do PSD, Amândio Gomes. ....

----- **Amândio Gomes** – Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereador, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Presidentes da Junta, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. ....

----- Eu não tenho muito para dizer em relação às críticas que aqui foram feitas, porque de uma forma global todos foram unânimes em dizer que as contas estão devidamente apresentadas e refletem a atuação do Executivo. Contudo, em relação a alguns comentários que foram feitos, eu queria dizer ao Sr. Dr. Guedes de Almeida que realmente a Câmara não está parada, e se tem essa noção basta que dê um *passeiozinho* pelo Concelho e especialmente também por toda a cidade de Bragança e verá que a Câmara tem grandes obras em execução, e isso contradiz plenamente toda a sua afirmação. ....

----- Relativamente ao facto de se pronunciar sobre a Câmara querer acabar com mais postos de trabalho, necessariamente que não vai demitir ninguém, estes postos de trabalho apenas não irão sendo preenchidos à medida que vão ficando vagas, daqueles que se reformam ou de outra forma semelhante. ....

----- Diz também que não é uma gestão política correta. Eu gostava que me tivesse especificado o que é uma gestão política correta, sempre tudo quanto foi feito, foi feito no interesse dos cidadãos do nosso Concelho, se calhar os Srs. falam porque são obras de alguma grandiosidade, mas isso só diz em abono da Executivo que não sabe pensar pequeno, contra o que em regra vê por vários Concelhos, mesmo do nosso Distrito, pensam pequeno demais. ....

----- Queria provavelmente que se endividasse mais a Câmara, mas aí estava a jogar contra os interesses do próprio Concelho, na medida em que se, se endivida-se mais e não pudesse por esse facto ir buscar verbas que outros não são capazes de gastar por não estarem em condições financeiras de o fazer, aí o Sr. viria aqui criticar que não tinha sabido aproveitar as oportunidades. Portanto, nesse caso, era assim que o Sr. Falaria. ....

----- Quanto ao Bloco de Esquerda - os impostos municipais e obras sem interesse - mas quais são as obras sem interesse Sr. Membro desta Assembleia? Devia especificá-las, não basta vir aqui e dizer que faz obras sem interesse, que isso não tem interesse nenhum. Bom, se não tivesse interesse elas não tinham sido feitas, disso pode estar seguro, porque temos na Câmara um Executivo que sabe avaliar da necessidade ou não necessidade das diversas obras. Eu sei que estou a incomodá-lo, mas eu vim aqui precisamente para isso, para os chamar à realidade, ....

----- O Sr. Dr. Pires, do PS, enfim, diz que a Prestação de Contas é um documento arrumadinho, ainda bem que é, para não arrumados já tivemos muitos, tivemos o Governo local do PS em que não havia arrumação nenhuma, o Governo local era a Câmara anterior e portanto,.....

-----

----- **Amândio Gomes** - Vocês precisam de ouvir estas coisas, está a perceber? .....

-----

----- **Amândio Gomes** – Estou a evoluir, estou a evoluir para lhe dizer que a imagem que o Sr. aqui apresentou, das guloseimas, dos dentes gastos, dos dentes cariados, etc. etc., é uma imagem infeliz, porque se não houvesse muitas das obras que foram feitas os Srs. de certeza que criticariam a Câmara, portanto não vejo bem porque é que são guloseimas, os Srs. quando lá estiveram nem guloseimas deram, nem guloseimas deram.....

----- Que há dinheiro gasto em investimentos não prioritários, naturalmente! Quem faz muito há de fazer algumas coisas que não são absolutamente prioritárias, mas a maior parte, o grande grosso das obras realizadas, todas eram necessárias.....

----- Referiu também que não há uma política de desenvolvimento, mas o desenvolvimento, o Sr. sabe melhor do que eu, não é feito só pelo Executivo, tem que ser os cidadãos a participar nesse desenvolvimento, mas parte que à Câmara cabe, eu devo dizer-lhes que a Câmara está preocupada e que está e que tem tratado do alargamento, por exemplo, da zona industrial, para que se instalem novas indústrias, etc. etc., e isso é uma preocupação, isso reflete a sua preocupação em relação ao desenvolvimento.....

----- O Sr. quando veio aqui a dar estas lições, enfim, da forma como está a ser orientado o desenvolvimento do Concelho, enganou-se no alvo, porque realmente o desenvolvimento está a ser ponderado e está a ser auxiliado pelo Executivo, deveria ter dado estas lições ao seu amigo Sócrates que não soube realmente promover o desenvolvimento nem gastar o dinheiro devidamente. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

-----

----- **Presidente da Mesa** - Faça o favor de dizer, Sr. Deputado. Não estou a compreender nem estou a ouvir o que está a dizer, mas é um Ponto de Ordem à Mesa com que consistência? Porque? Faça o favor. - .....

----- **António Almeida** – Sr. Presidente da Mesa, o ponto de ordem é o seguinte: O que estava-mos aqui discutir era precisamente os Documentos de Prestação de Contas, e o ponto de ordem à Mesa é neste sentido, e tem sido uma estratégia, não sei se é já pontual, se faz parte dos estatutos da maioria,

quando alguém critica há sempre um que vem rematar em defesa do Executivo, digamos assim, e a Câmara não devia ter permitido que o Dr. Amândio Gomes, com o devido respeito, nesta intervenção, de não se debruçar sobre o documento e se debruçar sobre as intervenções que aqui foram feitas. ....

-----  
----- **António Almeida** - Eu debrucei-me sobre as contas, agora criticar! Sr. Dr. Amândio não puxe por mim, porque se voltamos à história da democracia o Sr. é um bom exemplo para estar calado e nem sequer abrir a boca nesta Assembleia. ....

-----  
----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, defesa da honra? A Mesa aceita. ....

----- **Amândio Gomes** – Sr. Dr. Guedes de Almeida, já não é a primeira vez que o Sr. faz insinuações e eu gostaria muito que viesse aqui dizer, aqui de viva vós, o que é que fiz em termos não democráticos durante a minha vida política, eu desfio-o a si a declarar aqui quais os atos que eu pratiquei e que não foram democráticos. Da outra vez deu uma dica à sua filha também membro desta Assembleia, no sentido de fazer isso, levantar qualquer uma lebre, que eu teria feito. Eu desafio-o a si a ir à Câmara de Miranda e vasculhar todas as contas e saber onde é que eu prevariquei e como e em que momento, percebeu? Não fiquei com nada que fosse de outrem, muito menos daquilo que é de todos, percebeu? E fico-me por aqui, para não ir mais longe. ....

----- **Presidente da Mesa** – Bom, a defesa da honra é um direito que assiste a qualquer deputado, a Mesa entendeu sim, que havia lugar a tal, o Sr. Deputado tem, qualquer deputado nessa circunstancia tem um minuto para se prenuciar na defesa da honra, nem sequer gastou esse tempo. ....

----- Bom, vamos continuar, vamos afastarmo-nos desta discussão que não tem interesse relativamente ao essencial que é a discussão dos documentos. Eu julgo que há mais duas intervenções, Luís Pires e Luís Vale . ....

----- Eu peço que se cinjam, no concreto, ao documento que estamos a discutir. ....

----- **Luís Pires** – Bom, mais uma vez, boa tarde. Vamos lá ver uma coisa, eu admiro realmente que o Dr. Amândio, e com calma, serenidade, debate democrático, mas vamos baixar agora para ficarmos aqui todos serenos e podermos discutir de uma forma produtiva, eu realmente admiro, o Dr. Amândio consegue lembrar-se do tempo do Dr. Mina, consegue lembra-se quase do tempo Dom Afonso Henriques, mas não se lembra que nas últimas assembleias, quando são apresentadas propostas para o Plano de Atividades dos vários anos que tem ocorrido, nós temos criticado e temos feito uma coisa, que eu me recordo muito bem, e é só ir às atas, é que apresentamos soluções, apresentamos alternativas, o Dr. Amândio se recordar, se fizer um exercício de puxar pela cabeça um bocadinho para trás, vai

lembrar-se que há precisamente oito anos que eu falei aqui sobre a questão da ALE (condomínios industriais), recorda-se disso?.....

----- Apoiei esta Câmara quando levou para a frente o projeto do Aeródromo, porque acho que era positivo, portanto não é só bota abaixo, é dizer - este caminho é certo, é correto - temos tido uma oposição correta, adequada, criticamos, apresentamos soluções, e o Dr. Amândio vem-me aqui dizer que nós dizemos que não há desenvolvimento e não sustentamos essa afirmação! Sustentamos. ....

----- Este último investimento que foi feito entre a Câmara de Bragança, a Câmara de Vila Real, a UTAD e o IPB, por exemplo, é um investimento que eu disse que era positivo, vem é com dez anos de atraso, Dr. Amândio, dez anos de atraso. Repare o seguinte, é isto que eu queria compreender, é que quando o Executivo terminar a sua atuação, tem dezasseis anos, dezasseis anos é muito para alterar o rumo de uma cidade, portanto não vamos falar mais do Dr. Mina, não vamos falar no Afonso Henriques, até lhe digo, se ele tivesse uma mãe como a minha não estávamos assim, está a perceber? Mas o que a gente tem que fazer é agarrar e ver esta atuação de dezasseis anos e ver o que é que é positivo e o que não é positivo, e sinceramente, Dr. Amândio, eu não condeno que se façam “Graças Morais”, agora eu acho que há coisas prioritárias. Eu se comprar uma casa não vou comprar um Picaço para por na parede da sala! Preciso de uma mesa, uma cadeira, etc., está a perceber? E é isso que eu condeno, as prioridades é que estão mal definidas, não estou a dizer aqui que o dinheiro é mal aplicado, o relatório tem que estar bem porque as contas são vistas por revisores, as pessoas da Câmara são pessoas sérias, não andam aqui a desviar fundos, aquilo que eu digo é que as prioridades estão erradas, isso levou-nos ao que temos hoje e não me venha dizer que isto é bom, porque não é. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Deputado Luís Vale, tem a palavra. ....

----- **Luís Vale** – Obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Dr. Amândio, com todo o respeito que me merece, aliás como todos os Membros desta Assembleia, mas não deve ter estado atento às minhas intervenções ao longo destes anos, até porque aquilo que dizemos é que há outra forma de estar e outra forma de fazer e, enquanto oposição, cabe-nos também dizer aquilo que consideramos que está mal. E diz que não concretizamos. Já concretizámos várias vezes, há de explicar-me então qual é a mais valia para cidade e para o Concelho de construir uma praça de touros. Há-de explicar-me qual é a mais valia de uma Avenida como a Avenida do Sabor está atualmente? São dois exemplos e nós falámos sobre isso ao longo do tempo. ....

----- Obrigado. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Terminámos o período de intervenções, pelo que vamos passar à votação do documento, mas antes, e porque o Sr. Presidente de Câmara entrou neste momento, eu ia solicitar-lhe se a Câmara pretende fazer alguma consideração final? Não. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, VINTE E TRÊS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Duas declarações de voto, sendo que uma é de Leonel Fernandes, da CDU, que tem apalavra, e outra de Guedes de Almeida, do CDS/PP, que tomará a palavra de seguida. ....

----- **Leonel Fernandes** – Srs. Membros da Mesa, Excelentíssimo Executivo, caríssimos Membros da Assembleia, a todos muito boa tarde. ....

----- Em Primeiro lugar dizer que esta discussão deve ser centralizada efetivamente na apresentação das contas do Município e não divagarmos muito noutras questões. Logicamente que cada um tem a sua posição política, uns são a favor destas realizações de obras, outros são menos a favor, mas cada um tem as suas posições e portanto penso que numa casa democrática, como é esta, as situações e as ideias devem ser aceites por todos. ....

----- Desde logo, em primeiro lugar, e no que respeita efetivamente à Prestação de Contas, a CDU quer salientar efetivamente a boa taxa de execução e o controlo orçamental que este Município apresenta. Contudo a CDU encara a apreciação da discussão deste documento na base de dois pressupostos: primeiro - tem uma forte componente técnica; segundo - reflete as opções políticas do Executivo, e aquando da elaboração das opções do Plano e Orçamento aprovadas há um ano. ....

----- Claro que partindo do pressuposto no que se refere à componente técnica, não haverá grandes reparos a fazer até porque sabemos, .....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Deputado, é com muita pena que eu vou ter que lhe pedir que interrompa. E porque? Essa leitura, que está o Sr. Deputado a fazer, devia ter sido feita no momento das intervenções, neste momento estamos apenas na declaração de voto. ....

----- **Leonel Fernandes** – Mas eu tenho que fundamentar a minha declaração de voto, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Eu peço ao Sr. Leonel, lamento, mas tem que sintetizar essa sua intervenção, muito obrigado. ....

----- **Leonel Fernandes** – Tinha um espaço adequado! Pronto, eu sintetizo. Portanto estava eu a dizer que na parte técnica não há muito a salientar, até porque nós temos conhecimento que a Câmara tem

excelentes técnicos, excelentes funcionários e que, muitas das vezes, apresentam serviços que até poderemos dizer que são perfeccionistas. Já no que se refere às Grandes Opções do Plano, como sabem, nós aquando da apresentação das contas fomos críticos nalgumas questões apresentadas, e portanto neste pressuposto só poderíamos era obter a abstenção. ....

----- Tenho dito. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Dr. Guedes de Almeida, tem a palavra. ....

----- **António Almeida** – Aqui declarar a abstenção, assentando efetivamente no equilíbrio do documento, no equilíbrio orçamental, mas discordar e daí a abstenção, quanto aos fundamentos que levam e com que levaram e continuarão a levar a este desequilíbrio, que é a diminuição de postos de trabalho, que muito embora, que isto sonega o crescimento e o desenvolvimento, muito embora esses postos de trabalho sejam resultado de pessoas que abandonam o trabalho ou por reforma, ou por outra qualquer circunstancia, mas não há, digamos assim, a sua renovação, a sua substituição. Isto leva ao envelhecimento. E também a uma parte que o texto revela e que eu aqui referi que vinha na Comunicação Social, de ser uma das Câmaras com dirigentes a mais, o que é patente aqui no relatório que a Câmara aprovou em reunião de Câmara, onde diz - “ em nome da Câmara Municipal quero deixar a todos um sério agradecimento em particular às chefias, que têm compreendido as orientações do Executivo”. Portanto há mais uma vez uma relevação das chefias relativamente àquelas classes de baixo à custa das quais irão diminuindo as despesas relativamente aos postos de trabalho. ....

----- E era isto. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Estão terminadas as declarações de voto, pelo que vamos passar ao ponto seguinte. ....

**PONTO 4.3 – Tomada de conhecimento e discussão da proposta da Câmara Municipal de Bragança - AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS;**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“1 - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de abril do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

Pelo Sr. Presidente, foi presente o Relatório de Análise Económica – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2011, previamente distribuídos pelos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido do n.º 2 do artigo 47.º e da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º, do referido Diploma, remete os documentos à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de abril de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

**II - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA (dezembro 2011) e CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

### Índice

1. Introdução .....	3
2. Análise da Situação .....	4
2.1. Análise Patrimonial .....	4
2.1.1 Análise da evolução do Activo.....	5
2.1.2 Análise da evolução dos Fundos Próprios e Passivo.....	6
2.1.2.1 Fundos Proprios .....	6
2.1.2.2 Passivo .....	7
2.2. Análise Económico-financeira .....	9
2.2.1 Análise Económica .....	9
A. Evolução dos Proveitos.....	9
B. Evolução de Custos.....	10
C. Evolução de Resultados.....	11
2.2.2 Análise Financeira .....	12
2.3. Análise à Execução Orçamental .....	14
2.3.1 Controlo Orçamental da Receita.....	15
2.3.2 Controlo Orçamental da Despesa .....	18
2.4. Limite de Endividamento .....	24

Exmos. Senhores

Em cumprimento do disposto na **alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007**, de 15 de Janeiro, procedemos à análise económico-financeira da Câmara Municipal de Bragança, com referência a 31 de Dezembro de 2011.

### 1. Introdução

Para efeitos da **análise da situação e evolução patrimonial** (análise financeira ou de Balanço) e da **evolução dos Resultados** (análise económica ou de Resultados) comparamos os dados reportados a 31 de Dezembro de 2011 com os reportados a 31 de Dezembro de 2010.

**A análise que se segue foi preparada com base nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Município elaboradas a partir dos elementos contabilísticos analisados.**

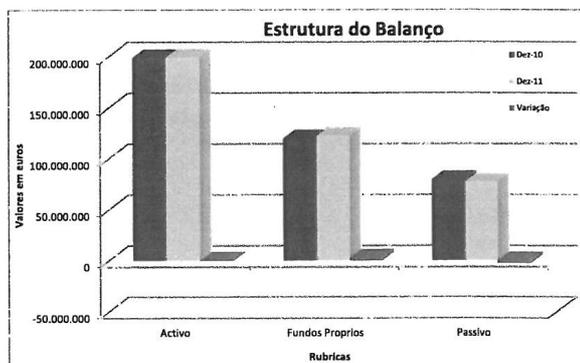
## 2. Análise da Situação

### 2.1. Análise Patrimonial

Comparativamente a Dezembro de 2010, a estrutura patrimonial do Município é a seguinte:

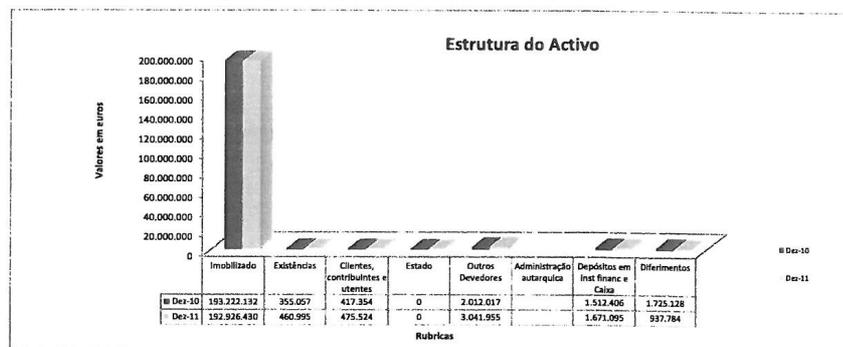
#### **Evolução da Estrutura do Balanço**

Rubricas	31.12.11	31.12.10	Variação Abs.	%
<b>Activo Total</b>	199.513.783	199.244.093	269.689	0%
<b>Passivo</b>	77.033.397	79.420.651	-2.387.254	-3%
<b>Fundos Proprios</b>	122.480.386	119.823.443	2.656.943	2%



**2.1.1. Análise da evolução do Ativo**

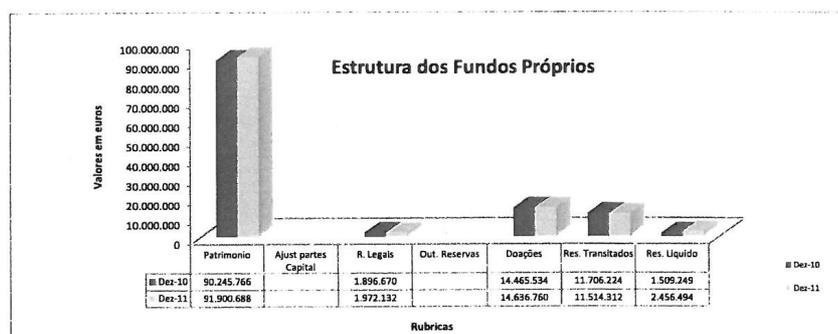
O Ativo apresenta a seguinte evolução, comparativamente a Dezembro de 2010:



- i. O Ativo Líquido registou uma variação positiva de aproximadamente, 269 m€ que em termos percentuais representa 0,14%.
- ii. A rubrica de Imobilizado, que representa 97% do Total do Ativo Líquido em 31.12.11, registou uma diminuição de 295 m€.
- iii. A rubrica de Clientes, contribuintes e utentes com um saldo de 475 m€, regista um aumento, de 58 m€, representativo de 14%.
- iv. A rubrica de Outros Devedores representa, em 31.12.11, 2% do Total do Ativo, e registou, face a esta data, um aumento de 1.029 m€, cerca de 51%.
- v. O total dos Depósitos Bancários e Caixa aumentaram, cerca de 158 m€, isto é 10%, e representam 1% do Ativo Líquido.
- vi. Os Acréscimos e Diferimentos Ativos registam uma diminuição de 787 m€, cerca de -46%.

### 2.1.2. Análise da evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

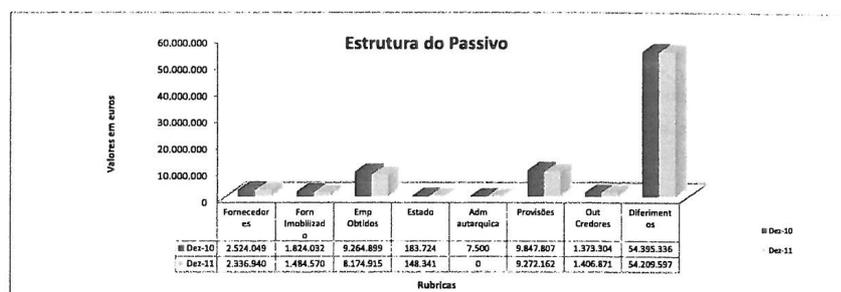
2.1.2.1 - Os Fundos Próprios apresentam a seguinte decomposição e evolução face a 31/12/2010:



Os Fundos Próprios registam um aumento de 2,6 M€, que resulta:

- (a) do aumento do resultado líquido do período em 947 m€, face ao alcançado em 31.12.10;
- (b) de regularizações efetuadas na rubrica de Património, no montante total de 1,6 M€.
- (c) de Doações efetuadas a favor Município, no montante total de 171 m€.

2.1.2.2. - Comparativamente a Dezembro de 2010, o Passivo apresenta a seguinte evolução:



- i. O Passivo Total regista um decréscimo de aproximadamente 3,01% face a 31 de Dezembro de 2010, representando à data de 31.12.11, 39% do Total de Balanço.
- ii. A rubrica de "Fornecedores de Imobilizado" registou um decréscimo de 19%, isto é, aproximadamente 339 m€, representando, em 31 de Dezembro de 2011, 2% do Total do Passivo (2% igualmente em 31.12.10);
- iii. A rubrica de Fornecedores tem um peso de 3% sobre o Passivo Total e diminuiu cerca 187 m€, representativos de -7%, face a 31.12.10.
- iv. A rubrica de empréstimos obtidos registou um decréscimo de 1,08 M€, cerca de -12%. No exercício de 2011 representa 11% no total do Passivo, um ponto percentual a menos que em 31 de Dezembro de 2010.
- v. As Provisões registaram uma diminuição de 575 m€ no período em análise (-6%). No entanto, o seu peso no final do exercício de 2011 manteve em 12% do Total de Passivo.

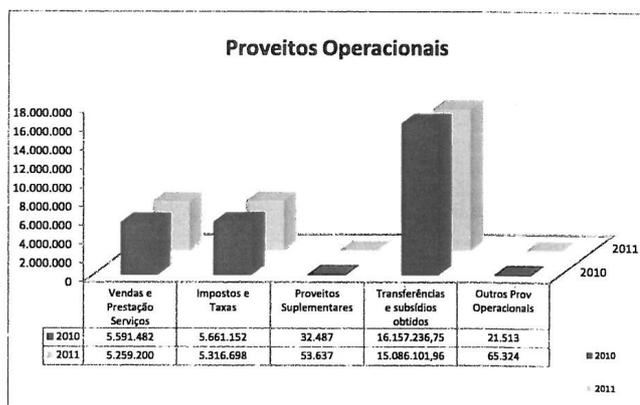
- vi. O aumento registado em Outros Credores foi de 33 m€, cerca de 2%. Esta rubrica mantém em 31.12.11, tal como em 31.12.10, um peso de 2% no total do Passivo e engloba os saldos de “Cauções de Clientes”.
- vii. A rubrica de “Acréscimos e diferimentos passivos” regista uma diminuição de 185 m€, em consequência da regularização dos Acréscimo de Custos realizados em 2010, no montante de 306 m€, compensada parcialmente pelo aumento dos Subsídios para Investimento, no valor de 120 m€. O seu peso no Total do Passivo é, à data de 31.12.11, de 70% contra os 68% que ocupava em 31 de Dezembro de 2010.

**2.2. – Análise económico-financeira**

**2.2.1. – Análise Económica**

A demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2011, comparativamente com a do período homólogo de 2010, evoluiu do modo seguinte:

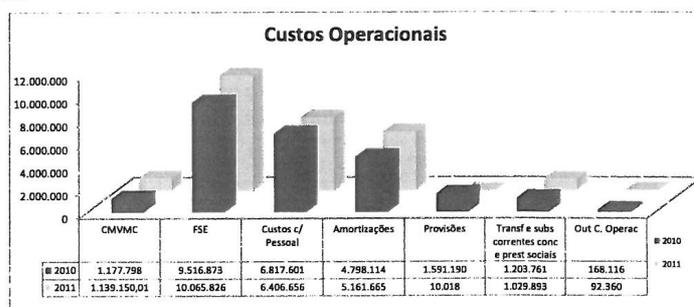
**A. Evolução dos Proveitos Operacionais**



- i. Comparativamente ao exercício anterior, os Proveitos Operacionais, registam uma diminuição de 6%, o que em termos absolutos corresponde a 1,6 M€.
- ii. O referido acréscimo resulta dos decréscimos registados em Vendas e Prestações de Serviços (332 m€), Impostos e Taxas (344 m€) e Transferências e Subsídios Obtidos (1.071 m€);

### B. Evolução de Custos

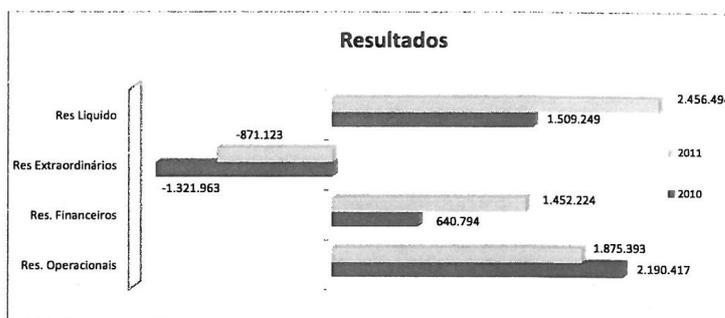
Os custos operacionais registam face ao período homólogo do ano anterior a seguinte evolução:



- i. Os Custos Operacionais diminuíram 5,4% (1,36 M€), face a 31.12.10.
- ii. O CMVMC decresceu 3%, cerca de 38 m€. O seu peso face ao Total dos Custos Operacionais em 31.12.10 é de 5%.
- iii. Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um aumento de 6%, que se traduziu, em termos absolutos num acréscimo de 548 m€. Em 31.12.11 o seu peso é de 42% na estrutura dos Custos Operacionais, face a 38% em 31.12.10.
- iv. A rubrica de «Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais» diminuiu, face ao período homólogo, cerca de 173 m€ (-14%).
- v. Os Custos com Pessoal registaram uma diminuição de 6%, cerca de 410 m€, face a Dezembro de 2010 e representam 27% do total dos Custos Operacionais.
- vi. As Amortizações do Exercício revelam um acréscimo de 363 m€, cerca de 8%, e representam, em 31.12.11, 22% do total dos Custos Operacionais.

### C. Evolução dos Resultados

A evolução dos resultados no período em causa foi a seguinte:



O Resultado Operacional registou face a 31.12.10 um decréscimo de cerca de 315 m€ por força do decréscimo de 1,68 M€ registado nos Proveitos Operacionais, apesar de uma diminuição de 1,36 M€ dos Custos Operacionais.

O Resultado Financeiro registou um acréscimo de cerca de 811 m€, consequência da diminuição de 71% ocorrido nos Custos Financeiros.

O Resultado Extraordinário apresenta-se negativo em 871 m€. No entanto, registou uma melhoria em 450 m€, face ao período homólogo de 2010.

Comparativamente a Dezembro de 2010, o Resultado Líquido regista um aumento de cerca de 947 m€.

### 2.2.2. – Análise Financeira

Rádios	Formula de Calculo	Dez-11	Dez-10
(*) Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	11%	10%
(*) Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	10%	9%
(*) Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	3%	3%
Endividamento	Passivo / Activo	39%	40%
(*) Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	77%	75%
Autonomia financeira	Fundos Próprios / Activo	61%	60%
Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes	(Fundos Próprios + Dívidas a terceiros de MLP) / Imobilizado Líquido	68%	67%

(**) Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	110%	90%
(**) Liquidez reduzida	(Activo Circulante-Existências) / Passivo Circulante	102%	84%
(**) Liquidez imediata	(Depositos em Inst Financeiras + Caixa) / Passivo Circulante	28%	22%
(**) Estrutura de endividamento	Passivo Circulante / Passivo	8%	8%

(\*) – Passivo Circulante incluindo rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimento)

(\*\*) – Passivo Circulante excluindo rubrica de Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimento)

Se no Passivo Circulante forem incluídos os Proveitos Diferidos (subsídios ao investimento), os rácios de **liquidez geral e liquidez reduzida** revelam que o Activo Circulante é insuficiente para financiar o Passivo Circulante, conclusão que se observa igualmente em 2010.

Caso contrário, estes rácios revelam um cenário oposto, isto é, o Activo Circulante financia integralmente o Passivo Circulante.

Da análise do rácio de **liquidez imediata** conclui-se que o grau de cobertura do Passivo Circulante pelas Disponibilidades, nos dois períodos em comparação, se revela negativo o que justifica a necessidade de recurso ao endividamento.

Do rácio de **Endividamento e Autonomia Financeira** conclui-se que o Total do Ativo é financiado em cerca de 39% por capitais alheios, quando no período homólogo de 2010 era financiado em 40%.

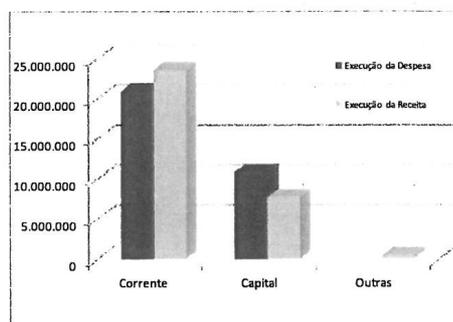
Não considerando no Passivo Circulante a rubrica de Provedos Diferidos (Subsídios ao Investimento), concluímos que no que se refere à **Estrutura de endividamento**, à data de 31.12.11, apenas 10% do Passivo é de curto prazo.

O rácio de **Cobertura de Imobilizado pelos Capitais Permanentes** revela que os Capitais Permanentes são insuficientes para financiar o Imobilizado líquido (este indicador deveria ser igual ou superior a 100%), o que significa que o Ativo Permanente está a ser financiado pelo Passivo Corrente, provocando um desequilíbrio do Fundo de Maneio.

### 2.3 – Análise à Execução Orçamental

Em 31 de Dezembro, o grau de execução orçamental era o seguinte:

	Execução da Despesa		Execução da Receita líquida		Execução da Receita bruta	
	Euro	%	Euro	%	Euro	%
Corrente	20.956.151	91,19%	23.640.372	102,68%	23.712.727	102,99%
Capital	10.927.320	71,75%	7.823.035	51,89%	7.823.035	51,89%
Outras			458.148	414,24%	458.148	414,24%
<b>Total</b>	<b>31.883.471</b>	<b>83,44%</b>	<b>31.921.555</b>	<b>83,54%</b>	<b>31.993.910</b>	<b>83,73%</b>



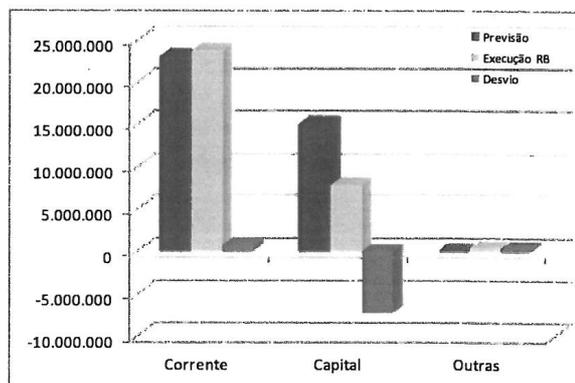
O grau de execução da Receita Bruta é superior ao da execução da Despesa, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental - a Despesa Corrente foi coberta pela Receita Corrente.

### 2.3.1 – Controlo Orçamental da Receita

Do quadro abaixo conclui-se que, em 31.12.11, a execução da Receita Bruta apresenta um desvio negativo de 6,216 M€, consequência do nível de execução da Receita de Capital que foi apenas de 52%.

	Previsão	Execução RL	Desvio	Execução %	Execução RB	Desvio	Execução %
Corrente	23.023.500	23.640.372	616.872	102,68%	23.712.727	689.227	102,99%
Capital	15.076.200	7.823.035	-7.253.165	51,89%	7.823.035	-7.253.165	51,89%
Outras	110.600	458.148	347.548	414,24%	458.148	347.548	414,24%
<b>Total</b>	<b>38.210.300,00</b>	<b>31.921.555,17</b>	<b>6.288.744,83</b>	<b>83,54%</b>	<b>31.993.909,62</b>	<b>6.216.390,38</b>	<b>83,73%</b>

A representação gráfica dos desvios apurados é a seguinte:



Análise Económico – Financeira  
Dezembro de 2011  
16/25

Detalhadamente, por rubrica de Receita, é possível analisar os graus de realização e os respectivos níveis de desvio face ao orçamentado:

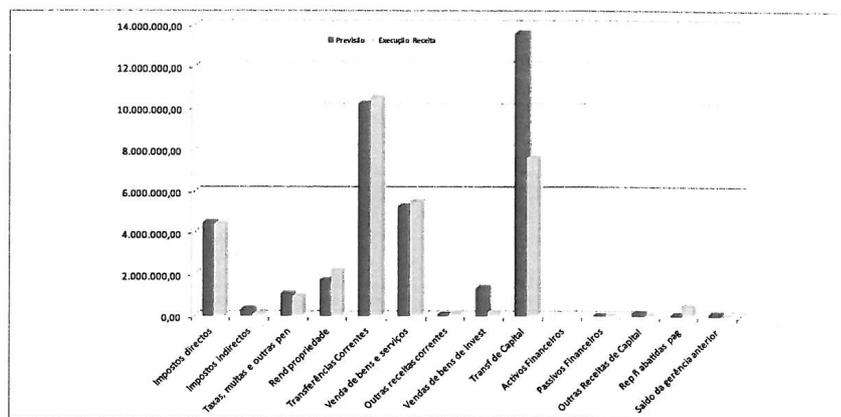
Designação	Previsão	Execução RL	Desvio	Execução %	Execução RB	Desvio	Execução %
Impostos directos	4.452.200,00	4.425.914,93	-26.285,07	99,41%	4.492.235,52	40.035,52	100,90%
Impostos indirectos	321.700,00	80.279,06	-241.420,94	24,95%	80.279,06	-241.420,94	24,95%
Taxas, multa e outras penalidades	1023.000,00	956.328,62	-66.671,38	93,48%	958.277,16	-64.722,84	93,67%
Rendimentos de propriedade	1.713.400,00	2.153.124,29	439.724,29	125,66%	2.153.124,29	439.724,29	125,66%
Transferências Correntes	10.207.100,00	10.472.620,09	265.520,09	102,60%	10.472.620,09	265.520,09	102,60%
Venda de bens e serviços	5.267.200,00	5.458.114,66	190.914,66	103,62%	5.462.099,98	194.899,98	103,70%
Outras receitas correntes	38.900,00	93.990,81	55.090,81	241,62%	93.990,81	55.090,81	241,62%
<b>Total de receitas correntes</b>	<b>23.023.500,00</b>	<b>23.640.372,46</b>	<b>616.872,46</b>	<b>102,68%</b>	<b>23.712.726,91</b>	<b>689.226,91</b>	<b>102,99%</b>
Vendas de bens de investimento	1.333.100,00	205.263,77	-1.127.836,23	15,40%	205.263,77	-1.127.836,23	15,40%
Transferências de Capital	13.603.200,00	7.591.733,32	-6.011.466,68	55,81%	7.591.733,32	-6.011.466,68	55,81%
Activos Financeiros		0,00	0,00	-		0,00	-
Passivos Financeiros	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	-100,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	139.800,00	26.057,84	-113.742,16	18,64%	26.057,84	-113.742,16	18,64%
<b>Total de receitas capital</b>	<b>15.076.200,00</b>	<b>7.823.034,93</b>	<b>-7.253.165,07</b>	<b>51,89%</b>	<b>7.823.034,93</b>	<b>-7.253.165,07</b>	<b>51,89%</b>
Reposições não abaladas nos pag	37.100,00	458.147,78	421.047,78	1234,90%	458.147,78	421.047,78	1234,90%
Saldo da gerência anterior	73.500,00	0,00	-73.500,00	0,00%	0,00	-73.500,00	0,00%
<b>Total de outras receitas</b>	<b>110.600,00</b>	<b>458.147,78</b>	<b>347.547,78</b>	<b>414,24%</b>	<b>458.147,78</b>	<b>347.547,78</b>	<b>414,24%</b>
<b>Total</b>	<b>38.210.300,00</b>	<b>31.921.555,17</b>	<b>-6.288.744,83</b>	<b>83,54%</b>	<b>31.993.909,62</b>	<b>-6.216.390,38</b>	<b>83,73%</b>

As Receitas Correntes, excepto a rubrica de Impostos Indirectos, registam níveis de execução próximos ou mesmo superiores aos previstos.

Ao nível das receitas de Capital regista-se uma reduzida percentagem de execução nas rubricas de Vendas de bens de investimento e uma menos elevada nas Transferências de Capital que, face ao peso que ocupam no total das receitas de Capital, justificam o menor grau de execução apurado no final do ano em análise.

*Handwritten signature*

A representação gráfica é a seguinte:



Rácios de Estrutura (Receita Líquida):

Rácios da Estrutura das Receitas Próprias	Dez-11	Dez-10
Impostos Municipais / Total de Receitas	17%	16%
Venda de bens de Investimento / Total de Receitas	1%	4%
Total das Receitas Próprias / Total de Receitas	43%	42%
Total das Transferências / Total das Receitas	57%	56%
Passivos Financeiros / Total das Receitas	0%	2%

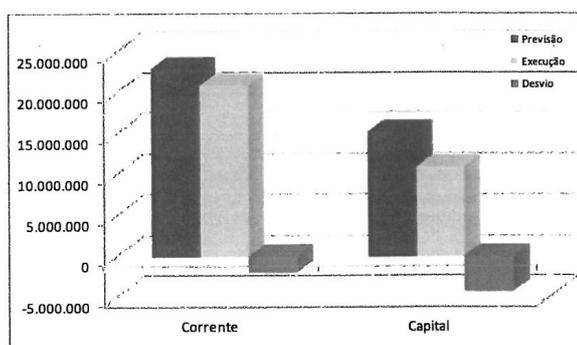
### 2.3.2 – Controlo Orçamental da Despesa

O Grau de execução orçamental da Despesa foi de 83,44%, tendo-se apurado um desvio de 6,326 M€..

O nível da execução verificada nas Despesas de Capital foi de 72% enquanto o grau de execução das Despesas Correntes foi de 91%, tal como se conclui do quadro seguinte:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Corrente	22.980.300	20.956.151	-2.024.149	91,19%
Capital	15.230.000	10.927.320	-4.302.680	71,75%
<b>Total</b>	<b>38.210.300,00</b>	<b>31.883.471,27</b>	<b>-6.326.828,73</b>	<b>83,44%</b>

A execução orçamental da Despesa e correspondentes desvios é evidenciada do modo seguinte:



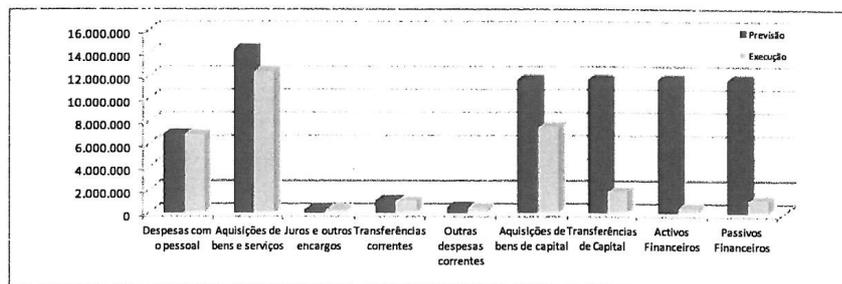
Análise Económico – Financeira  
 Dezembro de 2011  
 19/25

Por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental e correspondentes desvios foi o seguinte:

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
Despesas com o pessoal	6.863.110	6.822.384	-40.726	99,41%
Aquisições de bens e serviços	14.271.340	12.372.258	-1.899.082	86,69%
Juros e outros encargos	292.000	288.529	-3.471	98,81%
Transferências correntes	1.095.650	1.038.726	-56.924	94,80%
Outras despesas correntes	458.200	434.255	-23.945	94,77%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>22.980.300,00</b>	<b>20.956.150,98</b>	<b>-2.024.149,02</b>	<b>91,19%</b>
Aquisições de bens de capital	11.653.900	7.532.064	-4.121.836	64,63%
Transferências de Capital	11.653.900	1.875.273	-9.778.627	16,09%
Ativos Financeiros	11.653.900	430.000	-11.223.900	3,69%
Passivos Financeiros	11.653.900	1.089.984	-10.563.916	9,35%
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>46.615.600,00</b>	<b>10.927.320,29</b>	<b>-35.688.279,71</b>	<b>23,44%</b>

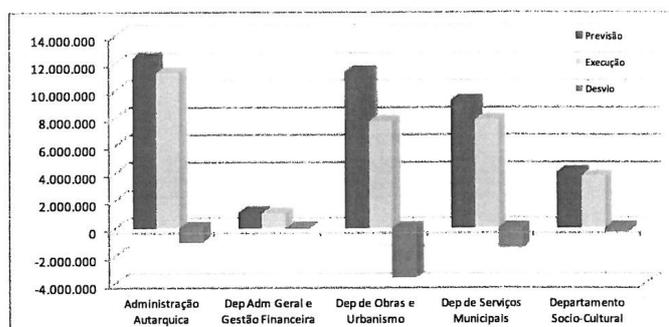
O grau de execução ficou abaixo dos valores orçamentados, sobretudo nas rubricas de «Aquisição de bens de capital» e «Transferências de Capital» apresentando, no entanto, percentagens de execução orçamental mais elevadas nas rubricas de «Despesas com Pessoal», «Aquisições de bens e serviços» e «Transferências Correntes».

Graficamente a evolução registada foi a seguinte:



Análise Económico – Financeira  
 Dezembro de 2011  
 20/25

A execução orçamental da Despesa por departamento apresenta a seguinte representação gráfica:



Foi, sobretudo, na Divisão de Obras e Urbanismo que o grau de execução orçamental da Despesa ficou aquém do previsto. Ao nível das Despesas de Capital, o grau de execução foi de 59%, tendo sido realizadas despesas no montante de 5,08 M€ contra os 8,55 M€ orçamentados. As Despesas correntes nesta Divisão registaram uma execução de 95% apresentando um desvio de cerca de 144 m€.

A Administração Autárquica e o Departamento de Serviços Municipais, que registaram desvios negativos de cerca de 997 m€ e 1,43 M€, revelam graus de execução orçamentais para as Despesas Correntes, de 92% e 87% e para as Despesas de Capitais, de 92% e 57%, respectivamente.

Análise Económico – Financeira

Dezembro de 2011

21/25

O quadro seguinte revela, de forma detalhada, por departamento e por rubrica de Despesa, o grau de execução orçamental registado no final do exercício de 2011.

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
<b>Administração Autárquica</b>				
<u>Assembleia Municipal</u>				
Despesas com Pessoal	45.120	45.037	-83	99,82%
Aquisição de bens e serviços	11.280	11.147	-133	98,83%
<u>Câmara Municipal</u>				
Despesas com Pessoal	1.051.160	1.027.121	-24.039	97,71%
Aquisição de bens e serviços	3.885.065	3.467.433	-417.632	89,25%
Transferências correntes	866.650	823.083	-43.567	94,97%
Outras despesas correntes	458.200	434.255	-23.945	94,77%
Aquisição de bens de Capital	2.156.400	1.848.698	-307.702	85,73%
Transferências de Capital	2.051.000	1.874.273	-176.727	91,38%
<u>Operações financeiras</u>				
Juros e outros encargos	292.000	288.529	-3.471	98,81%
Ativos Financeiros	430.000	430.000	0	100,00%
Passivos Financeiros	1.090.100	1.089.984	-116	99,99%
<b>Dep Adm Geral e Gestão Financeira</b>				
<u>Divisão Administrativa</u>				
Despesas com Pessoal	509.380	507.698	-1.682	99,67%
Aquisição de bens e serviços	17.010	14.499	-2.511	85,24%
Aquisição de bens de Capital	1.000	335	-665	33,47%
<u>Divisão Financeira</u>				
Despesas com Pessoal	458.030	456.137	-1.893	99,59%
Aquisição de bens e serviços	26.100	20.399	-5.701	78,16%
Aquisição de bens de Capital	2.600	418	-2.182	16,08%
<u>Divisão Informática e Sistemas</u>				
Despesas com Pessoal	117.970	116.279	-1.691	98,57%
Aquisição de bens e serviços	5.340	2.307	-3.033	43,21%

Análise Económico – Financeira  
Dezembro de 2011  
22/25

	Previsão	Execução	Desvio	Execução %
<b>Dep de Obras e Urbanismo</b>				
<i><u>Divisão de Obras</u></i>				
Despesas com Pessoal	710.780	709.547	-1.233	99,83%
Aquisição de bens e serviços	174.720	145.028	-29.692	83,01%
Aquisição de bens de Capital	7.476.700	4.373.603	-3.103.097	58,50%
<i><u>Divisão de Equipamento</u></i>				
Despesas com Pessoal	505.210	503.840	-1.370	99,73%
Aquisição de bens e serviços	933.915	825.553	-108.362	88,40%
Aquisição de bens de Capital	210.100	107.472	-102.628	51,15%
<i><u>Divisão de Urbanismo</u></i>				
Despesas com Pessoal	476.730	475.480	-1.250	99,74%
Aquisição de bens e serviços	36.130	33.313	-2.817	92,20%
Aquisição de bens de Capital	866.400	599.483	-266.917	69,19%
<b>Dep de Serviços Municipais</b>				
<i><u>Divisão de Saneamento básico</u></i>				
Despesas com Pessoal	540.060	538.599	-1.461	99,73%
Aquisição de bens e serviços	3.344.800	2.370.118	-974.682	70,86%
Aquisição de bens de Capital	251.300	164.876	-86.424	65,61%
<i><u>Divisão Defesa Ambiente</u></i>				
Despesas com Pessoal	648.750	647.336	-1.414	99,78%
Aquisição de bens e serviços	2.813.630	2.755.212	-58.418	97,92%
Aquisição de bens de Capital	129.800	107.196	-22.604	82,59%
<i><u>Divisão de Transportes e energia</u></i>				
Despesas com Pessoal	731.460	729.744	-1.716	99,77%
Aquisição de bens e serviços	446.050	387.358	-58.692	86,84%
Aquisição de bens de Capital	394.600	170.986	-223.614	43,33%
<b>Departamento Sociocultural</b>				
<i><u>Divisão Cultural e Turismo</u></i>				
Despesas com Pessoal	638.810	637.231	-1.579	99,75%
Aquisição de bens e serviços	749.640	674.429	-75.211	89,97%
Transferências correntes	15.500	12.098	-3.402	78,05%
Aquisição de bens de Capital	87.500	84.891	-2.609	97,02%
Transferências de Capital	5.000	1.000	-4.000	20,00%
<i><u>Divisão de Educação e Desporto</u></i>				
Despesas com Pessoal	429.650	428.335	-1.315	99,69%
Aquisição de bens e serviços	1.827.660	1.665.460	-162.200	91,13%
Transferências correntes	213.500	203.545	-9.955	95,34%
Aquisição de bens de Capital	77.500	74.104	-3.396	95,62%
<b>Total Despesas</b>	<b>38.210.300,00</b>	<b>31.883.471,27</b>	<b>-6.326.828,73</b>	<b>83,44%</b>

Rácios de Estrutura (Despesa executada):

Rácios da Despesa	Dez-11	Dez-10
Transferências correntes / Total das Despesas	3%	4%
Transferências de Capital / Total das Despesas	6%	6%
Despesa Corrente / Total das Despesas	66%	61%
Despesas de Capital / Total das Despesas	34%	39%
Total do Investimento / Total das Despesas	24%	28%

### 2.4 – Limite de Endividamento

Procedemos ao cálculo do limite de endividamento, à data de 31 de Dezembro de 2011, concluindo pelo cumprimento, por parte do Município, da legislação aplicável.

**Mapa de determinação do endividamento líquido Municipal (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)**

	Descrição	Montante	
A - Passivos (Empréstimos, contratos de locação Financeira e dívidas a Fornecedores)	Empréstimos Bancários (1)	5.935.086	
	- Contratos de Leasing	0	
	- Dívidas a Fornecedores	2.336.940	
	- Dívidas a Fornecedores Imobilizado	1.484.570	
	- Dívidas a EOEP	148.341	
	- Dívidas a Outros Credores	1.406.871	
	- Acréscimos e Diferimentos Passivos	943.217	
	<b>Soma dos Passivos</b>	<b>12.255.025</b>	
	B - Activos	- Saldo de Caixa	9.584
		- Depósitos em Instituições Financeiras	1.661.410
- Aplicações de Tesouraria		0	
- Investimentos Financeiros		3.719.498	
- Créditos sobre Terceiros		3.637.442	
- Acréscimos e Diferimentos Activos		937.784	
<b>Soma dos Activos</b>	<b>9.955.618</b>		
<b>C - Endividamento líquido do Município</b>		<b>2.289.207</b>	
D - Endividamento líquido e os empréstimos das empresas das Autarquias Municipais de participação à participação do município no seu capital social	-	-	
<b>Sub-Total 2</b>			
E - Endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do Município na capital social (em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local)	-	-	
	- M.M.B. - Mercado Municipal de Bragança, E.M	937.900	
	- Terra Fria Carnes, Lda.	243.639	
<b>Sub-Total 3</b>		<b>1.181.538</b>	
<b>F - Endividamento líquido total</b>		<b>3.470.746</b>	
G - Limite da Capacidade de Endividamento (art. 53º Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro)	- Endividamento Líquido	4.196.119	
	- Endividamento de médio e longo prazo (MLP) (2)	10.102.567	
H - Capacidade líquida de Endividamento	- Endividamento Líquido (G-F)	725.373	
	- Endividamento de médio e longo prazo (MLP) (2-1)	4.167.481	

Porto, 23 de Março de 2012

Em representação de  
Fatima Pereira & Carlos Duarte,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Fátima Pereira & Carlos Duarte,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Handwritten initials and signature: "FK" and "M. P. Duarte".

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras do "Município de Bragança", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 199.513.782,61 Euros, um total de fundos próprios de 122.480.386,07 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.456.493,89 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, o Mapa de controlo orçamental, o Mapa do plano plurianual de investimentos, o Mapa de operações de tesouraria, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo Municipal, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para expressão da nossa opinião.

Fis -1-

Av. d. República nº 1651 s. 1.º Dt.  
4450 Vila Nova de Gaia

Sociedade de Revisores  
Inscrição OROC nº 00017/24

R. Campo Alegre, nº 130 - 2.º e 3.º  
1100-001 Porto - 2.ª Região  
Tel. 22 606 17 80 - Fax 22 606 77 80

Fátima Pereira & Carlos Duarte,  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

-----

#### RESERVAS

7. Encontra-se em fase de implementação pelo Município, o sistema de contabilidade de custos consagrado no ponto 2.8.3 do POCAL. Por esta razão, não nos é possível emitir opinião sobre o mesmo.

#### OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do "Município de Bragança", em trinta e um de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 4 de Abril de 2012



Maria de Fátima Pereira, ROC n.º 835,  
Em Representação de  
Fátima Pereira & Carlos Duarte, SROC,  
Inscrita na OROC sob o n.º 154.

Fis - 2 -

Av. d. República nº 1051, s. 1.º D  
4300-1 Nova de Gaia

Sociedade de Revisores  
Inscrita na OROC sob o n.º 154

R. Campo Alegre, 1.º 1510, 2.º s. 205  
1149-001 Botafogo - 2.ª s. 117 - Porto  
☎ 22 016 17 80 - 22 006 7 80

----- **Presidente da Mesa** - Trata-se de um tema para discussão e tomada de conhecimento. ....  
----- Sr. Presidente de Câmara, tem a palavra. ....  
----- A Câmara Municipal não se pretende pronunciar, neste momento, sobre a matéria. ....  
----- Os documentos estão disponíveis, eu pergunto se há pedidos de esclarecimento sobre este tema. Não havendo pedidos de esclarecimento, solicito inscrições para intervenções sobre a matéria? Não há registo de inscrições sobre a matéria, pelo que passamos de imediato ao ponto seguinte: .....

**PONTO 4.4 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**  
**PONTO 4.4.1 - PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, PLANO PLURIANUALDE INVESTIMENTO E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2012;** .....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de abril do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, PLANO PLURIANUALDE INVESTIMENTO E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2012**

Pela Divisão Financeira foi presente a primeira revisão ao Orçamento da Receita e Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2012.

As revisões ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada, de revisão, na ótica da Receita, tem por base:

1. A incorporação do saldo da Gerência relativo ao ano de 2011 na presente revisão, no valor de 183 900,00 euros.

Na ótica da Despesa, tem por base:.....

1.1. O reforço, no montante de 83 900,00 euros, da dotação do projeto 4/2011 (PPI), “*Construção do recinto de promoção e valorização de raças autóctones*”;

1.2. A inscrição de um novo projeto em PPI com a designação “*Construção da Ponte sobre o rio Maçãs (Petisqueira)*” com a dotação, para o presente ano económico, de 100 000,00 euros e que advém da modificação introduzida ao Acordo de Cooperação transfronteiriça assinado entre a Diputación de Zamora e o Município de Bragança e no qual o Município de Bragança passa a constar como co adjudicatário na realização da obra.

Assim, o Orçamento para o ano Económico de 2012, teve um aumento de 183 900,00 euros, quer na Receita quer na Despesa e apresenta um valor total de 41 662 800,00 euros. O PPI teve um acréscimo de 183 900,00 euros, passando a dotação global a ser de 16 236 400,00 euros.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, propõe-se a sua aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para aprovação da Assembleia Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais para o ano de 2012, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, de acordo com a informação da Divisão Financeira.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

**Bragança e Paços do Município, 12 de abril de 2012.**

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

## **II – 1.ª Revisão ao Orçamento - Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos**



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
Câmara Municipal

*Ata 116*

*1.ª*

# *Revisão ao Orçamento*

*RECEITA, DESPESA E PLANO PLURIANUAL  
DE INVESTIMENTOS*

*2012*

*Ok*

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA				Página: 1
CAMARA MUNICIPAL BRAGANCA		MODIFICAÇÃO NUMERO : 4	NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO DE 2012		DATA DE APROVACAO	
		REVISÃO AO ORCAMENTO DA RECEITA				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA			OBSERVAÇÕES	
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTE
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		183.900,00		183.900,00	
1601	SALDO ORÇAMENTAL		183.900,00		183.900,00	
160101	NA POSSE DO SERVIÇO		183.900,00		183.900,00	
TOTAL ...			183.900,00		183.900,00	
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES ....						
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...						
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS ....			183.900,00			

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Hai*

Página: 1

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				
CAMARA MUNICIPAL BRAGANCA		MODIFICAÇÃO NUMERO: 4		NUMERO 1 DO ANO CONTABILISTICO DE 2012 DATA DE APROVAÇÃO		
REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA						
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
03		DEPARTAMENTO OBRAS E URBANISMO	656.900,00	183.900,00		840.800,00
0301		DIVISÃO OBRAS MUNICIPAIS	656.900,00	183.900,00		840.800,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	656.900,00	183.900,00		840.800,00
	0701	INVESTIMENTOS	457.900,00	83.900,00		541.800,00
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	457.900,00	83.900,00		541.800,00
	07010499	Outros	457.900,00	83.900,00		541.800,00
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	199.000,00	100.000,00		299.000,00
	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	199.000,00	100.000,00		299.000,00
	07030308	VIAÇÃO RURAL	199.000,00	100.000,00		299.000,00
TOTAL ...			656.900,00	183.900,00		840.800,00
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				183.900,00		

**DESPACHO**

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Página : 1

*afel*

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										Página : 1		
CABRÁ MUNICIPAL BRAGANÇA		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4				NÚMERO 1		DO ANO CONTABILÍSTICO 2012		DATA DE APROVAÇÃO				
OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA ORÇANICA	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		VALOR REALIZADO	DOAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇANÓTIAS		DOAÇÃO SÓCITEPE	
					INÍCIO	FIM		ANO DE CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES	INSCRIÇÕES / REPOSIÇÕES		DIRECÇÕES / ANULAÇÕES
								TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO				
3.1.		PROJETOS ECONÓMICAS												
3.3.		Transportes e Comunicações												
3.3.1.		Transportes Rodoviários												
3.3.1.1.		Rede Viária e Sinalização												
3.3.1.1.1.	01	2012 9	0101	07030308	2012/05/01	2012/12/31	0					100.000,00	100.000,00	
		CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO MACHS (PESQUEIRA)												
3.4.		Comércio e Turismo												
3.4.1.		Mercados e Feiras												
3.4.1.1.	01	2011 4	0101	07010459	2011/05/01	2012/12/31	0	271.800,00	271.800,00	480.000,00	83.900,00		355.700,00	
		CONSTRUÇÃO DO RECINTO DE PRODUÇÃO E VALORIZAÇÃO DE RAÇAS AUTÓTONAS												
TOTAL ...								271.800,00	271.800,00	480.000,00	183.900,00		455.700,00	

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

----- **Presidente da Mesa** - Sr. Presidente de Câmara, deseja prestar algum esclarecimento? Não. ....

----- Pedidos de esclarecimento sobre este tema? Não há. Intervenções sobre este tema? Há um pedido de intervenção por parte do Sr. Deputado da CDU, tem a palavra Sr. Deputado Leonel Fernandes.

----- **Leonel Fernandes** – Então, mais uma vez, boa tarde. Desculpem lá estar a ser chato, mas nesta questão da alteração orçamental e numa época de forte restrições orçamentais e da recessão económica, a Câmara Municipal deveria apresentar nesta AM, porque eu estive a ler aquilo que aqui está na fundamentações, dizia eu, devia apresentar fundamentadamente quais os critérios que levaram à escolha destes dois investimentos que aqui nos propõem, porque assim não acontece, a CDU tem certas dúvidas da pertinência destes investimentos nas obras, principalmente nesta altura e dada a recessão, como eu tinha dito, nesse sentido a CDU vai abster-se .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Ora, não havendo mais intervenções passamos à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DEZ ABSTENÇÕES E SESENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES. ....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Uma declaração de voto de Luís Pires, do PS, tem a palavra. ....

----- **Luís Pires** – Bom, mais uma vez, muito boa tarde. O PS votou a favor desta proposta da Primeira Revisão de Orçamento Municipal, principalmente tanto que as verbas resultantes decorrem do exercício financeiro, e depois porque um dos investimentos que é a dotação orçamental para a construção da ponte da Petisqueira merece-nos todo o respeito, e como tal votamos a favor. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Vamos passar ao ponto seguinte .....

#### **PONTO 4.4.2 – PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO DE MUNÍCIPE DO CONCELHO DE BRAGANÇA – FIM DO PERÍODO DE APRECIÇÃO PÚBLICA E RECOLHA DE SUGESTÕES;.....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“1 - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de março do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e José Leonel Branco Afonso, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO CARTÃO DE MUNÍCIPE DO CONCELHO DE BRAGANÇA – FIM DO PERÍODO DE APRECIÇÃO PÚBLICA E RECOLHA DE SUGESTÕES**

Pelo Departamento de Educação, Social e Cultural foi presente a seguinte informação:

Na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 23 de janeiro de 2012, foi deliberado, submeter a proposta de revisão do Regulamento do Cartão de Munícipe do Concelho de Bragança, para apreciação pública e recolha de sugestões, pelo período de 30 dias úteis, cf. artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.

Este período decorreu entre os dias 2 de fevereiro de 2012 e 14 de março de 2012.

Do Edital n.º 9/2012, que tornou pública a deliberação acima referida, constava como local onde deveriam ser apresentadas as sugestões a Secção Administrativa do Departamento de Educação, Social e Cultural, sito no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira.

Findo o prazo estabelecido não foi recebida neste departamento qualquer sugestão de alteração.

Assim, e para efeitos de envio à Assembleia Municipal conforme o previsto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da mesma Lei, apresenta-se a proposta de Regulamento do Cartão de Munícipe do Concelho de Bragança, que a seguir se transcreve:

**REGULAMENTO DO CARTÃO DE MUNÍCIPE DO CONCELHO DE BRAGANÇA**

**PREÂMBULO**

O cartão de munícipe vai ao encontro das necessidades generalistas dos serviços prestados, aos utentes/utilizadores, pela Câmara Municipal de Bragança, e na perspetiva de minimizar as dificuldades socioeconómicas da população do concelho, contribuindo para o bem-estar e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É, neste contexto, e considerando o disposto no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que confere competência à Câmara

Municipal para deliberar o apoio considerado conveniente a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal, a Câmara Municipal de Bragança, deliberou, criar o Cartão de Munícipe que se rege pelo presente regulamento.

#### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito**

O presente regulamento cria o Cartão de Munícipe do Concelho de Bragança, com o objetivo de apoiar munícipes com graves carências económicas e sociais, concedendo benefícios sociais em diferentes domínios.

#### **Artigo 2.º**

##### **Condições de atribuição**

1. O cartão de munícipe é emitido pela Câmara Municipal de Bragança aos cidadãos com residência permanente no concelho.

#### **Artigo 3.º**

##### **Benefícios**

1. Os benefícios são atribuídos em função do rendimento per capita do agregado familiar e divididos em três escalões:

- a) Escalão A;
- b) Escalão B;
- c) Escalão C.

2. O cartão de munícipe concede os seguintes benefícios:

- a) Redução de 75% nas taxas de utilização dos serviços e equipamentos abrangidos pelo presente regulamento aos munícipes integrados no escalão A;
- b) Redução de 50% nas taxas de utilização dos serviços e equipamentos abrangidos pelo presente regulamento aos munícipes integrados no escalão B;
- c) Os munícipes integrados no escalão C não beneficiam de qualquer redução.

3. Pode o titular do cartão de munícipe beneficiar, ainda, de isenção do pagamento de taxas de utilização dos serviços e equipamentos abrangidos pelo presente regulamento, mediante apresentação de requerimento devidamente fundamentado que será analisado, caso a caso, pelos Serviços de Ação Social do Município de Bragança.

#### **Artigo 4.º**

##### **Instrução do pedido**

1. A emissão do cartão de munícipe é feita no Município de Bragança, no Setor de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento, sendo necessários os seguintes documentos:

- a) Formulário de adesão ao cartão de munícipe (anexo I ao presente regulamento);
- b) Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão;
- c) Cartão de Contribuinte;
- d) Uma fotografia.

2. Para usufruir dos benefícios previstos para os escalões A e B, além dos documentos previstos no ponto anterior, são necessários os seguintes documentos:

- a) Comprovativo dos rendimentos do agregado familiar – Declaração de IRS ou Declaração de Isenção;
- b) Declaração com escalão do Abono de Família emitida pelos serviços da Segurança Social;

3. Todos os pedidos de adesão ou renovação serão confirmados pelo Setor de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento da Câmara Municipal de Bragança, podendo este solicitar outros documentos ou informações a outras entidades.

#### **Artigo 5.º**

##### **Serviços e equipamentos abrangidos**

1. Os benefícios atribuídos pelo cartão de munícipe são válidos nos seguintes serviços e equipamentos:

- a) Serviço de Transportes Urbanos;
- b) Piscinas municipais;
- c) Teatro Municipal;
- d) Museus municipais.

2. Nas piscinas municipais, os benefícios só serão aplicados, exclusivamente, a um dos seguintes regimes:

- a) Regime livre;
- b) Classes orientadas.

#### **Artigo 6.º**

##### **Validade do cartão**

O cartão de munícipe tem validade de um ano e é renovável por iguais períodos.

#### **Artigo 7.º**

##### **Utilização do cartão**

1. O cartão de munícipe é pessoal e intransmissível e só poderá ser utilizado pelo seu titular.

2. A perda, o roubo ou o extravio do cartão devem ser comunicados à Câmara Municipal de Bragança. A responsabilidade do titular só cessará após comunicação, por escrito, da ocorrência.

#### **Artigo 8.º**

##### **Cessação do direito à utilização do cartão de munícipe**

1. Constituem, nomeadamente, causas de cessação imediata dos benefícios:

a) A prestação de falsas declarações para efeito da obtenção de benefícios associados ao cartão de munícipe tendo como consequências imediatas a sua anulação, a devolução dos valores correspondentes aos benefícios obtidos e a interdição pelo período de um ano de apoio idêntico da autarquia, sem prejuízo do competente procedimento judicial, se aplicável;

b) A utilização do cartão por terceiros;

c) A alteração ou transferência de residência para fora da área do concelho, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado, designadamente por doença prolongada.

#### **Artigo 9.º**

##### **Casos omissos**

Os casos omissos neste regulamento serão decididos pela Câmara Municipal de Bragança.

#### **Artigo 10.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor após a aprovação pela Assembleia Municipal de Bragança e respetiva publicação em edital a ser afixado nos lugares de estilo e na página eletrónica da Câmara Municipal de Bragança em <http://www.cm-braganca.pt>.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar o referido Regulamento na sua versão final, bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos no previsto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da mesma Lei.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de abril de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

## **II – Anexo I – Formulário de Adesão ao Cartão de Munícipe”**



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL  
Anexo I

Formulário de adesão ao Cartão de Município

*Handwritten signature*

Cartão nº \_\_\_\_\_

Serviços e equipamentos:

Piscinas	<input type="checkbox"/>	STUB	<input type="checkbox"/>	Teatro	<input type="checkbox"/>	Museus	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	------	--------------------------	--------	--------------------------	--------	--------------------------

Nome \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Naturalidade \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Freguesia \_\_\_\_\_

B./C.C nº \_\_\_\_\_ emitido em / validade \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Arquivo \_\_\_\_\_

Contribuinte nº \_\_\_\_\_

Contacto: Telef/Telem \_\_\_\_\_ e -mail \_\_\_\_\_

Escalão

A	<input type="checkbox"/>	B	<input type="checkbox"/>	C	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------	---	--------------------------	---	--------------------------

Declarções e comprovativos necessários para benefícios dos escalões A e B

- Comprovativo dos rendimentos do agregado familiar – IRS, ou Declaração de Isenção;
- Declaração, com os escalões, do Abono de Família;
- Formulário de adesão ao cartão de município

Composição do Agregado Familiar

Nome	Data de Nascimento	Parentesco	Rendimento Mensal

Declaro sob compromisso de honra que as informações prestadas são verdadeiras e autorizo a Câmara Municipal de Bragança a confirmar a sua exactidão.

Tenho conhecimento de que as falsas declarações ou omissões implicam a anulação do cartão, a perda de benefícios durante um ano para além das sanções previstas na lei

Bragança, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Requerente \_\_\_\_\_

Reservado aos Serviços

Despacho

Recebido a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
O Técnico  
\_\_\_\_\_

----- **Presidente da Mesa** - A Câmara deseja prestar algum esclarecimento? Não.....

----- Então eu coloco a questão aos Srs. Deputados, se tem dúvidas, pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria? .....

----- Sr. Deputado Guedes de Almeida, do CDS/PP, tem a palavra para formular as questões que lhe aprouver. ....

----- **António Almeida** - Sr. Presidente da Câmara, as soluções que pedia, eu tinha lido aqui, mas já não me recordo, a validade do cartão é de um ano! Parece-me curta. Pergunto se, digamos assim, aos adquirentes do cartão ou os titulares dos cartões ou os pretendentes titulares, esta documentação não lhes sairá demasiado onerosa, se forem certidões, ou se a Câmara vai exigir, digamos assim, documentos simples e não certificados, senão quase não compensará os benefícios com o que vão ter que gastar para justificar a aquisição do cartão, porque segundo diz aqui o bilhete de identidade, declaração do IRS. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Não há mais questões para colocar à Câmara Municipal?.....

----- Sr. Presidente tem a palavra. ....

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. De facto esta revisão ao regulamento de atribuição de Cartão de Múncipe é uma revisão simples, orientada para a clarificação da atribuição dos benefícios fiscais aos utentes do cartão, e que envolve o domínio da prestação de serviço e utilização de equipamentos, como seja os transportes urbanos, as piscinas municipais, o teatro municipal e museus municipais. Estão de forma clara definidos dois escalões de benefício fiscal, o escalão A e o escalão B, respetivamente o escalão A para rendimentos inferiores a 254€ per capita/mês, e o escalão B para rendimentos entre os 254€ e 485€/mês, ou seja, o regulamento vai ao encontro das preocupações sociais no sentido de garantir acessibilidade a todos os cidadãos, aos serviços e equipamentos do Município. ....

----- Preocupamo-nos naturalmente com obra de grande dimensão, mas preocupamo-nos, acima de tudo, com os cidadãos, sabendo que também as obras de grande dimensão servem os interesses dos cidadãos, exatamente o mesmo empenho que dedicamos aos problemas sociais, como dedicámos na primeira oportunidade que surgiu, no sentido de aproveitar fundos comunitário, para beneficiar um bairro social, beneficiar as famílias de mais baixo rendimentos. ....

----- Também nos preocupamos de forma estruturada e sustentável com obras de maior dimensão, como as que já foram citadas hoje aqui, do Forte São João de Deus. Ao contrário do que hoje catastroficamente foi já referido, que dentro de 10/15 anos não haveria Câmara Municipal ou seja não

haveria serviços a prestar, nós pensamos que a evolução de Bragança está a ser e vai continuar a ser positiva e estamos a estruturar devidamente o Município para nas próximas décadas servir melhor os cidadãos e garantir adequadas condições de trabalhos aos trabalhadores, aos órgãos de gestão política do município, o que nos parece poder vir a ser apreciado positivamente como um marco da gestão municipal, o que não tendo sido prometido em campanha eleitoral, está felizmente a ser concretizado.

Lembro que as declarações simplistas e demagógicas não fazem caminho e saliento que as declarações feitas pelo Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no início da década de noventa, em que dizia que em 2002 Vimioso teria dois habitantes, constatamos o erro grosseiro de um académico. A realidade, de facto, não é essa, ou seja, é preciso ir construindo em várias frentes, o processo de desenvolvimento e particularmente nas regiões fragilizadas como é o interior é um processo muito complexo, que exige muito de todos e, acima de tudo, exige energia positiva daqueles que avançam, daqueles que não desistem e não se deixam intimidar pelos pessimistas.....

----- Sabemos que na área social é preciso um empenho especial da parte do Município e temos estado bastante preocupados no sentido de fortalecer os apoios, estar atentos a situações de maiores dificuldades das famílias, atitude bem evidente nas alterações introduzidas nos tarifários de águas, esgotos e saneamento e de resíduos sólidos urbanos, a título de exemplo, podendo ainda salientar o acesso aos transportes, aos equipamentos culturais e desportivos, sendo regra, a de garantir o acesso a todos, pagando quem pode e reduzindo ou isentando de pagamento quem não dispõe de rendimentos suficientes. Sem abdicar do princípio do utilizador pagador, conseguimos legitimamente assegurar o acesso aos serviços do município aos cidadãos de mais baixos recursos.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Sr. Presidente, .....

----- Intervenções sobre esta matéria? .....

----- Guedes de Almeida do CDS/PP. Não registamos mais pedidos de intervenção, pode vir Sr. Deputado. Aproveito esta deslocação do Sr. Deputado enquanto vem ao Microfone para recordar aos Srs. Deputados que a folha que elaborámos para a recolha da intenção da transferência da senha de presença de cada um dos deputados que assim o entenda fazer, para uma conta de apoio ao Mário, está lá fora na mesa da entrada, portanto os Srs. Deputados que não tinham conhecimento passam a tê-lo agora, a folha está à entrada para ser utilizada por quem entender. ....

----- Sr. Deputado tem a palavra para a sua intervenção. ....

----- **António Almeida** – A intervenção é a seguinte: efetivamente que o espírito da criação deste cartão é positivo, é incontestável, na perspetiva da força política que aqui represento é um pouco

aquém daquilo que seria desejável para o nosso Concelho e para a situação de elevada carência e até de alguma marginalidade de grande parte da população. ....

----- O Primeiro reparo é que o Sr. Presidente não respondeu às questões que objetivamente eu lhe perguntei relativamente a isto, fez aqui dissertação sobre o que será a política do Executivo Camarário relativamente à assistência à solidariedade sócia, no âmbito das suas funções, mas eu perguntei-lhe, e o que diz aqui e na aplicação prática para a aquisição deste cartão, que será anual, diz assim, é necessário preencher um formulário de cartão de munícipe, levar o bilhete de identidade ou cartão de cidadão, cartão de contribuinte, uma fotografia. Tem alguns custos, são poucos, mas diz: para usufruir dos benefícios previstos nos escalões A e B além dos documentos previstos no ponto anterior são necessários os seguintes: Comprovativo dos rendimentos do agregado familiar, declaração do IRS ou declaração de isenção, declaração dos escalões de abono de família emitidos pelos serviços da Segurança Social. Quer dizer, isto são documentos, o que eu lhe perguntei é se tem que ser certificados, e se são certificados, uma certidão é cara, as pessoas não têm dinheiro para a certidão, quase os poderá desmotivar da questão do cartão, ou se servirá apresentarem uma certidão simples, isto é, os serviços da Câmara confiarão nas declarações que são apresentadas pelos munícipes requerentes, com as devidas cautelas tendo sempre alguma vigilância depois numa posterior confirmação. O que eu lhe tinha perguntado e que não respondeu é se efetivamente se a obtenção destes documentos vai obrigar a custos ou não. Se obrigar a custos, seria, digamos assim, aconselhável que em vez de um não fosse de dois em dois anos a validade do cartão, porque se não vai obrigar a despesas anuais, hoje uma certidão é cara em qualquer serviço público, e há aqui, pelo menos, dois documentos que à partida deverão ser certificados, a não ser que a Câmara isente e confie, efetivamente tem que haver sempre mecanismos de poder retificar. Na sua generalidade é positiva. ....

----- As questões são essas, se implicarem cargos para os requerentes do cartão em vez de um ano serem dois, a não ser que dispense e acredite nas simples declarações sem serem certificadas, se não, o ser aumentado o prazo de validade do cartão para dois anos. ....

----- E, também, relativamente ao escalão B, que salvo erro implica montantes até ao salário mínimo nacional, que fosse alargado em comparação com o serviço nacional de saúde, ao não pagamento de taxas, que salvo erro vai até aos 600€. Seria esta, digamos assim, a proposta. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Eu coloco a questão à Câmara Municipal se pretende fazer um esclarecimento adicional? .....

----- **Presidente da Câmara** – Peço desculpa ao Sr. Deputado, na verdade não respondi a essa questão, é verdade. A forma de obtenção do cartão ou de renovação é muito simples, pela simples

apresentação de documentos perante o assistente administrativo, que duplica os documentos, tira cópia do bilhete de identidade, do cartão de contribuinte, a fotografia serve para revalidar várias vezes o cartão. ....

----- O comprovativo de rendimentos do agregado familiar, todos os cidadãos tem um documento da Segurança Social ou das Finanças, que comprova os seus rendimentos, tem que fazer-lo para efeitos de benefício de apoio social a nível escolar, a nível dos transportes, em várias áreas, o documento é sempre o mesmo, é exibido perante os serviços, os serviços não arquivam certidão nenhuma nem original nenhum, significa que o custo é absolutamente irrelevante.....

----- Na elaboração do regulamento esteve presente o princípio de confiança nas declarações apresentadas pelos cidadãos, simplificar procedimentos, reduzir custos ao município e ao munícipe. Os documentos exigidos são os estritamente necessários á identificação da situação sócio económica. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vamos proceder então à votação. ....

----- - .....

----- **Presidente da Mesa** - Peço desculpa vamos proceder à votação, porque esse ponto é outro ponto, não é o mesmo ponto, esse ponto é outro ponto seguinte, estamos a falar de outro ponto.....

----- Tinha havido aqui solicitação por parte do membro do PS solicitando a suspensão da votação porque tinha dúvida relativamente a um documento, mas trata-se de um documento referente a um ponto da agenda que vai ser discutido mais adiante. Portanto vamos proceder à votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto. ....

----- Passamos então ao ponto seguinte. ....

#### **PONTO 4.4.3 - TRANSPORTES ESCOLARES NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LETIVO DE 2012/13 - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA;**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de março do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e José Leonel Branco Afonso, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“TRANSPORTES ESCOLARES NO CONCELHO DE BRAGANÇA PARA O ANO LETIVO DE 2012/13 - AUTORIZAÇÃO DA DESPESA**

Pela Divisão de Mobilidade e Energia, foi presente a seguinte informação:

O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, determina a obrigatoriedade da Câmara Municipal organizar, planear e executar o transporte escolar na área do concelho no âmbito do ensino básico obrigatório.

De acordo com o preceituado nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, e considerando que os encargos excedem o limite de € 100 000,00 em cada um dos anos económicos, é competência da Assembleia Municipal autorizar previamente essa despesa.

Propõe-se, assim, que a Assembleia Municipal conceda à Câmara Municipal a autorização da despesa para a abertura do concurso público internacional destinado à celebração dos contratos de adjudicação dos transportes escolares para o ano letivo 2012/13.

O montante global da despesa não deverá ultrapassar os € 350.000,00 (ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor). O encargo máximo para o ano de 2012 será de € 130.000,00, e para o ano de 2013 será de € 220.000,00.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à autorização da Assembleia Municipal a despesa para a abertura do concurso público internacional “Transportes Escolares no Concelho de Bragança para o Ano Letivo de 2012/2013”, ao abrigo dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de abril de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento sobre este tema? Não há pedidos de esclarecimento. ....

----- Intervenções? Não há intervenções sobre este tema pelo que passamos de imediato à votação deste ponto. ....

----- **NÃO TENDO HAVIDO DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.** ....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há declarações de voto. ....

----- Passamos então para o ponto seguinte. ....

**PONTO 4.4.4 - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE FUTEBOL SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO E À REALIZAÇÃO DE OFICINAS E WORKSHOPS DE PRÁTICA ARTÍSTICA NO CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA;**.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

**“I -CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de fevereiro do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DOS CAMPOS DE FUTEBOL SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO E À REALIZAÇÃO DE OFICINAS E WORKSHOPS DE PRÁTICA ARTÍSTICA NO CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA.**

Pelo Sr. Presidente foi presente, a proposta, elaborada pela Divisão Financeira, que determinou, o valor das taxas acima identificadas, e que vão integrar a Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

aprovado, por proposta da Câmara Municipal, em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 9 de fevereiro de 2009.

#### 1. Introdução

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, estabelece o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Consagra no seu artigo 4.º o princípio da equivalência jurídica. De acordo com este princípio, o valor das taxas das Autarquias Locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. O n.º 2 do mesmo artigo admite que as taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, podem ser fixadas com base em critérios de desincentivo a prática de certos atos ou operações.

Neste sentido e em cumprimento deste normativa legal, a introdução que deu corpo à primeira parte deste trabalho visou, traçar o pano de fundo que serviu de base à fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela Autarquia Local.

De forma a estimar o custo da contrapartida, foi tipificado para cada item o tempo padrão de serviços administrativos e o tempo padrão de serviços técnicos em minutos.

Com base na remuneração auferida por cada um destes grupos em 2011, estimou-se o custo médio de trabalho, assistente técnico, assistente operacional, encarregado operacional, técnico superior e pessoal dirigente. Calculou-se o custo de mão de obra direta e os custos diretos com bens consumíveis.

Os custos indiretos (mão de obra indireta e outros custos indiretos) foram afetos ao serviço em função do peso total dos seus custos.

Nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios.

As novas taxas objeto de fundamentação são as diretamente relacionadas com a utilização de instalações desportivas, culturais, de recreio e outras (Capítulo IV).

As taxas municipais podem, também, incidir sobre a realização de atividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

Com a doutrina existente e já publicada sobre o assunto, entendemos que o valor das taxas - cuja base é o custo da atividade pública - deve ser calculado tendo como desígnio as seguintes perspetivas:

- A Objetiva – que soma o custo total apurado com o serviço, amortizações, futuros investimentos, etc. (componente económica); e

- A Subjetiva ou Política – onde a componente Envolvente e Ambiental (o incentivo e o desincentivo são ponderados, bem como os custos ambientais e de escassez) é equacionada conjuntamente com a componente social (i.e. a aplicabilidade de tornar os preços acessíveis).

Assim, a fórmula final aplicada para a determinação do valor da taxa abrange, cumulativamente, as três componentes suprarreferidas, ou seja, a económica, a envolvente ambiental e a social.

## 2. Abordagem metodológica

O que sustentou os cálculos efetuados foi o mapeamento exaustivo de processos e procedimentos associados a prestações tributáveis e valorização dos fatores “produtivos” por recurso a tempos e consumos médios.

Numa primeira fase, o mapeamento resultou no arrolamento dos custos diretos e indiretos por fase do processo administrativo, através de narrativas (descrição pormenorizada) efetuadas, ou seja, caracterização de todo o Processo com recursos afetos e tempos utilizados;

Subsequentemente procedeu-se à elaboração da matriz dos custos, i.e., soma dos custos totais (diretos e indiretos) do ato administrativo detalhado por fases do processo com os custos associados ao processo operacional de produção ou prestação do serviço;

Custos Diretos = MOD (incluem despesas com recursos humanos intervenientes no processo, custo / minutos utilizados) + materiais consumíveis (escritório, limpeza e outros) + amortizações (Custos Anuais com a Amortização dos Equipamentos (Móveis e Imóveis)) + custo de utilização de máquinas e viaturas + outros custos diretos (materiais utilizados);

Custos Indiretos = MOI (incluem despesas com recursos humanos indiretos) + outros custos indiretos (repartição de custos indiretos anuais em função das unidades orgânicas ou setores a que os equipamentos estão afetos, ou locais em que o processo administrativo se desenvolve);

Quanto às amortizações, foram considerados valores refletidos na contabilidade do Município, aplicando-se a taxa de amortização definida no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril) para o tipo de construção em cada caso.

Fatores mais pertinentes na fundamentação:

- Definição de Critérios de Imputação de Custos Indiretos;
- Identificação dos Fatores Diferenciadores das Taxas;
- Matriz de Custos Totais por Taxa em Unidades de Medida.

2.1.Exposição da abordagem metodológica para determinação do custo real da atividade municipal.

Considerando a finalidade do presente relatório/estudo, a abordagem metodológica assentou na justificação do custo real da atividade municipal, caracterizando para efeitos de fundamentação as taxas como: as que decorrem de um ato administrativo; as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional; as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, (i.e. equipamentos e edifícios municipais).

#### 2.1.1. As que decorrem de um ato administrativo

Neste âmbito, o custo do processo administrativo não tem correlação direta com as unidades de medida de aplicação da taxa, assim sendo resultou do arrolamento dos custos diretos e indiretos por fase do processo administrativo, ou seja, uma caracterização geral de todo o processo com recursos afetos e tempos utilizados, através de Narrativas efetuadas pelo setor envolvido.

Pretende-se assim comparar o custo real da atividade municipal, com o valor das taxas aplicadas para unidades médias de um processo idêntico.

O custo do processo administrativo e/ou operacional é equivalente à unidade de medida da taxa aplicável, resultante do processo arrolado e por cada ato final.

#### 2.1.2. As que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional

Na maioria dos processos arrolados, constatou-se a existência de correlação entre a unidade de medida de aplicação da taxa, deduzindo neste caso que o custo da atividade municipal para um processo administrativo e operacional pode ser comparável ao valor da taxa cobrada para a prestação de serviço.

#### 2.1.3. As que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva

O pressuposto utilizado neste âmbito, foi o seguinte:

O custo unitário por unidade foi determinado tendo por base o número de horas de utilização das infraestruturas.

#### 2.2. Pressupostos comuns às várias abordagens metodológicas

A lei prevê ainda que a fundamentação seja realizada na medida do benefício auferido pelo particular.

Deste modo e atendendo ao princípio da equivalência jurídica determinou-se que o benefício auferido pelo particular é tanto maior, quantos mais obstáculos jurídicos removidos, ou seja, com o mesmo ato consegue usufruir de maior proporção relativamente à unidade de medida aplicável, ou seja, por exemplo, quem licencia mais frações deverá ter um benefício proporcionalmente maior.

Por outro lado, o valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações.

### 2.3. Método de apuramento do custo real da atividade pública local

#### 2.3.1. Custos dos processos administrativos e operacionais

A fórmula utilizada para o cálculo do custo total do processo administrativo e operacional foi:

$$\text{CPAO} = \text{CMOD} + \text{MC} + \text{AMORB} + \text{CUMV} + \text{OCD} + \text{CI} + \text{FI}$$

CMOD — Custo da mão de obra direta por minuto, em função da categoria profissional respetiva;

MC — Custo com os materiais - consumíveis - na tarefa;

AMORB — Custo das amortizações dos bens por minuto, em função do centro de responsabilidade a que a mão de obra está afeta;

CUMV — Custo de Utilização de Máquinas e Viaturas por hora/km para a realização de determinada tarefa;

OCD — Outros custos diretos por minuto, em função do centro de responsabilidade a que a mão de obra direta em cada uma das fases do processo está afeta;

CI — Custo indireto por minuto, em função do centro de responsabilidade a que a mão de obra direta, em cada uma das fases do processo, está afeta;

FI — Futuros investimentos em função do processo.

Quanto às amortizações de bens móveis e imóveis, a imputação aos processos administrativos e operacionais fez-se, por norma, considerando o valor anual das amortizações, imputadas aos tempos e recursos humanos afetos ao processo.

O custo da mão de obra direta foi calculado com os custos por minuto médios de cada categoria profissional, tendo em conta todos os índices de remuneração existentes à data.

Para o número de minutos por ano, consideraram-se 251 dias úteis no ano 2011, subtraindo 25 dias de férias, tendo o ano 52 semanas e sete horas de trabalho diárias.

Os materiais consumíveis (escritório, limpeza e outros) de cada setor foram imputados com base nos tempos e recursos humanos afetos ao ato.

Para o cálculo do Custo das Máquinas e Viaturas, depois de apurados todos os custos anuais de cada máquina e viatura com amortizações, consumos de combustíveis, manutenções e reparações e seguros, dividiram-se pelo número de minutos anuais de trabalho, para se chegar ao custo de utilização por minuto.

Em relação às amortizações anuais dos bens móveis afetos a cada setor, o método é idêntico ao dos materiais consumíveis.

Para os custos indiretos o apuramento assentou na compilação de todos os custos anuais da mão de obra indireta acrescidos de outros custos indiretos.

#### 2.4. Especificidades

### **Capítulo IV - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS, DE RECREIO E OUTRAS**

No que concerne ao artigo 10.º - A - Campos de futebol sob gestão do município, para o cálculo das taxas foram tidos em conta os seguintes fatores: custos anuais diretos de funcionamento e/ou manutenção de equipamentos, custos anuais com as amortizações dos equipamentos, móveis e imóveis e ainda os custos diretos e indiretos de mão de obra.

Quanto ao processo operacional a repartição dos custos totais anuais (funcionamento, amortizações dos equipamentos e outros) foi feita, tendo por base os tempos de utilização das infraestruturas.

No artigo 16.º a repartição dos custos diretos e indiretos foi feita em função do número máximo de crianças por oficina e workshop de prática artística (grupos de 20 crianças no máximo), bem como do número de horas de duração das atividades.

O valor da taxa (ou das taxas - tal como referido) a cobrar pelo Município, em anexo, apresenta-se, assim, calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Valor da Taxa} = \text{TC} \times \text{BPART} \times (1 - \text{CSOAIL}) \times (1 + \text{DESINC})$$

- a) TC = Total do Custo;
- b) BPART = Benefício auferido pelo particular;
- c) CSOAIL = Custo social suportado pelo Município;
- d) DESINC = Desincentivo à prática de certos atos ou operações.

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, o regulamento que crie taxas municipais contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade, entre outros elementos a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Mais se informa que, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugado com a alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respetivos quantitativos.

Após análise e discussão, foi deliberado, com 4 votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Hernâni Dinis Venâncio Dias, 2 abstenções, dos Srs. Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes e José Leonel Branco Afonso e 1 voto contra, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, aprovar a proposta da fundamentação económico-financeira do valor das taxas, bem como a sua aplicação, de acordo com a informação do Departamento Administrativo e Financeiro.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a fundamentação económico-financeira do valor das taxas, bem como a sua aplicação, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos da alínea e) do n.º 2, do artigo 53.º da citada Lei.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 26 de março de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

## **II – VALOR DAS TAXAS A INTEGRAR NA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS**

### **III – CÁLCULO DO VALOR DAS TAXAS**



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

VALOR DAS TAXAS A INTEGRAR NA "TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS"

CAPÍTULO IV - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS, DE RECREIO E OUTRAS

Designação da taxa	Custos Directos					Custos Indirectos		Futuros Investimentos	Custo Total	Valor da Taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
	M.O.D.	Materiais consumíveis	Amortizações	Custo de utilização de Máquinas e Viaturas	Outros custos directos	M.O.I.	Outros custos indirectos						
1.a.i)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	2,24 €	0,00 €	259,43 €	7,50 €	1	97%	0%
1.a.ii)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	2,24 €	0,00 €	259,43 €	10,00 €	1	96%	0%
1.b.i)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	2,24 €	0,00 €	259,43 €	15,00 €	1	94%	0%
1.b.ii)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	2,24 €	0,00 €	259,43 €	20,00 €	1	92%	0%
1.c.i)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	2,24 €	0,00 €	259,43 €	30,00 €	1	89%	0%
1.c.ii)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	2,24 €	0,00 €	259,43 €	60,00 €	1	77%	0%
2.a.i)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	6,08 €	0,00 €	263,27 €	7,50 €	1	97%	0%
2.a.ii)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	6,08 €	0,00 €	263,27 €	10,00 €	1	96%	0%
2.b.i)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	6,08 €	0,00 €	263,27 €	25,00 €	1	91%	0%
2.b.ii)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	6,08 €	0,00 €	263,27 €	35,00 €	1	87%	0%
2.c.i)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	6,08 €	0,00 €	263,27 €	45,00 €	1	83%	0%
2.c.ii)	23,69 €	2,74 €	3,32 €	225,05 €	0,00 €	2,40 €	6,08 €	0,00 €	263,27 €	75,00 €	1	72%	0%
2.1	14,11 €	0,87 €	0,47 €	n/a	0,00 €	0,00 €	0,86 €	0,00 €	16,31 €	2,00 €	1	88%	0%
2.2.a)	6,25 €	2,54 €	0,47 €	n/a	0,00 €	0,00 €	0,86 €	0,00 €	10,12 €	5,00 €	1	51%	0%
2.2.b)	8,75 €	2,54 €	0,47 €	n/a	0,00 €	0,00 €	0,86 €	0,00 €	12,82 €	7,00 €	1	44%	0%
2.2.c)	11,25 €	2,54 €	0,47 €	n/a	0,00 €	0,00 €	0,86 €	0,00 €	15,12 €	10,00 €	1	34%	0%

*Handwritten signature*



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL  
CÁLCULO DO VALOR DAS TAXAS

CAPÍTULO IV - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS, CULTURAIS, DE RECREIO E OUTRAS

Designação da taxa	Valor	Custo	Benefício
<b>Art.º 10.º - A - Campos de futebol sob gestão do município</b>			
<b>1 - Utilização diurna: (De 1 de outubro a 31 de março até às 17:00 horas e de 1 de abril a 30 de setembro até às 20 horas)</b>			
<b>a) Clubes, Coletividades e Associações sediadas no concelho:</b>			
i) Escalões Etários de Formação (Escolas, Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores) - por hora	7,50 €	259,43 €	1
ii) Outros Escalões Etários (Seniores e Veteranos) – por hora	10,00 €	259,43 €	1
<b>b) Outros utilizadores residentes no concelho</b>			
i) Campo de Futebol de 7 - por hora	15,00 €	259,43 €	1
ii) Campo de Futebol de 11 – por hora	20,00 €	259,43 €	1
<b>c) Outros utilizadores não residentes no concelho</b>			
i) Campo de Futebol de 7 - por hora	30,00 €	259,43 €	1
ii) Campo de Futebol de 11 – por hora	60,00 €	259,43 €	1
<b>2 - Utilização noturna: (De 1 de outubro a 31 de março depois das 17:00 horas e de 1 de abril a 30 de setembro depois das 20 horas)</b>			
<b>a) Clubes, Coletividades e Associações sediadas no concelho:</b>			
i) Escalões Etários de Formação (Escolas, Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores) - por hora	7,50 €	263,27 €	1
ii) Outros Escalões Etários (Seniores e Veteranos) – por hora	10,00 €	263,27 €	1
<b>b) Outros utilizadores residentes no concelho:</b>			
i) Campo de Futebol de 7 - por hora	25,00 €	263,27 €	1
ii) Campo de Futebol de 11 – por hora	35,00 €	263,27 €	1
<b>c) Outros utilizadores não residentes no concelho:</b>			
i) Campo de Futebol de 7 - por hora	45,00 €	263,27 €	1
ii) Campo de Futebol de 11 – por hora	75,00 €	263,27 €	1
<b>Art.º 16.º Centro de Arte Contemporânea</b>			
<b>2 - Oficinas e Workshops de prática artística</b>			
<b>2.1 - Oficinas para crianças entre 6 e 12 anos</b>	2,00 €	16,31 €	1
<b>2.2 - Oficinas e Workshops</b>			
a) Escalão A	5,00 €	10,12 €	1
b) Escalão B	7,00 €	12,62 €	1
c) Escalão C	10,00 €	15,12 €	1

----- **Presidente da Mesa** - Pedidos de esclarecimento? Intervenções sobre esta matéria? .....

----- Bom, está-me ali a dar indicação o Sr. Deputado Luís Pires, do PS, que no conjunto de documentos sobre este tema, no final existe um quadro que está repetido. Esse quadro está repetido, mas nessa folha falta, de facto, uma folha. Não sei se os Srs. Deputados, no que diz respeito a este tema, tem na penúltima folha o cálculo do valor das taxas, que é o que tens nos teus documentos, Luís Pires, e depois existe uma outra grelha que indica o valor das taxas a integrar na tabela de taxas e outras receitas municipais, com a designação da taxa, o valor, o custo e benefício.....

----- O Sr. Deputado Guedes de Almeida quer um esclarecimento sobre isto, correto? O Sr. Deputado Guedes de Almeida estava talvez desatento quando eu fiz a chamada para os pedidos de esclarecimento, inclusive para as intervenções, pois, mas neste momento você tem que estar atento às indicações da Mesa, mas não podemos prejudicar a sua consciência para o ato de votação que vai tomar o lugar, de seguida, pelo que solicito que venha formular o pedido de esclarecimento que pretende, para ficar perfeitamente elucidado. ....

----- **António Almeida** – Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas de facto fui confrontado com este documento que cujo título - fundamentação Económica/Financeira do valor das taxas referentes à utilização dos campos de futebol sob gestão do município e à realização de oficinas e workshops de prática artística no centro de arte contemporânea - é um tema novo acho que mereceria, tem dignidade para, e vão-se aplicar taxas, pergunto - o desportivo vai começar a pagar taxas? Quem pratica desportos, clubes de futebol, associações, os particulares, vão começar a pagar taxas pela utilização do campo de futebol? Não sei se o desportivo sempre pagou, já fui dirigente do desportivo, não pagava. ....

----- E depois a formula aplicável, quais são os índices de incidência, por exemplo benefício auferido pelo particular? Como é que isto é quantificável para aplicar na fórmula - custo social suportado pelo Município - Estes valores são aleatórios, estão pré fixados, são fixados pela AM, por algum órgão competente, porque no fundo a AM está aqui a retificar a aplicação de uma taxa que não vem devidamente especificada de acordo com a lei, trás aqui, em abstrato: custo total, parte do benéfico auferido pelo particular, custo social suportado pelo Município, desincentivo à prática de certos atos e operações. Quer dizer, isto tem que ter um significado, isto tem que ser um conceito não indeterminado, mas determinado, para saber sobre o que vai incidir, porque depois não podemos ser responsabilizados, a AM a dizer que aprovou a aplicação de taxas, não sabemos de que montante, podem ser elevadas e levar a que não sejam utilizados estes espaços. Portanto acho que deveria haver uma explicação melhor sobre estas formulas, quais são estes custos, sobre o que vai incidir, se já estão calculados pela Câmara, se ainda vão calcular agora, se, se refere àquilo quanto custou na altura, se àquilo que custa agora, a

preservação, há aqui muita coisa que é preciso definir porque nós estamos a aplicar uma taxa, isto é, em termos diretos estamos a entrar nos bolsos dos munícipes. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Queria perguntar ao Sr. Presidente se quer fazer um esclarecimento sobre esta matéria, ao pedido de resposta? .....

----- **Presidente da Câmara** – O mapa de cálculo dos valores das taxas a aplicar de acordo com cada um dos equipamentos estão devidamente referenciados, há a tabela de taxas e licenças existente, está feito o cálculo final envolvendo vários fatores de custo, diretos e indiretos, está definido aquele que será o custo social a suportar pelo Município, e está o valor da taxa a praticar. A estruturação do cálculo está feita corretamente sobre o ponto de vista económico/ financeiro e o incentivo social a suportar pelo Município também está corretamente definido, qualquer redução ou isenção de taxa tem que remeter para o regulamento de tabela de taxas e licenças, aprovado pela AM, onde está devidamente enquadrada qualquer iniciativa da Câmara Municipal sujeita àquilo que é o regulamento aprovado pela AM. Não haverá, nem se pode imaginar qualquer arbitrariedade numa decisão da aplicação de taxas. Elas estão devidamente calculadas, aquilo que é o custo para o Município com todos fatores de custo envolvidos, está o incentivo, ou benefício, ou custo social, neste caso, a suportar pelo Município, aqui é um incentivo não é um desincentivo, um desincentivo podia corresponder, a uma situação de agravamento do valor a pagar pelo munícipe, face ao custo real. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, agora sim vamos proceder há votação. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM QUATRO CONTRA, DOZE ABSTENÇÕES E CINQUENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESSENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Guedes de Almeida tem a palavra para a sua declaração de voto. ....

----- **António Almeida** – O voto contra foi no sentido de que esta AM aprovou mais a aplicação de uma taxa, e a aplicação de uma taxa que é nova, aliás não sei se é a primeira vez ou não, eu acho que é a primeira vez que é aprovada uma taxa desta natureza por esta Assembleia, e, quanto a mim, e já na perspetiva jurídica eu acho que para ser a primeira vez e, salvo melhor outra opinião, que enferme de alguma, vou-lhe chamar mesmo de ilegalidade, porque não consta desta aplicação destes números que são frios, são abstratos, porque não obriga à fundamentação económica/financeira em que se suportaram, isto é, a Câmara explicar à Assembleia de onde é que retirou estes números, que aprecem aqui estes índices - o custo social suportado pelo Município - resulta de que? De que resultou este

número? A lei obriga, sob pena de nulidade, a que os atos administrativos tenham a fundamentação expressa, isto é, pode aplicar-se, mas tem que dizer - este número deriva deste cálculo. Eu não duvido que esteja mal feito, só que aqui não são apresentados, eu acredito perfeitamente que o Executivo e serviços financeiros/administrativos foram buscar este número a qualquer sítio, agora a Assembleia já que o aprova e retifica tem que ter conhecimento onde é teceram estes números, e neste momento não nos foi apresentado isso. E sob esta reserva de, no meu parecer, existir ilegalidade na apresentação desta proposta, por falta de fundamentação nos índices que nos propõem, eu, em nome do partido que represento, voto contra. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Passamos para o ponto seguinte. ....

#### **PONTO 4.4.5 - CEDÊNCIA DE TERRENO, EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, DESTINADO À PRÁTICA DESPORTIVA; .....**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“ I – CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Abril do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

#### **“CEDÊNCIA DE TERRENO, EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, AO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA, DESTINADO À PRÁTICA DESPORTIVA**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve:

##### **1- Antecedentes do Processo**

##### **1.1. Acordos realizados**

Entre a Direção Regional de Educação do Norte (DREN), a Câmara Municipal de Bragança (CMB) e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) foi celebrado um Protocolo de Colaboração, publicado em

Diário da República, no dia 21 de setembro de 1990, relativo à substituição das instalações da Escola Preparatória Augusto Moreno C+S, nos termos do qual a Câmara Municipal de Bragança cedia terreno para uma nova construção e participava em 30% as obras em causa, recebendo a Câmara Municipal de Bragança como contrapartida o edifício da Escola Preparatória Augusto Moreno C+S. Este protocolo foi considerado nulo e de nenhum efeito pelas partes.

A 24 de Abril de 1995, foi assinado um novo Protocolo de Colaboração entre a Direção Regional de Educação do Norte (DREN), o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e a Câmara Municipal de Bragança (CMB) que estabelecia:

*“2 – À DREN compete:*

*2.1 – Receber do Instituto Politécnico de Bragança o edifício e logradouro onde funciona a Escola Superior de Educação de Bragança (ESE);*

*2.2- Mandar elaborar o projeto de adaptação destas instalações para instalar a Escola B 2.3 Augusto Moreno;*

*2.3 – Proceder ao lançamento das obras de adaptação, como dona da obra, e custear 70% do custo total das mesmas;*

*2.4 – Pagar ao Instituto Politécnico de Bragança 400 000 contos, sendo o pagamento escalonado em partes iguais pelos anos de 1995 e 1996;*

*2.5 – Transferir a propriedade das atuais instalações da Escola Augusto Moreno para a Câmara Municipal de Bragança logo que esteja concluída a transferência das instalações;*

*2.6 – Receber do Instituto Politécnico de Bragança o edifício que ele ocupa na Rua 1.ª de Dezembro, em Bragança, no estado em que se encontra, para eventual instalação dos serviços distritais do Ministério da Educação.*

*3 – À Câmara Municipal de Bragança compete:*

*3.1 – Custear 30% das obras de adaptação do edifício da ESE para a instalação definitiva da Escola 2.3 Augusto Moreno;*

*3.2 – Proceder ao pagamento direto aos adjudicatários das empreitadas concursadas pela DREN para o efeito, em conformidade com os autos de medição elaborados pela fiscalização das obras;*

*3.3 – Receber o edifício das atuais instalações da Escola Augusto Moreno no estado em que se encontra;*

3.4 – *Ceder a título gracioso e definitivo, para ser integrado no património do Estado, afeto ao Instituto Politécnico de Bragança, o terreno necessário à construção do novo edifício, integrado no campus, a que as partes atribuem o valor de 120 000 000\$00.*

4 – *Ao Instituto Politécnico de Bragança compete:*

4.1 – *Ceder ao Ministério da Educação (DREN) os dois edifícios referidos nos n.ºs 2.1 e 2.6;*

4.2 – *Receber da DREN a quantia de 400 000 contos, escalonada em partes iguais, durante os anos de 1995 e 1996;*

4.3 – *Receber a título gracioso, da Câmara Municipal de Bragança, o terreno referido no n.º 3.4;*

5 – (...)

6 – *A eficácia deste protocolo fica sujeita à aprovação do Ministério das Finanças, uma vez que implica uma permuta de bens do Estado e da Câmara Municipal de Bragança.”*

### **1.2. Eficácia dos acordos**

Muito embora tenham sido celebrados acordos de colaboração entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal de Bragança, relativamente à cedência, a esta autarquia, do edifício da Escola Augusto Moreno, a Direção Geral do Património não reconheceu a eficácia dos mesmos: “ *Após a conclusão da obra, o edifício onde atualmente funciona a Escola Preparatória Augusto Moreno será cedida ao Município de Bragança*”, conforme Diário da República, de 21 de setembro de 1990. Tal acordo não define as condições da cessão, isto é, não especifica se a cessão se opera a título definitivo ou a título precário, onerosa ou não onerosa, nem dos seus termos se pode concluir que a propriedade passa a ser do Município, ou seja, a Escola é património do Estado, antes e depois do acordo, uma vez que este mais não é do que um mero documento de intenções.

Razão por que neste Protocolo, assinado em 24 de abril de 1995 e publicado no Diário da República de 17 de abril de 1995, o Senhor Secretário de Estado da Educação e do Desporto, fez constar no seu n.º 6.º que “ *A eficácia deste protocolo fica sujeita à aprovação do Ministério das Finanças.*”.

Este Protocolo de Colaboração, à semelhança do Acordo de Colaboração, não mereceu a aprovação do Ministério das Finanças, por manifesta discordância relativamente à forma e conteúdos dos mesmos, não possuindo portanto qualquer exequibilidade, só sendo exequível após acordo com a Direção Geral do Património.

### **1.3. Cessão a título precário, ao Município de Bragança da “Escola Augusto Moreno”**

No dia 22 de Abril de 1998 a Direção Geral do Património, não reconhecendo a eficácia dos acordos, fez cessão a título precário ao Município de Bragança de um imóvel denominado “Escola Augusto Moreno” em Bragança, inscrito na matriz predial da freguesia da Sé sob o artigo n.º 483 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 435, registado a favor do Estado pela inscrição F-1, por um período de 75 anos, improrrogáveis, destinado a fins culturais e recreativos, não podendo ao imóvel ser conferido outra finalidade. O edifício em ruína foi recuperado, e, aí se instalou, a Biblioteca Municipal, a Biblioteca Adriano Moreira, o Conservatório de Música e o Espaço Memória da Cidade, conjunto designado por Centro Cultural Adriano Moreira.

#### **1.4. Aquisição de prédio rústico à Santa Casa Misericórdia de Bragança**

O Município de Bragança é titular de um prédio rústico, integrado no domínio privado municipal, adquirido à Santa Casa da Misericórdia de Bragança, através de escritura pública realizada no dia 27 de Abril de 1997, pelo valor global de 140.000.000\$00 (698 317,06€), pago entre 26 de Abril de 1998 e 22 de Abril de 1998, com a área retificada de 127.890 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial rústica, da freguesia de Samil, sob o artigo n.º 2770 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança, sob o n.º 435 daquela freguesia, com o valor patrimonial atual de 698.317,06€.

#### **2. Proposta de Cedência, em Regime de Direito de Superfície, de Prédio Rústico ao Instituto Politécnico de Bragança**

Considerando os antecedentes descritos e após a regularização da aquisição do imóvel à Santa Casa da Misericórdia de Bragança, a Câmara Municipal de Bragança, autorizou o Instituto Politécnico de Bragança a utilizar o terreno para a construção de um Complexo Desportivo, importando, agora, proceder à regularização da cedência do mesmo, em regime de direito de superfície, nos seguintes termos:

Considerando que a constituição do direito de superfície sobre o imóvel, a favor do IPB, para construção do respetivo Complexo Desportivo, reveste utilidade pública municipal, propõe-se à Câmara Municipal, a aprovação do pedido de autorização para a celebração com o Instituto Politécnico de Bragança, de um contrato de constituição de direito de superfície sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 516 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Samil sob o artigo n.º 2770, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 e do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos do previsto na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Abril, bem como submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, subordinado ao seguinte clausulado:

**PRIMEIRO OUTORGANTE:** Município de Bragança, pessoa coletiva de direito público número 506 215 547, com sede no Forte S. João de Deus, em Bragança, representado no ato pelo Sr. Eng.º António Jorge Nunes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Bragança, conforme poderes que lhe foram conferidos por Lei.

**SEGUNDO OUTORGANTE:** Instituto Politécnico de Bragança, pessoa coletiva de direito público número 600 013 758, com sede no Campus de Santa Apolónia, em Bragança, representado no ato pelo Sr. Professor Doutor João Sobrinho Teixeira, conforme poderes que lhe foram conferidos por Lei.

#### **Cláusula Primeira**

1. **O PRIMEIRO OUTORGANTE** é dono e legítimo possuidor de um prédio rústico, com a área de 127 890 m<sup>2</sup>, sito nas Cantarias (Zona da Malhada), concelho de Bragança, descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 435, da freguesia de Samil, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo n.º 2770, com o valor patrimonial de 698.317,06€, adiante designado por IMÓVEL.

2. **O PRIMEIRO OUTORGANTE** constitui sobre o Imóvel descrito no número anterior a favor do SEGUNDO OUTORGANTE, um direito de superfície, o qual tem por objeto a construção e manutenção de um campo com relva natural, pistas de atletismo e bancada e de um campo de relva sintética, já construídos e a construção e manutenção das demais obras e instalações previstas para o Complexo Desportivo do IPB, designadamente, um campo de ténis, um pavilhão desportivo, uma piscina coberta, um edifício de apoio à pista de atletismo, tudo conforme Memória Descritiva e Planta de Terreno que se anexam ao presente contrato.

3. O direito de superfície abrange a restante área do solo do prédio identificado no número 1, a qual pode ser objeto de arborização e pavimentação.

#### **Cláusula Segunda**

O direito de superfície é constituído a título gracioso, pelo prazo de 50 anos, prorrogável por períodos de 25 anos, na falta de acordo em contrário, salvo se o superficiário expressamente renunciar à prorrogação.

#### **Cláusula Terceira**

A extinção do direito de superfície por decorrência do prazo não confere direito a qualquer indemnização.

#### **Cláusula Quarta**

1. A não conclusão, no prazo de dez anos, de qualquer das obras do Complexo Desportivo determina a redução do direito de superfície às construções a essa data concluídas e ao solo que tenha utilidade para o respetivo uso.

2. O mesmo é aplicável se destruída qualquer das obras o superficiário não a reconstruir no prazo de dez anos a contar da destruição.

#### **Cláusula Quinta**

A transmissão do direito de superfície que não decorra diretamente da Lei fica sujeita a autorização do Município de Bragança.

#### **Cláusula Sexta**

O direito de superfície extingue-se, para além dos casos expressamente previstos na Lei e salvo o disposto na cláusula quarta, em caso de extinção do superficiário sem transferência das suas atribuições ou competências para outra entidade ou serviço.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a constituição do direito de superfície sobre o prédio rústico, com a área de 127 890 m<sup>2</sup>, sito nas Cantarias (Zona da Malhada), concelho de Bragança, descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 435, da freguesia de Samil, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo n.º 2770, a favor do Instituto Politécnico de Bragança, para construção do Complexo Desportivo, que reveste utilidade pública municipal, bem como, aprovar, o clausulado do respetivo contrato de constituição de direito de superfície.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a referida proposta à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 e do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos do previsto na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Abril.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de Abril de 2012

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

## **“II – COMPLEXO DESPORTIVO DO IPB – MEMÓRIA DESCRITIVA**

# COMPLEXO DESPORTIVO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

17/11/12

## MEMÓRIA DESCRITIVA

### 1. Introdução

O terreno é atravessado por uma linha de água que drena uma bacia com cerca de 1 Km<sup>2</sup> e apresenta um relevo movimentado, com encostas de pendentes acentuadas.

Este complexo desportivo impôs uma profunda alteração da estrutura da paisagem através de uma modelação ousada, guiada por exigências funcionais e objectivas mas resolvida segundo critérios e opções que têm a ver com a concepção estética da paisagem.

A forma como o terreno é cortado e armado na encosta, a compartimentação dos socalcos e a composição arquitectónica dos espaços através dos muros de suporte procuram afirmar o desenho de uma ideia que cria um sítio radicalmente diferente do espaço rural de que se partiu. Mas este gesto não deixa de reter da paisagem rural o enunciado cénico da parte superior da encosta que está ocupada com um belo souto de castanheiros.

A localização do complexo desportivo do Instituto Politécnico de Bragança neste local foi decidida no âmbito do Plano de Ordenamento do Campus. É composto por extensas superfícies planas para a implantação dos campos de futebol, das pistas de atletismo e dos campos de ténis, já executadas, para pavilhão desportivo e piscina coberta a executar futuramente.

As plataformas para implantação dos equipamentos desportivos mencionados, têm uma parte da sua superfície em terreno firme resultante de escavações e outra parte resultante de aterros.

Na envolvência do estádio e dos campos são previstos a plantação de maciços arbóreos de grande porte enfatizando a "florestação" da encosta a Nascente, de algum modo retém e desenvolve o imaginário e a memória de uma beleza natural que está associada ao sítio. A contenção dos campos dentro de clareiras arbóreas e a compartimentação obtida com os muros e bancadas asseguram uma clara definição arquitectónica e paisagística do complexo desportivo.

### 2. Sobre a modelação e os muros

A armação das plataformas com muros de suporte permite um aproveitamento otimizado e estável do espaço e imprime um carácter arquitectónico ao sítio.

O corte na encosta, estabilizado em pequenos socalcos revestidos com vegetação, cria um campo de enquadramento do estádio a Nascente que resultará muito bem com o revestimento vegetal proposto.

### **3. Sobre a drenagem**

O escoamento da linha de água, é garantida pela existência de uma levada construída a nascente e na delimitação dos campos de jogos com secção rectangular.

Nas zonas pavimentadas ou a pavimentar a drenagem será garantida pela instalação de sumidouros de grelha, com ligação direta à linha de drenagem que segue enterrada, com desenvolvimento paralela à Av<sup>a</sup> das cantarias, em manilhas de 600 mm.

### **4. Pavimentações**

As superfícies exteriores com o uso múltiplo de percursos de peões e estacionamento encontram-se revestidas com uma camada de tout-venant compacto e serão pavimentadas em cubos de granito.

Os caminhos com pendentes superiores a 2,5% serão também pavimentados a cubos de granito.

### **5. Pista de atletismo e Campo de Futebol Relvado**

As pistas de atletismo constituídas por oito corredores com piso desportivo em acabamento sintético composto por grânulos de borracha e camada de desgaste em grânulos de EPDM envolvido em resinas poliuretánicas, contando com as meias luas nas cabeceiras e laterais, estão calculadas e preparadas para corridas de obstáculos, obstáculos com vala de água, corridas de 100 m, estafetas, salto em altura, salto em altura com vara, salto em comprimento, lançamento do disco, lançamento do dardo, lançamento do martelo.

O campo de futebol de 11, delimitado pelas pistas de atletismo é constituído em relvado natural e dotado de rede de rega por aspersores alimentados por bombagem e rede de drenagem.

A alimentação da rega é garantida pela existência de uma cisterna enterrada, localizada no topo sul das pistas de atletismo, com capacidade para 50 m<sup>3</sup>, em betão armado, onde também é localizado o grupo de bombagem.

A referida cisterna é localizada no ponto de confluência de três drenos enterrados que canalizam a água das nascentes subterrâneas do local.

### **6. Campo de Futebol em Relvado Sintético**

Campo de futebol em relva sintética, equipado com sistema de rega garantida por 6 canhões controlados por meio de electroválvulas, com ligação direta ao grupo de bombagem, e drenagem.

*Handwritten signature*

Este campo desportivo está preparado para a prática de futebol de 11 e futebol de 7 dispondo de dois campos para a ultima modalidade.

Este espaço desportivo dispõe de iluminação para o jogo garantida por 4 torres com 20 m, cada uma equipada com 3 conjuntos de projetores.

## **7. Outros Equipamentos Previstos no espaço**

É ainda previsto, conforme representado em planta, a construção futura de três edifícios e outro espaço desportivo:

7.1 – Pavilhão desportivo;

7.2 – Piscina coberta;

7.3 – Campos de ténis

7.4 – Edifício para instalações de apoio à pista de atletismo

Edifício estudado ao nível do estudo prévio, destinado ao apoio das pistas de atletismo e campo de futebol, desenvolvido com base na informação recolhida no Instituto do Desporto e no respeito por todas as normas e legislação em vigor de modo a garantir a aprovação e homologação das mesmas instalações e o seu funcionamento pelas entidades competentes no âmbito das actividades desportivas a nível nacional e internacional.

O edifício tem uma área de implantação de 2 441,80 m<sup>2</sup>, área bruta de 2 340,70 m<sup>2</sup> distribuída por dois pisos, e uma área exterior coberta de 1 638,50 m<sup>2</sup>.

Descrição geral dos espaços:

- Vestiários, balneários, gabinetes e anexos para atletas e técnicos;
- Instalações desportivas complementares;
- Áreas para espectadores: tribuna para o público; instalações sanitárias; cafetaria e bar; sala de estar; sala polivalente;
- Áreas para comunicação social: sala de reuniões e entrevistas; sala de redacção; régie; plataforma de filmagem; instalações sanitárias; estúdios TV; fotógrafos;
- Instalações de serviço gerais: portaria; instalações de porteiro; administração; bilheteira; serviços de segurança; instalações sanitárias.
- Instalações técnicas: central de comunicações; arrecadações de equipamentos e produtos para manutenção;
- Serviços auxiliares: lavandaria; arrecadações para produtos de limpeza e equipamentos desportivos;
- Circulações.

## **8. Material vegetal Geral**

São definidos 2 tipos de espaços para plantações e sementeiras:

- a) Arborização de zonas pavimentadas com espécies de grande porte, plantadas em caldeiras de nível. As espécies escolhidas são as Tílias e *Quercus*.
- b) Revestimento da encosta compartimentada em 4 zonas:
  - a orla superior e periférica do complexo é revestida com espécies de folha persistente com coloração verde escura;
  - a meia encosta é preenchida com um coberto dominado pelos carvalhos de folha caduca;
  - no local onde existe um soute de castanheiros propõe-se melhorar o povoamento;
  - socalcos de escarpa resultante da escavação para a abertura de plataforma do estádio. A vegetação tem aqui uma dupla função: composição paisagística e estabilização física do solo, evitando fenómenos erosivos e desmoronamentos.

No revestimento da encosta, em todas as suas zonas, desenvolvem-se os estratos arbóreo, arbustivo e herbáceo fomentando um ecossistema florestal que entre em auto-regeneração.

## **9. Rega**

Para além da rega do campo de futebol relvado, é assegurada a rega das zonas arborizadas, o que convém nos períodos de maior deficit hídrico no solo.

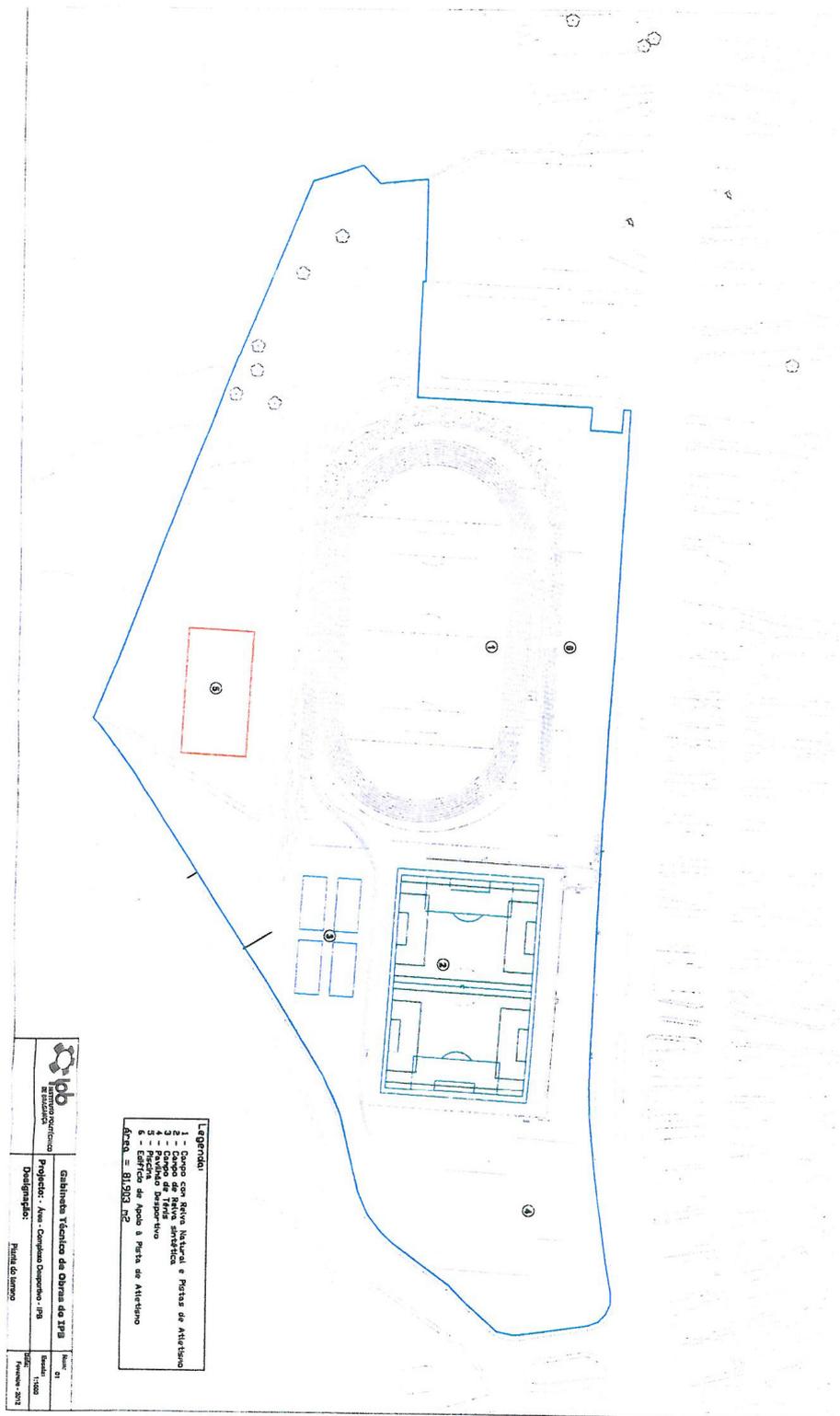
Para isso faz-se uma distribuição de bocas de rega semi-automáticas localizadas em sítios estratégicos.

A alimentação da rede pode ser feita a partir da cistema existente.

Será instalada uma central de pressurização, para abastecimento de água sob pressão.

## **10. Iluminação Geral**

O projeto assegura a viabilidade técnica para a instalação de iluminação para a segurança da circulação dos utentes.



- Legenda**
- 1 - Campo com Área Natural e Pistas de Atletismo
  - 2 - Complexo de Apoio Administrativo
  - 3 - Pavilhão Desportivo
  - 4 - Edifício de Apoio à Pista de Atletismo
  - 5 - Edifício de Apoio à Pista de Atletismo
  - 6 - Edifício de Apoio à Pista de Atletismo
- Área = 81.903 m<sup>2</sup>

 Município de Bragança	Gabinete Técnico de Obras de 3ºª	Escala: 1:500
	Projeto: Ave - Complexo Desportivo - IPI	Data: 2011
Designação:	Folha do Plano	Data: 2011

----- **Presidente da Mesa** - Intervenções da Câmara? Serão aguardadas depois dos pedidos de esclarecimento.....

----- Pedidos de esclarecimento? .....

----- Intervenções? Leonel Fernandes, da CDU, e Pedro Fernandes, do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Leonel Fernandes, da CDU. ....

----- **Leonel Fernandes** – Mais uma vez, boa tarde. Desculpem lá, que hoje estou a tornar-me chato, mas é uma questão muito simples. A CDU decidiu votar favoravelmente a cedência de terreno ao IPB porque está convicta que é com Instituições deste calibre que se pode ajudar e desenvolver o Nordeste Trasmontano rumo a um desenvolvimento. A CDU considera que o Instituto Politécnico de Bragança é uma instituição pública da maior relevância não só para o Concelho de Bragança, ou para o Distrito, mas também para toda uma Região, pelo que nos merece todo o apoio para que se possa afirmar e fortalecer, nesse sentido o nosso voto favorável. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado da CDU. ....

----- Tem a palavra, Pedro Fernandes, do PSD. ....

----- **Pedro Fernandes – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Sr. Presidente da AM, Sra. e Sr. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador, Sras. e Sr. Membros da AM, minhas Sras. e meus Srs. ....

----- Como já foi referido nesta sessão, pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Lopes, e Dr. Luis Pires, um dos motores mais importantes da economia da nossa região é, sem qualquer dúvida, o Instituto Politécnico de Bragança!

----- Esta Instituição de ensino, cujo trabalho é reconhecido nacional e internacionalmente, através dos seus corpos docente e discente, sendo este último formado por mais de 7 mil jovens, é dos maiores investidores da região no setor imobiliário, no setor da hotelaria e restauração, transportes, diversão, prestação de serviços entre outros setores económicos.....

----- Exemplo evidente disso será o dia de amanhã em que a cidade de Bragança receberá, mais uma vez, milhares de familiares e amigos de alunos para celebrarem o fim do seu percurso académico, integrado na Semana Académica de Bragança, organizada pela AAIPB( Associação Académica do Instituto Politécnico de Bragança) a maior associação juvenil de Trás os Montes e Alto Douro, envolvendo um orçamento que ultrapassa já os 200 000 Euros.....

----- Quando se criticam os decisores regionais de falta de ideias para ativar a economia, o PSD, enquanto responsável pela governação do nosso concelho, vem mais uma vez a este claustro apresentar mais uma proposta para apoiar a economia local, a par com o “Brigantia EcoPark” que apoiará a criação de empresas com reflexos na criação de empregos e na empregabilidade da “massa crítica” do IPB, já

hoje referenciada inúmeras vezes, o projeto “DOMUS UNIVERSITÁRIA” ajudará a redinamizar a zona histórica, que tantas vezes nos acusam de termos abandonado, entre outros exemplos, *estes são, de facto, não as sapatilhas all star, mas as chuteiras da nike,arão deste menino, que é o Município de Bragança, um futuro Cristiano Ronaldo na economia nacional*. Acreditamos que esta cedência de terreno é bem mais que o próprio ato em si, com esta decisão, o município ajudará o IPB a garantir o acesso a infraestruturas desportivas, tanto para a organização e captação de eventos desportivos, a prática de atividades extracurriculares, como para a consolidação da afirmação nacional e internacional do IPB. ....

----- Minhas Sras, Meus Srs,.....

----- Ao aprovarmos, hoje aqui, esta proposta, a Assembleia Municipal de Bragança dará um sinal claro que o Município de Bragança, e ao contrário dos outros, apoia sem reservas o Instituto Politécnico de Bragança para assegurar a qualidade de ensino e manter e captar novos alunos, pois esta oferta de infraestruturas, tanto a já existente, como a prevista, será certamente, uma mais-valia aquando da decisão dos candidatos ao ensino superior, como se tem vindo a verificar nos últimos anos” .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Finalizadas as intervenções, pela parte da Câmara Municipal não registo intenção de fazer uma intervenção sobre esta matéria, pomos já à votação a cedência desta parcela de terreno. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não há Declarações de voto, passamos ao tema seguinte. ....

----- **PONTO 4.4.6 - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA;**.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“I - CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de março do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente,

António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e José Leonel Branco Afonso, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRADA**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica que a seguir se transcreve:

Considerando que o Plano Plurianual de Investimento de 2010 do Município de Bragança, prevê a aprovação e execução do projeto de expansão da *Zona Industrial das Cantarias*, em área classificada como “*Zona de Expansão Industrial*”, conforme delimitação constante da *Planta de Zonalmente do Plano de Urbanização de Bragança*, publicado no D.R., 2.ª série – n.º 39, de 25 de fevereiro de 2009 (Aviso n.º 4407/2009);

Considerando que a expansão da *Zona Industrial das Cantarias*, da iniciativa e responsabilidade do Município, se destina a dar execução ao Plano de Urbanização de Bragança em vigor, revestindo interesse público municipal, enquanto fator de promoção de investimento e criação de emprego a nível local;

Considerado que a expansão da *Zona Industrial das Cantarias* constitui fundamento legítimo de declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas de terreno necessárias à respetiva implementação, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 artigo 2.º da Lei do Solos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro e no n.º 1 do artigo 128.º do RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro;

Considerando que, com base neste enquadramento, a Câmara Municipal de Bragança, no exercício da competência conferida pela alínea c) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovou, em reunião ordinária de 09 de janeiro de 2012, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Código de Expropriações, a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação, para expansão da *Zona Industrial das Cantarias*, do prédio rústico, inscrito na matriz predial respetiva da Freguesia de Gostei sob o artigo n.º 1018, com a área de 8 258 m<sup>2</sup>, da titularidade da munícipe, Jacinta do Menino de Jesus Jorge;

Considerando que a proprietária do prédio, devidamente notificada da resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação do prédio e da proposta da respetiva aquisição, por via do direito privado, pelo montante de € 63 256,28, tendo por referência o valor de € 7,66 por m<sup>2</sup>, não

apresentou resposta no prazo de vinte dias conferido no n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações;

Considerando que a falta de resposta da proprietária, no prazo legalmente estipulado, confere à Câmara Municipal a faculdade de apresentar ao órgão competente para o efeito, o requerimento para declaração de utilidade pública da expropriação do prédio em referência, notificando desse facto a proprietária;

Considerado que o início dos trabalhos necessários à execução do projeto de obras de Expansão da Zona Industrial está previsto para o mês de junho do presente ano, tornando-se indispensável para o seu início imediato e ou prossecução ininterrupta, a autorização de posse administrativa do prédio, a conceder pelo órgão competente no próprio ato de declaração de utilidade pública, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 19.º do Código das Expropriações;

Considerando, finalmente que é da competência da Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública e concessão de autorização de posse administrativa do prédio em referência, ao abrigo do disposto nos artigos 14.º, n.º 2 e 19.º n.º 1 do Código das Expropriações;

**Nestes termos propõe-se à Câmara Municipal:**

Que ao abrigo da alínea c) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 14.º, n.º 2 e 19.º n.º 1 do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 56/2008, de 04 de setembro, a Câmara Municipal de Bragança, delibere, requerer junto da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública da expropriação e concessão de autorização de posse administrativa do prédio rústico, inscrito na matriz predial respetiva da Freguesia de Gostei sob o artigo n.º 1018, com a área de 8 258 m<sup>2</sup>, da propriedade da munícipe, Jacinta do Menino de Jesus Jorge.

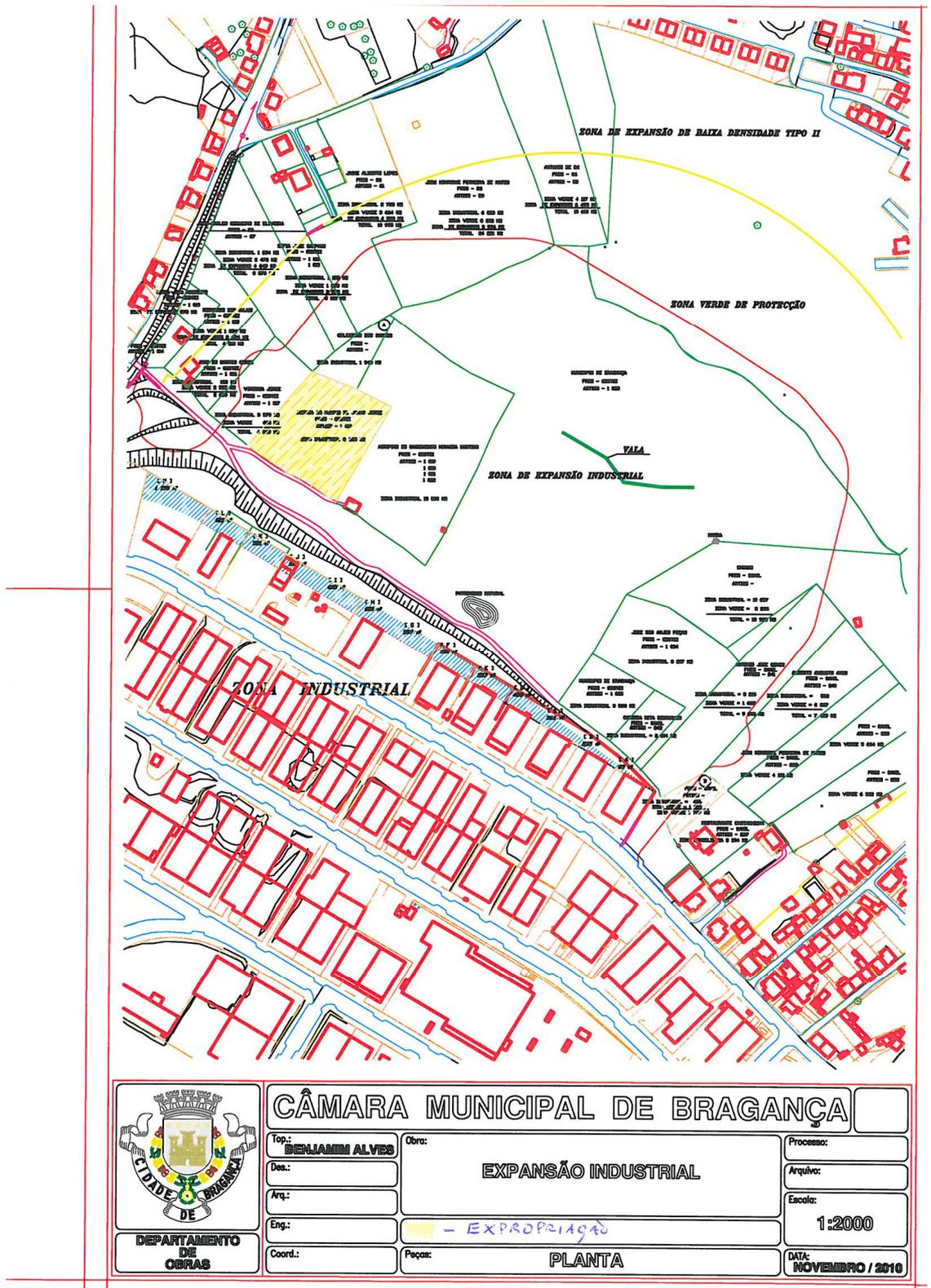
Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, requerer junto da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública da expropriação e concessão de autorização de posse administrativa do referido prédio rústico, nos termos da alínea c) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 14.º, n.º 2 e 19.º n.º 1 do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 56/2008, de 04 de setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 11 de abril de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

## **II – PLANTA DE LOCALIZAÇÃO**



 <b>DEPARTAMENTO DE OBRAS</b>	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA</b>		
	Top.: <b>BENJAMIM ALVES</b>	Obra:	Processo:
	Desa.:	<b>EXPANSÃO INDUSTRIAL</b>	Arquivo:
	Eng.:	<b>- EXPROPRIAÇÃO</b>	Escola:
	Coord.:	Peças:	<b>1:2000</b>
		DATA:	<b>NOVEMBRO / 2010</b>
			<b>PLANTA</b>

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Presidente da Câmara pretende responder no devido momento. ....

----- Pedidos de esclarecimento? Regista a Mesa um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado do CDS/PP, Dr. Guedes de Almeida. Não registamos mais nenhuma intenção nesse sentido. Tem a palavra o Sr. deputado Guedes de Almeida.....

----- **António Almeida** – Os pedidos de esclarecimento são os seguintes: A Assembleia vai aqui aprovar um ato que é raro, um ato que é, eu chamo-lhe “arriscado”, um ato que merece a melhor cautela, um ato que pode ou vai colidir com aquilo a que se chama o direito fundamental das pessoas, o direito à propriedade privada. É raro acontecer, aquilo a que se chama “Expropriação”, no fundo é expropriar alguém de um bem que lhe pertence. ....

----- O que eu pergunto, ao Sr. Presidente, é isto: Quais os atos que foram tomados previamente, antes de chegarmos a esta fase, perante a proprietária do terreno? .....

----- Segunda questão – Se, neste momento, está previsto, imediatamente, um investimento industrial de tal monta, que seja necessário aumentar a zona industrial das Cantarias.....

----- Terceira – Se a atual zona industrial das Cantarias está, na sua atual estrutura, se os pavilhões estão totalmente a laborar, se estão no exercício da sua atividade de acordo com aquilo para o que foram adjudicados.....

----- Quarta – Se há pavilhões que estão encerrados á espera de oportunidade para reiniciarem a atividade ou para começarem uma atividade, ou se estão fechados, mais na expectativa de serem vendidos para além daquilo que custaram, isto é um negócio imobiliário. ....

----- Quinto – Foi conhecido, consta do registo da Câmara Municipal, é da Câmara do Dr. Luís Mina, eu não quero dizer que esteja mal, pelo contrário, está bem, que efetivamente quem ficou com os terrenos tinha um x tempo para iniciar a atividade, por isso é que teve um determinado custo em função das espetativas de criação de postos de trabalho, que poderia chegar, salvo o erro, e se não ocorro em lapso, aos cem escudos por metro quadrado, se tivesse, pelo menos, nove trabalhadores, em função do número de trabalhadores que fosse previsto no projeto.....

----- O que se verifica é que efetivamente há pavilhões que foram vendidos, nem sequer iniciaram a atividade e a Câmara, na minha perspetiva, porque está desatenta, não obriga à reversão da propriedade já que a mesma não cumpriu o Regulamento Municipal pelo que foram adjudicados esses terrenos. É, de certa forma, é permissiva a que haja especulação imobiliária na zona industrial. Não se prevendo, pelo contrário, vai haver uma diminuição, e a situação económica do País leva a isso, do encerramento de empresas, porque é que agora se vai tocar na propriedade imobiliária, que são muitos metros quadrados, é uma superfície grande, de uma pessoa privada, aqui propõe sete euros e qualquer

coisa por metro, isto é, quem conhece Bragança, quem conhece o mercado industrial e comercial da atividade empresarial sabe, com toda a certeza, que durante, pelo menos, quinze anos, vinte anos, não haverá crescimento económico e implementação de empresas naquela zona, nem sequer para preencher os espaços que ainda estão disponíveis. Portanto era este o esclarecimento porque é que a Câmara deliberou trazer a esta assembleia seja declarada a utilidade pública e já a autorização da posse administrativa daquela parcela. É um ato que merece cautela, a partir daqui, porque o dono do terreno vai ter um elevado prejuízo e vamos saber a troco de quê, se efetivamente se, se justifica essa expropriação ou não justifica.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Tem a palavra o Sr. Presidente da CMB para prestar os esclarecimentos necessários. ....

----- **Presidente da Câmara** – Trata-se da autorização da declaração da utilidade pública e posse administrativa para uma pequena parcela de terreno, localizada na zona de expansão da zona industrial, conforme previsto no Plano de Urbanização. A Câmara Municipal adquiriu a totalidade das parcelas do terreno, mantendo-se ainda em negociação com o proprietário, uma parcela relativamente à qual existem divergências no que diz respeito aos limites, não coincidem com aquilo que a Câmara regista no seu cadastro. ....

----- Todas as restantes foram adquiridas mediante uma avaliação prévia feita por um perito da lista oficial dos tribunais, todos os proprietários foram contactados no sentido da negociação pela via amigável, ou via do direito privado, o que de facto ocorreu. Relativamente a esta parcela não foi possível concretizar a negociação pela via do direito privado, ou seja pela via de negociação amigável, porque se trata de uma pessoa com deficiência e há problemas de representação legal que não podiam ser superados. Portanto aquilo que se impõe é a Câmara Municipal proceder junto da Assembleia o pedido de declaração de utilidade pública e posse administrativa com o respetivo depósito da importância correspondente à avaliação, à ordem do Tribunal para quem de direito, legitimamente, no plano judicial decida quem é beneficiário desse montante e em que condições, não nos compete a nós resolver essa situação. ....

----- A pessoa não tem curador, não tem tutor, situação que obriga a Câmara Municipal a um procedimento destes, não pode entrar abusivamente numa parcela de terreno. ....

----- Já relativamente à oportunidade, o discurso do Sr. Deputado é absolutamente contraditório, o que disse de manhã, o que diz agora, é uma coisa inaceitável e completamente contraditório. ....

----- O que o Município quer fazer e aquilo que escreveu no Plano de Atividades foi preparar-se para num quadro novo de acessibilidades à Região, garantir que dispõe de solo industrial infra-estruturado,

para, face às novas acessibilidades acolher novas oportunidades de investimento que poderão surgir, considerando que a localização de Bragança sai reforçada com as acessibilidades em construção e com o acesso à alta velocidade na Puebla da Sanábria, no ano de dois mil e quinze.

----- O que se impõe é ter visão para o futuro, por isso estamos a avançar com o Parque de Ciência e Tecnologia, projeto para desenvolver nos próximos anos, lembro que o projeto inicial levou dez anos desde que iniciamos os primeiros estudos e as proferimos as primeiras declarações de interesse em avançar com um projeto deste nível e que foi evoluindo até á versão em execução, que evoluirá de forma afirmativa, num quadro de articulação com os outros Parques de Ciência e Tecnologia, com outras instituições do conhecimento a nível nacional e a nível europeu, criando a rede necessária para aqui estruturar um Centro de Inovação, um Centro de Incubação de Empresas, e o acolhimento de empresas de base tecnológica que produzam bens e serviços transacionáveis para o mercado global acrescentando valor à economia, e essa situação é um desafio para a nossa Região, assente numa visão de médio e longo prazo, e na necessária alteração de paradigma de desenvolvimento e transição para uma economia verde.. .....

----- O Parque de Ciência e Tecnologia não vai poder acolher empresas que não tenham uma base tecnológica evidente associado àquilo que é o perfil do Parque. Significa que o Município de Bragança tem que dispor de outra área infra-estruturada para acolher outras empresas necessárias na área industrial, mais ligadas ao ramo agro industrial ou a outras áreas de atividade. Necessita dispor de oferta para se poder candidatar a investimento a nível interno e externo, desde que a oportunidade surja e para isso tem que ter solo infra-estruturado. ....

----- O projeto que está executado, em termos de projeto de execução envolverá um investimento próximo dos cinco milhões de euros, excluída a parte de aquisição dos terrenos, está, como disse, praticamente ultimado, estando a decorrer a fase de avaliação ambiental, após o que tentaremos fazer uma candidatura a fundos comunitários se disponíveis. Este é o desafio que verdadeiramente temos pela frente, é olhar para a economia com uma visão de médio e longo prazo e não pelo espelho retrovisor, com uma visão contraditória com o faz o deputado Guedes de Almeida. Há uma grande diferença de pontos de vista na nossa comunidade, neste momento temos a legitimidade democrática para continuar a fazer caminho, como o temos feito, de forma positiva e reconhecida, mesmo que não seja perfeito, mas não desistimos da nossa obrigação perante as responsabilidades assumidas.. .....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Está aberto o período de intervenções sobre este tema. Dr. Guedes de Almeida tem a palavra. Mais intervenções sobre este tema? .....

----- **António Almeida** – Contraditório tem sido, de facto, os discursos do Presidente da Câmara quando fala perante esta Assembleia, perante este facto que é importante, quando fala para a Comunicação quase de mão estendida a dizer que Lisboa não dá nada. E não respondeu a questões que eu coloquei, que são importantes para justificar e fundamentar esta expropriação, esta violação do direito de propriedade dos cidadãos, para mais, o ser deficiente, deve haver mais cautela.....

----- Segundo – Toda a gente sabe que a própria Câmara em determinadas situações de alinhamento e venda de terrenos, que eu me lembre, do tempo do Eng.º José Luís Gomes Pinheiro, a cinco contos o metro, digamos a vinte e cinco euros, a Câmara propõe aqui pagar a 7, 76€ e são oito mil e tal metros. Isto chama-se o quê? Isto é negociação privada? A Câmara vende algum terreno a este preço? .....

----- Mais, para expropriar é necessário que haja expectativas fundadas, não se pode expropriar habi-eterno, uma pessoa não fica sem o seu bem, sem a sua propriedade, segundo a jurisprudência e a doutrina atual agora a mais recente do problema do território se não existir a previsão do investimento, pelo menos, e já vai no limite de dez anos, se não se prevê nada nos próximos dez, quinze anos, para haver investimento industrial porque se vai expropriar já? .....

----- E vem aqui com uma relação, eu vou considerar que o Ministério Público estará atento, se é um deficiente terá que ter a participação do Ministério Público no ato da expropriação, a proteção, a dizer que é deficiente e vem com o ato da expropriação a negociar, nunca se negocia por sete euros o metro quadrado, penso eu. ....

----- Segundo – Não há necessidade nenhuma que fundamente neste momento qualquer inspeção industrial. Eu perguntei ao Sr. Presidente se há pavilhões livres ou não há pavilhões livres, se há pavilhões que deviam ser entregues à Câmara, a Câmara devia tomar conta deles e temos disponíveis para essa tal oferta, ou não há. Não respondeu. Estão todos em atividade? Fecharam alguns nos últimos tempos? Isto é, não há qualquer fundamentação, isto é um ato, eu duvido que o PSD participe nisto sozinho, isto só acontece no Alentejo, agora começa a acontecer no Nordeste Transmontano. O interesse justifica-se efetivamente que essas pessoas não privem o interesse público de ter que ceder os seus bens, isto é, não tentem aproveitar-se de uma determinada situação para enriquecerem, e é para isso que existe o interesse público. Agora, o interesse público aqui está salvaguardado? Está devidamente fundamentado? Vão-se buscar aqui x metros quando as outras pessoas ou quando chega uma Câmara, vão expropriar, ou chega ao Estado, aliás há aqui exemplos em que o Estado toma conta de terrenos ao preço que quer e depois o cidadão privado não tem sequer meios de recurso para se opor aos poderes políticos, mas a lei salvaguarda este equilíbrio, salvaguarda direitos, também salvaguarda que há os direitos a defender, quer dizer, há que haver um justo equilíbrio. E neste caso

concreto da expropriação e da posse administrativa tem que haver efetivamente uma fundamentação clara. Quer dizer – vão preparar o futuro - para quantos anos? Para cinquenta anos! A atual situação económica prevê isso? O Sr. Presidente diz à Comunicação Social – vamos ligar à Puebla – Então já acabou o TGV de Bragança, acabou a linha do comboio e nos estamos à espera do TGV da Puebla! Para irmos aonde? Tomar banho ao Lago? .....

----- De maneira que esta é que é a incoerência, e a incoerência é o Eco Parque. O Eco Parque para quê? Nós daqui a cinco, seis anos, estaremos cá para ver fechar certos serviços, espaços vazios, como alguém diz, para as pessoas passearem e não se fazer lá nada, serve é de aproveitamento para ir buscar alguns fundos comunitários mas depois utilidade para as pessoas não tem nenhuma.....

----- Mas este caso aqui é mais grave, é um caso que esta assembleia vai ter que decidir, e em que o CDS, na minha pessoa, vai votar já contra, porque isto é expoliar um bem que é dum particular, deve ser intocável, só em última consequência, depois de aqui ser especificado o interesse público. Neste momento não existe, a realidade do Concelho de Bragança é que há despovoamento, há despovoamento de pessoas, de famílias, da atividade industrial e comercial, existem falências, não há expectativas de investimento do Estado, não há interesse sequer fiscal e sobretudo na aplicação de taxas por parte do Município para cativar seja quem for para vir aqui investir. Portanto estar aqui e vir dizer que a aprovação para expansão da zona industrial e ir já tomar de mão e ocupar ou que tem o suposto legal fundamentado no interesse público, que não está fundamentado, tomar conta dessa área, e tratando, para mais, de um deficiente acho que com as devidas cautelas e se não houver outra fundamentação será de votar contra e eventualmente tomar outras medidas relativamente a este ato de expropriação de uma pessoa ou de um proprietário que até é deficiente. ....

----- **Presidente da Mesa** – Terminámos, Julgo que a Câmara solicita uma intervenção sobre este tema. Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra. ....

----- **Presidente da Mesa** - A Câmara tem direito a intervenção, em todos os pontos, Sr. Dr.<sup>ª</sup> Guedes de Almeida. ....

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara Municipal conduziu este processo com toda a prudência, exatamente por se tratar de uma pessoa deficiente, e não há outra forma de defender esta situação a não ser esta, aí será o Tribunal que tendo o processo sob sua responsabilidade decidirá corretamente, sem que os interesses de uma pessoa que não pode decidir por si própria sejam lesados. Essa é a única forma de o fazer., .....

----- A outra é de que não se está a espoliar nada, porque todos os restantes terrenos foram negociados com pessoas que foram capazes de defender os seus interesses e essa negociação ocorreu no plano do direito privado, por valor igual para todos, não sendo necessário recorrer a qualquer expropriação. ....

----- Também salientar que o interesse público para esse processo está bem evidente o Plano de urbanização que foi aprovado e que contempla a expansão da zona industrial para aqueles terrenos, não para outros, portanto é um instrumento de planeamento que determina o interesse público, e portanto nesse âmbito a situação está por demais justificada. ....

----- Quanto à questão da oportunidade, a questão da oportunidade decide quem tem a legitimidade política para o fazer, entendemos que a oportunidade é agora, e esperamos não se perca, face á difícil conjuntura económica e financeira do país. ....

----- Relativamente à questão da existência de pavilhões que estão vazios, para venda, tudo o que ocorre e tem ocorrido na zona industrial ocorre no plano do regulamento de cedência e atribuição de lotes, exceto situações que decorram de resoluções judiciais, tem havido algumas. O regulamento de atribuição de lotes da zona industrial não prevê, em circunstância alguma, que um lote depois de construído, estando a empresa em situação de inatividade ou qualquer outra, desde que não infrinja normas legais e urbanísticas, a Câmara Municipal não pode intervir. ....

----- A questão da Brigantia Eco Parque, é preciso ter visão para as coisas, nós estamos certos que a Brigantia Eco Parque - Parque de Tecnologia é um investimento absolutamente necessário para a sustentabilidade ao Instituto Politécnico de Bragança, esse penso que é um elemento essencial da sustentabilidade futura e da evolução da economia, sem um investimento destes estou convencido que esta Instituição teria no futuro mais próximo, dificuldades acrescidas.....

----- De resto, a nível europeu, a nível das políticas europeias para 2014/2020, é inquestionável que as instituições de ensino superior, sejam universidades, sejam institutos politécnicos, eu esperava ainda ver designadas de universidades de ciências aplicadas, para que o ensino politécnico fosse valorizado a um nível adequado para que o sistema de ensino superior no País fosse suficientemente clarificado para que os atuais dois sistemas não estarem a atuar no mesmo mercado e eventualmente a fazer a mesma formação com prejuízo para os institutos politécnicos. Portanto há um conjunto de reflexões que são importantes do ponto de vista da sustentabilidade das instituições de ensino superior, particularmente aquela que nós temos, que é a instituição politécnica. ....

----- Penso que a estratégia é essencial, seja para as instituições, seja para as cidades, seja para o país e nomeadamente para o interior. É certo que não se pode reverter a situação do despovoamento do

interior, de empobrecimento, sem estratégia local e nacional. E essa estratégia tem que envolver obrigatoriamente o fortalecimento das instituições do ensino superior, seja nas suas competências científicas, seja na acessibilidade, seria desejável que o interior viesse a ter três vezes mais alunos do que tem atualmente, para reequilibrar o ensino no território, no mínimo para atingir aquilo que ocorre atualmente com a população, ou seja, é preciso ajudar a criar as condições necessárias para um percurso de sustentabilidade do Instituto Politécnico, indo ao encontro daquelas que são as políticas europeias para 2014/2020, que é necessário conhecer também, e os institutos são chamados a uma nova missão para as regiões e as regiões, por sua vez, são chamadas também no âmbito da coesão territorial para uma necessária parceria com as instituições do conhecimento para promover as condições de interface e transferência de conhecimento e de inovação para a atividade económica. Este Parque de Tecnologia tem a ver com uma visão estratégica para o desenvolvimento, a coesão e a competitividade do território, não perceber esta visão, é ver, de facto, para trás, é não ver para futuro. ..

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara. ....

----- Vamos passar então à votação deste ponto. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SETENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? Luis Pires e Guedes de Almeida.....

----- **Luis Pires** – Mais uma vez, boa tarde. Ouvidas as considerações da CMB esta questão tinha apenas um detalhe importante, uma característica importante, fora daquilo que é normal numa declaração de utilidade pública e que se relacionava com a pessoa que tinha a posse do terreno, e quanto a nós, aquilo que nos foi comunicado pela Câmara Municipal, sabendo que os tribunais estão atentos para levar este processo a bom porto, como é normal e é de lei, uma situação destas, só poderemos votar a favor face ao objeto para que se propunha a fração em causa. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. deputado Guedes de Almeida, tem a palavra para a declaração de voto que pretende fazer. ....

----- **António Almeida** – O voto contra centra-se essencialmente no seguinte, que eu vou ditar para a ata, aliás fica gravado, da qual depois irei extrair certidão, eu considero que a declaração de utilidade pública e a concessão de autorização de posse administrativa dada por esta Assembleia é ilegal porque fere o direito constitucional que é o direito à propriedade, é ilegal porque não se justifica, no âmbito do Plano Diretor Municipal, não há fundamentação que o interesse público justifique, neste momento e nos próximos anos, o ato expropriativo, aquele que aqui hoje foi votado. ....

----- Terceiro – Porque a Câmara não trouxe a esta Assembleia para tomar a decisão mais fundamentada de quais foram os atos preparatórios antecedentes que levaram a que esta responsabilidade viesse trazida para a Assembleia Municipal. ....

----- Quarto – Também porque não se justifica, não há expectativas de qualquer crescimento, desenvolvimento comercial, industrial, que justifique a expropriação de tal parcela, para os próximos anos, nunca menos de quinze a vinte anos. É face a este ato de falta de fundamentação, sobretudo do interesse público que leva a situações extremas, este é um ato extremo de tomar posse de propriedade alheia, que o CDS/PP vota contra. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. deputado. ....

----- Terminado que está este tema vamos passar ao ponto seguinte. ....

#### **PONTO 4.4.7 - REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA;**.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

#### **“CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de abril do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias se encontra uma deliberação do seguinte teor:

#### **“REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

Pelo Departamento Administrativo e Financeiro, foi presente a seguinte informação:

No seguimento da aprovação em Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 23 de fevereiro de 2012, do regulamento e Funcionamento do Mercado Municipal de Bragança e ao abrigo do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, foi o mesmo submetido, para apreciação e recolha de sugestões pelo período de 30 dias úteis.

Este período decorreu entre os dias 24 de fevereiro de 2012 e 10 de abril de 2012. Findo o prazo estabelecido não deu entrada nos respetivos Serviços, qualquer sugestão.

Assim, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da citada Lei, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal a versão final do Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Bragança, que a seguir se transcreve:

## **REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

### **Nota Justificativa**

A atividade comercial, como todas as outras, é uma atividade evolutiva que, para além de novos e melhores meios materiais e financeiros, necessita também de instrumentos legais mais eficientes e eficazes.

Procedeu-se, por isso, à elaboração de um regulamento que consagra a disciplina de organização do mercado municipal, visando a modernização do seu funcionamento e adaptando-o à realidade existente, permitindo a todos intervenientes conhecer toda a matéria ora consignada, nomeadamente os seus direitos e deveres.

No que se refere às penalidades, tornou-se imperioso criar um regime sancionatório prevendo-se coimas e demais sanções, adaptando-as ao novo regime jurídico e contraordenacional em vigor, de forma a criar uma maior justiça equitativa.

Assim, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, da alínea e) do artigo 16.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto, é elaborado o presente Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Bragança, o qual vai ser submetido a apreciação pública, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

Considerando que, por força da introdução do Programa SIMPLEX foi criado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março, um cartão de feirante, válido para todo o território de Portugal Continental, prevê-se no presente Regulamento, a obrigatoriedade de aquisição do mesmo, por parte de todos os feirantes.

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **ARTIGO 1.º**

##### **(Objeto do Mercado)**

1.O Mercado Municipal de Bragança, doravante designado por Mercado, é um complexo que congrega uma diversidade de atividades empresariais de comércio e de serviços, concebido por forma a proporcionar, aos operadores nele instalados, as melhores condições de operacionalidade no seu negócio e aos seus clientes e consumidores em geral, segurança, conforto e variedade de oferta, facilitando-lhes a escolha e a aquisição dos bens e serviços que necessita.

2.O Mercado é um equipamento Municipal, constituído por um conjunto de instalações e de infraestruturas, que funciona como uma única entidade, ainda que integrada por diversos elementos funcionais, designadamente o mercado retalhista tradicional, a galeria comercial e os terrados, onde se realizará a feira de produtos agroalimentares e outros eventos de interesse para o Mercado e para a economia regional, o parque de estacionamento e um conjunto de instalações e infraestruturas de apoio ao funcionamento do Mercado.

3.O Mercado é composto por zonas de utilização comum e por áreas de utilização individualizadas, doravante designadas por Espaços que não têm por si autonomia funcional ou individual, estando sujeitos à sua integração no Mercado, a serem cedidos mediante Contratos de Utilização do Espaço, a agentes de comprovada idoneidade, designados por Operadores.

## **ARTIGO 2.º**

### **(Âmbito de Aplicação)**

1. O Regulamento de Funcionamento, doravante designado por RF, tem por objetivo fixar o conjunto de normas de funcionamento do Mercado.

2. O presente RF abrange a organização, administração, funcionamento e utilização do Mercado.

3. O presente RF aplica-se à universalidade que constitui o Mercado, submetendo-se às suas disposições todos os seus utilizadores, designadamente os operadores que nele exercem qualquer tipo de atividade, a título permanente ou temporário e o público em geral.

4. À Câmara Municipal, compete nos termos previstos na alínea f) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, sem prejuízo do disposto no presente RF, gerir o funcionamento do Mercado, complementando o presente RF com normas específicas (NE), aprovadas pela Câmara Municipal de Bragança.

## **ARTIGO 3.º**

### **(Organização do Mercado)**

1. O espaço físico do Mercado está concebido e organizado por forma a garantir:

1.1. A diversidade de produtos e de serviços, com maior expressividade de produtos alimentares para o abastecimento público das populações do Concelho de Bragança.

- 1.2. A concentração de atividades empresariais, particularmente de comércio e de serviços;
- 1.3. As melhores condições ambientais, de conforto, de higiene e de salubridade, das instalações, dos espaços comerciais e dos espaços de utilização comum;
- 1.4. As condições para a garantia da qualidade dos produtos, da segurança alimentar, da manutenção da cadeia de frio e da qualidade dos serviços a prestar pelos operadores e pelo Mercado;
- 1.5. As melhores condições de logística, de segurança e de eficácia nas operações de carga, descarga e movimentação de mercadorias;
- 1.6. A fluidez e eficiência, na circulação de pessoas, de viaturas e de mercadorias, em condições de máxima segurança;
- 1.7. As condições de atratividade comercial, em igualdade de circunstâncias, dos operadores instalados e do Mercado em geral;
- 1.8. As condições que proporcionam ao operador uma maior rentabilidade no seu negócio;
- 1.9. As condições que proporcionam ao consumidor, segurança, conforto e um máximo estímulo, no acesso ao Mercado e na escolha e aquisição dos bens e serviços que necessita;
- 1.10. As condições de atração comercial, de animação e de dinamização do espaço Mercado, por forma que este, seja um local de desenvolvimento de atividades comerciais por parte dos operadores e aprazível para os consumidores.

2. O Mercado é constituído por duas zonas edificadas distintas: o Edifício do Mercado e Zona Exterior de Terrados.

2.1. O Edifício do Mercado é constituído por:

a) Galeria Comercial – distribuída pelo piso 1 e piso 2, ambos com comunicação direta para o exterior e com comunicação interna, através de escadas e elevadores, e onde se localizam os espaços comerciais, lojas, destinadas a diversos ramos de negócio, incluindo restauração, supermercado e outros;

b) Mercado Tradicional – localizado no piso 1, com diversos tipos de espaços comerciais – módulos, lojas e bancas, destinando-se ao comércio de produtos alimentares perecíveis e não perecíveis e a outros ramos de negócio que sejam complementares e que sejam atrativos para os utentes predominantes desta zona;

c) Arrumos – área localizada no piso 0 e dedicada a arrumos dos operadores instalados, com espaços delimitados e identificados;

d) Armazéns – área localizada no piso 0, destinada à atividade de armazenamento de produtos, de logística e de outros serviços de natureza variada, complementarem e de apoio aos operadores instalados e utilizadores do Mercado;

e) Área localizada no piso 0 destinada a atividades lúdicas;

f) Estacionamento – área localizada no piso 0 e dedicada ao estacionamento de veículos dos operadores e do público utente do mercado;

g) Instalações de serviço – todas as áreas de serviço comuns aos operadores (cais de carga, corredores de abastecimento, monta-cargas, depósito de resíduos sólidos, vestiários e balneários) e ao público utente do mercado (instalações sanitárias, halls e corredores, elevadores);

h) Instalações técnicas – instalações do mercado (Central térmica, Armazéns, Central elétrica, etc.).

2.2. A zona de Terrados, é constituída por:

a) Mercado Grossista e Venda em viatura – área com um cais desnivelado e coberto, com lugares de viaturas marcados no pavimento e de estacionamento, destinada às operações de comércio de produtos árvores de fruto, plantas ornamentais, animais vivos (aves e coelhos), ferragens e outros;

b) Mercado de Venda em banca – área coberta e infraestruturada, com lugares marcados no pavimento e organizada para a realização de feira de produtos da terra, hortofrutícolas e agroalimentares e de eventos de diversa natureza, com interesse para a rentabilização, promoção, atratividade e visibilidade do Mercado.

#### **ARTIGO 4.º**

##### **(Gestão do Mercado)**

A gestão do Mercado, é da responsabilidade restrita da Câmara Municipal de Bragança, nos termos previstos na alínea f) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a qual tem os poderes e autoridade necessários para aplicar o presente Regulamento e as respetivas Normas Específicas (NE), assegurar, sem prejuízo da faculdade de delegação de competências, o bom funcionamento do Mercado.

#### **CAPÍTULO II**

##### **UTENTES E UTILIZAÇÃO DO MERCADO**

#### **ARTIGO 5.º**

##### **(Utentes)**

1. Consideram-se UTENTES do Mercado:

1.1. Os operadores instalados no Mercado que, por sua conta ou por conta de terceiros, se dedicam à venda de produtos alimentares e não alimentares e à prestação de serviços;

1.2. Os outros operadores autorizados a explorar os estabelecimentos, os serviços e as instalações existentes no Mercado;

1.3. Os compradores e utilizadores dos bens, serviços e de todas as atividades disponíveis no Mercado.

#### **ARTIGO 6.º**

##### **(Operadores)**

1. Podem operar no Mercado, como vendedores e prestadores de serviços:

1.1. Na zona de mercado de terrado – mercado grossista e venda em viatura:

a) As pessoas singulares ou coletivas que obtenham autorização para realizar operações de venda por grosso e/ou a retalho dos produtos contemplados na alínea a) do 2.2. do artigo 3.º, as quais podem atuar por conta própria, como comissionistas ou por atuação mista, desde que tenham a sua atividade devidamente regularizada e que se apresentem identificados com o cartão de feirante atualizado;

1.2. Na zona de terrados – mercado de venda em banca:

a) As pessoas singulares ou coletivas que obtenham autorização para realizar operações de venda de produtos hortofrutícolas, agroalimentares, e/ou a retalho dos produtos contemplados na alínea a) do ponto 2.2. do artigo 3.º, as quais podem atuar por conta própria, como comissionistas ou por atuação mista, desde que tenham a sua atividade devidamente regularizada e que se apresentem identificados com o cartão de feirante atualizado;

1.3. Na zona de mercado tradicional:

a) As pessoas singulares ou coletivas que obtenham autorização para realizar operações de venda retalho de produtos alimentares frescos, secos, congelados e de conserva, nomeadamente hortofrutícolas, carnes e seus derivados, caça, aves e ovos, peixe e marisco, produtos lácteos, e ainda flores, plantas e acessórios, e outros produtos alimentares e não alimentares, e/ou prestar serviços diversos, as quais podem atuar por conta própria, como comissionista ou por atuação mista, desde que tenham a sua atividade devidamente regularizada.

1.4. Na zona da galeria comercial:

a) As pessoas singulares ou coletivas que obtenham autorização para realizar operações de venda a retalho de diversos produtos e bens, e/ou prestar serviços diversos, as quais podem atuar por

conta própria, como comissionistas ou outra forma, desde que tenham a sua atividade devidamente regularizada;

b) As pessoas singulares ou coletivas que obtenham autorização para prestar serviços diversos, as quais podem atuar por conta própria, como comissionistas ou outra forma, desde que tenham a sua atividade devidamente regularizada.

2. Podem operar ainda no Mercado, entidades exploradoras de outras atividades devidamente autorizada para agirem como tal pela Câmara Municipal de Bragança, sendo essas atividades consideradas de interesse económico ou estratégico para o Mercado.

#### **ARTIGO 7.º**

##### **(Cartão de Feirante)**

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se “cartão de Feirante”, o cartão emitido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março, pela Direção Geral das Atividades Económicas, ou entidades que esta expressamente vier a designar.

#### **ARTIGO 8.º**

##### **(Acesso ao Mercado, Utilização e Informação)**

1. O acesso ao Mercado de qualquer operador, obedece ao estipulado pelos competentes serviços do Município de Bragança.

2. O acesso à ocupação e utilização de qualquer tipo de espaço comercial, está sujeito ao estabelecimento de um contrato de utilização.

3. As condições de acesso contempladas na NE – “Condições de acesso, circulação e estacionamento”, poderão ser alteradas em qualquer momento pela Câmara Municipal de Bragança.

4. O Mercado pode ser utilizado por qualquer entidade, ficando vedado o acesso do público às zonas de utilização a operadores e às zonas técnicas e de serviços, sinalizadas em conformidade.

5. O Mercado reserva-se ao direito de admissão às instalações do mercado a qualquer indivíduo que não se apresente e comporte de acordo com as normas sociais e cívicas correntes.

6. A Câmara Municipal de Bragança, assim como os funcionários e agentes da administração pública no exercício das suas funções, podem solicitar em qualquer altura a visita aos espaços privativos dos operadores e a outras zonas do Mercado Municipal.

7. O Município de Bragança poderá solicitar aos operadores, documentação respeitante à sua atividade com expressa salvaguarda do dever de confidencialidade que legalmente possa ser preservada.

#### **ARTIGO 9.º**

##### **(Direitos e Obrigações dos Operadores)**

1. Os direitos e obrigações dos operadores estão determinados pelas disposições deste RF e do respetivo título contratual.

2. Sem prejuízo do determinado no título contratual e neste RF, constituem direitos dos operadores:

2.1. Utilizar o seu espaço comercial, as instalações e serviços disponibilizados pelo Mercado para exercer a atividade estabelecida no título contratual, pelo prazo nele estabelecido;

2.2. Utilizar as instalações e serviços do Mercado, que sejam postos à sua disposição e dos seus trabalhadores, nas condições estabelecidas neste RF.

3. Sem prejuízo do determinado no contrato de utilização do espaço e neste RF, são obrigações especiais dos operadores:

3.1. Cumprir e fazer cumprir o Regulamento de Funcionamento;

3.2. Cumprir o horário público de venda fixado para a zona do mercado em que o espaço se insere e mantê-lo em funcionamento de forma contínua e ininterrupta, durante o período estabelecido no horário previsto na NE – “Dias e Horário de Funcionamento”;

3.3. Obter e manter em vigor todas as licenças necessárias à atividade desenvolvida no espaço comercial;

3.4. Exercer a sua atividade dentro das normas legais em vigor em matéria de higiene e salubridade;

3.5. Observar rigorosamente a legislação vigente em matérias de segurança do trabalho, laborais e sociais;

3.6. Garantir condições de manutenção e sanidade e de qualidade dos produtos manuseados, armazenados, expostos e transacionados, particularmente os produtos alimentícios;

3.7. Não dar ao espaço uso diverso do contratado, nem consentir a sua ocupação e utilização por outrem, nem ceder a terceiros, por qualquer forma a sua posição contratual, sem o cumprimento do preceituado neste regulamento e no contrato;

3.8. Não exercer no espaço quaisquer atividades, ainda que inerentes ao seu comércio ou serviços que possam deteriorar o espaço, as zonas comuns, prejudicar outros operadores, ou de algum modo os utentes do Mercado, no que respeita à sua segurança, saúde, conforto e tranquilidade;

3.9. Efetuar as cargas e descargas de mercadorias para os espaços comerciais apenas durante os horários e locais fixados para o efeito;

3.10. Manter o seu espaço permanentemente asseado e em bom estado de conservação, incluindo fachadas e letreiros publicitários;

3.11. Não utilizar ou depositar dentro do espaço e ou nos corredores de acesso e de circulação, qualquer tipo de maquinaria, equipamento ou mercadoria que, pelo seu peso, tamanho, forma, natureza ou destino, possa perturbar a tranquilidade, saúde e segurança do Mercado, dos outros operadores ou dos utentes em geral;

3.12. Depositar todos os resíduos, embalagens e refugos, nos recipientes apropriados para os mesmos, nos locais e nos horários determinados pela Câmara Municipal de Bragança;

3.13. Não instalar no espaço ou em qualquer ponto do mercado, salvo quando autorizado pela Câmara Municipal de Bragança e nas condições por esta fixadas, antenas, altifalantes, televisores, aparelhos de som ou outros que provoquem ruídos para exterior do espaço, mesmo quando a sua atividade seja a de comercialização de aparelhos de reprodução de som e/ou imagem;

3.14. Utilizar na fachada do espaço apenas os reclames, letreiros ou outra sinalética que hajam sido previamente autorizados pela Câmara Municipal de Bragança;

3.15. Montar, a suas expensas, nos espaços com condições para o efeito, os aparelhos de ar condicionado de acordo com as especificações indicadas pelo Município de Bragança, e, no caso de espaços de alimentação, montar corretos equipamentos de extração de fumos, mantendo-os em todos os casos permanentemente em bom estado de conservação e manutenção;

3.16. Manter os equipamentos fornecidos pelo mercado, quando for o caso, em bom estado de conservação, efetuando as reparações e substituições necessárias ao seu bom funcionamento;

3.17. Pagar dentro dos prazos estipulados as taxas contratualmente definidas;

3.18. Entregar o espaço, nos termos do contrato em estado de conservação, limpeza e segurança que permita a sua imediata ocupação, facultando com antecedência prévia a entrega das chaves para efeitos de verificação do seu estado;

3.19. Prestar informações sobre a sua atividade, seja ao Município de Bragança, seja às autoridades competentes, sem serviço oficial no Mercado;

3.20. Contratar e manter, no caso dos operadores de carácter permanente, os seguros definidos contratualmente e que respondam por danos causados a terceiros e ao Mercado;

3.21. No uso da sua atividade, os operadores devem estar identificados e usar uniformes apropriados.

#### **ARTIGO 10.º**

##### **(Áreas de circulação e de Uso Comum)**

1. Todas as áreas, incluindo o espaço aéreo, fachadas, empenas, circulações, dependências, instalações e equipamentos de uso comum, ou seja, que não estejam afetos especialmente a um espaço

comercial individualizado e de uso permanente, de um operador através do respetivo contrato, serão administrados e fiscalizados pelo Município de Bragança que os poderá utilizar para neles instalar ou neles fazer funcionar serviços de seu interesse, tanto diretamente por ele ou por terceiros.

2. Os operadores poderão ocupar a título oneroso ou gratuito, mediante acordos escritos a celebrar com a Câmara Municipal, áreas de circulação ou instalações gerais exteriores ao seu espaço comercial, solicitando previamente à Câmara Municipal de Bragança a sua pretensão, indicando a atividade a desenvolver, prazo e demais condições.

3. A utilização de áreas comuns por parte de operadores de restauração, fica sujeita, para além de normas específicas aplicáveis, a uma comparticipação que venha a ser acordada, a qual incluirá, pelo menos, os custos de funcionamento adicionais suportados pelo Mercado.

4. Fora do horário público de funcionamento, as áreas de circulação e de uso geral e equipamentos neles instalados apenas poderão ser utilizados, para cargas e descargas de mercadorias e equipamentos, aprovisionamento dos espaços, remoção de resíduos, execução de obras, dentro das normas, autorizações específicas e de horários fixados pela Câmara Municipal de Bragança.

5. Fica vedado aos operadores colocar nas paredes exteriores do seu espaço ou de áreas comuns, qualquer equipamento ou publicidade da sua atividade comercial ou de terceiros, salvo se com a autorização prévia da Câmara Municipal de Bragança.

6. A distribuição de panfletos ou de qualquer tipo de publicidade e de promoção, bem como a venda de jogo autorizado, nas áreas de circulação internas, na zona dos terrados e nos parques de estacionamento, por parte de operadores ou de terceiros fica sujeita à autorização prévia da Câmara Municipal de Bragança.

7. Os operadores respondem perante o Município de Bragança pelos danos que causarem às partes comuns, obrigando-se à sua reparação no prazo que lhe for fixado ou ao pagamento da respetiva reparação efetuada pelo Mercado.

8. Fica ressalvado à Câmara Municipal de Bragança, o direito de modificar as partes comuns de utilização geral do Mercado.

#### **ARTIGO 11.º**

##### **(Nome, Marca e Logótipo do Mercado)**

1. Os operadores do mercado tradicional e da galeria comercial, poderão usar o nome, marca ou logótipo do Mercado nos endereços, embalagens, publicidade e promoções dos produtos e das atividades que exercem.

2. Para efeitos do número anterior o operador deverá solicitar autorização à Câmara Municipal de Bragança, a utilização do logótipo, indicando o destino da sua utilização.

### **CAPÍTULO III**

#### **FUNCIONAMENTO**

##### **ARTIGO 12.º**

###### **(Dias e Horários)**

1. O Mercado está aberto todos os dias do ano, podendo a Câmara Municipal de Bragança definir no início de cada ano, os dias de encerramento no todo ou em parte, conforme previsto, na NE – “Dias e horário de funcionamento”.

2. Certas zonas do Mercado poderão funcionar apenas certos dias da semana ou em dias específicos.

3. Em situações pontuais, a Câmara Municipal de Bragança pode decidir o encerramento do Mercado, no todo ou em partes, divulgando o facto, através de meios apropriados, aos operadores e ao público em geral.

4. Para cada zona do mercado são estabelecidos, os dias de funcionamento e os horários públicos de venda e os horários de aprovisionamento, que constam na NE – “Dias e Horário de Funcionamento”, a aprovar pela Câmara Municipal de Bragança.

5. Durante os horários de venda ao público os operadores obrigam-se a terem os seus espaços abertos e em atividade.

6. Os horários em vigor no Mercado, obedecem aos seguintes critérios:

6.1. As entradas dos produtos para o aprovisionamento dos espaços de venda do mercado tradicional e da galeria comercial, não poderão colidir com o horário público de venda, nem prejudicar o bom ambiente do espaço e circulação de clientes;

6.2. O aprovisionamento de qualquer espaço, em qualquer zona do mercado, deve ser processado de forma rápida, eficiente e organizada com a menor perturbação possível para os restantes operadores.

7. Os horários das transações no Mercado estão estabelecidos por forma a que estas se processem de modo eficiente e transparente e em condições adequadas às necessidades do comércio, atendendo, nomeadamente, aos seguintes aspetos:

7.1. Natureza dos produtos e atividades envolvidas;

7.2. Horários de cargas e descargas mais praticadas pelos operadores;

7.3. Horários de funcionamento de outros Mercados;

7.4. Condições de funcionalidade do próprio Mercado, particularmente, das diferentes zonas que o constituem;

7.5. Necessidade das transações se efetuarem nas melhores condições de higiene, de qualidade e de concorrência.

7.6. Necessidade dos utentes do Mercado, particularmente no que se refere aos serviços e atividades complementares e de apoio;

7.7. Compatibilização com os horários e programas de limpeza e remoção de resíduos sólidos do Mercado.

#### **ARTIGO 13.º**

##### **(Locais de Transação)**

1. Só é permitido efetuar transações de produtos e serviços nos respetivos espaços comerciais de cada operador.

2. São interditas transações comerciais nas vias de circulação de veículos e de pessoas e nos parques de estacionamento.

#### **ARTIGO 14.º**

##### **(Acesso de Veículos ao Mercado)**

1. O acesso a veículos dos operadores do Mercado, processa-se pela via lateral nascente, que dá acesso à zona dos terrados, ao cais de carga e descarga do edifício do mercado e ao parque de estacionamento.

2. As viaturas dos utentes terão acesso ao parque de estacionamento pela via pública e está condicionado ao controle de acesso e pagamento de taxas de estacionamento.

3. As condições de acesso ao parque de estacionamento coberto, pelos operadores, seus trabalhadores e clientes estão estabelecidas na NE – “Acesso, Circulação e Parqueamento”.

4. As taxas de parqueamento serão fixadas anualmente nos termos previstos no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em vigor no Município de Bragança

5. A NE – “Acesso, Circulação e Parqueamento” acima referido, contempla diversas modalidades de pagamento e de benefícios para os utilizadores do Mercado, bem como os procedimentos e regras a seguir para o acesso ao Mercado.

#### **ARTIGO 15.º**

##### **(Circulação Interna)**

1. Nas vias de circulação no interior do Mercado são aplicadas as disposições do Código da Estrada, sem prejuízo da faculdade de serem estabelecidas regras específicas que não poderão contrariar o disposto nesse diploma.

2. Estão estabelecidas na NE- “Acesso, circulação e estacionamento”, as regras relativas à circulação de pessoas, bens e de mercadorias.

3. As regras mencionadas no ponto anterior, podem ser alteradas pela Câmara Municipal de Bragança.

#### **ARTIGO 16.º**

##### **(Segurança Interna)**

Competirá aos Serviços Municipais afetos ao Mercado, para além das medidas relativas à circulação das pessoas e dos veículos, zelar pela manutenção da ordem pública no interior do Mercado recorrendo às autoridades de segurança pública quando necessário.

#### **ARTIGO 17.º**

##### **(Limpeza e Remoção de Resíduos)**

1. O Município de Bragança garantirá a limpeza das zonas comuns do Mercado e a remoção de todos os resíduos sólidos, promovendo a existência de um sistema e organização adequados à sua realização nas melhores condições e à manutenção de um ambiente de higiene e salubridade, podendo socorrer-se para esse efeito de entidades especializadas neste tipo de serviços.

2. O sistema de limpeza e respetivos horários adotados no Mercado são estabelecidos através da NE – “Limpeza e remoção de resíduos”.

3. Cabe aos operadores manter os seus espaços, bem como as zonas comuns do Mercado, limpos e em boas condições higiosanitárias.

4. É expressamente proibido a qualquer utente do Mercado o depósito ou abandono de resíduos, qualquer que seja a sua natureza, em locais não determinados para o efeito.

#### **ARTIGO 18.º**

##### **(Bens e Serviços prestados pelo Mercado)**

1. Competirá ao Município de Bragança prestar aos Utentes do Mercado os seguintes serviços:

1.1. Fornecimento de água e de eletricidade nas zonas comuns e nos lugares de ocupação a título não privativo;

1.2. Fornecimento de climatização nas zonas comuns de circulação de pessoas no edifício do mercado;

1.3. Fornecimento de eletricidade e água aos operadores instalados nos módulos do mercado tradicional;

1.4. Fornecimento de energia térmica aos espaços comerciais com pré-instalação de condicionamento de ar;

1.5. Fornecimento de gás;

1.6. Limpeza das zonas comuns;

1.7. Recolha e remoção de resíduos sólidos nas zonas comuns;

2. Competirá ainda ao Município de Bragança:

2.1. Instalação nos espaços comerciais individualizados das infraestruturas de água, esgotos, comunicações, gás e eletricidade, ficando por conta dos operadores as ligações de eletricidade e comunicações para o interior dos seus espaços;

2.2. Conservação e manutenção das vias públicas e parques de estacionamento e sua iluminação elétrica;

2.3. Conservação, manutenção e limpeza das redes de águas pluviais e de esgotos;

2.4. Conservação e manutenção geral das edificações e instalações técnicas especiais;

2.5. Promover a garantia da qualidade da água fornecida no interior do mercado;

2.6. A segurança do edifício e das instalações contra incêndios, intrusão, roubos, bem como a segurança das pessoas e bens existentes no interior do mercado, detendo seguros adequados para esse efeito.

3. Ao Mercado competirá também assegurar, através de diversos meios e formas, a atratividade comercial e a divulgação e promoção do Mercado.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **RECEITAS MUNICIPAIS**

#### **ARTIGO 19.º**

#### **(Taxas)**

1. Constituem receitas municipais as taxas, integradas na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, Capítulo VIII – Mercado, Feiras e Venda Ambulante, artigo 37.º – A – Taxas de utilização/ocupação do Mercado Municipal de Bragança:

1.1. Taxa de Utilização - contrapartida dos serviços prestados e da integração e funcionamento da atividade do Mercado, a pagar mensalmente, no âmbito de Contrato de Utilização do Espaço;

1.2. Taxa de Promoção – visa promover e melhorar a imagem do Mercado e dos operadores;

1.3. Taxas diárias, mensais e trimestrais - pelo uso e ocupação de espaços comerciais, nos terrados, e no mercado tradicional;

1.4. Taxas de estacionamento - como contrapartida do acesso e estacionamento de veículos ao parque de estacionamento coberto do Mercado;

#### **ARTIGO 20.º**

##### **(Outras Receitas)**

Constituem também receitas do Município de Bragança as inerentes à atividade corrente, nomeadamente as decorrentes da venda de bens e de prestação de serviços, aluguer temporário de espaços disponíveis e áreas comuns, patrocínios, donativos e receitas financeiras.

O presente Regulamento de Funcionamento enquadra-se no estabelecido no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Bragança.

#### **CAPÍTULO V**

##### **FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES**

#### **ARTIGO 21.º**

##### **(Fiscalização)**

A prevenção e a ação fiscalizadora relativa ao cumprimento das normas constantes do presente Regulamento e demais legislação à matéria aqui em causa é da competência da Câmara Municipal de Bragança, da autoridade de segurança alimentar e económica, das autoridades policiais e demais autoridades com competência atribuída por lei.

#### **ARTIGO 22.º**

##### **(Competência)**

1. A competência para determinar a instrução do processo de contraordenação, para aplicar a respetiva coima pertence ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

2. A tramitação processual obedecerá ao disposto no regime geral das contraordenações.

#### **ARTIGO 23.º**

##### **(Contraordenações e coimas)**

1. Constitui contra ordenação punível com coima, a violação ao disposto nos artigos do presente Regulamento nos seguintes termos:

1.1. As infrações constantes dos pontos 3.2.; 3.11.; 3.15.; 3.16.; e 3.20. do n.º 3 do artigo 9.º, aos n.º s 6 e 7 do artigo 10.º, ao n.º 2 do artigo 11.º, aos n.º s 1 e 2 do artigo 13.º, e ao n.º 1 do artigo 14.º, são puníveis com coima de montante variável entre 50€ e 1000€;

1.2. As infrações constantes dos pontos 3.5.; 3.6.; 3.7.; 3.8.; 3.9.; 3.10.; 3.12.; 3.13.; 3.14.; 3.16.; 3.19. e 3.21. do n.º 3 do artigo 9.º e aos n.ºs 4 e 5 do artigo 17.º, são puníveis com coima de montante variável entre 50€ e 1500€;

1.3. As infrações constantes dos pontos 3.3.; 3.4. e 3.17. do n.º 3 do artigo 9.º, são puníveis com coima de montante variável entre 100€ e 2000€.

2. A aplicação de coimas e sanções acessórias a que se alude o presente artigo e seguinte obedecerá ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e de demais legislação aplicável.

3. O produto da aplicação das coimas reverte exclusivamente para o Município de Bragança.

#### **ARTIGO 24.º**

##### **(Sanções acessórias)**

1. Quando a gravidade da infração e culpa do agente o justifique, poderá a Câmara Municipal de Bragança aplicar as seguintes sanções acessórias:

1.1. Suspensão da atividade por um período de 30 a 90 dias;

1.2. Encerramento do local de venda.

2. A aplicação da sanção acessória referida no 1.1. do número anterior implicará sempre o encerramento do local da venda.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **ARTIGO 25.º**

##### **(Omissões)**

Os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal de Bragança.

#### **ARTIGO 26.º**

##### **(Norma revogatória)**

São derogadas todas as disposições regulamentares vigentes incompatíveis com o presente Regulamento, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

#### **ARTIGO 27.º**

##### **(Entrada em vigor)**

O presente Regulamento entra em vigor decorridos 15 dias sobre a sua publicação, conforme previsto no n.º 4 do artigo 55.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Bragança, bem como submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de

setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da citada Lei.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de abril de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento à Câmara? .....

----- Sr. Leonel Fernandes, da CDU, tem a palavra para o pedido de esclarecimento. ....

----- **Leonel Fernandes** – Mais uma vez, boa tarde. O pedido de esclarecimento à Câmara é muito simples. Eu presumo que estas são taxas novas a nível da Tabela de Taxas da Câmara Municipal, portanto eu presumo que seja pelo facto do Mercado Municipal ter passado para a posse da Câmara, não é? Nesse sentido eu só perguntava o seguinte: Se o Mercado Municipal, antes, também recebia rendas, qual era esse valor? E neste momento porque é que não nos foi apresentado, junto com a fundamentação, um mapa comparativo das rendas anteriores com as rendas que agora são criadas, para que nós pudéssemos fazer uma análise mais profunda, digamos assim.....

----- **Presidente da Mesa** – Entendo este esclarecimento integrado no ponto seguinte, este esclarecimento vem no ponto seguinte, estamos, agora, na discussão do regulamento. ....

----- **Leonel Fernandes** – Então peço desculpa.....

----- **Presidente da Mesa** - Intervenções sobre o Regulamento de Funcionamento do Mercado Municipal de Bragança? Não havendo intervenções passamos à votação. ....

----- **NÃO TENDO HAVIDO DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SETENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? Não há declarações de voto. ....

----- Passamos para o último ponto.....

**PONTO 4.4.8 - FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA.** .....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros. ....

## **“I -CERTIDÃO**

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e doze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

### **“FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO VALOR DAS TAXAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

Pelo Sr. Presidente foi presente, a proposta, elaborada pela Divisão Financeira, que determinou, o valor das taxas acima identificadas, e que vão integrar a Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais aprovado, por proposta da Câmara Municipal, em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 9 de fevereiro de 2009.

#### **1. Introdução**

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, estabelece o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Consagra no seu artigo 4.º o princípio da equivalência jurídica. De acordo com este princípio, o valor das taxas das Autarquias Locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. O n.º 2 do mesmo artigo admite que as taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, podem ser fixadas com base em critérios de desincentivo a prática de certos atos ou operações.

Neste sentido e em cumprimento deste normativo legal, a introdução que deu corpo à primeira parte deste trabalho visou, traçar o pano de fundo que serviu de base à fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela Autarquia Local.

De forma a estimar o custo da contrapartida, foi tipificado para cada item o custo padrão por metro quadrado da área útil.

Com base nos gastos, estimou-se o custo médio do metro quadrado, tendo por referência, quer os custos diretos: mão de obra direta, materiais consumíveis e amortizações, quer os custos indiretos:

mão de obra indireta e outros custos indiretos (ex.: eletricidade, seguros, limpeza e higiene, entre outros).

Nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios.

As novas taxas objeto de fundamentação são as diretamente relacionadas com a utilização de mercados, feiras e venda ambulante (Capítulo VIII da tabela de taxas e outras receitas municipais).

As taxas municipais podem, também, incidir sobre a realização de atividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

Com a doutrina existente e já publicada sobre o assunto, entendemos que o valor das taxas - cuja base é o custo da atividade pública - deve ser calculado tendo como desígnio as seguintes perspetivas:

- A Objetiva – que soma o custo total apurado com o serviço, amortizações, futuros investimentos, etc. (componente económica); e

- A Subjetiva ou Política – onde a componente Envolvente e Ambiental (o incentivo e o desincentivo são ponderados, bem como os custos ambientais e de escassez) é equacionada conjuntamente com a componente social (i.e. a aplicabilidade de tornar os preços acessíveis).

Assim, a fórmula final aplicada para a determinação do valor da taxa abrange, cumulativamente, as três componentes suprarreferidas, ou seja, a económica, a envolvente ambiental e a social.

## 2. Abordagem metodológica

O que sustentou os cálculos efetuados foi o mapeamento dos gastos associados a prestações tributáveis e valorização dos fatores “produtivos”.

Numa primeira fase, o mapeamento resultou no arrolamento dos custos diretos e indiretos por fase do processo, ou seja, caracterização de todo o processo com recursos afetos em função do peso total dos seus custos.

Subsequentemente procedeu-se à elaboração da matriz dos custos, i.e., soma dos custos totais (diretos e indiretos) subjacentes ao funcionamento do Mercado Municipal, por fases do processo com os custos associados ao processo operacional de produção ou prestação do serviço;

Custos Diretos = MOD (incluem despesas com recursos humanos intervenientes no processo) + materiais consumíveis (escritório, limpeza e outros) + amortizações (Custos Anuais com a Amortização dos Equipamentos (Móveis e Imóveis)) + custo de utilização de máquinas e viaturas + outros custos diretos (materiais utilizados);

Custos Indiretos = MOI (incluem despesas com recursos humanos indiretos) + outros custos indiretos (repartição de custos indiretos anuais em função das unidades orgânicas ou setores a que os equipamentos estão afetos, ou locais em que o processo administrativo se desenvolve);

Quanto às amortizações, foram considerados valores refletidos na contabilidade do Mercado Municipal de Bragança, E. M.

Fatores mais pertinentes na fundamentação:

- Definição de Critérios de Imputação de Custos Indiretos;
- Identificação dos Fatores Diferenciadores das Taxas;
- Matriz de Custos Totais por Taxa em Unidades de Medida.

2.1. Exposição da abordagem metodológica para determinação do custo real da atividade municipal:

Considerando a finalidade da presente fundamentação, a abordagem metodológica assentou na justificação do custo real da atividade do Mercado Municipal, caracterizando para efeitos de fundamentação as taxas como as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, (i.e. equipamentos e edifícios municipais). Com base nos gastos, estimou-se o custo médio do metro quadrado, tendo por referência o total dos custos diretos e indiretos.

2.2. Pressupostos comuns às várias abordagens metodológicas:

A lei prevê ainda que a fundamentação seja realizada na medida do benefício auferido pelo particular.

Deste modo e atendendo ao princípio da equivalência jurídica determinou-se que o benefício auferido pelo particular é tanto maior, quantos mais obstáculos jurídicos removidos, ou seja, com o mesmo ato consegue usufruir de maior proporção relativamente à unidade de medida aplicável, ou seja, por exemplo, quem licencia mais frações deverá ter um benefício proporcionalmente maior.

Por outro lado, o valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações.

2.3. Método de apuramento do custo real da atividade pública local:

A fórmula utilizada para o cálculo do custo total do processo foi:

$CP = CMOD + MC + AMORB + CUMV + OCD + CI + FI$ :

CMOD — Custo da mão de obra;

MC — Custo com os materiais - consumíveis;

AMORB — Custo das amortizações dos bens;

CUMV — Custo de Utilização de Máquinas e Viaturas por hora/km para a realização de determinada tarefa;

OCD — Outros custos diretos (mão de obra direta);

CI — Custo indireto, em função do centro de responsabilidade a que a mão de obra direta está afeta;

FI — Futuros investimentos em função do processo.

#### 2.4. Especificidades:

As taxas objeto de fundamentação são as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, pelo que para a afetação dos custos de funcionamento do espaço, foi tido em conta o espaço médio ocupado, para a unidade de medida da taxa conforme mapas abaixo.

O valor da taxa (ou das taxas - tal como referido) a cobrar pelo Município, em anexo, apresenta-se, assim, calculado com base na seguinte fórmula:

Valor da Taxa = TC × BPART × (1 – CSOAIL) × (1 + DESINC):

a) TC = Total do Custo;

b) BPART = Benefício auferido pelo particular;

c) CSOAIL = Custo social suportado pelo Município;

d) DESINC = Desincentivo à prática de certos atos ou operações.

Preceitua o n.º 1 artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo. O regulamento de taxas e outras receitas municipais em vigor neste Município foi aprovado por proposta da Câmara Municipal, em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 9 de fevereiro de 2009.

Nos termos do n.º 2 do artigo 8.º do referido diploma legal, o regulamento que crie taxas municipais contém obrigatoriamente, sob pena de nulidade, entre outros elementos a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Mais se informa que, e de acordo com o preceituado na alínea f) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento gerir as instalações, equipamentos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal.

Preceitua a alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que compete à Assembleia Municipal estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respetivos quantitativos.

Nessa conformidade e a fim de dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete à Câmara Municipal propor, à Assembleia Municipal, a aprovação do valor das taxas atrás mencionadas.

Por último, informa-se que no cálculo indicado que se reporta ao custo efetivo do espaço, envolvendo todos os custos diretos e indiretos, destaca-se que o município suporta uma componente social significativa e que dos valores a praticar não resulta qualquer alteração aos contratos em vigor, ou seja, não ocorrerá qualquer aumento dos custos.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da fundamentação económico-financeira do valor das taxas, bem como a sua aplicação, de acordo com a informação da Divisão Financeira.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a fundamentação económico-financeira do valor das taxas, bem como a sua aplicação, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos da alínea e) do n.º 2, do artigo 53.º da citada Lei.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 28 de março de 2012

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

## **II – CÁLCULO DO VALOR DAS TAXAS**

### **III- VALOR DAS TAXAS A INTEGRAR NA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS”**



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

CÁLCULO DO VALOR DAS TAXAS

Designação da taxa	Custos Directos					Custos Indirectos		Futuros Investimentos	Custo total	Valor da Taxa auferido pelo particular	Benefício social suportado pelo Município	Desincentivo	
	M.O.D.	Materiais consumíveis	Amortizações	Custo de utilização de Máquinas e Viaturas	Outros custos directos	M.O.I.	Outros custos indirectos						
1.a)	15,28 €	1,11 €	20,55 €	n/a	n/a	4,14 €	40,24 €	0,00 €	81,31 €	10,00 €	1	88%	0%
1.b)	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	1,43 €	0,00 €	1,43 €	1,00 €	1	30%	0%
2.a)	3,82 €	0,28 €	3,41 €	n/a	n/a	1,04	2,25 €	0,00 €	10,80 €	6,02 €	1	44%	0%
2.b)	3,82 €	0,28 €	3,41 €	n/a	n/a	1,04	2,25 €	0,00 €	10,80 €	2,34 €	1	78%	0%
2.c)	1,27 €	0,09 €	1,14 €	n/a	n/a	0,35	0,75 €	0,00 €	3,60 €	0,75 €	1	79%	0%
2.d)	1,27 €	0,09 €	1,14 €	n/a	n/a	0,35	0,75 €	0,00 €	3,60 €	0,29 €	1	92%	0%
3.a)	1,27 €	0,09 €	1,71 €	n/a	n/a	0,35	3,35 €	0,00 €	6,78 €	4,51 €	1	33%	0%
3.b)	0,04 €	0,00 €	0,06 €	n/a	n/a	0,01	0,11 €	0,00 €	0,23 €	0,23 €	1	0%	0%
4.a)	1,27 €	0,09 €	1,71 €	n/a	n/a	0,00	3,35 €	0,00 €	6,43 €	1,89 €	1	71%	0%
5.a)	0,20 €	0,11 €	0,14 €	n/a	n/a	0,05	0,32 €	0,00 €	0,82 €	0,00 €	1	100%	0%
Art. 37.º - A) 5.b)													
5.b.1)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,14 €	1	32%	0%
5.b.2)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,14 €	1	32%	0%
5.b.3)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,14 €	1	32%	0%
5.b.4)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,14 €	1	32%	0%
5.c)													
5.c.1)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,19 €	1	7%	0%
5.c.2)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,19 €	1	7%	0%
5.c.3)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,19 €	1	7%	0%
5.c.4)	0,05 €	0,03 €	0,04 €	n/a	n/a	0,01	0,08 €	0,00 €	0,20 €	0,19 €	1	7%	0%
5.d)	4,78 €	2,57 €	3,44 €	n/a	n/a	1,13	7,71 €	0,00 €	19,63 €	10,19 €	1	48%	0%

*[Handwritten signature]*



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

VALOR DAS TAXAS A INTEGRAR NA "TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS"

Designação da taxa	Valor	Custo	Benefício
<b>Capítulo VIII - Mercados, Feiras e venda ambulante</b>			
<b>Art.º 37.º - A- Taxas de utilização/ocupação do Mercado Municipal de Bragança</b>			
<b>SEÇÃO I</b>			
<b>1. Pela utilização das lojas e módulos</b>			
a) Taxa de utilização - por ano e por m2	10,00 €	81,31 €	1
b) Taxa de promoção	1,00 €	1,43 €	1
<b>2. Lugares de terrado em feira dos produtos da terra</b>			
a) Pela ocupação do espaço - por trimestre e por m2	6,02 €	10,80 €	1
b) Pela ocupação do espaço - por trimestre e por m2 - venda em viatura	2,34 €	10,80 €	1
c) Pela ocupação do espaço - por dia de feira e por m2	0,75 €	3,60 €	1
d) Pela ocupação do espaço - por dia de feira e por m2 - venda em viatura	0,29 €	3,60 €	1
<b>3. Ocupação de bancas no interior do Mercado</b>			
a) Pela ocupação do espaço - por mês e por m2	4,51 €	6,78 €	1
b) Pela ocupação do espaço - por dia e por m2	0,23 €	0,23 €	1
<b>4. Arrumos e armazém</b>			
a) Pela ocupação do espaço - por mês e por m2	1,89 €	6,43 €	1
<b>5. Parque de estacionamento - Taxa devida pelo estacionamento de veículos</b>			
a) 1ª hora	0,00 €	0,82 €	1
b) 2ª, 3ª e 4ª hora - Cada período de 15 minutos			
b.1) 1.º período	0,14 €	0,20 €	1
b.2) 2.º período	0,14 €	0,20 €	1
b.3) 3.º período	0,14 €	0,20 €	1
b.4) 4.º período	0,14 €	0,20 €	1
c) Acima da 5ª hora - Cada período de 15 minutos			
c.1) 1.º período	0,19 €	0,20 €	1
c.2) 2.º período	0,19 €	0,20 €	1
c.3) 3.º período	0,19 €	0,20 €	1
c.4) 4.º período	0,19 €	0,20 €	1
d) Dia completo ou ausência de bilhete	10,19 €	19,63 €	1

*af. 2014*

----- **Presidente da Mesa** – Mais alguma questão para além daquela que foi levantada pelo Sr. Leonel Fernandes, da CDU?.....

----- Guedes de Almeida e Bruno Veloso são os pedidos de esclarecimento que serão neste momento formulados à Câmara.....

----- Sr. Deputado Guedes de Almeida tem a palavra. ....

----- **António Almeida** – Relativamente a esta matéria, isto resulta efetivamente, digamos assim, da desmunicipalização do Mercado como empresa.....

----- Relativamente à aplicação e taxas, foi uma questão que foi aqui levantada, para além de outras, na altura não houve resposta, nunca, em concreto, e precisa. O que eu agora pergunto, antes de se entrar em mais detalhes sobre o valor das taxas, era que fosse dito qual o pagamento da taxa de utilização, ou renda, do banco Santander, portanto na altura não houve resposta relativamente a valores concretos, neste momento o Município já os deve ter para propor, portanto qual é o valor pago por banco Santander Totta, qual é o valor pago mensalmente pelo INATEL, qual é o valor pago pelo MINI Preço, qual é o valor pago pela PT, qual é o valor pago pela Rota dos Sabores, do Restaurante que lá está. Não me recordo de mais nenhuma, portanto eu gostaria de saber efetivamente quais são estes valores, que depois são fixados ou, digamos assim, de tomar a natureza de taxa.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Sr. Bruno Veloso, do PS, tem a palavra para formular as suas questões. ....

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos. As perguntas que eu tinha para fazer já foram de alguma forma colocadas, apenas deixar à consideração da Mesa uma chamada de atenção no que se refere aos documentos enviados particularmente por e-mail, por e-mail apenas consta a fundamentação e não consta o valor das taxas portanto o mapa, a tabela das taxas não vem no e-mail, de qualquer forma reiterava as perguntas no sentido de saber se, de facto, o Mercado Municipal tem um caris Municipal e portanto de preservação do interesse dos lojistas municipais e dos produtos da terra, se estão envolvidos, da mesma forma nas taxas de utilização por metro quadrado, quer o Mercado enquanto discoteca, quer o Mini Preço, quer os outros serviços, como estão os outros lojistas e os feirantes no lugar de terrado de fora, portanto acho que era importante que se esclarecesse isso, e seria também importante esclarecer e até para tecermos as naturais comparações, aquilo que já aqui foi sugerido, que era os preços que se pagavam anteriormente na empresa Mercado Municipal e que nós nunca conhecemos, e também seria bom que o Sr. Presidente nos desse esses comparativos para que

podéssemos ver as diferenças entre aquilo que eram os valores pagos à empresa Mercado Municipal e aquilo que serão pagos à Câmara Municipal. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- Peço ao Sr. Presidente de Câmara para dar as respostas necessárias. ....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar sintetizar, se não responder totalmente ao que foi pedido, voltarei a fazê-lo. ....

----- As taxas propostas são exatamente iguais aos valores contratuais existentes com os atuais operadores, seja na parte comercial, seja no mercado tradicional, trata-se de, ao nível do regulamento e das respetivas taxas, preparar a transição do processo para o funcionamento no âmbito da Câmara Municipal. Todos os contratos estão executados conforme aquilo que é a tabela de preços aprovada dentro do Mercado e que transita naquilo que é o custo unitário por metro quadrado. ....

----- O preço da renda do Santander que foi a solicitação que foi feita é de 1 944,07€ /mês. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. ....

----- Intervenções sobre a matéria? Guedes de Almeida, tem a palavra. A Mesa volta a formular o pedido ou a chamada, há intervenções sobre a matéria? Guedes de Almeida, tem a palavra. ....

----- **António Almeida** – Sr. Presidente, e a título de intervenção, quer dizer, há questões que se mantém, quer dizer, continua a não haver resposta, não havia enquanto era empresa municipal, o Mercado Municipal, e agora também não há, apenas ficamos a saber que o Santander Totta paga 1 944.07€, não foi dito nada sobre o INATEL, quando é que paga, não foi dito nada sobre o Mini Preço, quanto é que paga, sobre a PT, quanto é que paga, sobre a discoteca, quanto é que paga, e sobre o restaurante, quanto é que paga!. ....

----- - .....  
-----

----- **António Almeida** - Não perguntei, mas posso perguntar agora, então perguntei outros, pronto isto não foi dito e devia ser dito, deviam ser um esclarecimento, quando há aqui relativamente a outras matérias, o caso do ponto anterior há aqui uma especificação toda, total, de interesse do Município, defende-se tudo para fazer aquilo que talvez não deva ser feito, e aqui quando se pergunta e já se perguntou, quando ainda se criticava, isto não havia, estava no Concelho de Administração, neste momento não há Conselho de Administração do Mercado Municipal, a Câmara não consegue dizer neste momento, efetivamente terá que o dizer a título de requerimento, quando efetivamente isto até era para aquilatar, digamos assim, da proporcionalidade ou desproporcionalidade de uns relativamente aos outros, dos critérios aplicados a determinados pagamentos e relativamente a outros, quer dizer, é uma obscuridade total e no entanto vem para aqui pedir-se genericamente que se aprove um

documento sobre taxas que depois diz assim: quem aprovou foi a Assembleia, efetivamente que tem que haver maior fundamentação, melhores esclarecimentos, para saber efetivamente, não é gerir um negócio e chegamos ali à Assembleia - eles votam isto tudo e nós agora fazemos o que queremos - é isso que tem acontecido, é esta a imagem que aqui fica, só fica a saber que efetivamente que o Santander Totta até fechou na Avenida Sá Carneiro e foi lá para cima, até acho que é a única instalação que tem, por 1 944.07€, e no entanto há outros cujo preço não se sabe. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado. ....

----- A Câmara tem intenção de proceder a mais algum esclarecimento, alguma intervenção? .....

----- **Presidente da Câmara** – A AM tem em sua posse todos os relatórios de gestão das várias associações e empresas onde o Município participa, saliento que a Câmara Municipal sempre forneceu toda a informação complementar necessária, o Sr. Deputado vai ter que ter paciência, mas não imagina que viéssemos carregados com os contratos para os ler perante a AM, desculpe, que viéssemos com uma série de informações, a prever algumas dúvidas suas, há coisas que o Sr. tem obrigação de pedir atempadamente, se pretender ter informação adicional para debate na AM, ou depois da AM, sendo que nenhuma informação deixou de ser prestada desde que solicitada. Agora, fazer como o Sr. faz, não é correto nem é respeitador dos seus colegas Deputados e não é da Câmara Municipal. Se pretender informação pode solicita-la através da Mesa da Assembleia como o já tem feito noutros momentos e será fornecida em tempo útil. A empresa mantém o Conselho de Administração em funcionamento enquanto não for integrada na estrutura da Câmara Municipal. O Mini Preço paga 2 041,05€, a Rota dos Sabores pagou 2 435,67€, a discoteca paga 3 410,73€, e que vem para aprovação da AM são os valores correspondentes aos contratos existentes para os transferir para a tabela de taxas e licenças com o respetivo regulamento de funcionamento associado, que é o regulamento que o Mercado tem praticado com pequenos ajustamentos. ....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Vou pedir a vossa atenção então para a votação deste último ponto. ....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, CATORZE ABSTENÇÕES E SESENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.** .....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? .....

----- Não há declarações de voto. ....

----- Com isto damos por terminada a Sessão da AM deste dia vinte e sete de abril de dois mil e doze.

----- Muito obrigado a todos, e até breve.....

**PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a**

**A – Assembleia:**

**I – PRESENCAS**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

**1 – Mesa:**

**Presidente** – Luís Manuel Madureira Afonso

**Primeiro Secretário** – Acúrcio Álvaro Pereira

**Segunda Secretária** – Maria Madalena Morais Morgado

**2 – Membros:**

Adriana da Conceição Vilares Angélico  
Amândio dos Anjos Gomes  
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho  
Anibal de Jesus Raimundo Morais  
António Eduardo Fernandes Malhão  
António Manuel Teixeira Batista  
António Manuel Pereira  
António Nuno Neves Pires \*  
Cândido Vaz Alves  
Carlos Abílio Moreno  
Carlos José Cadavez  
Domingos Moura dos Santos  
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro  
Isabel Maria Lopes  
João Paulo da Veiga Matos  
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós  
José Alberto Moutinho Moreno  
José Luís Baltasar  
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso  
Maria Teresa  
Pedro Luís Esteves Fernandes  
Rui Fernando Rodrigues Correia

**PARTIDO SOCIALISTA**

Alcídio Augusto Castanheira  
Alzira da Conceição Bento  
Dinis Manuel Prata Costa  
Fernando Carlos Silva Paula \*  
João Batista Ortega  
Luís Carlos Magalhães Pires  
Luís Filipe Pires Fernandes

Luís Manuel Silvestre  
Manuel António Pires  
Maria Celina da Silva Paula \*  
Maria de Fátima Renovato Veloso  
Marisa Rodrigues Gomes Alexandre  
Vanda Marisa Graças do Espírito Santo  
Vitor Prada Pereira

#### **MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE**

Agostinho Gonçalves Esteves  
Armando José Morais  
Jorge Manuel Xavier Laranjinha \*  
José Fernando Cameirão  
José João Martins Lourenço  
Normando dos Santos Lima  
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro \*

#### **COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA**

Leonel dos Santos Fernandes

#### **CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR**

António Guedes de Almeida \*

#### **BLOCO DE ESQUERDA**

Luis Miguel Vale Fernandes Vale

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel Sousa Pais
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto Legal)
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Anibal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Afonso
Failde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso

Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo do Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto Santos Costa
Paradinha	Domingos António Seca
Nova	
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lampaças	Vítor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Emília Carolina Fernandes Caminha (substituto)
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Rio de Onor	António José Preto
Salsas	Filipe Osório Caldas
S. Pedro	António Carlos Sá
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Miranda
Sortes	Juvêncio Alves de carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

(\*) Membros suplentes

## II – FALTAS

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Vânia Alexandra da Silva Rodrigues (Justificada)

### PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Baçal - João Francisco Alves  
Castro de Avelãs - José Vicente Fernandes (Justificada)  
Coelhoso - Paulo Manuel Almeida Veiga  
Mós - Anselmo Anibal Martins (Justificada)  
Parâmio - José Augusto Afonso  
Sé - Paulo Jorge Almendra Xavier (Justificada)

**B- CÂMARA  
PRESENCAS:**

**Presidente** – António Jorge Nunes  
**Vereadores:** Rui Afonso Cepeda Caseiro  
Humberto Francisco da Rocha  
Maria de Fátima Gomes Fernandes  
Hernani Dinis Venâncio Dias

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezassete horas, e do que nela se passou se lavrou a presente ata que depois de achada conforme – vai ser aprovada na segunda sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 22/06/2012 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. ....

O Presidente - Luís Manuel Madureira Afonso  
O Primeiro Secretário – Maria Madalena Morais Morgado  
A Segunda Secretária – Isabel Maria Lopes

**NOTA: Os anexos encontram-se na ata original, arquivada na Secção de Apoio à Assembleia Municipal**